

REDIS

Alexandra Pinto
Janaina Silva
Valdir Barzotto
ORG.

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

2013

REDIS

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

FLUP/CLUP
FFLCH - USP
EDI.

Nº2 ANO 2013
ISSN 2183-3958

Editada pelo CLUP - Centro de Linguística da Universidade do Porto em parceria com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a revista “REDIS: Revista de Estudos do Discurso” é uma publicação científica cuja edição digital respeita integralmente os critérios da política do acesso livre à informação.

Published by CLUP - Centro de Linguística da Universidade do Porto in partnership with Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, “REDIS: Revista de Estudos do Discurso” is a scientific open access journal whose digital version follows all the criteria of OA publishing policy.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO	REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO NRº 2, ANO 2013
EDITORES	CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO & FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
LOCAL DE EDIÇÃO	PORTO, PORTUGAL
ISSN	2183-3958
PERIODICIDADE	ANUAL
DIREÇÃO DA REDIS	ALEXANDRA GUEDES PINTO (FLUP; CLUP) & VALDIR HEITOR BARZOTTO (FFLCH; FE - USP)
CONSELHO CIENTIFÍCO	ALDINA MARQUES (ILCH - UM; CEHUM), ANTÓNIO BRIZ (UNIVERSIDAD DE VALENCIA), CATHERINE KERBRAT-ORECCHIONI (ICAR CNRS-UNIVERSITÉ LUMIÈRE LYON 2), CHRISTIAN PLANTIN (UNIVERSITÉ DE LYON 2; ICAR), DOMINIQUE MAINGUENEAU (UNIVERSITÉ PARIS IV- SORBONNE), ISABEL MARGARIDA DUARTE (FLUP; CLUP), JOAQUIN GARRIDO (UCM), JOSÉ PORTOLÉS (UAM), LUIZ ANTÔNIO DA SILVA (FFLCH - USP), RUI RAMOS (IE - UM), SÓNIA RODRIGUES (FLUP; CLUP) & ZILDA AQUINO (FFLCH - USP)
DESIGN E PAGINAÇÃO	SILVANA COSTA & MARIA ELENA ORTIZ
ACESSO EM LINHA	http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id05id1446&sum=sim

Os artigos publicados na REDIS – *Revista de Estudos do Discurso* estão sujeitos a *peer review*.

ÍNDICE

ALMEIDA, CARLA AURÉLIA DE Funcionamento do ato de asserção em interações verbais na rádio: estratégias discursivas de consenso	13 - 32
DUARTE, ISABEL MARGARIDA & PINTO, ALEXANDRA GUEDES <i>Troika, Austeridade, Crise</i> : modalização linguística em artigos de opinião e cartoons na imprensa escrita portuguesa	33 - 52
FREITAS, ELSA SIMÕES LUCAS & TUNA, SANDRA GONÇALVES O discurso publicitário em sala de aula: objecto de análise discursiva e modelo de escrita no mundo real	53 - 72
GIL, ISABEL TERESA MORAIS C. Aspetos do funcionamento discursivo no discurso político mediatizado	73 - 99
MAINGUENEAU, DOMINIQUE Aphorisation et cadrage interprétatif	100 - 116
MARQUES, ISABELLE SIMÕES; MENÉNDEZ, FERNANDA MIRANDA & SEBASTIÃO, ISABEL Ideologia e ensino: o caso da legislação portuguesa	117 - 138
MARQUES, MARIA ALDINA Construir a responsabilidade enunciativa no discurso jornalístico	139 - 166

MODOLO, ARTUR DANIEL RAMOS Aspectos ideológicos, linguísticos e discursivos no <i>microblog</i> dos presidenciais 2010	167 - 184
PIMENTEL, ANA & SILVA, FÁTIMA Marcadores conversacionais em Português Língua Estrangeira - da teoria à prática	185 - 208
PORTOLÉS, JOSÉ Evitar la censura: análisis pragmático	209 - 228
RAMOS, RUI A relação Portugal - Timor-Leste nos discursos do Presidente e na imprensa	229 - 248
WARROT, CATARINA VAZ A tradução jornalística na sala de aula: relações entre a tradução e os media	249 - 257

NOTA EDITORIAL

A REDIS, Revista de Estudos do Discurso, é uma iniciativa de duas instituições académicas e de investigação parceiras que uniram esforços na concretização de um projeto editorial conjunto: a Universidade de São Paulo, por intermédio das Faculdades de Educação (FEUSP) e de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e a Universidade do Porto, por meio da Faculdade de Letras (FLUP) e do Centro de Linguística (CLUP).

Trata-se de uma publicação que reúne trabalhos no domínio dos Estudos Linguísticos do Discurso, facto que justifica a sua designação, pretendendo albergar estudos das diferentes linhas de investigação coexistentes nesta área, reveladoras da heterogeneidade epistemológica do objeto *discurso* e da interdisciplinaridade teórico-metodológica que os investigadores tendem a adotar neste domínio científico.

A revista é uma publicação anual sujeita a peer review e com algumas orientações temáticas por número, inspiradas nos tópicos abordados nas Jornadas Anuais de Análise do Discurso – JADIS - realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pelas mesmas entidades promotoras da Revista.

O presente volume acolhe artigos subordinados à temática “Discurso, media e ensino”. O discurso dos media funciona como um mecanismo socializador de grande alcance. A codificação linguística e pragmática das ideologias dominantes em discursos com diferentes materialidades – discurso oral, discurso escrito - veiculados em diferentes meios e diferentes géneros – discurso publicitário, discurso jornalístico, discurso humorístico, discurso jurídico, para mencionar apenas alguns - e nas suas diversas possibilidades de interação com o meio - como vestígio de um contexto, mas também como forma de ação sobre ele - está no centro da

atenção de alguns dos trabalhos reunidos neste volume. Por outro lado, ainda, a compreensão do potencial que estes estudos têm para o ensino, para a atuação de professores que enfrentam alunos cada vez mais expostos e condicionados por estes discursos, assume particular saliência noutros trabalhos desta publicação.

Carla Aurélia Almeida, considerando os direitos e deveres que o ato de asserção envolve, tendo como enfoque o valor performativo de todos os atos de discurso, que visam modificar o alocutário nos seus estados epistémicos, emocionais e comportamentais, promove uma análise do uso estratégico do ato de asserção no quadro de uma retórica do consenso, em interações verbais na rádio.

Isabel Duarte e Alexandra Guedes Pinto, trabalhando sobre dois corpora de artigos de opinião e de cartoons da imprensa escrita portuguesa em torno dos conceitos de *troika*, *austeridade* e *crise*, estudam aspetos da modalização linguística visíveis nas ocorrências dos verbos modais *poder*, *dever* e *parecer* e em mecanismos como a ironia, o humor e a derrisão, quando estes se configuram como operadores de envolvimento e de distanciação enunciativa, por parte do sujeito enunciador, relativamente aos estados de coisas que captura e critica.

Elsa Simões Lucas Freitas e Sandra Gonçalves Tuna levam a cabo uma análise de anúncios autênticos, isolando algumas características recorrentes e definidoras do discurso publicitário, no sentido de avaliar a pertinência do uso de textos dos media em contexto escolar e académico.

Isabel Gil, com base num conjunto de textos de opinião em torno da alteração da legislação sobre Interrupção Voluntária da Gravidez, destaca as estratégias de patemização e de convocação/organização de topoí/doxa com vista a um agir sobre o Outro, destacando o forte agonismo que percorreu estes discursos nos media.

Dominique Maingueneau defende a ideia de que a enunciação é partilhada entre dois “regimes de enunciação”: a enunciação aforizante e a enunciação textualizante. Dividindo a

primeira em aforizações “primárias” e “secundárias”, de acordo com o critério de as mesmas funcionarem “destacadas” ou “não destacadas” de um texto, o autor sublinha algumas características pragmáticas da enunciação aforizante e propõe uma divisão das aforizações secundárias, de acordo com o quadro interpretativo que estas convocam.

Isabelle Simões Marques, Fernanda Miranda Menéndez e Isabel Sebastião abordam a questão das ideologias implícitas no ensino português, a partir da análise da Lei de Bases de 1986 e as suas alterações de 1997 e 2005, concluindo que esta legislação está pautada por critérios políticos e ideológicos e que os mesmos vão sofrendo alteração com a mudança de orientações políticas.

Maria Aldina Marques analisa a construção da *responsabilidade enunciativa* num corpus de notícias publicadas em jornais portugueses, avançando com a configuração de dois tipos de responsabilidade, a responsabilidade1 e a responsabilidade2, decorrente dos modos como o locutor convoca outras vozes e lhes dá lugar no discurso. Mostra, ainda, como a *responsabilidade enunciativa* deve ser relacionada com outras vertentes da construção discursiva, com constrições de género e mesmo constrições institucionais, que derivam do facto de um jornal ser um lugar institucional de discursos.

Artur Modolo estuda a inter-relação entre as esferas política e do quotidiano no género digital microblog político dos candidatos à presidência do Brasil, nas eleições de 2010, mostrando como a alternância entre mensagens com um tom informal, próprio da conversação do quotidiano e mensagens densas, que aprofundam o debate com teor sociopolítico, faz ressaltar a heterogeneidade do género microblog.

Ana Pimentel e Fátima Silva, partindo do diagnóstico de um uso lacunar dos Marcadores Conversacionais nas produções orais dos aprendentes de PLE, propõem uma abordagem pedagógico-didática destes mecanismos no ensino-aprendizagem de PLE, através da implementação de um percurso pedagógico de investigação-ação, que favoreça o incremento da competência oral e do uso destes marcadores.

José Portolés, através da inter-relação entre as variáveis *poder*, *distância social* e *grau de imposição*, propõe, no seu estudo, a aplicação de princípios da pragmática, nomeadamente do domínio da cortesia, à análise do fenómeno da censura, mostrando como a intervenção sobre estas três variáveis se torna útil para a evitação do conflito com o censor.

Rui Ramos elabora uma análise das principais linhas de desenvolvimento dos discursos do Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, aquando da sua visita oficial a Timor-Leste, no âmbito das comemorações dos 10 anos de independência do país, em maio de 2012, identificando também os traços mais relevantes da modalização jornalística efetuada por dois jornais nacionais, sobre a situação timorense e os discursos presidenciais.

Catarina Vaz Warrot, no contexto de uma crescente importância da tradução jornalística, explora a relação entre as funções do tradutor e as do jornalista, analisando estratégias adotadas tanto por uns como por outros e revendo alguns exemplos em que os jornalistas, substituindo-se aos tradutores, geram formulações linguisticamente e comunicativamente não adequadas.

Como nota final, gostaríamos de acrescentar que temos a honra de poder incluir, neste número da REDIS, um texto em coautoria da, entretanto desaparecida, colega Fernanda Menéndez, facto que nos enche de orgulho e que dá um valor especial a este número da revista.

Outubro de 2013

Alexandra Pinto

Valdir Heitor Barzotto

REDIS – Revista de Estudos do Discurso

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Funcionamento do ato de asserção em interações verbais na rádio: estratégias discursivas de consenso

ALMEIDA,
CARLA AURÉLIA DE
calmeida@uab.pt

PALAVRAS-CHAVE:
ato ilocutório;
ato de asserção;
estratégia discursiva;
programas de conversas
telefónicas na rádio.

KEYWORDS:
illocutionary act;
assertion act;
discourse strategy;
radio phone-in programmes.

Professora Auxiliar do Departamento de Humanidades da Universidade Aberta, Portugal
Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

RESUMO: Tendo por base um *corpus* de interações verbais presentes em cinco programas de rádio portugueses constituídos por telefonemas de ouvintes que entram diariamente em antena, em período noturno, para dialogar com o locutor de rádio, procedemos à análise da relação entre discurso e media e consideramos os direitos e deveres que o ato de asserção envolve, tendo como enfoque o valor performativo de todos os atos de discurso que visam modificar o alocutário nos seus estados epistémicos, emocionais e comportamentais. Analisamos o ato de asserção no seio da teorização dos atos de discurso de Austin, Searle e Grice, perspetivando este ato tendo em conta a análise que P. Attal faz, na linha dos estudos de Ducrot. Promovendo uma análise do uso estratégico do ato de asserção no quadro de uma retórica do consenso, analisa-se o funcionamento de *topoi* em asserções, demonstra-se o valor argumentativo de enunciados proverbiais, de aforismos e de sequências tautológicas nas interações verbais na rádio e descreve-se a ocorrência de mitigadores do valor de verdade expresso no conteúdo proposicional dos atos de asserção. Estes são aspetos que contribuem para a manutenção da *ordem interacional* das emissões de rádio e que ajudam ao estabelecimento do consenso e do *envolvimento conversacional*.

ABSTRACT: Taking as reference a *corpus* of verbal interactions available in five Portuguese radio broadcasts constituted by phone calls from listeners that, during the night period, go daily on air in order to dialogue with the radio host, we will analyse the relation between discourse and media and we will consider the rights and obligations involved in the act of assertion, focusing on the performative value of all the discourse acts that aim to modify the hearer in his epistemic, emotional and behavioural states. We analyse the act of assertion within the framework of speech acts theory of Austin, Searle and Grice, taking into account P. Attal's propositions and in line with Ducrot's studies. Favouring an analysis of the strategic use of the act of assertion in the frame of the rhetoric of consensus, we study the functioning of *topoi* in assertions, we show the argumentative value of proverbial enunciates, as well as of aphorisms and tautological sequences in verbal interactions and we describe the occurrence of mitigators of the value of truth expressed on the propositional content of the acts of assertion. These are all aspects that contribute to the maintenance of the *interactional order* on radio broadcast talks and that help establishing consensus and *conversational involvement*.

1. INTRODUÇÃO

O enfoque teórico e metodológico deste estudo insere-se no âmbito do conjunto das problemáticas linguísticas que se inscrevem no campo da Análise Interacional (Kerbrat-Orecchioni, 1998; Traverso, 1996) e da Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1989b).

Teremos por base um *corpus* de interações verbais presentes em cinco programas de rádio portugueses constituídos por telefonemas de ouvintes que entram diariamente em antena, em período noturno, para dialogar com o locutor de rádio (Almeida, 2005 & Almeida, 2012).

A nível local, procederemos à análise do uso estratégico de atos de asserção (Attal, 1976) que constituem comentários avaliativos no quadro do conjunto de *estratégias de consolidação interlocutiva* (Laver, 1981). Verificaremos que estas práticas discursivas permitem a manutenção da *ordem interacional* (Goffman, 1981) das *trocias discursivas* na rádio.

A nível global, verificaremos como estes enunciados específicos ocorrem no seio de asserções-resumo que contribuem não só para a realização prototípica das sequências principais, nomeadamente as de fecho, possibilitando a *completude interativa e interacional* (Roulet *et al.*, 1985) destas interações na rádio, mas também permitem estabelecer um comentário avaliativo de carácter retroativo contribuindo para o *envolvimento conversacional* (Tannen, 2001: 157 & Gumperz, 1982: 2-3) e a “acomodação intersubjectiva” (Fonseca, 1996: 3).

2. ENFOQUE ANALÍTICO: DISCURSO E MEDIA

Numerosos autores referem a importância de analisar o discurso dos media, destacando a possibilidade de estes serem fonte relevante para a constituição de *corpora* (Charaudeau, 1984; Bell; Garret, 1999; Scannell, 1991; Hutchby, 1996a, 1996b; Wortham & Locher, 1996).

Autores como Simone Bonnafous e Maurice Tournier referem que “(...) o investigador atual em Análise do Discurso constitui um *corpus* de textos, em geral de ordem mediática – e delinea interrogações sociopolíticas – para os quais ele procura o melhor modo de

investigação” (1995: 67-68). Segundo estes autores, o que motiva os especialistas em Análise do Discurso é a análise do dispositivo enunciativo, argumentativo e pragmático, os pré-construídos, os domínios interativos e performativos: “O que nos motiva através desta investigação, não são os media em si mesmos (não somos nem sociólogos nem historiadores dos media), mas o modo como se constituem através deles opiniões e discursos” (Bonnafeuf & Tournier, 1995: 78). Estes autores assinalam que os investigadores em Análise do Discurso trabalham “(...) as palavras, os sintagmas que têm apenas pertinência em relação ao *corpus* estudado” (Bonnafeuf & Tournier, 1995 : 79).

Com efeito, no âmbito da análise linguística do discurso, assinala-se a importância de estudar o discurso que se produz nos media:

Dentro do campo da linguística e da análise do discurso, houve um crescimento paralelo do interesse pela linguagem dos media enquanto espaço para a reprodução de relações culturais e sociais, facto exemplificado especificamente pela análise crítica do discurso dos media levada a cabo por Fairclough (1995) e constituindo fonte de informação para o estudo de formas específicas (Bell, 1991) da variação sociolinguística (Thornborrow, 1997a: 157; tradução nossa).

A propósito da relação entre discurso e media, Patrick Charaudeau assinala a importância da constituição do *corpus* para a Análise do Discurso dos media, destacando os aspetos principais na sua análise:

A Análise do Discurso dos media baseia-se num *corpus* de textos reunidos em nome de um tipo de situação (contrato) que os determina e nos quais estudamos as constantes (para definir um género), e as variantes (para definir uma tipologia de estratégias possíveis) (Charaudeau, 1995: 106; tradução nossa).

Patrick Charaudeau salienta a questão do género, do *contrato* sócio-verbal (1995: 99) e as características da “escrita mediática” (Charaudeau, 1984a: 6). Para este autor, um discurso “(...) é sempre singular pelas estratégias discursivas que são aí representadas em função de um certo projeto de fala (...), sendo ‘testemunha de géneros discursivos’” (Charaudeau, 1984a : 7).

O contrato de comunicação liga locutor e alocutário, permitindo-lhes construir “o sentido em parceria” (Charaudeau, 2002: 309). Charaudeau faz uma distinção entre o *contrato* de entrevista, de debate e o da conversação (1984b: 111-115); estes contratos terão diferentes formas de se concretizar, processo que, no dizer de P. Charaudeau, se designa de *ritualização* (Charaudeau, 1991: 12).

O dispositivo de comunicação do discurso dos media tem características próprias que importa analisar em função dos contextos específicos. Com efeito, a *conversação* nos media põe em ação um dispositivo que possibilita o contacto entre os participantes e um terceiro “ausente mas presente”(Charaudeau, 2002: 302): o público ou o auditório (no caso da rádio).

Assim, no que diz respeito ao discurso em *conversas na rádio*, Paddy Scannell assinala que uma preocupação central no estudo destas conversas “(...) é a especificação das formas pelas quais a intencionalidade comunicativa é organizada na forma e no conteúdo dos programas” (1991: 1).

Torna-se, pois, pertinente estudar o modo como a *intencionalidade comunicativa* é construída nos media em geral e em emissões específicas em particular, tendo, sobretudo, em conta o estudo das emissões interativas que apresentem uma clara matriz dialogal. No presente texto, consideraremos assim o ato de discurso com o valor ilocutório de asserção realizado no contexto interlocutivo e interacional de programas de rádio portugueses constituídos por telefonemas de ouvintes que entram em antena para participar nas emissões de rádio.

3. O CORPUS DE PROGRAMAS DE RÁDIO EM ANÁLISE

O *corpus*¹ em análise é constituído por interações verbais realizadas em programas de rádio portugueses (no período noturno) que se estruturam em torno de telefonemas de ouvintes: cada ouvinte entra em antena para falar com o(a) locutor(a) de rádio ora sobre temas previamente escolhidos, ora sobre um tema livre perante um auditório. No presente texto conside-

1. O *corpus* aqui constituído e delimitado faz parte do material empírico que foi recolhido e informatizado no âmbito do doutoramento em Linguística, especialidade Linguística Portuguesa que reúne a participação de 479 ouvintes (Almeida, 2005; Almeida, 2012).

ramos interações que ocorreram no programa Boa Noite (doravante referido por BN) que era emitido pela Rádio Renascença, em todos os dias úteis, da 0h00m às 2h00m e analisamos interações realizadas no programa Estação de Serviço (adiante designado por ES), também emitido pela Rádio Renascença, em todos os dias úteis, das 2h00m às 5h00m.

Com base no *corpus* constituído e delimitado, procedemos à descrição e análise dos processos de construção do sentido realizados pelos participantes destes programas de rádio que partilham um tempo, um espaço e “um foco de atenção” (Goffman, 1987: 81) comuns. Assim, a unidade de tempo, a unidade de lugar e a intermutabilidade sequencial de locutor e de alocutário constituem os três critérios que permitem delimitar uma interação (Kerbrat-Orecchioni, 1998: 245).

Considerando “o ecletismo metodológico” referenciado por Kerbrat-Orecchioni (2010: 72), que permite analisar discursos empíricos reais em contexto, temos por base instrumentos de análise provenientes de diferentes modelos teóricos que estudam o “discurso em interação”. Assim, especificamente, no âmbito dos modelos da Análise Conversacional e da Análise Interacional, salientamos os estudos que perspetivam as sequências discursivas realizadas nos programas de rádio constituídos por telefonemas de ouvintes ou “radio phone-in programmes” (Hutchby, 1996a; Müller, 1995; Thornborrow, 1997b; Thornborrow & Fitzgerald, 2002).

4. O FUNCIONAMENTO DE ENUNCIADOS ASSERTIVOS EM INTERAÇÕES VERBAIS NA RÁDIO

Em programas de rádio, as relações interlocutivas instituídas asseguram ao apresentador uma posição alta para preencher as missões de informação e de estímulo à reflexão (Charaudeau, 1984) e a vez de elocução é, regularmente, feita por heterosseleção: os intervenientes/inte-ractantes (os ouvintes que entram em antena) são selecionados pelos *professionais de antena* (Charaudeau, 1984: 29) que colaboram com o locutor de rádio (apresentador).

Teremos em consideração as emissões de tema livre e as que analisam temas de cariz familiar: “Preguiça” e “Pontualidade”.

Nestas emissões, teremos como objeto de análise específica o funcionamento das estratégias discursivas de consolidação da relação interlocutiva, demonstrando que estas fazem parte de uma *competência retórico-pragmática* dos interlocutores (Kerbrat-Orecchioni, 1986; 1994) e visam “efeitos relacionais”, “efeitos argumentativos” e “efeitos de instituição” (Liddicoat et al., 1992).

Consideraremos o ato de asserção (Attal, 1976) no quadro do valor jurídico dos atos de discurso ou “juridismo ilocutório” (Ducrot, 1972). Com efeito, em função deste valor ilocutório de asserção, são atribuídos direitos e deveres aos interactantes por força da afirmação da verdade de p expressa no conteúdo proposicional destes atos e, especificamente, analisaremos o funcionamento de asserções no âmbito dos processos que permitem a convocação de uma *doxa* por parte dos interactantes; equacionaremos ainda o uso estratégico de atos de asserção em interações analisando de que modo se constrói interacionalmente o consenso.

Neste quadro analítico, delimitamos problemas de partida que têm por base estes atos de asserção. A realização de enunciados assertivos de tom proverbial e aforístico constitui uma estratégia discursiva de consenso? Como funciona o dispositivo da *citação* em interação? Estes enunciados que convocam uma *doxa* permitem a construção de uma *comunidade* de interlocutores?

4.1. O ATO DE ASSERÇÃO NO SEIO DA TEORIZAÇÃO SOBRE ATOS DE DISCURSO

Os atos de discurso são unidades de análise que surgiram com a *Filosofia Analítica* de Wittgenstein (1958) e Austin (1970). Estes autores verificaram que a linguagem não era uma mera representação do mundo, pois ela cria mundos imaginários e reais, institucionalizando papéis sociais. Deste modo, de acordo com Austin, “dizer é fazer”, isto é, o locutor em

interação com o alocutário age sobre ele, modificando-o nos seus estados epistémicos, comportamentais e emocionais.

Wittgenstein procedeu ao levantamento de uma família de atos de discurso (prometer, oferecer, ameaçar...). Austin, tendo por base esta teoria, num primeiro momento, fez a distinção entre atos constativos, que tinham por base uma crença da parte do locutor de que é verdade o que é representado no conteúdo proposicional (como é típico dos atos assertivos), e atos performativos, realizados na 1ª. Pessoa do Presente do Indicativo (salientando ainda os que se realizam numa situação de comunicação cerimonial, como por exemplo, “Batizo este navio”). Contudo, num segundo momento da sua teorização, descobriu que todos os atos são performativos, porque instauram sempre uma nova realidade (Austin, 1970), destacando a performatividade generalizada nos línguas naturais, isto é, todos os atos e/ou acontecimentos de fala são performativos, porque agem sobre o alocutário, criando uma nova realidade. Possibilita-se assim a distinção entre performativo explícito, contendo marcas gramaticais que indicam explicitamente a ação que está a ser realizada, e performativo primário que não explicita claramente o que se faz com as palavras (Austin, 1970: 140-141).

No que diz respeito ao ato de asserção, Austin (1970) assinalava que “o ato de afirmação” tem os seus verbos performativos: “Quando eu estava a dizer que chovia, eu não fazia uma aposta, nem demonstrava, nem avisava, *eu afirmava* simplesmente um facto” (Austin, 1970: 140; tradução nossa). Este paralelismo põe em evidência a existência de um ato de afirmação que tem os seus verbos performativos: *afirmar, sustentar, dizer* (sempre na primeira pessoa do presente do indicativo). Mas “Eu afirmo que chove” é o equivalente enfático de “Chove” e, como refere Pierre Attal, com este ato, “eu não me descrevo afirmando, mas eu *faço* uma afirmação” (Attal, 1976: 2; tradução nossa).

Austin acaba por criticar o critério de verdade considerando-o inadequado para descrever as proposições assertivas: há enunciados gerais, mas há também o carácter relativo da verdade de certas asserções como “O peixe está muito cozido”, por exemplo.

Ainda que os enunciados se submetam às enunciações lógicas, eles podem ser apreciados segundo outros critérios diferentes do critério de verdadeiro ou falso. A este dilema artificial, Austin quereria substituir uma pedra de toque válida para todos os atos ilocutórios e diria: “Não temos o direito de dizer aquilo: de prometer, de avisar, etc.” (Attal, 1976: 2; tradução nossa).

Desenvolvendo as análises de Austin, Searle diz que todo o enunciado deve ser analisado numa vertente $F(p)$, isto é, em qualquer enunciado há uma proposição, por vezes, apresentada apenas por uma variável proposicional (lembremos o exemplo de Austin com a palavra «cão» que indicia aviso) e um elemento F que constitui a força ilocutória (o valor comunicativo que constitui um comentário à sua própria enunciação), isto é, o sentido do ato: um mesmo conteúdo proposicional pode estar ao serviço de diferentes forças ilocutórias, as quais podem estar explicitadas ou podem ser indiciadas e calculadas a partir do contexto. Partindo deste pressuposto analítico, Searle (1982) chegou a uma taxonomia de cinco classes de atos ilocutórios (atos assertivos, promissivos ou comissivos, diretivos, expressivos e declarativos, incluindo nestes últimos a subclasse das declarações assertivas).

As classes de atos de discurso são determinadas em função do levantamento das condições de felicidade ou de sucesso dos atos de discurso: condição de conteúdo proposicional, condições preparatórias, condição de sinceridade, condição essencial (Searle, 1972). Segundo este autor, é possível formular e testar certas hipóteses gerais sobre os atos ilocutórios: sempre que haja um estado psicológico especificado na condição de sinceridade, o desempenho do ato conta como a expressão deste estado psicológico, o que constitui um critério para a sua taxonomia de atos ilocutórios (Searle, 1975).

Assim, prototipicamente, de acordo com Searle (1972), o ato de asserção tem como condição de sinceridade o facto de o locutor acreditar que p (= conteúdo proposicional) é verdadeiro (crença na verdade de p) e a condição essencial equivale a afirmar que a proposição p representa uma situação real. Assim, para Searle, os assertivos têm como objetivo empenhar o locutor, em graus diversos, a expressar a verdade p .

De um modo geral, um locutor ao realizar um ato ilocutório subentende que as condições preparatórias do ato estão satisfeitas. Assim, no ato de asserção, quando o locutor afirma algo subentende que pode sustentar esta afirmação. Searle refere que o fim dos atos assertivos é *responsabilizar* o locutor em relação à verdade da proposição expressa, isto é, os atos assertivos *responsabilizam o locutor em relação à existência de um estado de coisas*. Assim, a asserção “Hoje está a chover” equivale a “Eu digo que p”.

Searle refere ainda que é possível desempenhar este ato e outros atos sem invocar um procedimento indicativo de força ilocutória explícito, mas o contexto e a enunciação deixam claro que a condição essencial está satisfeita. Por outro lado, certos tipos de atos ilocutórios são complexos, sendo casos especiais de outros tipos, tratando-se assim de atos indiretos constituídos por um complexo ilocutório: um ato ilocutório primário com a força ilocutória implicada e um ato secundário com um valor literal.

Searle distingue, assim, condições preliminares, a condição de sinceridade e a condição essencial, pondo a tónica na intenção do locutor, não considerando o pós-ato e a dimensão dialógica que tem por base a reação do alocutário.

E é precisamente por causa da necessidade de se considerar o pós-ato que Pierre Attal (1976), na linha de Ducrot (1972), reanalisa a teoria dos atos de discurso de Searle em geral e estuda o ato de asserção em particular, destacando a interpretação do alocutário e reequacionando o funcionamento das condições de felicidade dos atos de discurso: assim, no ato de asserção, e relativamente à condição de sinceridade, o autor refere que “não é necessário que o locutor seja sincero, é preciso que o auditor creia que ele seja sincero” (Attal, 1976: 5; tradução nossa).

No que diz respeito à condição essencial dos atos de discurso, o efeito ilocutório do ato é, segundo Searle, produzido se o alocutário compreendeu o que o locutor tinha a intenção de fazer compreender (Searle, 1972: 88) em virtude das *convenções* que fundamentam as regras subjacentes à realização dos atos (*regras constitutivas*):

“a realização de um ato ilocutório supõe uma comunicação sem equívocos entre as partes; se na fórmula utilizada para realizar um ato falta uma expressão que indique, claramente, a natureza deste ato, o auditor só pode interpretar o enunciado atribuindo ao locutor uma tal intenção. Assim, um enunciado “É tarde” pode ser uma informação (uma asserção), um convite a partir (uma ordem), uma ameaça, etc. O valor do ato depende da intenção do locutor” (Attal, 1976: 4; tradução nossa).

Tendo por base o ponto de vista de Ducrot, que considera o ato ilocutório como uma espécie particular de ato jurídico, Attal reanalisa a condição essencial do ato de asserção. Neste sentido, com este ato, o locutor visa modificar as relações com o alocutário:

“A validade da asserção depende da confiança que o auditor me dá/concede; mas para a considerar como um ato com sucesso, parece-me que é necessário que o auditor não rejeite, de uma maneira ou de outra, a situação representada no enunciado” (Attal, 1976: 11; tradução nossa).

Assim, segundo P. Attal, para que um ato de asserção tenha sucesso é necessário que o alocutário não rejeite o que é dito no conteúdo proposicional do enunciado. Aproximamo-nos da teorização de Grice (1989), que assinala a necessidade de o alocutário reconhecer a intenção comunicativa do ato para que este se realize, estando este reconhecimento próximo do que Austin designava como “the securing of uptake” (Austin, 1970: 124), isto é, “a execução de um ato ilocutório inclui a segurança de ter sido bem compreendido” (*Idem*).

Na linha de Ducrot, pôr a tónica no valor jurídico dos atos é demonstrar que a realização de qualquer ato abre direitos e deveres atribuídos ao locutor e ao alocutário: “A atividade da linguagem não pode ser descrita sem especificar o seu poder ilocutório; este poder demonstra que ela está imbrincada num conjunto de *regras constitutivas* que dão conta da própria existência do ‘sentido’” (Ducrot, 1972 : 263).

4.2. A RETÓRICA DO CONSENSO: TOPOÏ EM ASSERÇÕES-RESUMO

No *corpus* de interações verbais em programas de rádio, regularmente, os interactantes realizam asserções que visam *efeitos argumentativos*. A argumentação procura, na linha de Perelman, levar o auditório a fazer conclusões com base em *topoï* ou *lugares comuns* que todos os participantes da troca partilham (Amossy, 1999: 132-133).

(1)(Programa: BN; Data: abril de 1998; Tema: “A preguiça”; Ouvinte nº. 1, feminino, proprietária de casa de hóspedes)

Locutora - Mas assim sente-se infeliz de duas maneiras: sente-se infeliz porque quando quando começa a trabalhar, e sente-se infeliz porque não tem vontade de trabalhar, não é?

Ouvinte - Sim.

→Locutora – [Asserção-resumo] É preso por ter cão e preso por não ter, ao fim e ao cabo.

Ouvinte - Sim. Então quando eu pego uma coisa pra fazer, tenho que fazê-la até terminar. Eu às vezes eu digo, vou pra cozinha, meto as luvas, começo ali a limpar, depois o telefone toca, ou uma pessoa toca a campainha, pronto já pra mim é um prazer, porque paro de fazer.

Locutora - Já tem uma desculpa pra parar.

(2) (Programa: BN; Data: maio de 1998; Tema: “A pontualidade”; Ouvinte nº. 74, motorista)

Locutora - Pois, pode-lhe acontecer um dia, estão lá os dois e ao fim e ao cabo não se encontram.

→ Ouvinte - Então andamos andamos cá à chuva e vento, podemos-nos molhar um dia.

Locutora - Isso é verdade, isso é verdade.

ALMEIDA, CARLA AURÉLIA DE; FUNCIONAMENTO DO ATO DE ASSERÇÃO EM INTERAÇÕES VERBAIS NA RÁDIO: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE CONSENSO

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 2, ANO 2013, PP. 13-32

(3) (Programa: BN; maio de 1998; Tema: “A pontualidade”; Ouvinte nº. 60, sexo feminino, Lisboa, empregada de escritório)

Ouvinte - Não, não, não, não, não.

Ouvinte - Sim, sim. Eu chego habitualmente sempre antes do dos patrões; portanto eu acabo o escritório, faço a minha vida normal e eles quando quiserem chegar chegam.

→Locutora de rádio - Pois, patrão é patrão.

Ouvinte - Pois, exato.

(4) (Programa: BN; Data: abril de 1998; Tema: “A preguiça”; Ouvinte nº. 4, masculino, médico)

Ouvinte - eu tinha que dar o exemplo de não ser preguiçoso. E nunca fui. Fiz, eh... cumpri tropa no tempo da guerra, de maneira que aí fui limado um bocadinho da preguiça que os estudantes teriam que ter naquela altura.

Locutora - Ó Dr. até porque tendo uma clínica como teve tantos anos como chefe tem que dar o exemplo, não é?

→Ouvinte - Pois aí é que está, é que... já era o Camões que dizia: “o fraco Rei faz fraca a forte gente”.

Locutora - Ora aí está.

Segundo Joaquim Fonseca, a *citação* constitui uma estratégia de estabelecimento do *acordo interacional*, contribui para a projeção de um movimento retroativo de resumo avaliativo das produções discursivas anteriores (constituindo comentários avaliativos) e possibilita a realização de um movimento projetivo que dá continuidade aos rumos discursivos delineados, atribuindo uma *coerência funcional* (Fonseca, 1992: 298) à construção conjunta do discurso.

Nestes exemplos, os interactantes recorrem à realização de asserções-resumo que têm por base um mecanismo discursivo de *citação* de aforismos (exemplo 1), de provérbios (exemplo 2), de sequências tautológicas (exemplo 3) e de máximas literárias (exemplo 4) que fazem parte de uma *doxa* que, sendo partilhada, constitui uma estratégia de consenso. Estas estraté-

gias são, a maioria das vezes, desenvolvidas pelos locutores de rádio e permitem a realização de um resumo acerca do modo como o ouvinte analisou o tema. Estas asserções permitem concluir o tópico e preparar o fecho da interação constituindo o que André-Larochebouvy chama de “pré-fecho natural” (André-Larochebouvy, 1984: 107) com a aceitação do que é dito por parte dos dois participantes na interação: “Sim” (exemplo 1, ouvinte); “Isso é verdade, isso é verdade” (exemplo 2, locutora de rádio); “Pois, exato” (exemplo 3, ouvinte); “Ora aí está” (exemplo 4, locutora de rádio).

Assim, regularmente, na análise de um tópico ou assunto, os interactantes convocam um *lugar comum* que, fazendo parte do *conhecimento compartilhado*, permite concluir aquele com o consenso e a consequente “consolidação interlocutiva” (Laver, 1981). Estas práticas discursivas denotam, assim, o “envolvimento conversacional”.

Segundo Deborah Tannen (1989), a noção de “envolvimento conversacional” enfatiza a natureza interativa da interação conversacional e tem por base a perspectiva teórica de que a conversação é uma “produção conjunta”, pondo a tónica no papel ativo do alocutário que interpreta e dá forma ao discurso do locutor, isto é, o alocutário como um co-locutor, realçando assim a construção conjunta do discurso realizada pelos participantes na interação (*Idem*: 13).

Em emissões de tema livre, é frequente o locutor de rádio convocar o tópico relativo ao tempo atmosférico. A produção de asserções sobre o tempo atmosférico é uma característica do “small talk” (Coupland, 2000) e esta realização demonstra o “envolvimento conversacional” dos participantes na interação.

Observemos o seguinte exemplo:

(5) (Programa: ES; 29/10/2001; Ouvinte nº. 393, masculino, Furadouro, Camionista)

Locutor - A chuva também já vai aí?

Ouvinte - É ali mais prò Norte onde... eu pràqui pra este lado não apanhei nada. Fui pra cima, que a gente tem assim sempre tudo seco, aqui pra baixo vim pra baixo tudo seco, agora pronto o A. lá pra cima o A. foi prà Corunha hoje deve ter apanhado pra lá chuvinha com fartura.

Locutor - Ah, pois.

Ouvinte - *Aquela zona ali é sempre muito mais chuvosa que aqui.*

→Locutor - *É nestas situações, enfim, provavelmente eh... os males que aqui nos batem à porta lá também andarão andarão por perto, não é.*

Ouvinte - *É, mas a coisa lá é mais complicada. Lá... que é ali a zona de Santiago de Compostela, Corunha, Pontevedra pra cima aquilo... é muito mais chuvoso qu'aqui. Chuvoso e com respeito a trovoada e tudo, não é.*

Locutor - *Hum, hum.*

A asserção “É nestas situações, enfim, provavelmente eh... os males que aqui nos batem à porta lá também andarão andarão por perto, não é” apresenta a realização de uma *modalidade epistémica* no domínio do incerto: a realização do advérbio de modo “provavelmente” que marca a incerteza, a ocorrência de verbos conjugados no futuro na proposição “provavelmente (...) os males que aqui nos batem à porta também andarão andarão lá por perto” e a coocorrência da pergunta-tag (“Tag Questions”) “não é” mitiga a força ilocutória de atos de discurso específicos como o ato de asserção (“a softer way of asserting”, segundo Fraser, 1980).

A realização de mitigadores do valor de verdade expresso no conteúdo proposicional dos atos de asserção possibilita o *equilíbrio ritual* das faces dos interactantes, reduzindo as “obrigações epistémicas do locutor” (Caffi, 2000: 96) que afirma algo e produzindo por implicatura uma distanciação em relação ao que é dito. A precaução dada à dimensão de salvaguarda da face (Goffman, 1981; 1987) possibilita o estabelecimento do consenso. Com efeito, o alocutário (o ouvinte nº. 303) demonstra não rejeitar o que é dito no conteúdo proposicional da asserção realizada pelo locutor de rádio, acrescentando, na sua vez de elocução, mais informação ao que é dito (“É, mas a coisa lá é mais complicada”) visando aumentar o conhecimento que o seu interlocutor tem acerca do mundo e contribuindo para prosseguir “o rumo discursivo” (Fonseca, 1992: 316) aberto pelos sucessivos atos de asserção que os interactantes realizam nestes contextos institucionais.

Os interactantes revelam, assim, a partilha de um conjunto de crenças e estratégias discursivas que denota a construção do que J. Gumperz chama de “comunidade de pensamento” (Gumperz, 1990: 220). Estas ações e estratégias discursivas constituem códigos e normas conhecidas pelos falantes que assinalam a “pertença ao grupo” (Diamond, 1996: 76): “Cada comunidade tem os seus próprios jogos rituais (ou normas) locais e específicos que podem ser explorados para objetivos sociais e interpessoais” (Idem: 77; tradução nossa).

5. CONCLUSÃO

Na linha de P. Attal, assinalamos que, como todos os atos de discurso, o ato de asserção cria, como diz O. Ducrot, um “juridismo ilocutório”. Com a realização de um ato de asserção, o alocutário interpreta o valor ilocutório deste ato, aumentando o conhecimento que este tem acerca do mundo e construindo com o locutor uma relação interlocutiva, sendo sempre um ato que visa modificar o alocutário nos seus estados epistémicos, emocionais e comportamentais.

Em programas de rádio noturnos, procedemos à análise de atos de asserção que constituem uma forma de o locutor fazer uma citação, apresentando um argumento forte a favor de uma posição assumida: a realização de um mecanismo de *citação* de provérbios, de aforismos e de sequências tautológicas e o recurso à realização de *lugares comuns* em asserções-resumo são práticas discursivas que permitem preparar o fecho da interação com o equilíbrio entre as faces dos interlocutores. Estas práticas revelam a partilha de um *saber comum*, de uma *doxa* e demonstram a construção de uma *comunidade de pensamento* (Gumperz, 1990: 220), constituída por locutores de rádio e por “ouvintes” que entram, regularmente, em antena através de telefonemas feitos para a rádio (“radio phone-in programmes”).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. A. Discurso radiofónico português: padrões de organização sequencial, actos e estratégias de discurso, relações interactivas e interlocutivas. Dissertação de Doutoramento em Linguística, especialidade Linguística Portuguesa, Universidade Aberta, 2005.

_____. A Construção da Ordem Interaccional na Rádio: Contributos para uma análise linguística do discurso em interações verbais. Porto: Afrontamento, Biblioteca das Ciências Sociais/Plural, 2012.

AMOSSY, R. (org.). Images de soi dans le discours: La construction de l'ethos. Paris: Delachaux et Niestlé, 1999.

ANDRÉ-LAROCHEBOUVY, D. La Conversation quotidienne. Paris : Didier, 1984.

ATTAL, P. L'acte d'assertion. In: Semantikos, v. 1, nº. 3, 1976. p. 1-12.

AUSTIN, J. L. Quand dire, c'est faire. Paris: Éditions du Seuil, 1970.

BELL, A.; Garret, P. (ed.) Approaches to media discourse. Oxford: Blackwell, 1999.

BONNAFOUS, S.; Tournier, M. Analyse du discours, lexicométrie, communication et politique. In: Langages, 117, 1995. p. 67-81.

CAFFI, C. Aspects du calibrage des distances émotives entre rhétorique et psychologie. In: PLANTIN, C. et al. (orgs.). Les émotions dans les interactions. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 2000. p. 89-104.

CHARAUDEAU, P. (ed.) Aspects du discours radiophonique. Paris: Didier, 1984.

CHARAUDEAU, P. Introduction. Problèmes d'analyse des Medias. In: Charaudeau, P. (ed.), Aspects du discours radiophonique. Paris : Didier, 1984a. p. 5-10.

_____. Description d'un genre: l'interview. In: Charaudeau, P. (ed.), Aspects du discours radiophonique. Paris : Didier, 1984b. p. 111-115.

_____. Introduction: contrats de communication et ritualisations des débats télévisés. In: BRUNETIÈRE, V. et al., La télévision. Les débats culturels 'apostrophes'. Paris : Didier Érudition, 1991. p. 11-35.

_____. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: Langages, 117, 1995. p. 96-111.

_____. A communicative conception of discourse. In : Discourse studies, vol. 4, 3, 2002. p. 301-318.

- COUPLAND, J. (ed.) *Small talk*. London: Longman, 2000.
- DIAMOND, J. *Status and power in verbal interaction. A study of discourse in a close-knit social network*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas dire*. Paris : Hermann, 1972.
- FONSECA, J. *Linguística e Texto/ Discurso - teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: Ministério da Educação / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- _____. *O discurso de Corte na Aldeia de Rodrigues Lobo - o Diálogo I*. In: *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Línguas e Literaturas*. Porto: Vol. XIII, 1996. p. 87-145 .
- FRASER, B. *Conversational mitigation*. In: *Journal of pragmatics*, 4, 4, 1980. p. 341-350.
- GOFFMAN, E. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- _____. *Façons de parler*. Paris : Minuit, 1987.
- GRICE, H. P. *Querer dizer*. In: LIMA, José Pinto de (org.) *Linguagem e acção - da filosofia analítica à linguística pragmática*. Lisboa: Apáginastantas, Colecção Materiais Críticos, 1989. p. 87-105.
- GUMPERZ, J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- _____. *Engager la conversation: introduction à la sociolinguistique interactionnelle*. Paris: Minuit, 1989a.
- _____. *Sociolinguistique interactionnelle. Une approche interprétative*. La Réunion: L'Harmattan, 1989b.
- _____. *The speech community*. In GIGLIOLI, Pier Paolo (ed.). *Language and social context* . Harmondsworth: Penguin Books, 1990. p. 219-231.
- HUTCHBY, I. *Power in discourse: the case of arguments on a British talk radio show*. In: *Discourse and society*, vol. 7, 4, 1996a. p. 481-497.
- _____. *Confrontation talk. Arguments, asymmetries and power on talk radio*, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1996b.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'implicite*. 2ème édition. Paris: Armand Colin, 1986.
- _____. *Les interactions verbales*. II. Paris: Armand Colin, 1992.
- _____. *Rhétorique et pragmatique: les figures revisitées*. In: *Langue Française*. Vol. 101, 1994. p. 57-71.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Les interactions verbales. I., 3ème édition. Paris: Armand Colin, 1998.

_____ The case for an eclectic approach to discourse-in-interaction. In: STREECK, J. (ed.) New adventures in language and interaction. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2010. p. 71-97.

LAVIER, J. Linguistic routines and politeness in greeting and parting. In: COULMAS, F. (ed.). Conversational routine. Explorations in standardized communication situations and prepatterned speech, The Hague: Mouton, 1981. p. 289-304.

LIDDICOAT, A. et al. The effect of the institution: openings in talkback radio. In: Text, vol. 12, 4, 1992. p. 541-562.

MÜLLER, F. E. Trilogie et 'double articulation' de la conversation radiophonique. In: KERBRAT-ORECCHIONI, C.; PLANTIN, C. (orgs.) Le trilogie. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1995. p. 201-223.

PLANTIN, C. (org.) Lieux communs, topoï, stéréotypes, clichés. Paris : Éditions Kimé, 1993.

ROULET, E. et al. L'articulation du discours en français contemporain. Berne Francfort S/ Main: Peter Lang, 1985.

SCANNELL, P. (ed.) Broadcast talk. London: Sage, 1991.

SEARLE, J. R. Les actes de langage. Paris: Hermann, 1972.

_____ Sens et expression. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

_____ Indirect speech acts. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (eds.) Syntax and semantics 3: speech acts. New York: Academic Press, 1975. p. 59-82.

TANNEN, D. Talking voices: repetition, dialogue and imagery in conversational discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

TANNEN, D. The relativity of linguistic strategies: rethinking power and solidarity in gender and dominance. In: WETHERELL, M. et al., Discourse theory and practice. A reader. London: Sage, 2001. p. 150-166.

THORNBORROW, J. Introduction. In: Text, vol. 17, 2. 1997a. p. 157-160.

_____ Having their say: the function of stories in talk-show discourse. In: Text vol. 17, 2. 1997b. p. 241-262.

THORNBORROW, J.; FITZGERALD, R. From problematic object to routine 'add-on': dealing with e-mails in radio phone-ins. In: *Discourse studies* vol. 4, 2. 2002. p. 201-223.

TRAVERSO, V. *La conversation familière. Analyse pragmatique des interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1996.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. Oxford: Basil Blackwell Publisher, 1958.

WORTHAM, S.; LOCHER, M. Voicing on the news: an analytic technique for studying media bias. In: *Text* 16, 4. 1996. p. 557-585.

Troika, Austeridade, Crise: modalização linguística em artigos de opinião e cartoons na imprensa escrita portuguesa

**DUARTE,
ISABEL MARGARIDA**
iduarte@letras.up.pt

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Investigadora e membro dos Conselhos Diretivo e Científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto

**PINTO,
ALEXANDRA GUEDES**
mapinto@letras.up.pt

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Investigadora e membro do Conselho Científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

PALAVRAS-CHAVE:
modalização;
verbos modais;
ironia;
humor;
derrisão; operadores de
envolvimento e de
distanciação enunciativa.

RESUMO: Neste trabalho, efetuado sobre dois corpora de artigos de opinião e de cartoons da imprensa escrita portuguesa em torno dos conceitos de *troika*, *austeridade* e *crise*, estudámos aspetos da modalização linguística visíveis nas ocorrências dos verbos modais *poder*, *dever* e *parecer* e em mecanismos como a ironia, o humor e a derrisão, quando estes se configuram como operadores de envolvimento e de distanciação enunciativa, por parte do sujeito enunciador, relativamente aos estados de coisas que captura e critica.

KEYWORDS:
modalization;
modal verbs;
irony;
humor;
derision;
operators of enunciative
involvement and
detachment.

ABSTRACT: In this work, carried out on two corpora of opinion articles and cartoons from Portuguese press around the concepts of *troika*, *austerity* and *crisis*, we studied aspects of linguistic modality visible in occurrences of the modal verbs *poder*, *dever* e *parecer* and mechanisms such as irony, humor and derision, when they are configured as operators of enunciative involvement and detachment by the enunciator in relation to the states of affairs that he captures and criticizes.

INTRODUÇÃO

O trabalho conjunto aqui compilado teve início numa reflexão anterior¹ (Pinto & Duarte, 2013), que visou caracterizar a forma como, à data, a *troika* surgiu espelhada no discurso dos media portugueses. Para esse efeito foram constituídos dois corpora: um deles, composto por um conjunto de 30 artigos de opinião recolhidos de vários meios de referência da imprensa escrita nacional, entre os quais o jornal *Expresso*, a revista *Visão*, o *Jornal de Negócios*, entre maio e setembro de 2012; o outro, composto por *cartoons* e crónicas humorísticas da imprensa escrita, recolhido num intervalo temporal mais extenso, decorrente da necessidade de constituir *corpus* relevante para o efeito.

Na altura, demos conta do facto de que a estrutura argumental de um dado predicador e os papéis semânticos que ele atribui aos seus argumentos têm consequências na configuração semântico-pragmática de um dado estado de coisas sendo que pudemos constatar um movimento global de humanização da entidade *a troika* e de recorte do seu perfil como entidade [+ DINÂMICA], [+ CONTROLADORA], [+ AFETADORA], funcionamento que se revelou idêntico nos textos de opinião e nos textos humorísticos.

O manuseamento dos corpora recolhidos conduziu-nos, entretanto, à constatação de outras regularidades enunciativo-pragmáticas, tais como o funcionamento dos verbos modais e da ironia, do humor e da derrisão como operadores de envolvimento e de distanciação enunciativa, tema que constitui o objeto do presente trabalho.

1. OS VERBOS MODAIS PARECER, PODER E DEVER NOS ARTIGOS DE OPINIÃO DE IMPRENSA ESCRITA

É sabido que o discurso de opinião de imprensa escrita se constrói sempre num difícil equilíbrio entre o reforço e a atenuação argumentativos. O estudo que fizemos sobre o comportamento de alguns modais em construções verbais neste tipo de discurso demonstra como o enunciador procede a um constante balanceamento entre, por um lado, uma modalidade epistémica de certeza a par com uma modalidade deontica², que revelam o seu total comprometimento face ao dito e efetuam uma “solicitação de consenso” (Parret, 1988, 76) e um

1. Esta reflexão prévia foi apresentada no Congresso CICOM: *II Congresso Internacional de Comunicação, Cognição e Media – Discurso Político e Económico*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, Outubro 2012.

2. Esta modalidade deontica é instauradora de uma obrigação e logo de uma relação intersujeitos entre um sujeito deontico “Sd”, fonte da obrigação, e um segundo sujeito que é o alvo da obrigação (Campos, 1998).

3. Neves (2006: 152) põe em dúvida a possibilidade de existirem enunciados não-modalizados ao afirmar que, “se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não-modalizados”. A autora diz, ainda, que, do ponto de vista comunicativo-pragmático, a modalidade pode ser considerada uma categoria “automática”, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do facto expresso e de imprimir nele um certo grau de certeza sobre essa marca.

4. Vejam-se os conceitos de “subjectivèmes” e “relationèmes” de Kerbrat-Orecchioni (1980; 1992) ou ainda a forma como a autora propõe a inclusão de mecanismos como « la “proxémique verbale”, la régulation de la distance interlocutive par les formes d’adresse, les particules interlocutives, les règles de la politesse» no conceito de modalização enunciativa (Kerbrat-Orecchioni, 2013).

5. Bakhtin (2003) defende a recorrência de certas estruturas linguísticas de acordo com a intenção comunicativa e os contextos reais de uso que configuram os géneros discursivos.

movimento de “captação” do interlocutor (Charaudeau & Maingueneau, 2004); e, por outro lado, uma modalidade epistémica de incerteza que encena um maior distanciamento face ao dito e permite ao enunciador granjear uma imagem de credibilidade e isenção junto do seu público-leitor. É este balanceamento que possibilita a conjugação dos dois principais eixos ilocutórios dos textos de opinião da imprensa escrita, a saber: a expressão de uma crítica social, tida como avalizada, e a intervenção sobre o universo de crenças e valores dos leitores (Fonseca, 1998).

Estudámos, no *corpus* recolhido, o comportamento semântico-pragmático de ocorrências modais dos verbos modais *parecer*, *dever* e *poder*, tendo concebido as construções em que estes surgem como marcas de modalização linguística, na medida em que elas permitem, segundo Koch (2002), demarcar a posição avaliativa do enunciador relativamente à mensagem e estabelecer uma interlocução mais ativa com o leitor, no sentido de o tentar convencer da validade da opinião expressa.

Entendemos que, tal como em qualquer interação verbal, o produtor de um texto de opinião, pelas escolhas linguísticas que faz, ao mesmo tempo que exprime um determinado conteúdo proposicional e se posiciona sobre ele, define o seu papel e o papel do seu interlocutor no jogo comunicativo que instaura³.

Assim, assumimos o conceito de modalização numa orientação predominantemente enunciativa, tomando como verdadeiro que a modalidade, numa tal conceção, engloba todas as manifestações da «subjetividade» no enunciado (Kerbrat-Orecchioni, 1980)⁴, pese embora o problema daí decorrente de que uma tal definição possa absorver todas as marcas diretas ou indiretas do sujeito no enunciado.

A hipótese de que a recorrência das estruturas com verbos modais seja característica (embora não exclusiva) do tipo de discurso “artigo de opinião de imprensa escrita” parece confirmar-se pela profusão destas estruturas no *corpus* estudado⁵.

Passando, deliberadamente e por escassez de tempo, por cima das discussões em torno do estatuto de modais dos verbos estudados - *parecer, poder e dever* – que não serão modais em todas as construções em que ocorrem, abordaremos aqui os principais valores semântico-pragmáticos e argumentativos destes verbos no *corpus* de artigos de opinião recolhido⁶.

1.1 O VERBO MODAL PARECER

Na maior parte das ocorrências observadas, este modalizador permite encenar uma estratégia de distanciamento enunciativo e de desresponsabilização por parte do enunciador sobre a verdade do dito. Nestes usos, está ao serviço da atenuação do discurso de opinião e também ao serviço da produção de atos ilocutórios de crítica e de censura mitigados.

Em certos usos, funciona também como uma forma de relato mais discreta (Duarte, 2013), que permite fazer aparecer o discurso do outro no discurso do enunciador. Este uso “mediativo” consegue concentrar duas dimensões: a dimensão da evocação das palavras do outro e a encenação de um distanciamento por parte do enunciador face a essas mesmas palavras, o que acaba por constituir uma estratégia de descredibilização do discurso do outro⁷.

Integra, assim, sequências dialógicas, em que o enunciador contrapõe a sua voz e a sua posição à voz e às posições de outros, normalmente para as desacreditar. Assume, portanto, um valor argumentativo na construção da tese do enunciador, sendo, neste sentido, uma marca do tipo de texto em análise. Considerem-se as seguintes ocorrências:

(1) Tudo vai bem, diz o primeiro-ministro, mesmo quando alguns ministros da coligação parecem não se entender nem ter uma estratégia única de ataque à crise...

(2) Por todas as razões, será muito difícil Pedro Passos Coelho tirar Miguel Relvas do Governo; mas ainda será mais difícil mantê-lo. Será muito difícil tirá-lo por tudo o que os une e o que o primeiro-ministro parece dever-lhe, inclusive na sua ascensão à liderança do PSD e à chefia do Executivo.

(3) E também na Europa parecemos andar todos perto do delírio, num gigantesco jogo de roleta-russa.

6. Uma nota metodológica necessária é ainda a de que, nesta exposição, apenas apresentaremos algumas das ocorrências patentes no *corpus* total, de forma a ilustrar os valores encontrados.

7. Cf. a noção de *éffacement énonciatif* proposta por Vion, 2001.

8. Neste *dever* com valor deôntico concentramos o valor de obrigação que instaura uma “relação intersujeitos” (Campos, 1998) e o valor de expressão de “necessidade extrínseca” (Pontes, 1973).

1.2 O VERBO MODAL *DEVER*

Distinguiremos, no corpus estudado, os valores semânticos do *dever* deôntico⁸ e do *dever* epistémico, apoiados nos estudos de Campos (1997; 1998) e de Pontes (1973), por nos parecer que estes dois valores são suficientes para a descrição das ocorrências detetadas.

1.2.1 O *DEVER* DEÔNTICO

O *dever*, no seu sentido deôntico, surge, neste tipo de texto, a enquadrar um discurso tipicamente autoritário e judicativo, numa modalidade deôntico-interlocutiva, no sentido de Corbari (2008), que interpela o leitor a aderir à posição defendida pelo enunciador, podendo mesmo chegar a vincular o interlocutor à execução de atos futuros, ganhando uma força ilocutória de ato diretivo (Searle, 1969). O *dever* deôntico suporta, assim, uma estratégia de credibilização discursiva e de autolegitimação argumentativa, reforçada, por vezes, pelo emprego de fraseologias que representam a voz do mundo, convocando um agente de validação discursiva autorizado (Berrendoner, 1981) para reforçar os julgamentos avançados (ver abaixo “*apanhar boleia*”, “*novos ventos*”, “*ganhar tempo*”, “*margem de manobra*”, “*mais papista que o Papa*”).

Este verbo encontra-se presente em sequências ilocutórias injuntivas com valor de recomendação e conselho ou então em sequências com valor de crítica. Funciona como marca de género, pois permite veicular a dimensão ilocutória diretiva de mobilização da opinião pública e de intervenção social que este tipo de textos assume:

(4) Passos Coelho devia apanhar boleia destes novos ventos que atravessam a União para ganhar tempo e margem de manobra. É preciso fazer alguma coisa para travar o desemprego e para sairmos do marasmo económico.

Entretanto, parece desenhar-se alguma especialização semântico-pragmática nas formas observadas, decorrente dos tempos verbais em que as mesmas ocorrem. Esta especialização poderia ser explicitada através das seguintes fórmulas:

(i) *dever* no presente do indicativo = atos de recomendação e exortação voltados para conteúdos proposicionais do presente-futuro;

(ii) *dever* no imperfeito do indicativo ou no condicional= atos de recomendação + atos de crítica e censura voltados para conteúdos proposicionais do passado (contrafactuais).⁹

1.2.1.1 O DEVER NO PRESENTE DO INDICATIVO

Nas ocorrências em que o *dever* de valor deontico surge no presente do indicativo, dois valores ilocutórios podem cruzar-se no enunciado, formando um complexo ilocutório. Nas palavras de Campos (1998, 170):

Ao constatar, o enunciador-locutor impõe. A obrigação marcada por DEVER, quando construída numa situação de enunciação, não pode dissociar-se da sua vertente assertiva. É a ambiguidade pragmática entre interpretação constativa e interpretação performativa, em que as duas interpretações são indissociáveis.

Os exemplos retirados do *corpus* podem evidenciar uma relação intersubjetiva clara entre os sujeitos enunciador e enunciatário ou dar expressão a princípios deonticos mais genéricos em que a voz do enunciador se confunde com a voz do mundo:

(5) Pelo contrário, a democracia permite, e até deve estimular, o uso, em inteira liberdade, desse poder - do mesmo passo impondo que quem governa o faça em benefício da comunidade, com visão, convicção, eficácia e parcimónia.

(6) Ora também nós, jornalistas, devemos ter consciência daquele poder (das palavras) e do poder da informação - mas ainda muito mais da sua responsabilidade.

Por vezes, as sequências em que o *dever* deontico no presente do indicativo ocorre funcionam como marcadores explícitos de introdução de discurso de opinião, uma espécie de “auto-legitimadores” discursivos. Vejam-se os casos de:

9. Em qualquer um dos contextos acima referidos, mantém-se como válida a condição enunciada por Campos (1997) de que “Ao construir em T0 um juízo deontico sobre uma relação predicativa <r>, o sujeito da enunciação constrói <r> como válido numa situação de enunciação fictícia, isto é, válido num tempo fictício, por um enunciador fictício. Estes parâmetros fictícios definem um plano aorístico, em ruptura com o plano enunciativo.” (idem, 175). É ainda pertinente acrescentar que, apesar de, nestes usos do modal no imperfeito do indicativo ou no condicional, ganhar relevo o valor de crítica, a dimensão ilocutória de recomendação encontra-se igualmente presente.

(7) Mas, devo confessá-lo, mais ainda do que censurar os agentes económicos e mais a sua imoral racionalidade, apeteceu-me dizer à realidade, essa insuportável rameira, que tivesse tino, que não fosse calista, que se deixasse estar, posta em sossego, por uns mesitos que fosse.

(8) Mas não parece provável. Nem, devo dizer, necessário.¹⁰

10. Campos (1998, 183) atribui uma função de conector discursivo ao modal em ocorrências idênticas às que destacamos aqui, já que este permite introduzir uma informação que estabelece uma rutura na sequência discursiva.

11. Veja-se a explicação avançada por Fonseca, F.I. (1993, 170-174) para o bloqueamento do valor diretivo e consequente derivação ilocutória do valor de censura em ocorrências do Conjuntivo Independente tais como “(i) Corresse” “(ii) Tivesse corrido”, por força da não apresentação da perspetiva temporal de presente-futuro indispensável à configuração de um ato diretivo. Consideramos que nos enunciados do nosso corpus com *dever* deontico no imperfeito tem lugar uma derivação ilocutória idêntica que faz sobressair o valor de censura sobre o valor diretivo.

1.2.1.2 O DEVER NO IMPERFEITO DO INDICATIVO OU NO CONDICIONAL

Campos (1998) identifica um valor de mitigação em certos usos do *dever* deontico no imperfeito, decorrente da distância entre a situação de enunciação e uma situação fictícia, subjacente ao uso do imperfeito modal (idem, 186-187). Nas ocorrências do nosso *corpus* de textos de opinião, não registámos usos deste valor atenuador. Em contrapartida, registámos muitos usos do valor de censura nas sequências ilocutórias em que o verbo aparece. Este valor de censura advém do implícito ativado de que os estados de coisas sobre os quais se projeta a modalização já se efetivaram no passado, sendo alvo de um juízo avaliativo de reprovação¹¹.

(9) Este Governo (...). Faz mais do que é preciso. E quando não faz, parece que sim, mostrando-se também, à sua maneira, mais papista que o Papa. É arrogante, perante quem não o devia ser.

(10) Já aqui escrevi, há semanas, que o PSD não devia colocar o secretário-geral dos socialistas em situação mais difícil do que aquela em que ele, por força das circunstâncias, se encontra.

(11) Existem muitos outros que nem sabem de que terrenos são ou não proprietários. E um Estado que é, ele próprio, o exemplo acabado do proprietário que não se recomenda. O problema não é de fácil resolução, mas alguma coisa podia e devia ser feita.

(12) Mas precisamente porque não é nada disto, a decisão do TC também não é razão para provocar um acantonamento estéril do Governo, muito menos deveria obrigar a reações a quente, desafios inflamados à oposição, ou ao anúncio apressado de medidas que, pelo simples facto de serem sugeridas, aprofundam o clima de depressão anímica dos portugueses.

Campos (1998) refere que o *dever* deontico no imperfeito ativa uma componente de contrafactualidade em associação com uma componente avaliativa, que resultam num “valor ‘intersujeitos’ de censura, ou de ‘autocensura’” (idem, 188) que confirmámos estar presente nos nossos exemplos.

Encontrámos ainda, nos textos de opinião analisados, o *dever* a configurar uma falsa modalidade deontica, subvertida por um uso irónico:

(13) Toda a gente devia ter o seu Miguel Relvas. Dá jeito em qualquer ocasião. Um estudante não sabe a resposta a uma pergunta e, para distrair o júri da oral, exhibe um Miguel Relvas. Um gato entra numa casa e, para entreter os cães, atira-lhes um Miguel Relvas. Uma mulher é apanhada...

(14) É um processo tão parecido com o Euromilhões que a Santa Casa devia ponderar a hipótese de processar a Grécia por plágio.

A ativação ilocutória da ironia está, também nestes exemplos acima, diretamente relacionada com a componente de contrafactualidade do imperfeito modal do *dever* deontico, bem como com o carácter absurdo e inverosímil dos estados de coisas recortados nas predicções.

1.2.2 O DEVER EPISTÉMICO

Independentemente dos valores suputivo (de probabilidade) ou de predição com que aparece, o *dever* epistémico é usado como mecanismo de reprodução do discurso do outro ou, simplesmente, como forma de distanciamento enunciativo, revelando, em qualquer dos casos, uma atenuação do grau de envolvimento do falante relativamente ao que diz.

Tal como afirma Duarte:

Du côté des formes de rapport plus discrètes (au sens de Moirand, 2007), la plus utilisée est le rapport d'informations modalisées par les verbes modaux *poder* (pouvoir) et *dever* (devoir), surtout par le premier (cf. Oliveira / Neves (2007)). (...) Dans le cas de ces deux verbes, sur une échelle épistémique, *dever* est plus du côté de la certitude que *poder* et donc moins utilisé, ce qui se comprend si l'on partage l'opinion selon laquelle les journalistes ne veulent le plus souvent pas se compromettre ni prendre en charge la véracité des informations qu'ils offrent aux lecteurs. (DUARTE, 2013, 440-441)

A observação efetuada pela autora sobre a frequência relativa destes dois verbos no *corpus* de notícias é válida para o nosso *corpus* de artigos de opinião de imprensa escrita, em que foi possível observar mais ocorrências do modal epistémico *poder* do que do *dever*, facto a que não será alheia a localização dos dois verbos numa escala epistémica que vai da asserção estrita (positiva ou negativa) à assunção nula e que coloca o *poder* mais próximo do domínio do não certo e o *dever* mais próximo do domínio do certo. Assinalamos o caso do *dever* epistémico com o seguinte exemplo do nosso *corpus*:

(15) O beijo e os sorrisos de Merkel e Hollande marcaram os 50 anos da reconciliação franco-alemã. Uma efeméride que faz recordar o passado... E voltou a falar-se da necessidade da capitalização da banca europeia, esperando-se que haja um supervisor bancário, que deverá ser, talvez, o Banco Central Europeu.¹²

12. Tomando em consideração a diferenciação dos valores de suputação e predição dentro do valor epistémico proposta por Campos (1998), teríamos, na ocorrência assinalada, o valor de predição.

1.3 O VERBO MODAL *PODER*

Neste trabalho, focalizaremos as aceções do *poder* deontico e do *poder* epistémico, já que as mesmas se revelaram particularmente salientes no *corpus* analisado.

1.3.1 O *PODER* DEONTICO

Verificámos, no *corpus*, uma especialização dos valores de acordo com os tempos verbais destes modais.

1.3.1.1 O *não poder* no presente do indicativo assume um valor semântico-pragmático muito próximo do *dever* deontico visto acima. Simula a enunciação de uma lei geral através do emprego de índices linguísticos próprios das verdades gerais e dos princípios deonticos, tais como o presente com valor atemporal; o *nós inclusivo*; o *se impessoal* ou ainda as construções passivas. É uma estratégia de legitimação discursiva e de validação argumentativa presente em sequências de argumentação categórica, não atenuada. Vejam-se os exemplos:

(16) Não podemos passar do oito ao oitenta. Mas também não podemos morrer, feitos uma Grécia, amarrados a um oito irrealista e, pior que tudo, ruinoso e insustentável.

(17) Não se pode partir do princípio que os deputados são tão incompetentes ou tão distraídos que quiseram dizer uma coisa e não a disseram! E a interpretação de uma lei não pode ser feita com base numa presumível vontade do legislador que não tem sustentação na sua letra.

(18) Não se pode, repetidamente, dizer que se queria dizer outra coisa diferente do que se disse, ou que se foi mal interpretado, ou... ou...

(19) Os quatro Estados mais poderosos da UE, depois dela - Itália, Espanha, Reino Unido e França -, obviamente não podem ser tratados pela Alemanha, cada vez mais enfraquecida, nem pelas instituições europeias, sem qualquer visão estratégica,

1.3.1.2 Quando o *poder* de valor deôntico ocorre no imperfeito do indicativo, aplica-se o que registámos acima para o caso do *dever* deôntico (ver acima, apartado 1.2.1.2), sendo que encontramos uma especialização semântico-pragmática das sequências enquanto atos ilocutórios de censura.

(20) (...) simpática burguesia, confortada na segurança de um futuro ordeiro e linear não é a mesma que, em Portugal, nasceu do 25 de Abril e viveu posta em sossego até há bem pouco tempo. Não é mas bem podia ser.

(21) O próprio Parlamento Europeu bem podia pedir contas à Comissão, quanto às medidas que toma.

1.3.2 O PODER EPISTÉMICO

À semelhança do que foi visto acima para o verbo *dever*, como marcador de modalização epistémica, também o *poder* funciona muitas vezes como um botão que permite regular o grau de certeza e, logo, comprometimento e responsabilização, que o enunciador põe naquilo que diz. Nessa medida, surge em muitos dos seus usos como uma estratégia de distanciamento enunciativo e de atenuação da força da asserção:

(22) (...) Porque a Grécia é um caso muito sério e pode ter consequências imprevisíveis para o euro e para o projeto europeu.

(23) (...) Coisas que, sublinhe-se, não serão suficientes para condenar ninguém, em outro foro; mas já o poderão ser para dificultar ou impedir o exercício de um cargo político de topo.

(24) O universo árabe, que parecia ter entrado numa “primavera democrática”, afinal está a ser submerso em guerras religiosas que podem tornar-se graves...

(25) (...) A primeira tem a ver com o efeito dessa ajuda, que será essencial para aliviar as pressões “especulativas” que incidem sobre vários membros da Zona Euro, como poderá muito bem ser o caso de Portugal.

Em jeito de conclusão parcial, podemos afirmar que, tal como dissemos acima, estes operadores de modalização *parecer*, *dever* e *poder* funcionam como verdadeiras agulhetas que permitem fazer ajustamentos constantes no comprometimento do enunciador face ao seu enunciado e na interpelação do enunciatário. É graças a um manuseamento subtil destes movimentos argumentativos que o texto de opinião atinge o seu fim perlocutório de conquistar a adesão do leitor e de o mobilizar a agir em conformidade com as intenções do locutor.

2. AUSTERIDADE EM TEXTOS HUMORÍSTICOS: QUE MODALIZAÇÃO?

Na segunda parte do presente trabalho, centramo-nos exclusivamente em textos humorísticos e localizamos e analisamos o lexema “austeridade”, tentando assim alargar o campo da pesquisa, que começou pelo estudo de ocorrências do lexema “troika” (Pinto & Duarte, 2013). O nosso objetivo foi verificar como os mecanismos desencadeadores de humor estão ao serviço de uma atitude de modalização ou de distanciação do sujeito enunciador perante os estados de coisas que os textos referem, equivalente a outros mecanismos de distanciação típicos de textos de imprensa (Oliveira & Bessa 2007).

O *corpus* 2 utilizado foi construído *ad hoc* e é constituído por sessenta e quatro crónicas de Ricardo Araújo Pereira na revista *Visão*, recolhidas entre 19 de maio de 2011 e 27 de setembro de 2012, num total de trinta ocorrências presentes em oito crónicas e sessenta e quatro

cartoons de Luís Afonso da rubrica “Sociedade Anónima”, publicados no *Jornal de Negócios*, desde 6 de julho de 2012 até 4 de outubro do mesmo ano, dos quais seis contêm a palavra “austeridade”.

Contrariando os resultados do primeiro estudo realizado, já encontramos, no segundo semestre de 2012, casos de humor desencadeado por jogos linguísticos que envolvem a palavra *troika*, por exemplo, na página do Facebook de t-shirts “destroika.me”, em dizeres que parodiam expressões fixas e jogam com a semelhança entre “troika” e “troca” ou “tranca”, como em “troikas-me as voltas”, “casa roubada, Troikas à porta”, “Troika o Passos”, “Troika Tintas”, “A encher os bolsos desde mil novecentos e troika o passos”, que, mesmo sendo muito sugestivas, não é agora a ocasião de estudar.

Se o lexema *troika* não era desencadeador de humor, nos textos analisados para o artigo já referido, e se também detetamos então muito poucas ocorrências de humor provocado mesmo por enunciados em que ele se encontrava presente, não sucede o mesmo com *austeridade*, pois certos usos deste lexema desencadeiam humor. Quer isto dizer: o lexema *troika*, se excetuarmos os usos marginais mais recentes identificados atrás, surgia-nos em contextos em que o alvo do humor não era, quase nunca, a própria *troika*, mas um outro qualquer aspeto da nossa realidade, como no *cartoon* que se segue. Nele, o objeto de humor é sobretudo o facto de a sugestão do Primeiro Ministro para que os portugueses emigrem ter ultrapassado, em dureza, as exigências da *troika* a propósito da necessidade de mobilidade para os funcionários públicos.



Não é este tipo de funcionamento discursivo que existe nos textos humorísticos em estudo, se tomarmos para objeto de análise a palavra *austeridade*. Nas crónicas de Ricardo Araújo Pereira estudadas, em sete das trinta ocorrências elencadas, o lexema *austeridade* faz parte de uma colocação - “medidas de austeridade”-, também presente em quatro *cartoons* de Luís Afonso e esta colocação pode, por ser muito repetida, estar em vias de se transformar numa “fórmula”, se tivermos em conta a explicação de Krieg-Planque, segundo quem as fórmulas seriam: «ensembles de formulations qui, du fait de leur emploi à un moment donné et dans un espace public donné, cristallisent des enjeux politiques et sociaux que ces expressions contribuent dans le même temps à construire» (2009, 7).

Passaremos em revista, rapidamente, os vários mecanismos linguísticos que concorrem para a criação do humor nos casos em apreço. São as medidas concretas de austeridade tomadas pelo governo que são maioritariamente referidas nos textos e não o conceito de austeridade em abstrato. O facto de (1) as políticas de austeridade serem poligeradas é ironicamente encarado e, nesta proliferação de fontes de austeridade, explorada para desencadear o humor e que cria um efeito de superlativação (comum, aliás, a outros mecanismos geradores de humor), se percebe uma atitude distanciada do enunciador em relação à entidade de que fala: tais medidas têm origem na *troika*, em Ângela Merkl, no próprio país, no anterior primeiro-ministro, no atual primeiro-ministro, no governo ou na própria austeridade.

Outros três traços das ocorrências concretas do lexema suscetíveis de provocarem humor, por não serem as propriedades que lhe são mais frequentemente atribuíveis, gerando também efeitos de superlativação são (2) **ser graduável**, sendo possível dizer “acrescentou algumas [medidas] da sua própria autoria, para tornar a austeridade um bocadinho mais austera” (21/07/11) ou “Governo, [...] achou que a [austeridade] da troika não era suficientemente austera” (19/01/12); e ainda (3) **ser variável em número, admitindo plural**: “nenhuma das austeridades anteriores deu efeito”. (19/01/12). Por fim, “austeridade” relaciona-se, etimologicamente, com o (4) **neologismo** inventado pelo autor “austerizar”, que significa tornar mais austero: “vai ser necessário austerizar ainda mais a austeridade” (19/01/12).

O lexema faz parte de um provérbio que Ricardo Araújo Pereira inventa (5) e “cita” entre aspas, atribuindo-o a um outro locutor, no caso referindo-se à ida do ex-Ministro Eduardo Catroga para a EDP: ““Austeridade no bolso dos outros para mim é refresco”, como diz o ditado” (19/01/12). Retirando à palavra o carácter técnico próprio da linguagem da Economia e tornando-a objeto de reflexões banais e quotidianas, o cronista inclui-a numa unidade fraseológica mais ou menos fixa presente, geralmente, em discursos coloquiais e familiares (6) - “A austeridade é como as cerejas” (5/7/12), explicando assim, de forma acessível e humorística, o que os economistas recentemente vieram lembrar (por exemplo, a Diretora Geral do FMI): austeridade gera austeridade.

“Austeridade” foi, em 2011, considerada a palavra do ano e sobre ela Ricardo Araújo Pereira faz várias reflexões irónicas, (7) algumas de carácter metalinguístico:

A minha preferência por uma palavra com menos sílabas e mais expressividade não se deve tanto à minha predilecção pelo escândalo, mas sim ao meu amor pela verdade. Escolher uma injúria ou um lamento menos erudito como palavra do ano de 2011 teria sido mais acertado até do ponto de vista filosófico. Nomear é dominar, como sabemos. Dar um nome às coisas é conhecê-las, e o conhecimento é poder. No entanto, chamar austeridade à austeridade não nos serve de nada. Não nos ajuda a conhecê-la nem a dominá-la. (19/01/12)

O facto de (8) a austeridade ser atribuído o traço [+ humano], sendo, por vezes, considerada AGENTE: “A culpa, como é evidente, não é da austeridade nem do governo. A austeridade foi muito competente e o governo previu bem.” (05/07/12); ou ALVO: “A culpa é do povo português, que tem sido austero com a austeridade” (05/07/12) é um outro mecanismo que provoca indiscutivelmente humor.

No caso dos *cartoons* de Luís Afonso, o cómico é gerado pela desmetaforização que decorre de uma desfixação, ou seja, pela consideração do valor literal de um dos lexemas de dada expressão nominal mais ou menos fixa, neste caso (5/03/2012) “selvagem” em “austeridade selvagem”; o humor decorre do fosso existente entre esse significado literal constituído pela soma do significado dos dois lexemas (austeridade + selvagem), explorado pelo autor no

cartoon e o sentido metafórico da “fórmula”, utilizado em enunciados ditos “sérios”, inferível pragmaticamente por qualquer falante e que teria sido usado pelo Ministro das Finanças no enunciado original que o repórter do *cartoon* relata.

Não vamos analisar em pormenor, por falta de tempo, o conjunto de conhecimentos partilhados que nos fazem reconhecer a “cena enunciativa” (Maingueneau, , 2008) como semelhante a uma reportagem da *National Geographic*, o funcionamento da fotografia por trás do boneco, como criando um falso espaço de “efeito de real” (Barthes, 1968), nem a “disjunção de isotopias” (Adão, 2008) como fonte do humor.



05/03/2012

O mesmo funcionamento de “desmetaforização” existe, por exemplo, no Grupo Nominal “fadiga de austeridade” (16/07/12), uma fórmula metafórica recente, no *cartoon* que apresentamos rapidamente a seguir, onde o lexema “fadiga” é tomado em sentido literal e não no metafórico. Seria possível dar inúmeros exemplos deste modo de gerar o cómico, jogando com o significado mais literal de um lexema e não com os sentidos metafóricos usados em certas fórmulas recentes, que os falantes facilmente inferem.



Estabelecendo uma ponte rápida com o terceiro vetor do tema deste encontro –Discurso, *Media* e Ensino -, o ensino, resta-nos sublinhar que a análise dos mecanismos linguísticos e discursivos envolvidos no humor é intrinsecamente motivadora, dado que tanto os fenómenos inferenciais quanto os materiais autênticos apresentados exigem esforço intelectual e são, também por isso, estimulantes. Aliás, o facto de o contexto extra-linguístico envolvido ser de crucial importância para explicar / compreender esses mecanismos discursivos é mais um fator de motivação: para os estudantes de Língua Materna, porque trabalharão com o contexto que real e quotidianamente os envolve e condiciona a produção dos respetivos enunciados; para os de Português Língua Não Materna, porque aprender uma língua estrangeira, hoje, é absolutamente inseparável de conhecer as circunstâncias históricas, culturais e sociais das gentes que a falam.

3. CONCLUSÃO

Analisamos, em resumo, aspetos da modalização linguística visíveis nas ocorrências dos verbos modais *poder*, *dever* e *parecer* e em mecanismos como a ironia, o humor e a derrisão, enquanto mecanismos linguísticos operadores de envolvimento e de distanciação enunciativa, por parte do sujeito enunciador, relativamente aos estados de coisas que critica.

Foi, assim, possível constatar que mecanismos de humor e ironia ocorrentes no uso do lexema “austeridade” em textos humorísticos e cartoons ensaiam o distanciamento enunciativo necessário ao sujeito-enunciador humorista na construção de uma visão crítica da realidade. Foi, ainda, possível verificar que mecanismos de modalização como os verbos modais *parecer*, *poder* e *dever* em artigos de opinião sobre a *troika*, a *austeridade* e a *crise* permitem a regulação da força ilocutória das asserções em que se inserem e a configuração de complexos ilocutórios assertivos-diretivos e diretivos-expressivos de censura, que se enquadram nos objetivos ilocutórios dos textos de opinião.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, T. O lado sério do humor – uma perspectiva sociolinguística do discurso humorístico. s/l: editorial Novembro, 2008.
- BERRENDONNER, A. Elements de pragmatique linguistique (Propositions). Paris: Éditions de Minuit, 1981.
- CAMPOS, M. H. C. Dever e Poder - um Subsistema Modal do Português. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- CHARAUDEAU, M.; MAINGUENEAU, D. Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2004.
- CORBARI, A. T. Um estudo sobre os processos de modalização estabelecidos pelo par “é + adjetivo” em artigos de opinião publicados no jornal observatório da imprensa. Paraná: Unioeste, 2008.
- DUARTE, I. M. Titres journalistiques et dialogisme: la «une» du quotidien Público. In: CASANOVA HERRERO, E.; CALVO RIGUAL, C. (Org.) Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y de Filología Románicas. Berlín: Walter de GRUYTER, 2013, vol. VI. p. 441-450.
- FONSECA, F. I. Subjonctif et impératif. Une contribution à l'étude de la configuration linguistique du SOUHAIT, de l'ORDRE, du REGRET et du REPROCHE. In: Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Gerla e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português. Porto: Porto Editora, 1994. p. 29-36.
- FONSECA, J. “Elogio do Sucesso”: a força da palavra/ o poder do discurso. In: Linguística e texto/discurso: teoria, descrição, aplicação. Lisboa: ICALP, 1992. p. 315-374.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'énonciation de la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 1980.
- _____. Les interactions verbales. Tome II, Paris, Armand Colin, 1992.
- _____. La modalité interrogative dans un type particulier d'interaction: Les débats présidentiels français (lecture). JADIS III, Porto: FLUP, 28 novembro 2013.
- KOCH, I. V. Argumentação e linguagem. 8ª ed, São Paulo: Cortez, 2002.
- KRIEG-PLANQUE, A. La notion de « formule » en analyse du discours. Cadre théorique et méthodologique. PU de Franche-Comté, 2009.
- MAINGUENEAU, D. Cenas da Enunciação. São Paulo: Parábola, 2008.

DUARTE, ISABEL MARGARIDA & PINTO, ALEXANDRA GUEDES; TROIKA, AUSTERIDADE, CRISE:
MODALIZAÇÃO LINGUÍSTICA EM ARTIGOS DE OPINIÃO E CARTOONS NA IMPRENSA ESCRITA PORTUGUESA
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 2, ANO 2013, PP. PP. 33-52

MEUNIER, A. Modalités et communication. In: *Langue française*, nº 21, 1974. p. 8-25.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, T.; NEVES, J. Estratégias linguísticas de envolvimento e de distanciamento no discurso jornalístico. In: *Aprender - Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, nº 31, 2007. p. 49-55.

PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Campinas: UNICAMP, 1988.

PINTO, A. G.; DUARTE, I. M. A discursivização do conceito da Troika em artigos da imprensa escrita portuguesa: um espelho do que a Troika é para nós? In: SILVA, A. S. *et al.* (Orgs). *Comunicação Política e Económica: Dimensões cognitivas e discursivas*. Braga: Aletheia, 2013. p. 469-482.

PONTES, E. *Verbos auxiliares em Português*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

SEARLE, J. *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

VION, R. “Effacement énonciatif” et stratégies discursives. In: JOLY, A.; DE MATTIA, M. (Org.). *De la syntaxe à la narratologie énonciative*. Paris: Ophrys. p. 331-354.

O discurso publicitário em sala de aula: objecto de análise discursiva e modelo de escrita no mundo real

**FREITAS,
ELSA SIMÕES LUCAS**
esimoes@ufp.edu.pt

**TUNA,
SANDRA GONÇALVES**
stuna@ufp.edu.pt

PALAVRAS-CHAVE:
publicidade;
instrumentos didáticos;
modelos de escrita;
contextos de aprendizagem.

KEYWORDS:
advertising;
didactic tools;
writing models;
learning contexts.

Professora Auxiliar
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Portugal

Professora Associada
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Portugal

RESUMO: Exemplos retirados dos média são frequentemente utilizados em análises de discurso linguístico em contexto escolar, especialmente no ensino de línguas estrangeiras. Valoriza-se a proveniência real destes textos e a sua fácil acessibilidade, que permitem a sua utilização como instrumento didático de grande utilidade. Outra área onde estes textos reais podem ser um recurso válido é o ensino da publicidade enquanto disciplina académica. Neste caso, os anúncios publicitários podem constituir objeto de análise e de estudo. Os exemplos reais permitem a deteção de estruturas recorrentes nesta forma de discurso, e podem servir de exemplo e modelo de escrita para futuros profissionais desta área, contribuindo para uma produção mais consciente e eficaz de publicidade. É objetivo deste artigo levar a cabo uma análise de alguns exemplos reais de anúncios, onde se detetam características recorrentes e definidoras do discurso publicitário, estabelecendo uma comparação com propostas de anúncios produzidos em contexto académico por alunos universitários do curso de Ciências da Comunicação na disciplina de 'Publicidade e Discursos Promocionais' (leccionada pelas autoras), de modo a avaliar a pertinência e relevância da utilização de um exemplário real para esta área específica de aprendizagem.

ABSTRACT: Examples from the media are often used in discourse analysis in academic environments, especially in the teaching of foreign languages. These samples are valued because they are real and because they are easily accessible, which makes them useful as a didactic tool. Another area where these real texts can constitute a valid resource is in the teaching of advertising as an academic discipline. In this case, ads can constitute an object of analysis and an object of study. The real-life examples allow the detection of recurrent structures in this discursive form, and can serve as an example and model of writing for future advertising professionals, thus contributing to a more conscious

and effective ad production. It is the aim of this article to undertake an analysis of a number of real ads, where recurrent and defining discursive traits can be detected, and to establish a comparison with ad proposals produced by university students of the course of Communication Sciences in the discipline of 'Advertising and Promotional Discourses' (taught by the authors of this article), so as to assess the pertinence and relevance of the use of real-life examples in this specific area of learning.

INTRODUÇÃO

Nas reflexões sobre a inter-relação entre discurso, mídia e ensino destaca-se frequentemente a questão da utilização de exemplários do discurso dos média para análises de natureza linguística, em particular estruturas gramaticais e lexicais – as suas ocorrências e recorrências, - tanto no ensino de línguas (estrangeiras ou maternas), como de áreas curriculares que se debruçam sobre aspetos culturais e sociológicos. Efetivamente, há vários domínios onde o estudo da linguagem dos média pode ser relevante e frutuosa:

Ways in which language is used in the media may be of interest to linguists for their own sake, as evidence, for instance, of particular types of grammatical structure or particular intonation patterns. For example, newspaper headlines have distinctive syntactic properties which make them a grammatical oddity, and have long attracted the attention of linguists [...] (Fairclough, 1995, p. 21)

Não menos comum, neste tema, é a abordagem da utilização de amostras textuais retiradas de textos reais, comumente provenientes de espécimes colhidos de produções midiáticas, presumivelmente por estas constituírem fontes de fácil acesso. Nesta última discussão, incluem-se os debates sobre a utilização de excertos e exemplos fabricados, completamente alienados da real utilização da língua – ou seja, das práticas em contextos reais – particularmente significativos no caso de ensino de línguas estrangeiras que, para além de se situarem usualmente em contextos de aprendizagens já artificiais, se debatem também muitas vezes com exemplários linguísticos forjados para o efeito, onde se sonegam, entre outros, os elementos para-linguísticos fornecidos pelo contexto (cf. a propósito deste debate, p. ex., Cook, 1989 e 2000). Este isolamento do contexto resulta, frequentemente, em dificuldades ao nível da compreensão real e total daquilo que está a ser dito na língua estrangeira, ficando por vezes o falante na situação paradoxal de conhecer o significado literal de todas as palavras que são ditas e, mesmo assim, não conseguir compreender o sentido do discurso (Cook, 1989, p. 41). De facto, podemos afirmar que, tradicionalmente, o ensino de línguas estrangeiras se centra

principalmente nas competências formais (pronúncia, gramática e vocabulário). No entanto, e tal como defende Cook, o domínio dessas áreas não é suficiente para garantir uma comunicação eficaz. Ao integrarmos a pragmática no ensino das línguas estamos, simultaneamente, a ensinar dimensões pragmáticas específicas de uma determinada cultura mas, igualmente, a lançar mão das competências comunicacionais já detidas pelos falantes:

What we need to decide as language teachers is the degree in which other components of communication need teaching. [...] How far do conversational principles and the interpretation of speech acts proceed differently in different cultures, for example? [...] Whatever cultural variation there may be in pragmatic interpretation, we may be sure that its interaction with form is language specific. It does need teaching, though we must be careful not to go to the opposite extreme [...] and patronizingly treat adult learners as like new-born babes. They bring with them immense reasoning power, knowledge of the world, and a sophisticated skill at implementing at implementing through their own language and culture the complex needs of all humans; to relate to others, and to act with them. (Cook, 1989, p. 43)

Também nas áreas curriculares que se ocupam com temáticas culturais ou de ênfase sociológica, os exemplários do discurso mediático representam uma forma constantemente atualizada (e, conseqüentemente, apelativa para os alunos) de integrar o contexto no ato de comunicação. Efetivamente, em disciplinas como as que as autoras lecionam a alunos do ensino superior (ou seja, 'Publicidade e Discursos Promocionais'), assume especial importância (1) a capacidade de análise relativamente aos elementos constituintes do discurso mediático e (2) a capacidade daí decorrente no que diz respeito à produção (e reprodução) dos modelos observados, tendo em conta os necessários fatores contextuais que poderão garantir a aplicabilidade dos modelos propostos às necessidades de um eventual cliente real.

1. REFLEXÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CORPORA REAL EM CONTEXTO DE SALA DE AULA

Os exemplários do discurso mediático constituem, portanto, uma fonte válida para exercícios de análise e decomposição do discurso nos seus elementos constitutivos, com utilizações proveitosas em diferentes áreas do ensino, podendo representar a prova de determinada ocorrência, uma vez que, mesmo quando isolados do seu contexto, se pode contar com a proveniência real do corpus. No estudo que nos propomos desenvolver, contudo, pretendemos que sejam esses mesmos textos – os produzidos pelos média no âmbito do discurso publicitário – o objeto de análise. Ou seja, o percurso proposto é o da utilização de excertos do discurso publicitário para ponderar sobre a forma como este se organiza e se constrói. Por outras palavras, pretende-se com este breve estudo refletir, por um lado, sobre a utilização de exemplos do discurso publicitário na demonstração do funcionamento deste mesmo discurso (cf. p. ex. Pinto, 1992), e, por outro, sobre a sua aplicação no ensino do discurso publicitário.

Em contexto de sala de aula, é evidente e inevitável haver algum tipo de isolamento do corpus relativamente aos fatores contextuais, cuja importância anteriormente realçamos. Efetivamente, uma parte substancial do significado do discurso publicitário prende-se com a forma como cada espécimen é circunscrito por outros discursos (publicitários e não publicitários) ao longo de uma linha temporal e, igualmente, pelo modo como determinado canal permite a transmissão dos conteúdos que veicula:

[D]ifferences in channel and technology have significant wider implications in terms of the meaning potential of the different media. For instance, print is in an important sense less personal than radio or television. Radio begins to allow individuality and personality to be foregrounded through transmitting individual qualities of voice. Television takes the process much further by making people visually available, and not in the frozen modality of newspaper photographs, but in movement and action. (Fairclough, 1995, pp. 38-39)

Outro fator a ter conta no que diz respeito à interpretação de anúncios em contexto real prende-se com o número de repetições com que o espetador se depara no decurso da divulgação de uma determinada campanha publicitária. Ainda neste ponto, podemos falar de repetição do mesmo anúncio no âmbito do mesmo meio mas também, no caso de campanhas multimédia, de uma variedade de ‘tradução intersemiótica’, em que, através de diferentes canais e de diferentes sistemas de signos, fazem convergir significados de modo a conseguir uma mensagem unificada e global.

Estas condicionantes, embora difíceis de contornar, não são impeditivas, a nosso ver, de um aproveitamento frutuoso do *corpus* mediático em contexto de aprendizagem. De facto, não é possível recriar, de modo realista, o efeito da publicidade na nossa vida quotidiana em espaço de sala de aula. No entanto, é sempre possível recorrer ao enorme repositório de literacia publicitária por parte dos alunos que, para além de incluir habitualmente o reconhecimento imediato dos espécimes propostos, inclui também a compreensão do funcionamento discursivo (Cook, 1992, pp. 8-9).

1.1. A ANÁLISE DO DISCURSO PUBLICITÁRIO COMO PONTO DE PARTIDA PARA A PRODUÇÃO

O ponto de partida para o trabalho desenvolvido nos diferentes índices da disciplina centra-se, tal como anteriormente referido, na análise de exemplos publicitários reais por parte dos alunos, visando a deteção de estratégias linguísticas e visuais recorrentes. Para este efeito, parte-se da observação de exemplos reais de anúncios de imprensa e televisão, enquadrados em estratégias com elevadas ocorrências no discurso publicitário tais como (1) metáfora, (2) intertextualidade, (3) música, (4) humor e (5) tabu.

A metáfora constitui uma das armas mais frequentemente utilizadas em publicidade, na medida em que permite a ‘leitura’ do produto ou serviço em causa em termos de uma outra entidade, com conotações mais positivas e desejáveis, criando uma aura de emoções relativa-

mente a um objeto físico e concreto (Freitas, 2008: 47). Em termos de exploração e aplicação da estratégia, procura-se que os alunos compreendam a fundo, para além do seu funcionamento, as vantagens da sua utilização no universo publicitário, nomeadamente as possibilidades que se abrem no que diz respeito à diferenciação do produto num mercado fortemente concorrencial, onde se multiplicam produtos com características semelhantes, que apenas se distinguem em termos da aura emocional positiva que conseguem criar (Williamson, 1978: 24). Para esse efeito, estudam-se metáforas verbais, metáforas visuais e verbo-visuais, com o objetivo de, posteriormente, avaliar a sua adequação a determinado produto, tendo em conta o público-alvo que se pretende atingir.

Figura 1 - Exemplo de metáfora visual



A questão da intertextualidade, outras das estratégias mais recorrentes em publicidade, é abordada de modo semelhante, sendo que, frequentemente, surge associada à metáfora, na medida em que convoca outros discursos para o universo daquele anúncio específico. Relativamente a este ponto, é necessário que os alunos façam apelo aos seus conhecimentos enciclopédicos e às competências comunicacionais específicas da sua cultura, para que, ao produzirem anúncios baseados nesta estratégia, saibam reconhecer os discursos que mais contribuirão para valorizar o seu próprio esforço publicitário.



Figura 2 - Exemplo de intertextualidade

Na questão da música, há limitações óbvias no que diz respeito à reprodução da estratégia em ambiente de sala de aula. No que diz respeito a este ponto, a abordagem concentra-se principalmente no visionamento de anúncios de televisão e na reflexão sobre os efeitos emocionais produzidos pela estratégia em causa, que permite a associação de sensações mais ou menos imprevisíveis ao produto, assim como sobre os seus efeitos a nível funcional: efetivamente, a música funciona frequentemente como elemento coesivo da estrutura narrativa que se pretende imprimir ao anúncio, fornecendo a pontuação e sugerindo a transição lógica dos diferentes

planos. Em termos de produção, os alunos exploram as possibilidades de sugestão de efeitos musicais em anúncios de imprensa, um efeito que pode trazer vantagens para uma melhor visualização do produto ou até mesmo para se conseguir uma sugestão de interação com o espectador.

Figura 3 - Exemplo de sugestão de música em anúncio de imprensa



O humor, uma das estratégias que mais contribui para a memorização em publicidade, é talvez a que mais possibilidades apresenta no que diz respeito à produção de anúncios televisivos, já que o meio televisivo, devido à combinação da componente áudio com as imagens em movimento, permite a apresentação de mini-narrativas com forte poder emocional. No caso desta estratégia, solicita-se aos alunos que sugiram narrativas desse tipo, tendo em conta a adequação do tipo de humor utilizado ao produto e público-alvo em causa. Uma outra forma

de produzir conteúdos baseados nesta estratégia, e que implica dificuldades adicionais, tem a ver com a produção de anúncios humorísticos no meio imprensa, dada a complexidade exigida pela compressão dos conteúdos e pela ausência de linha de desenvolvimento temporal.



Figura 4 - Exemplo de humor em anúncio de imprensa

O tabu, talvez uma das estratégias mais complexas a nível publicitário, implica normalmente o recurso a uma combinação de todas as estratégias anteriores, já que se trata de distrair a atenção do público da carga negativa associada a um produto ou serviço. Por esse motivo, é normalmente uma das últimas estratégias a analisar, estudar e tentar reproduzir, pois implica um domínio criativo das estratégias, além de uma grande sensibilidade relativamente ao público-alvo em questão.

Figura 5- Exemplo de tabu em anúncio de imprensa



2. A PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS PUBLICITÁRIOS EM CONTEXTO DE APRENDIZAGEM

2.1. CONTEÚDOS PRODUZIDOS PARA FINS ACADÉMICOS

Uma vez examinados os espécimes selecionados para demonstração do funcionamento, estratégias e ocorrências do discurso publicitário, procede-se normalmente para a fase de produção (ou criação) em ambiente acadêmico e com finalidade meramente acadêmica, na medida em que os textos produzidos não são utilizados em contextos reais. Assim, é produzido um *briefing* contendo os principais parâmetros que deverão informar a criação de anúncios, designadamente indicações sobre os principais objetivos da campanha, o produto/serviço que será objeto da campanha proposta, o público-alvo, os meios a utilizar, entre outros. Mediante esta proposta, que, frequentemente, inclui também sugestões específicas para aplicação das estratégias lecionadas, cabe aos alunos percorrer as diferentes fases do processo criativo (cf. a este propósito Cardoso, 2000), que serão alvo de cuidado acompanhamento e posterior discussão em sala de aula, com intervenção dos pares, ou em sessões de orientação tutorial. Assim, nesta tipologia de trabalho, procura-se que os alunos observem as diferentes etapas na realização de uma campanha, que lhes permita aplicar os conhecimentos previamente adquiridos, iniciando-se por se familiarizarem com o próprio briefing, que, no caso destes projetos, contempla

essencialmente algumas indicações sobre o anunciante e, principalmente as orientações gerais da campanha a realizar (os alvos publicitários, os objetivos da campanha), tal como proposto em Lendrevie et al. (2010: 98-100). Segue-se a esta etapa a experiência do processo criativo, que inclui:

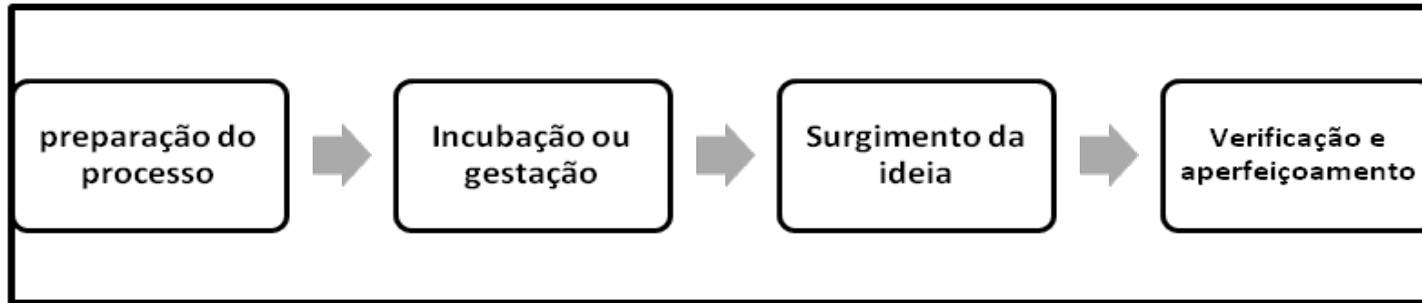


Figura 6 - Fases do processo criativo (adaptado de Cardoso, 2000, pp. 29-32)

No sentido de reforçar, por um lado, a atualização consciente das estratégias interiorizadas, e, por outro, a necessidade de se observar cuidadosamente as diferentes fases e parâmetros na construção de uma campanha ou anúncio, propõe-se a discussão em contexto de sala de aula das diferentes ideias ao longo do percurso de realização do trabalho e, no final, da sua avaliação pela turma, colocando-se também, em alguns casos, à consideração da restante comunidade através da apresentação pública dos trabalhos ou da sua avaliação por membros da comunidade que não estiveram envolvidos no processo. Este processo visa simular as apreciações provindas de um cliente, ou mesmo da competição própria entre agências concorrentes à mesma conta, próprios de um contexto profissional real.

2.1.1. CASO 1: ELABORAÇÃO DE UM ANÚNCIO (CARTAZ) PARA PROMOÇÃO DE UM BOM AMBIENTE DE TRABALHO NO ESPAÇO DA UNIVERSIDADE

Num momento inicial, os alunos foram confrontados com o desafio de conceber cartazes que promovessem o bom ambiente no espaço universitário e com o respetivo enquadramento

através de um briefing. Assim, na primeira fase, teriam que conceber/criar um texto, utilizando algumas das estratégias discutidas em sessões anteriores. Só na segunda fase e após analisadas e selecionadas as várias propostas, passariam à fase de construção do texto, do cartaz, com os restantes elementos, designadamente os visuais, também estes utilizando algumas das estratégias próprias do código visual, bem como a respetiva coordenação e combinação dos diferentes elementos. Finalizado este processo, passou-se à discussão e eleição das propostas apresentadas.

Figura 7 - Anúncios produzidos no caso 1.



Neste enquadramento e, relativamente às etapas e circunstâncias que envolvem uma campanha publicitária, ainda que considerando apenas os pontos principais, considera-se que neste tipo de trabalho se omitem determinados passos, mesmo a nível de *briefing*, mas sobretudo a nível dos aspetos que se referem à avaliação de resultados e aos constrangimentos colocados pelo cliente, tanto de ordem financeira, como em termos de indicações. Assim, o contexto exclusivamente académico permite a consecução de algumas das etapas habitualmente contempladas no briefing e no próprio processo criativo, designadamente e relativamente à primeira coluna, a descrição do produto/serviço, e, de seguida quase sempre apenas as que se encontram na terceira coluna, ou as orientações gerais, muito embora as limitações raramente façam parte dos procedimentos, sendo que as várias fases da criação se possam contemplar e as da fase da avaliação, dificilmente, uma vez que raramente as campanhas têm realização física, pelo que ficam também ausentes os processos de avaliação que tenham em conta custos e receitas. As etapas observadas encontram-se abaixo assinaladas a verde:

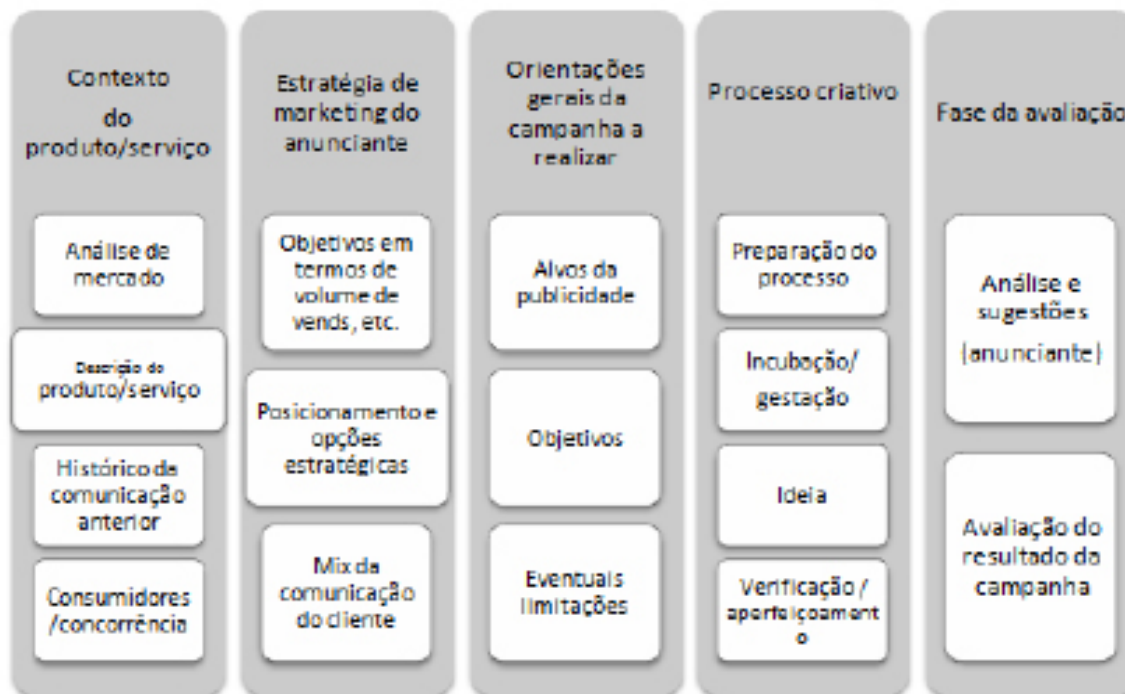


Figura 8 - Fases da elaboração da campanha publicitária no caso 1.

2.2. CONTEÚDOS PRODUZIDOS EM CONTEXTO ACADÉMICO PARA FINS PROFISSIONAIS

A produção de conteúdos no contexto académico não existe sempre arredada da conjuntura profissional. Coloca-se aos alunos o desafio de produzirem os seus trabalhos, ainda que internos e, por essa razão realizados na Agência de Comunicação da instituição que frequentam, para clientes reais, ou seja, um trabalho com características profissionais, com os fins próprios de uma campanha publicitária que transbordará as fronteiras do mundo exclusivamente académico. Torna-se possível tal experiência pela existência da referida agência, que proporciona aos alunos um local de estágio em que se combina o acompanhamento em ambiente académico e a execução de trabalhos provindos de clientes externos (reais), numa agência apetrechada com os meios técnicos e envolvente próprios de circunstâncias profissionais.

Assim, para além de os alunos serem confrontados com a possibilidade de realizarem as várias etapas inerentes à criação de uma campanha, têm também a experiência de se confrontarem com constrangimentos típicos dessas circunstâncias, tais como quesitos orçamentais, tempo e comentários, sugestões e exigências provindos dos clientes e que, contrariamente às colocadas pelos professores, nada têm a ver com questões de ordem pedagógica.

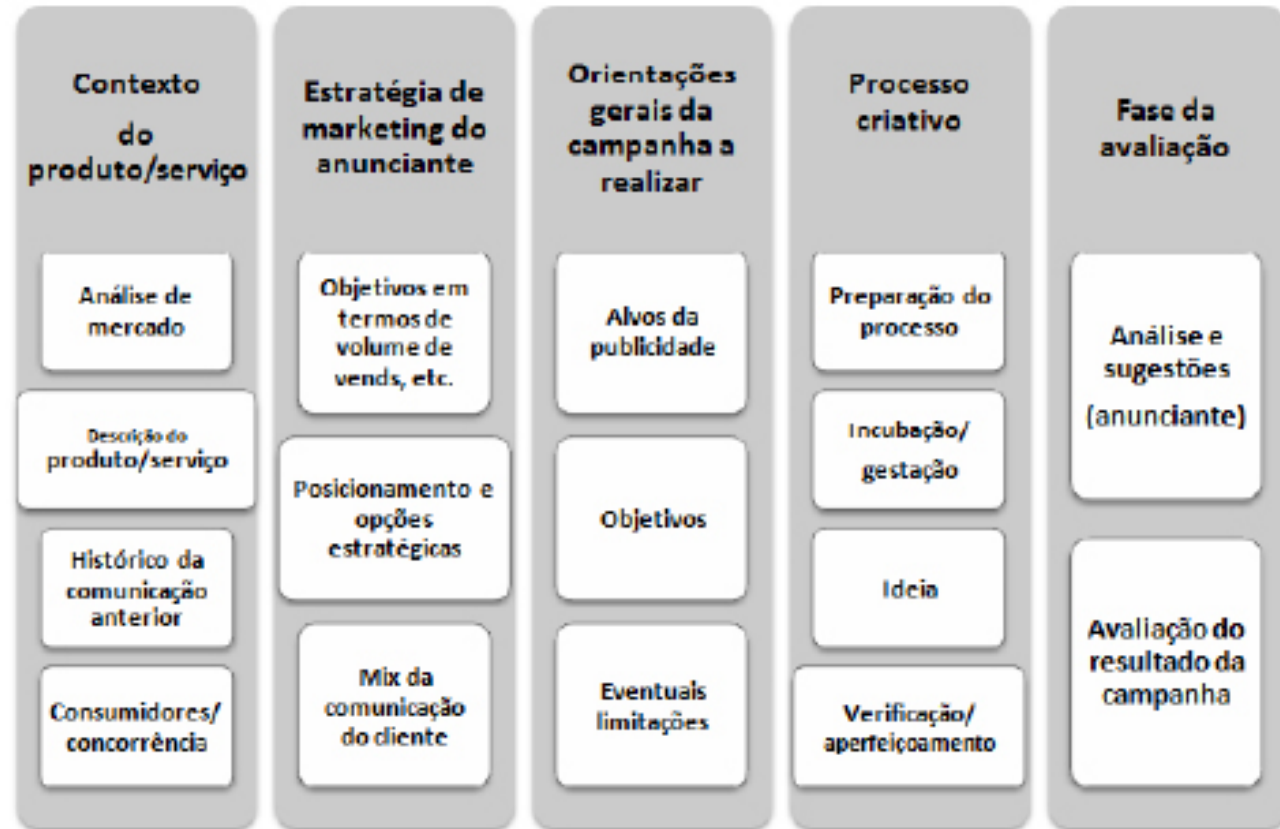
Figura 9 - Anúncios elaborados
no caso 2.

The figure displays two advertisements. The left advertisement is for colorectal cancer screening, featuring the text 'Rastreio Sim. Cancro Não!' and an image of a calendar with '16:30 - Coloscopia' circled in red. The right advertisement is for health insurance, featuring the text 'Trinque, pela sua saúde.' and an image of a red apple with a bite taken out of it. Both advertisements include logos of various organizations at the bottom.

2.2.1. CASO 2: ANÚNCIOS PRODUZIDOS NO ÂMBITO DO ESTÁGIO NA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Os anúncios acima constituem exemplos de campanhas executadas no âmbito do estágio referido, cujos clientes eram instituições, tais como a ARH, PSP e a Europacolon. Nesta fase do ciclo de estudos, congregam-se as competências e saberes adquiridos ao longo das diferentes unidades curriculares relacionadas com a atividade publicitária e aplicam-se num contexto semiacadémico e semiprofissional. Mesmo tratando-se, naturalmente, de um processo com aspetos simulados, parece conseguir-se alcançar e concretizar quase todas as fases já descritas. Assim, e utilizando novamente a tabela acima, pode-se acrescentar que o projeto contará já com indicações mais precisas por parte do cliente nas diversas fases do trabalho, inclusivamente a final, pois, nestes trabalhos, caberá ao cliente a escolha dos trabalhos que irão ser colocados em prática. Os trabalhos passam assim por uma efetiva fase de seleção e avaliação, contando também com sugestões de pequenas alterações provindas dos clientes ‘reais’, o que lhes permite uma experiência, pese embora as circunstâncias de um trabalho em contexto de aprendizagem, muito próxima do ambiente profissional autêntico.

Figura 10 - Fases da elaboração da campanha publicitária no caso 2.



CONCLUSÃO

O ensino e respetiva prática do discurso publicitário, em particular, e do discurso mediático em geral, contam, por um lado, com uma facilidade de acesso para recolha de excertos de análise, pela sua disponibilidade no que aos meios se refere, mas estão, por outro lado, condicionados também pelos constrangimentos que se prendem com a aleatoriedade e o isolamento relativamente às circunstâncias de criação, transmissão e receção das mensagens publicitárias em situação real.

Assim, o percurso proposto no presente estudo permite-nos constatar que, numa primeira fase, em que se analisam as práticas discursivas mais comuns, com incidência sobre estratégias especialmente eficazes no discurso em questão, o referido isolamento do exemplários relativamente a fatores contextuais não constitui um verdadeiro entrave à assimilação dessas práticas, tanto pelo facto de os alunos conseguirem ativar os respetivos contextos, como pelo facto de por si só, e contando com os saberes trazidos pelos alunos, estes exemplos constituem por si só profícuos elementos de reflexão e aprendizagem. Numa segunda fase, ou seja, no momento de se colocar aos alunos o desafio de construir, eles próprios, textos publicitários, socorrendo-se dos conhecimentos adquiridos, muito embora se verifique que, com efeito, não se efetivem todas as fases que corresponderiam a esta prática num contexto profissional real – ou seja, o isolamento também dos fatores contextuais profissionais – observa-se a consecução de diversos momentos da produção publicitária com circunstâncias que permitem aos alunos uma execução similar ao ambiente profissional e, como tal, uma experiência enriquecedora e proveitosa do ponto de vista da aquisição de competências.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, P. Estratégia Criativa Publicitária. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2000.
- COOK, G. Discourse. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- _____. The Discourse of Advertising. London & New York: Routledge, 1992.
- _____. Language Play, Language Learning. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- LENDREVIE et al. Publicitor. Alfragide: Edições D. Quixote, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. Media Discourse. London: Arnold, 1995.
- FREITAS, E.S.L. Taboo in Advertising. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2008.
- PINTO, M.A. Publicidade, Um Discurso de Sedução. Porto: Porto Editora, 1992.
- WILLIAMSON, J. Decoding Advertising. London: Marion Boyars, 1978.

Aspetos do funcionamento discursivo no discurso político mediatizado

GIL, ISABEL TERESA
MORAIS C.
itmgil@sapo.pt

PALAVRAS-CHAVE:
polémica;
emoções;
argumentação;
representações.

KEYWORDS:
polemic;
emotions;
argumentation;
representations.

Doutoranda na Universidade Católica Portuguesa (C.R.B.), Portugal

RESUMO: O presente estudo centra-se nos referendos levados a cabo em Portugal, em 1998 e 2007, com o objetivo de auscultar os cidadãos acerca da legislação sobre aborto/Interrupção Voluntária da Gravidez (manutenção ou alteração do prazo legal para abortar e enquadramento legal para o fazer).¹ Tais referendos suscitaram episódios de forte agonismo em sede parlamentar e nos *media*; o *corpus* da análise hoje apresentada é constituído por textos de opinião publicados na imprensa escrita. O(s) discurso(s) em torno desta alteração legislativa assumem contornos de confronto verbal extremo — polémica —, polarizando a opinião pública; na dinâmica do fenómeno da polémica mediatizada interessa-nos destacar as estratégias de “patemização” (“ditas” ou “mostradas”) e de convocação/organização de *topoi/doxa* com vista a um agir sobre o Outro. Reportar-nos-emos, em particular, às análises propostas por Amossy (1999, 2000 e 2010), Plantin (2000, 2002 e 2011), Micheli (2007 e 2008), Fonseca (1992, 1998, 2001 e 2003) e Marques (2007 e 2010).

ABSTRACT: This study focuses on the *referenda* that took place in Portugal in 1998 and 2007, which called on the Portuguese citizens to express their opinion about the legislation concerning abortion/Voluntary Interruption of Pregnancy (namely whether to uphold or alter the legal time frame and circumstances under which abortion would be allowed). These *referenda* were the source of fierce agonistic interactions in Parliament and in the media; the *corpus* of the present analysis comprises opinion texts published in the written press. The discourse(s) on the aforementioned legislative change acquired undertones of extreme verbal confrontation — polemic —, polarizing public opinion; within the dynamics of this mediated polemic I will analyze some of the strategies of “pathemization” (“said” or “shown”) and how *topoi/doxa* are used and organized in order to sway / influence the Other. In particular, I shall draw on research by Amossy (1999, 2000 e 2010), Plantin (2000, 2002 e 2011), Micheli (2007 e 2008), Fonseca (1992, 1998, 2001 e 2003) e Marques (2007 e 2010).

INTRODUÇÃO

A realização de dois referendos em Portugal — casos excepcionais deste tipo de consulta aos cidadãos — a propósito da alteração à chamada lei do aborto ou Interrupção Voluntária da Gravidez (I.V.G.) deu lugar ao aparecimento de numerosos textos de opinião na imprensa escrita portuguesa, marcados por uma forte orientação argumentativa e de feição polémica. De resto, a natureza da matéria referendada constitui um tema fracturante na sociedade portuguesa, à semelhança do que acontece noutras sociedades (Condit 1990 e Ferree et al., 2002). Embora os períodos imediatamente anteriores à data de cada um dos referendos (28 de Junho de 1998 e 11 de Fevereiro de 2007) congreguem o número mais elevado de discursos produzidos, é certo que no intervalo temporal mais alargado entre 1998 e 2007 o carácter polémico de tal tema suscitou de forma continuada, ainda que irregular, o aparecimento de comentários políticos na imprensa escrita portuguesa; estas produções inserem-se numa tipologia de interacções agonais que convocam dispositivos enunciativos e retórico-pragmáticos particulares dirigidos a múltiplos destinatários², recobrando formas diversas de actualização do conflitual em discurso (Vlad, 2010).

Assim, os discursos que me proponho analisar situam-se no intervalo de tempo que baliza as duas consultas aos cidadãos e têm feição vincadamente argumentativa e persuasiva; o discurso é estruturado em função do macro-acto ilocutório de seduzir e persuadir, de um FAZER CRER e FAZER FAZER — note-se que neste contexto referendário o cidadão é um actor político chamado a intervir em ou a deliberar acerca de questões da *res publica*.

1.1. A dimensão semântico-referencial dos discursos integra um conjunto de saberes e de conhecimentos, bem como todo um conjunto de dimensões avaliativas / axiológicas; no seu todo, tais elementos constroem no discurso a imagem que o Locutor dá ou pretende dar de si mesmo, ficando também disponível a imagem que o Locutor tem do seu auditório, pelo que a actividade de produção-interpretação discursiva é co-gerida e inscreve no discurso marcas de intersubjetividade e polifonia. Prever a reacção do Outro à sua própria enunciação configura

1. O estudo surge no âmbito de uma tese de doutoramento (modelo pré-Bolonha), na Universidade Católica Portuguesa, conforme referido em GIL (2003). A autora tem-se ocupado da recolha e análise dos textos que compõem o *corpus* deste estudo desde 1998.

2. Gerando o que Joaquim Fonseca qualifica de “poli-audição” (Fonseca, 1992).

o discurso do Locutor, sendo este processo de discursivização percorrido por movimentos argumentativos e contra-argumentativos quer a nível global, quer a nível local e sequencial.

O teor argumentativo dos discursos manifesta-se de forma particularmente acutilante nos textos que analisarei de seguida — desde logo, pela temática abordada, como disse, mas também pela configuração composicional-textual.

1.2. Debruçar-me-ei em concreto sobre as estratégias verbais de mobilização do pathos adoptadas com vista a seduzir e a fazer agir o Outro; o objetivo é, pois, recuperar os índices de emoções “denotadas” e “conotadas” ou mostradas, nos termos de C. Kerbrat-Orecchioni (1990, 2000), no e pelo discurso (os discursos mostram, sem necessariamente as “dizer” ou “denotar”), emoções ao serviço de estratégias argumentativas.

1.2.1. O primeiro texto que faz parte do corpus utilizado para estas reflexões foi publicado no jornal *Público* no dia 21 de janeiro de 1998 (texto A dos Anexos) e é da autoria do deputado Sérgio Sousa Pinto, que assina o texto como “vice-presidente da bancada parlamentar do PS e líder da JS”, isto é, em nome de duas organizações políticas. Assim, fica diluída a sua identidade enquanto indivíduo e, por outro lado, atribui-se a enunciação a um EU coletivo e institucional (Marques, 2000). Mas no quadro comunicativo desta interacção verbal, é justamente essa voz institucional que confere autoridade ao Loc.: é que é nesta condição de líder e vice-presidente que a proposta de lei por detrás do referendo foi apresentada na Assembleia da República.

O texto abre com uma justificação relativa às alterações que a JS introduz na sua proposta anterior, convocando outros discursos que, em tempo anterior à enunciação, veicularam críticas e descredibilizaram os proponentes da alteração em causa (redução do limite legal de 12 semanas para 10 semanas para a I.V.G.):

(B-5) A JS não tinha tanto o direito, como sobretudo o dever, de reapresentar o seu diploma.

A refutação dos argumentos do adversário assim entrevistado é seguida de uma correção/retificação que reforça a legitimidade e a responsabilidade da JS, disponibilizando-se no discurso, desde logo, a construção de um *ethos* positivo indispensável à tarefa de seduzir, de modificar a atitude do Alloc. Esta fricção de vozes manifesta-se na pergunta retórica que abre nova sequência:

(C-1) Ao adoptar o prazo das dez semanas, desvirtuou a JS o seu projecto inicial, transigindo nas suas convicções e deixando cair o essencial?

Tal pergunta configura uma asserção que é seguida de uma justificação que condensa o programa ideológico, a ser tomado como responsável e razoável, que levou à nova proposta da JS:

(C-3) O essencial consiste na descriminalização de interrupção da gravidez a pedido da mulher e num prazo mínimo adequado, em que sejam facultados os cuidados de saúde convenientes.

(C-4) Só assim poderemos regular e contrariar eficazmente, em nome da saúde pública e do direito das mulheres à saúde, o aborto clandestino — que é hoje, na sociedade portuguesa, um comércio de vão-de-escada perfeitamente liberalizado. (C-5) Ao propor as dez semanas, a JS adopta concretamente a solução legal francesa, que, a ser aprovada, juntará Portugal à Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo e EUA na mesma orientação despenalizante.

2. Abre-se neste segmento um espaço de binarização em que se opõe uma situação futura de saúde, direito e regulamentação, em defesa das mulheres portuguesas, a uma situação presente que vitimiza e penaliza as mulheres. Aliás, o mesmo segmento introduz o retrato de um Portugal anacrónico face a uma Europa Ocidental e EUA modernos. Este retrato de situações antinómicas constitui um apelo aos sentimentos de justiça e de compaixão que o Loc. atribui ao seu auditório. Efetivamente, a persuasão envolve a partilha de crenças, de estados epistémicos e passionais, de modo a levar o Outro a reposicionar-se do lado do Loc. Assim, o acto ilocutório de censura do estado de coisas vigente configura, por derivação ilocutória, um acto de persuasão.

A representação da mulher como vítima e agente passivo no contexto de um drama que ela não tem meios para resolver assume contornos mais nítidos na sequência seguinte:

(F-1) Última questão: a JS defende o aborto, preconizando a sua liberalização? (F-2) Não. (F-3) O aborto é indiscutivelmente um drama pessoal e social, já liberalizado da pior maneira na nossa sociedade, sem prazos, sem regras, sem segurança, numa sórdida rede clandestina de que as principais vítimas são invariavelmente as mulheres de menores recursos, impossibilitadas de se defenderem da hipocrisia da actual lei. (F-4) A iniciativa da JS confronta-nos, basicamente, com três opções fundamentais: 1) ou despenalizamos limitadamente a IVG, criando as condições médico-sanitárias para assistir as mulheres que o desejem, de entre as 18.000 que anualmente alimentem o circuito clandestino — nos termos da proposta da JS; 2) ou defendemos, coerentemente, a legislação em vigor e adaptamos o modelo repressivo — policial, judicial e prisional — à necessidade de prender, julgar e punir as 18.000 criminosas que anualmente violam a lei, acrescidas de médicos, parteiras e outros eventuais cúmplices, posição que os pretensos defensores do direito à vida não têm coragem de assumir; 3) ou defendemos hipocritamente a legislação em vigor, sem termos a mínima intenção de a aplicar — e às respectivas penas legais —, aceitando como única e real sanção a condenação medieval das mulheres ao risco e à humilhação do aborto clandestino, e às recorrentes mortes inúteis, às irreparáveis sequelas físicas e psíquicas, de que as clínicas estrangeiras vão libertando as mulheres de maiores recursos.

O semantismo dos epítetos “sórdida” e “clandestina” referenciam e amplificam a realidade disfórica denotada pela sua base de incidência “rede”; essa construção semântico-referencial é retomada na imagem das mulheres como “vítimas” e “de menores recursos” que “alimentam” o negócio clandestino do aborto ilegal. O uso do verbo “alimentar” opera, por metáfora, uma analogia entre “mulheres” e seres desumanizados vítimas, em última instância, de um modelo descrito como “repressor”, “policial, judicial e prisional” e “medieval”, que condena as mulheres ao “risco”, à “humilhação” e até à “morte”. Os opositores à despenalização do aborto são desqualificados como “hipócritas”, já que não pretendem modificar um estado de coisas visto como negativo pelo Loc. — veja-se o uso do adjetivo “pretensos”, que activa uma presuposição de falsidade, infirmando a implicação de que ser contra o aborto é ser a favor da vida, levando os destinatários à conclusão “não é verdade que defendam a vida, pois pretendem continuar a condenar à morte”. Esta desqualificação anula eficazmente o contra-discurso, pois retira legitimidade ao adversário ao “apropriar-se” do *topos* da vida que lhe é tão caro.

3.1. A espetacularização de vítimas consumidas pela máquina penal e pelo negócio sórdido e clandestino, bem como a desqualificação dos adversários, configura um *pathos* de indignação, revolta e piedade a ser tomado como instrução para reverter um estado de coisas axiologicamente avaliado como negativo. A contraposição desta imagem da mulher como um ser fragilizado e vitimizado com a da imagem de uma “criminosa” acompanhada de “cúmplices” constitui mais um momento de polifonia que permite introduzir no discurso do Loc. a imagem dos seus adversários como juízes, quiçá carrascos, desprovidos de compaixão ou de simpatia pelas acusadas.

3.2. A sequência final aponta, em coerência, para um Loc., porta-voz de um grupo político e, em última instância, daqueles que se identificam com o seu programa ideológico, que se sente isentado de quaisquer responsabilidades por prejuízos físicos e mentais, ou mesmo pela morte, de mulheres portuguesas:

(G-1) A cada um as suas responsabilidades. (G-2) A JS assumiu as suas.

Por implicação pragmática, fica a acusação de responsabilidades não assumidas pelo(s) adversário(s).

3.3. O discurso é globalmente percorrido e enformado por duas isotopias que se contra-põem (MORTE vs. VIDA), daí resultando a avaliação positiva daqueles que se alinham com a JS, a favor da justiça, da compaixão, da saúde e da vida, abrindo um espaço de interação com o cidadão que terá, em breve, o poder de instituir uma realidade político-social.

4. Em texto intitulado «Hipocrisia, legitimidade e falta dela» (texto B) publicado pelo mesmo autor, no mesmo jornal, em data já muito próxima da realização do referendo (23 de junho de 1998), a mesma isotopia serve a configuração do discurso — do que, de resto, parece ter consciência o Loc.:

(B-1) O “sim” representa a vontade de enfrentar o drama social e humano das 20 mil mulheres que, todos os anos, se vêem empurradas para o aborto clandestino, em condições degradantes, que penalizam sobretudo as mais pobres e desprotegidas. (B-2) O “não” opõe-se a qualquer alteração da lei, em nome do direito à vida.

O “sim”, isto é, aqueles que responderão “sim” à pergunta referendada, apresenta-se como defensor da mulher vitimizada (B-1): da cadeia semântico- referencial de “mulheres” fazem parte os lexemas “drama”, “aborto clandestino”, “degradantes”, sendo a mulher um actante passivo (veja-se o semantismo de EMPURRAR) sem meios de escapar ao aborto. Fica disponível um efeito patémico com vista à persuasão dos destinatários; o espectáculo de vítimas arrastadas para uma situação dramática — precisamente aquelas que não têm meios económicos — discursiviza emoções ligadas a uma avaliação axiológica negativa, ao serviço de um ato ilocutório de censura. Nesta avaliação fica também disponível a imagem que o Loc. constrói dos seus oponentes: a de alguém que, contraditoriamente, nada faz para pôr cobro ao drama — associado a morte — em nome da vida. Esta sequência convoca discursos anteriores, renovando as acusações de hipocrisia — hipocrisia, aliás, denunciada de imediato no título do artigo, título que suporta, desde logo, a escolha de uma estratégia de tensão:

(D-3) A vitória do “não” (que celebra a vida), a verificar-se, conduzir-nos-á a um destino certo: mais 20 mil abortos clandestinos em 1999, feitos com agulhas de “crochet” ou talos de couve por abortadeiras ou habilidosas, acrescidos das mortes de mulheres absolutamente evitáveis, das mutilações, da infecundidade... e, naturalmente, das quatro ou cinco prisões com que o Estado de Direito nos lembra a sua moralizadora vigilância e tranquilizadora existência.

Se os que opõem à mudança da legislação ganharem, o “destino” das mulheres levará a “mortes”, “mutilações”, doença e prisão. O semantismo do lexema complexo “destino certo” evoca a noção de “fatalidade”, facilmente recuperada por via do conhecimento enciclopédico dos destinatários/eleitores. Justamente, “destino certo” evoca, mais uma vez, a condenação a uma morte dolorosa às mãos de uma “abortadeira ou habilidosa”, isto é, às mãos de quem gere um circuito clandestino. A descrição de objectos manifestamente inadequados para induzir o aborto serve o propósito de indignar os destinatários, despoletando ainda a piedade — argumento *ad misericordiam* —, e de instanciar na enunciação um estado de coisas futuro avaliado negativamente, configurando um ato ilocutório de aviso. Simultaneamente, opera-se a desqualificação do “Estado de Direito”: a referência a um Estado moralizador, vigilante e tranquilizador reconstrói no discurso um passado ainda recente de um país dominado pelo Estado e

de cidadãos sem liberdade agir socio-politicamente. O regresso a esse passado é referenciado num segmento posterior:

(F-1) Não temos que escolher entre uma cultura da vida e uma cultura da morte, mas sim entre uma cultura da verdade e uma cultura da mentira e da hipocrisia. (F-2) A insuportável hipocrisia do discurso da vida, e o primarismo argumentativo que o sustenta, a vingarem nos dias de hoje, teriam na sociedade portuguesa o significado de uma deriva terceiro-mundista, própria de um país anacronicamente flagelado pelo aborto clandestino e incapaz de assumir as regras de civilização das democracias modernas, liberais, tolerantes e abertas, e dos seus povos, que conosco partilham uma mesma matriz cultural.

Uma situação “anacrónica”, “terceiro-mundista”, incapaz de acompanhar a modernidade, eis o que espera o país — já não apenas as mulheres — se os adversários ganharem. Por implicação pragmática, retrata-se o país como antiquado, intolerante e fechado (pares antonímicos dos adjectivos que qualificam outras democracias). A negação polémica que abre esta sequência põe em confronto vozes que se opõem, descredibilizando os partidários do “não” (veja-se, no segmento F-2, a acusação de “primarismo”, raiando um ataque *ad hominem*) e apresentando um argumento que melhor serve a sua estratégia: persuadir os destinatários a quebrarem o “circuito de sofrimento, humilhação e risco associado ao aborto clandestino”.

5. Percorre o discurso, de forma global, estratégia similar àquela adoptada anteriormente: estão presentes as isotopias da mulher vitimizada e de adversários hipócritas, sem *sim-patia* (Charaudeau, 2000), condenando à morte em nome da vida. Como já se disse, a voz da *doxa* sustenta o argumento da defesa das vítimas e da vida; as emoções plasmadas no discurso servem uma estratégia argumentativa, potencialmente indutora de desafio contra o *status quo*. Citando Raphaël Micheli (Micheli, 2008: 9), “les locuteurs ne se content pas d’ «exprimer» des émotions, mais peuvent également viser à provoquer des émotions chez leur(s) allocutaire(s), ou, de façon plus abstraite, à fonder la légitimité d’une émotion”.³

5.1. A construção semântico-referencial da mulher como vítima surge também, ainda no contexto dos referendos mencionados, no discurso dos oponentes à alteração da lei do aborto. Em texto publicado no jornal Público em 19 de outubro de 2006 (texto C), a deputada Zita Seabra escrevia:

3. Nesta perspetiva, as emoções tornam-se elas próprias objetos de argumentação e não apenas elementos coadjuvantes nas interações argumentativas, tornando-se difícil delinear as fronteiras entre o *logos* e o *pathos*, como aponta R. Micheli (2010).

(C-1) Mas a questão do aborto liga-se antes às condições e razões que levam uma mulher a fazê-lo, num acto de desespero perante a insuportabilidade da gravidez. (C-2) Em 1983, quando apresentei uma proposta que legalizava, pela primeira vez em Portugal, em certas condições e em casos extremos, a interrupção voluntária da gravidez, vivíamos num país diferente, onde a imensa maioria das mulheres em idade fértil desconhecia e não tinha acesso a nenhuma forma de planeamento familiar, e que tinha os filhos que ia tendo, e fazia desmanchos quando já não podia ter mais. (C-3) E fazia-o quer na despena de uma curiosa, quer pagando bom dinheiro a uma parteira improvisada, que usava normalmente os instrumentos necessários surripiados do hospital onde trabalhava. (C-4) E, não raras vezes, esta era a única forma de contraceção que muitas mulheres conheciam.

A representação da mulher como ator passivo que em “situação de desespero” reporta-se agora a um passado (note-se o uso dos tempos verbais, para além da indicação deíctica temporal “1983”) e a um país “diferente”, onde as mulheres não tinha acesso a informação que lhes evitasse aquele drama: tal como nos discursos anteriormente analisados, configura-se neste segmento uma avaliação negativa carreada, por exemplo, em lexemas como “desmancho”, “curiosa” e “parteira improvisada” (C-2, C-3). Há que notar, no entanto, que este segmento traduz um ato ilocutório de justificação: só um determinado conjunto de circunstâncias terá levado Zita Seabra a defender a legalização do aborto. Como se sabe, trata-se de uma antiga deputada do P.C., facto referenciado no discurso, em tempos defensora do aborto, agora contra o aborto a pedido. Esta justificação legitima/credibiliza o discurso do Loc., protegendo o seu *ethos* e anulando o contra-discurso, num movimento argumentativo de inequívoca polifonia e polemicidade— anoto que não só na imprensa mas também em sede parlamentar se terão feito ouvir essas vozes Outras.

5.2. Uma outra forma de auto-legitimação e de autoridade advém do facto de Zita Seabra se apresentar como mulher e mãe, e ainda como testemunha, conferindo um carácter híbrido ao discurso ao introduzir uma narrativa pessoal:

(H-1) Abrir a legalização de todo o aborto a simples pedido da mulher não pode senão fazer-me recordar uma situação que testemunhei pessoalmente e de que guardo a mais trágica recordação. (H-2) Em 1986, enquanto dirigente do PCP, fui de férias para a então União Soviética. (H-3) Grávida do meu filho mais novo, comecei a ter problemas na gravidez. (H-4) Fui internada em Moscovo, no hospital da nomenclatura. (H-5) Dois dias depois, consegui seguir com o pequeno grupo para

Ulianov (a terra onde nasceu Lenine), como estava previsto. (H-6) Mas recaí doente e fui internada de urgência num hospital a cair de velho e sujo, como só conhecia de filmes da grande guerra. (H-7) Fiquei numa enfermaria gigante, cheia de camas com mulheres, tão cheia que as camas se tocavam. (H-8) A dor daquelas mulheres, a quem faziam abortos sem anestesia, que ficavam na cama umas horas antes de serem mandadas para casa, deitadas em lençóis que nunca vi serem mudados, ficou-me para sempre na memória. (H-9) O seu choro, os gritos lancinantes de dor de abortos a sangue frio, tudo aquilo era uma verdadeira descida aos infernos! (H-10) Eu sabia que nos países de Leste não havia nenhuma forma de contraceptivos, porque, ainda na clandestinidade, mandávamos para as mulheres portuguesas que trabalhavam nas rádios ou noutros serviços do Partido Comunista caixas de pílulas, remessas de contraceptivos. (H-11) Lembro-me de ter encontros com um delegado de propaganda médica, só para receber amostras e enviá-las para lá. (H-12) Mas nunca imaginei na minha vida ver alguma vez tamanho sofrimento e dor, pelo que, em 1989, quando fui a Moscovo em plena Perestroika, participei com gosto numa manifestação feminista de mulheres russas que exigiam o acesso ao planeamento familiar e o fim daquele drama — o fim do aborto como método contraceptivo.

O discurso estabelece uma analogia com a situação anteriormente referenciada: a descrição de hospitais sujos, sem condições de assepsia e sem medicação adequada convoca descrições de situações avaliadas negativamente por adversários neste debate. Os lexemas “choro”, “gritos lancinantes”, “aborto a sangue frio” (segmento H-9) desenham um eixo de predicados psicológicos denotando sensações de dor cujo grau de intensidade culmina naquilo que a voz doxal disponibiliza como o grau máximo de dor/sofrimento: “verdadeira descida aos infernos”, comparação emblemática cujo semantismo é anaforicamente recuperado em “tamanho sofrimento e dor” (H-12). Por esta via anula-se ainda o contra-discurso, segundo o qual se sustenta que o meio hospitalar é condição suficiente para evitar mortes por aborto.⁴ Desta forma, dá-se uma inversão da orientação argumentativa do adversário.

A conclusão é que votar “sim” no referendo é voltar a esse passado, é “fingir” — novamente a sugestão de “hipocrisia” — que o aborto, se legalizado, não trará sofrimento à mulher:

(I-1) Custa-me ver que, vinte anos depois, continuamos a falar do aborto e a legislar como se as alternativas fossem as mesmas. (I-2) E, pior, que continuemos a fingir que o recurso a um aborto é uma coisa comum, banal e mesmo um direito. (I-3) A verdade é que todo este fingimento nunca retirará de mulher alguma a dor do sentimento de culpa.

4, Abre-se aqui novo espaço de heterogeneidade enunciativa: é a formulação da pergunta a colocar no referendo referia precisamente a despenalização do aborto na condição de o realizar em hospitais.

6. O discurso é, de novo, marcado pelo isotopia da dor e do sofrimento da mulher e carrega uma avaliação axiológica negativa de um determinado estado de coisas. As emoções *ditas e mostradas* no discurso não podem senão levar os destinatários a intervir no seu contexto histórico-social, evitando os males do passado e construindo um futuro sem dor, aberto à vida. O segmento final do discurso agora em análise constitui, de facto, um incitamento à mudança e à defesa das vítimas:

(L-1) Devemos também assumir o compromisso de agir directamente sobre as causas que empurram as mulheres para o aborto, que não são, por certo, as mesmas de há 20 anos. (L-2) Já não se trata de pobreza ou miséria, ou ignorância. (L-3) Trata-se de mulheres jovens que sentem o nascimento de um filho como o desmoronar de um futuro que lhes parece urgente e indispensável. (L-4) Não deixar que isso aconteça, não deixar que nenhuma mulher sinta que o futuro lhe é roubado por ser mãe é, esse sim, o maior desafio que temos pela frente, e que teimamos em não encarar. (L-5) Infelizmente, parecemos continuar sempre e só no aborto, quando é mesmo necessário virar a página para a vida.

Os destinatários são indigitados como cidadãos responsáveis chamados a responder ao desafio da mudança, programa já anunciado no título “Virar a página”. A modalização deontica do enunciado invoca um conjunto de princípios e obrigações a ser observado pelos destinatários, instituindo-os como agentes de uma inversão de valores que encareçam a vida e a maternidade.

CONCLUSÃO

Os meios de comunicação social constituem lugar de representações sociais e de exercício de influência, aptos a instituir os destinatários em agentes sociais. Na imprensa recupera-se o pathos que mobiliza um auditório e o leva a posicionar-se em relação a uma questão. A transformação dos estados passionais potencia o ato de seduzir, de agir, de legitimar, de responsabilizar. Como espaço de deliberação, amplificam a dimensão argumentativa da língua e dão lugar a procedimentos enunciativo-pragmáticos e retóricos de vincada heterogeneidade, onde o confronto e a persuasão convocam estratégias patémicas, como se terá visto. Dado o papel do *pathos* no discurso argumentativo e a sua imbricação no *logos*, como refere Amossy (Amossy, 2000), torna-se pertinente a análise da dimensão passional do discurso.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. *L'Argumentation dans le discours: discours politique, littérature d'idées, fiction*. Paris: Nathan, 2000.
- AMOSSY, R. In PLANTIN, Ch.; DOURY, M. ; TRAVERSO, V. *Les Émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000. p. 317-330.
- AMOSSY, R. (Org.). *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*. Paris: Delachaux et Niestlé, 1999.
- AMOSSY, R. Faut-il intégrer l'argumentation dans l'analyse du discours? Problématiques et enjeux. In: *Argumentation et Analyse du Discours*, 9, 2012. p. 2-17. Disponível em: <http://aad.revues.org/1346>. Acesso em: 15 out. 2012.
- CHARAUDEAU, P. Une problématisation discursive de l'émotion: à propos des effets de pathémisation à la télévision. In: PLANTIN, Ch., DOURY, M., TRAVERSO, V. *Les Émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000. p. 125-155.
- FERREE, M. M.; GAMSON, W. A.; GERHARDS, J.; RUCHT, D. *Shaping abortion discourse: democracy and the public sphere in Germany and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- FONSECA, J. *Linguística e texto / discurso: teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: I.C.A.L.P., 1992.
- _____. Heterogeneidade na língua e no discurso. In: FONSECA, J. *Pragmática linguística: introdução, teoria e descrição do Português*. Porto: Porto Editora, 1994.
- _____. O grau zero: discurso, representações ideológicas e construção do sentido. Porto: *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas* - Vol. XV, 1998. p. 333-375.
- _____. Viva a Guiné-Bissau: a construção do sentido e da força persuasiva do discurso. In: *CLAC: Círculo de Linguística Aplicada a la Comunicación*, nº 6 (Mayo 2001).
- GIL, I. T. M. O(s) discurso(s) em torno de um referendo: reformulação e acto de argumentação. In: OLIVEIRA, F.; DUARTE, I. M. (Org.), *Da língua e do discurso*. Porto: Campo das Letras, 2004. p. 363-382.
- KERBRAT-ORECCHION, C. Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XXe siècle? Remarques et aperçus. In: PLANTIN, Ch. ; DOURY, M.; TRAVERSO, V. *Les Émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000. p. 33-73.

MARQUES, M. A. Debate, argumentação e organização enunciativa. In: Comunicação e Sociedade, vol. 8, 2005. p. 47-62.

_____. Quando a cortesia é agressiva. Imagem de cortesia e imagem do outro. In: OLIVEIRA, F.; DUARTE, I. M. (Org.). O fascínio da linguagem. Actas do Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca. Porto: C.L.U.P., 2008. p. 277-296.

MICHELI, R. Stratégies de crédibilisation de soi dans le discours parlementaire. In: A Contrario. Revue interdisciplinaire en sciences sociales, vol. 5, n.º 1, 2007. p. 67-84.

_____. L'analyse argumentative en diachronie: le pathos dans les débats parlementaires sur l'abolition de la peine de mort. In: Argumentation et Analyse du Discours, 1, 2008. Disponível em: <http://aad.revues.org/482>. Acesso em: 19 mar. 2010.

_____. La construction argumentative des émotions: pitié et indignation dans le débat parlementaire de 1908 sur l'abolition de la peine de mort. In: RINN, M. (éd.), Le pathos en action. L'usage des émotions dans le discours, Presses de l'Université de Rennes, 2008. p.127-140.

_____. Emotions as objects of argumentative constructions. In: Argumentation, 24. Springer, 2010. p. 1-17.

VLAD, D. La polémique — une forme particulière de communication conflictuelle. Romania: Studia Universitatis Babeş-Bolyai - Philologia, LV, 1, 2010. p. 195-208.

PLANTIN, Ch. Se mettre en colère en justifiant sa colère. In: PLANTIN, Ch., DOURY, M.; TRAVERSO, V. (éds), Les émotions dans les interactions, Lyon: P.U.L., 2000. 1 CD.

_____. Des polémistes aux polémiqueurs. In MURAT, M. ; DECLERCQ ;

_____. Les bonnes raisons des émotions: principes et méthode pour l'étude du discours émotionné. Bern: Peter Lang, 2011.

ANEXOS

TEXTO A

ABORTO E REFERENDO:

AS RAZÕES DA JS

SÉRGIO SOUSA PINTO*

21 DE JANEIRO DE 1998

A — 1. A Juventude Socialista tornou públicos, recentemente, os novos contornos do seu projecto de lei de alteração à actual legislação reguladora da interrupção voluntária da gravidez (IVG), vulgo Lei do Aborto.

B — (1) A primeira questão que tem sido suscitada respeita a legitimidade e oportunidade de reintroduzir no debate político e na agenda parlamentar uma proposta já reprovada pela Assembleia da República na anterior sessão legislativa. (2) A Constituição oferece-nos uma resposta clara, ao proibir expressamente a reapresentação de diplomas durante a sessão legislativa da respectiva reprovação, mas autorizando, do mesmo passo, essa reapresentação nos restantes anos da legislatura em curso. (3) Ora, se a Constituição autoriza, portanto, em abstracto, esta reapresentação na mesma legislatura, pergunto qual a situação concreta em que tal reapresentação teria maior razão de ser do que esta relativa à Lei do Aborto da JS, chumbada por um voto, numa ocasião em que diversos deputados, verificando o largo consenso que a lei merecia da sua bancada, admitiram alterar o sentido do seu voto e viabilizar o diploma?

(4) Nunca tantas razões militaram em favor da reapresentação de um diploma recusado. (5) A JS não tinha tanto o direito, como sobretudo o dever, de reapresentar o seu diploma.

B — (1) 2. A alteração fundamental que distingue o actual projecto de lei da sua versão anterior, votada há um ano, consiste no encurtamento do prazo dentro do qual é permitida a interrupção da gravidez a pedido da mulher: de doze passa a dez semanas. (2) Houve desde então alguma descoberta científica justificativa da mudança? (3) Não. (4) Mudou a JS de opinião relativamente à maior adequação de um prazo mais amplo de doze semanas? (5) Também não.

(6) A alteração de prazo introduzida tem uma motivação exclusivamente política, e correspondeu a um esforço de compromisso que oferecesse garantias de aprovação das nossas propostas, alargando a sua base de apoio na Assembleia da República. (7) O compromisso é uma regra da democracia. (8) Uma segunda derrota sem explorar uma tentativa de compromisso nada teria de épico ou particularmente honroso: seria apenas imbecil. (9) E também uma traição a quem compreende a urgência de mudar a lei, e se bate convictamente contra a realidade sinistra do aborto clandestino.

* vice-presidente da bancada parlamentar do PS e líder da JS

C — (1) 3. Ao adoptar o prazo das dez semanas, desvirtuou a JS o seu projecto inicial, transigindo nas suas convicções e deixando cair o essencial? (2) Não. (3) O essencial consiste na descriminalização de interrupção da gravidez a pedido da mulher e num prazo mínimo adequado, em que sejam facultados os cuidados de saúde convenientes.

(4) Só assim poderemos regular e contrariar eficazmente, em nome da saúde pública e do direito das mulheres à saúde, o aborto clandestino — que é hoje, na sociedade portuguesa, um comércio de vão-de-escada perfeitamente liberalizado. (5) Ao propor as dez semanas, a JS adopta concretamente a solução legal francesa, que, a ser aprovada, juntará Portugal à Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo e EUA na mesma orientação despenalizante.

D — (1) 4. Justifica-se a realização de um referendo sobre as alterações à lei do aborto? (2) Entendemos que não. (3) Porque entre a mulher e a sua consciência não se pode interpor sequer uma legitimidade democrática. (4) As questões de consciência não vão a votos, não se submetem a sufrágio, não dependem da formação das maiorias. (5) Apresentamos o nosso projecto de lei na Assembleia da República porque já existe uma lei em vigor, que dogmaticamente impõe as suas concepções éticas, invadindo essa margem de liberdade de consciência que deve caber à mulher, inserida nas condições concretas da sua vida, e confrontada com a decisão dramática que em qualquer caso não deixará de tomar.

(6) A legitimidade que a Assembleia tem para alterar a actual lei é a mesma que lhe assistia há 14 anos para a aprovar; para eliminar uma inaceitável intromissão da lei penal no domínio da consciência individual não é necessária uma legitimação diversa. (7) Trata-se de remover uma incriminação, reconhecendo uma esfera de decisão em que deverá imperar a consciência.

E — (1) 5. Por outro lado, o PS comprometeu-se, há um ano, a viabilizar a proposta de referendo do PSD, se este viabilizasse igualmente, na generalidade, o seu projecto de alteração à lei do aborto; assim, a palavra final caberia directamente aos cidadãos, podendo prejudicar a votação final global do diploma. (2) Mas o PSD, tendo na sua mão a realização do referendo,

preferiu chumbar imediatamente o projecto no plenário — não hesitando, assim, em confiscar aos portugueses a decisão referendária, desmascarando o seu súbito zelo democrático, exibindo o seu real desprezo pelo referendo e denunciando-o como mera arma táctica do PSD contra as alterações propostas pela JS.

F — (1) 6. Última questão: a JS defende o aborto, preconizando a sua liberalização? (2) Não. (3) O aborto é indiscutivelmente um drama pessoal e social, já liberalizado da pior maneira na nossa sociedade, sem prazos, sem regras, sem segurança, numa sórdida rede clandestina de que as principais vítimas são invariavelmente as mulheres de menores recursos, impossibilitadas de se defenderem da hipocrisia da actual lei. (4) A iniciativa da JS confronta-nos, basicamente, com três opções fundamentais: 1) ou despenalizamos limitadamente a IVG, criando as condições médico-sanitárias para assistir as mulheres que o desejem, de entre as 18.000 que anualmente alimentem o circuito clandestino — nos termos da proposta da JS; 2) ou defendemos, coerentemente, a legislação em vigor e adaptamos o modelo repressivo — policial, judicial e prisional — à necessidade de prender, julgar e punir as 18.000 criminosas que anualmente violam a lei, acrescidas de médicos, parteiras e outros eventuais cúmplices, posição que os pretensos defensores do direito à vida não têm coragem de assumir; 3) ou defendemos hipocritamente a legislação em vigor, sem termos a mínima intenção de a aplicar — e às respectivas penas legais —, aceitando como única e real sanção a condenação medieval das mulheres ao risco e à humilhação do aborto clandestino, e às recorrentes mortes inúteis, às irreparáveis sequelas físicas e psíquicas, de que as clínicas estrangeiras vão libertando as mulheres de maiores recursos.

G — (1) A cada um as suas responsabilidades. (2) A JS assumiu as suas.

- ANEXOS**
- TEXTO B**
A HIPOCRISIA,
LEGITIMIDADE E
FALTA DELA
SÉRGIO SOUSA PINTO*
23 DE JUNHO DE 1998
- A — A campanha referendária que tem vindo a decorrer parece ter-se estabilizado em torno de duas ideias fundamentais que sustentam, respectivamente, o “sim” e o “não”.
- B — (1) O “sim” representa a vontade de enfrentar o drama social e humano das 20 mil mulheres que, todos os anos, se vêem empurradas para o aborto clandestino, em condições degradantes, que penalizam sobretudo as mais pobres e desprotegidas. (2) O “não” opõe-se a qualquer alteração da lei, em nome do direito à vida.
- C — A aptidão do “sim” a prosseguir os seus objectivos está minimamente comprovada pela generalização do aborto nos países da Europa Ocidental, com a elucidativa excepção da Irlanda.
- D — (1) Menos fácil é vislumbrar qualquer relação entre o voto “não” e a defesa do direito à vida. (2) Vota “não” em defesa do direito à vida quem nega, contra todas as evidências, a realidade do aborto clandestino em Portugal, não obstante a incriminação do acto — ou quem acredita, por razões misteriosas ou não explicadas, que a incriminação do aborto terá, depois do dia 28, o efeito dissuasor que até à data nunca teve. (3) A vitória do “não” (que celebra a vida), a verificar-se, conduzir-nos-á a um destino certo: mais 20 mil abortos clandestinos em 1999, feitos com agulhas de “crochet” ou talos de couve por abortadeiras ou habilidosas, acrescidos das mortes de mulheres absolutamente evitáveis, das mutilações, da infecundidade... e, naturalmente, das quatro ou cinco prisões com que o Estado de Direito nos lembra a sua moralizadora vigilância e tranquilizadora existência.
- E — Não existe, portanto, qualquer razão para crer que a vitória do “não” evitaria um aborto, ou faria o que quer que fosse pelo direito à vida; a experiência criminalizadora dos últimos 14 anos demonstra inequivocamente o contrário.
- F — (1) Não temos que escolher entre uma cultura da vida e uma cultura da morte, mas sim entre uma cultura da verdade e uma cultura da mentira e da hipocrisia. (2) A insuportável hipocrisia do discurso da vida, e o primarismo argumentativo que o sustenta, a vingarem nos

* deputado e líder da Juventude
Socialista

dias de hoje, teriam na sociedade portuguesa o significado de uma deriva terceiro-mundista, própria de um país anacronicamente flagelado pelo aborto clandestino e incapaz de assumir as regras de civilização das democracias modernas, liberais, tolerantes e abertas, e dos seus povos, que conosco partilham uma mesma matriz cultural.

G — (1) Os defensores do “não” fizeram ainda uma precursora descoberta de que nos têm dado conhecimento nos seus tempos de antena: o planeamento familiar reduz o recurso ao aborto. (2) Mais uma vez, se não fosse a aprovação na Assembleia da República da lei agora a referendar, ninguém se lembraria de suscitar o problema do planeamento familiar em Portugal. (3) Alguns parecem ter achado a ocasião boa para fazerem o respectivo “aggiornamento” e entrarem no século XX. (4) Mas que ninguém se iluda: se a despenalização passar no referendo, é crível que haja uma forte mobilização da sociedade portuguesa em torno do planeamento familiar; mas se o “não” vencer, alguém acredita que as forças políticas e sociais que o têm sustentado vão advogar pedagogicamente o uso da pílula e do preservativo? (5) Sem lei aprovada no Parlamento, nunca haveria referendo; sem vitória do “sim”, nada se passará em Portugal em matéria de planeamento familiar.

H — (1) Não foi a JS que descobriu, em 1997, o circuito de sofrimento, humilhação e risco associado ao aborto clandestino. (2) Durante 14 anos, não se ouviram os actuais defensores do “não” denunciar o sofrimento das mulheres e exigir o planeamento familiar. (3) A explicação é mais que evidente: porque os defensores do “não” são os mesmos que votaram contra as leis do planeamento familiar e do aborto em 1984 — e que têm a desfaçatez de as contrapor, hoje, como modelo de razoabilidade e equilíbrio; são os mesmos que condenaram a contracepção na sociedade e nos púlpitos, que puseram a sua influência social ao serviço do boicote da lei, e que hoje patrocinam movimentos que clamam furiosamente pelo planeamento familiar, como se este tivesse sido descoberto em Londres, na semana passada. (4) Alguém pode seriamente acreditar que, afastada a despenalização por uma vitória do “não”, a presente galeria de partidos, personalidades e instituições, que protagonizaram e patrocinaram, moral e financeiramente, a campanha do “não”, se baterão pela pílula e pelo preservativo?

I — (1) Alertam-nos, ainda, para o perigo da banalização do aborto, insinuando a incapacidade de as mulheres viverem responsabilmente a sua sexualidade e a maternidade, sem que sobre ela paira a sombra da prisão. (2) O argumento da banalização da sexualidade, convém lembrar, não é novo: foi estreado há 25 anos contra a legalização da pílula.

J — (1) Este referendo não oporá abortistas a antiabortistas: todos somos contra o aborto e pelo planeamento familiar, embora uns com mais legitimidade do que outros. (2) Mas votar contra a despenalização não serve a vida: serve a hipocrisia. (3) Porque se o aborto é um mal, as consequências da sua clandestinidade são um mal muito pior.

P.S.: O dr. João Carlos Espada, na última edição do “Expresso”, reincide em observações ofensivas, procurando atingir-me pessoalmente e às posições políticas que venho defendendo. Para o efeito, desqualifica-me como “garoto” irresponsável. O dr. João Carlos Espada é deselegante e pouco prudente. Esquece, nomeadamente, que empregou a sua garotice a pugnar, responsabilmente, pela ditadura do proletariado, causa relativamente fracturante que ainda não me decidi a abraçar. Do que o dr. João Carlos Espada já não poderá ser acusado é de ter esquecido o método maoísta, que lhe ensinaram quando garoto, nos seus tempos de marxista-leninista pró-albanês, de desqualificar o seu adversário para diminuir o mérito dos seus argumentos.

ANEXOS

TEXTOS

VIRAR A PÁGINA

ZITA SEABRA*

19 DE OUTUBRO DE 2006

A — (1) Há poucos meses, numa visita oficial, passei à porta de uma empresa que tinha um cartaz que dizia: “Determinamos o sexo do nascituro às oito semanas de gravidez”... (2) Aos dois meses, portanto. (3) Fiquei a pensar no anúncio. (4) A que propósito seria comercialmente interessante um exame para determinar o sexo do bebé às oito semanas de gravidez? (5) Exame que, para mais, comporta riscos para a própria gravidez. (6) Não era fácil imaginar uma futura mãe a dedicar o seu interesse ao enxoval ou a escolher o nome do bebé nesta fase. (7) Todas sabem, basta ler um livro para grávidas, que tudo isso só faz sentido depois dos três meses, quando as coisas estão mais sólidas e se pode finalmente anunciar à família e aos amigos a boa nova. (8) Qual é, pois, o interesse duma empresa em tornar comercialmente acessível às oito semanas o sexo do bebé? (9) Só há uma resposta: a possibilidade de a mãe ou o casal escolherem o sexo do bebé. (10) Não consigo ver outra “utilidade” na coisa.

B — (1) Desde o dia em que percebi que é tecnicamente possível determinar o sexo do filho que se vai ter às oito semanas, mais me questiono com a possibilidade de o aborto vir a ser livre, e feito nos hospitais simplesmente a pedido da mulher, até às dez semanas de gravidez, como pretende o PS com o referendo. (2) Ora, a questão que se vai votar é essa mesma. (3) Desde o dia em que vi aquele cartaz — cujo folheto promocional conservei —, não posso deixar de pensar nas pressões sobre uma mulher grávida, do segundo ou do terceiro filho, para que obtenha o almejado “casalinho”, e aborte ou não consoante o resultado da análise.

C — (1) Mas a questão do aborto liga-se antes às condições e razões que levam uma mulher a fazê-lo, num acto de desespero perante a insuportabilidade da gravidez. (2) Em 1983, quando apresentei uma proposta que legalizava, pela primeira vez em Portugal, em certas condições e em casos extremos, a interrupção voluntária da gravidez, vivíamos num país diferente, onde a imensa maioria das mulheres em idade fértil desconhecia e não tinha acesso a nenhuma forma de planeamento familiar, e que tinha os filhos que ia tendo, e fazia desmanchos quando já não podia ter mais. (3) E fazia-o quer na despesa de uma curiosa, quer pagando bom dinheiro a uma parteira improvisada, que usava normalmente os instrumentos necessários surripiados

* deputada do PSD

do hospital onde trabalhava. (4) E, não raras vezes, esta era a única forma de contracepção que muitas mulheres conheciam.

D — (1) Hoje vivemos num país em que toda a gente tem livre acesso ao planeamento familiar, às pílulas do mês, do dia anterior, do dia seguinte, ao DIU, ao preservativo vendido na rua, nas estações de metro, nos lavabos. (2) Aquele Portugal das mulheres com dez filhos, sem possibilidade para dar de comer a mais uma boca, só existe muito, muito, residualmente. (3) Hoje, por exemplo, sabemos que, quando uma mulher tem mais de três filhos e mais de 35 anos, é aconselhada, nas maternidades e nos centros de saúde, a laquear as trompas. (4) E pode fazê-lo gratuitamente. (5) Os casos extremos e dramáticos já se encontram previstos na lei portuguesa — que é em tudo semelhante à lei dos outros países europeus. (6) Porquê então legalizar o aborto, tornando-o livre até às dez semanas, feito apenas a pedido da mulher, em meio hospitalar? (7) Sabe-se, por exemplo, que nos países onde as menores precisam de autorização dos pais para fazer uma IVG têm muito mais cuidado e usam anticoncepcionais, evitando o aborto... (8) Porquê livre até às dez semanas?

E — (1) O PS transformou o aborto numa bandeira de luta, num direito cívico, e coloca o sim e o não no referendo como sendo a fronteira da modernidade. (2) Não percebeu que, hoje, o que move a modernidade, o subversivo, é o inverso: a coragem de, contra tudo e contra todos, ser mãe e pai. (3) O aborto, o desmancho, foi um passado de dor e mágoa de tantas mulheres que mais não conheciam e mais não podiam. (4) Pretender agora, no século XXI, que o Estado português banalize o aborto como método normal de contracepção é abrir portas de ordem ética que nenhuma razão pode justificar. (5) E quando as pessoas recorrerem ao aborto legal e de direito para escolher o sexo do filho, como é? (6) Pergunta-se antes: “Vem cá para escolher o sexo do bebé, ou por um direito seu?” (7) Quando se procura legislar contra as regras éticas básicas, arriscamo-nos a ser surpreendidos pela força da realidade que geramos...

F — (1) Mas também nada justifica que tudo continue na mesma se ganhar o não. (2) Ciclicamente, assistimos ao caso de mulheres levadas a tribunal por crime de aborto em julgamentos absurdos, que são inexistentes noutros países cuja legislação é rigorosamente igual à nossa.

G — (1) É chocante saber que, como aconteceu em Aveiro, polícias da Judiciária andaram dois meses, a mando do Ministério Público, a fiscalizar mulheres à porta de um consultório médico! (2) Conseguiram apanhá-las, parece, e levá-las ao banco dos réus. (3) E embora tenham sido absolvidas, o Ministério Público (como se não tivesse mais com que se preocupar!) conseguiu uma condenação no recurso que interpôs. (4) É urgente travar o Ministério Público e toda esta gente, aprovando uma medida legislativa, sem banalizar o que não pode nem deve ser banalizado. (5) O ponto final nestes julgamentos tem de facto uma solução jurídica que não é muito complicada e que ponha um travão no Ministério Público (conforme se prevê na proposta do Prof. Freitas do Amaral, na das deputadas socialistas Rosário Carneiro, Matilde Sousa Franco e Teresa Venda, na proposta de Alexandra Tété e Pedro Vaz Pato, ou na que eu própria elaborei).

H — (1) Abrir a legalização de todo o aborto a simples pedido da mulher não pode senão fazer-me recordar uma situação que testemunhei pessoalmente e de que guardo a mais trágica recordação. (2) Em 1986, enquanto dirigente do PCP, fui de férias para a então União Soviética. (3) Grávida do meu filho mais novo, comecei a ter problemas na gravidez. (4) Fui internada em Moscovo, no hospital da nomenclatura. (5) Dois dias depois, consegui seguir com o pequeno grupo para Ulianov (a terra onde nasceu Lenine), como estava previsto. (6) Mas recaí doente e fui internada de urgência num hospital a cair de velho e sujo, como só conhecia de filmes da grande guerra. (7) Fiquei numa enfermaria gigante, cheia de camas com mulheres, tão cheia que as camas se tocavam. (8) A dor daquelas mulheres, a quem faziam abortos sem anestesia, que ficavam na cama umas horas antes de serem mandadas para casa, deitadas em lençóis que nunca vi serem mudados, ficou-me para sempre na memória. (9) O seu choro, os gritos lancinantes de dor de abortos a sangue frio, tudo aquilo era uma verdadeira descida aos infernos! (10) Eu sabia que nos países de Leste não havia nenhuma forma de contraceptivos, porque, ainda na clandestinidade, mandávamos para as mulheres portuguesas que trabalhavam nas rádios ou noutros serviços do Partido Comunista caixas de pílulas, remessas de contraceptivos. (11) Lembro-me de ter encontros com um delegado de

propaganda médica, só para receber amostras e enviá-las para lá. (12) Mas nunca imaginei na minha vida ver alguma vez tamanho sofrimento e dor, pelo que, em 1989, quando fui a Moscovo em plena Perestroika, participei com gosto numa manifestação feminista de mulheres russas que exigiam o acesso ao planeamento familiar e o fim daquele drama — o fim do aborto como método contraceptivo.

I — (1) Custa-me ver que, vinte anos depois, continuamos a falar do aborto e a legislar como se as alternativas fossem as mesmas. (2) E, pior, que continuemos a fingir que o recurso a um aborto é uma coisa comum, banal e mesmo um direito. (3) A verdade é que todo este fingimento nunca retirará de mulher alguma a dor do sentimento de culpa. (4) Mulher nenhuma consegue interromper uma gravidez sem sentir, física e psicologicamente, que interrompeu o ciclo normal de uma vida, daquele que seria um seu filho. (5) Será preciso que a sociedade lhe aponte ainda um dedo acusador? (6) Poderá ela ser sentada no banco dos réus? (7) Não seremos capazes de compreender as atenuantes do desespero que a conduziu? (8) Nem o bom senso nem a Lei permitem tal coisa em nenhum outro país europeu com legislações similares — a não ser Portugal.

J — Devemos desde já assumir (todos os deputados a título individual que o desejem) o compromisso de alterar a lei em vigor, para impedir não só os julgamentos da mulher, como a publicidade do seu nome na praça pública, que me parece uma condenação inexpiável.

L — (1) Devemos também assumir o compromisso de agir directamente sobre as causas que empurram as mulheres para o aborto, que não são, por certo, as mesmas de há 20 anos. (2) Já não se trata de pobreza ou miséria, ou ignorância. (3) Trata-se de mulheres jovens que sentem o nascimento de um filho como o desmoronar de um futuro que lhes parece urgente e indispensável. (4) Não deixar que isso aconteça, não deixar que nenhuma mulher sinta que o futuro lhe é roubado por ser mãe é, esse sim, o maior desafio que temos pela frente, e que teimamos em não encarar. (5) Infelizmente, parecemos continuar sempre e só no aborto, quando é mesmo necessário virar a página para a vida.

Aphorisation et cadrage interprétatif

MAINGUENEAU,
DOMINIQUE
dominique.maingueneau@
paris-sorbonne.fr

MOTS CLÉS:
régime aphorisant;
régime textualisant;
cadrage interprétatif.

KEYWORDS:
aphorising regime;
textualising regime;
interpretive framing.

Dominique Maingueneau

Professeur Université Paris IV, Paris-Sorbonne

Membre du Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communications (CÉDITÉC)

RÉSUMÉ: Les linguistes considèrent communément que les énoncés sont fondamentalement des unités transphrastiques, des textes, associés à des genres de discours, et que les phrases hors d'une structure textuelle sont des phénomènes marginaux : dictons, slogans, maximes... Dans cet article je défends l'idée que l'énonciation est en réalité partagée entre deux régimes: l'énonciation aphorisante, celui de phrases qui sont posées hors du texte et du genre de discours, et l'énonciation textualisante. L'énonciation aphorisante, ou aphorisation, se divise elle-même en aphorisations «primaires» (non détachée d'un texte) et «secondaires» (détachées d'un texte). Après avoir souligné quelques caractéristiques pragmatiques majeures de l'énonciation aphorisante et en particulier de l'aphoriseur, c'est-à-dire de l'énonciateur d'aphorisations, je propose une classification des divers types d'aphorisations secondaire en fonction du «cadrage» dans lequel elles sont placées quand on les interprète. La même aphorisation peut en effet être interprétée différemment en fonction du cadrage auquel il est référé: «informationnel», «testimonial», «événementiel», «sapiential»

ABSTRACT: Most linguists consider that utterances are basically texts, units above sentence level, associated with genres of discourse, and that sentences which do not belong to texts are a peripheral phenomena: sayings, maxims, slogans.... In this article I claim that speech can function under two regimes: the aphorizing regime, i.e. the regime of sentences which are independent of textuality and genericity. In the aphorising regime one must make a distinction between "primary" (which have not been detached from a text) "secondary (detached from a text) aphorisations. After having focused on the main pragmatic properties of aphorisation, in particular on the properties of the aphoriser (the "enunciator" of an aphorisation), I propose to classify the various kinds of the secondary aphorisations according to the "framing" in which they are put in order to be interpreted. An aphorisation can be interpreted in various ways, according to the "framing" it is referred to: "informational", "testimonial", "historical", "sapiential".

Peu de gens aujourd'hui contesteraient l'idée que le texte constitue l'unique réalité empirique à laquelle ait affaire le linguiste : des unités comme la phrase ou le mot sont nécessairement abstraites de textes. Le texte est en effet la contrepartie du genre de discours, qui est considéré comme le cadre de toute communication pensable. J'utilise ici le terme «genre de discours» pour des activités comme le faire-part de naissance, le débat télévisé, la conversation, etc. et non pour des actes de langage élémentaires tels que la promesse, l'assertion ou l'insulte. On réfère communément cette position à Bakhtine (1984: 285), particulièrement à son article «Problème des genres du discours», écrit en 1952-1953.

En fait, la notion même de texte apparaît ambiguë: elle peut être prise seulement comme le corrélat d'un genre de discours, auquel cas elle n'implique pas qu'un texte soit constitué de plusieurs phrases. Mais elle peut aussi être prise selon son étymologie et son usage courant comme une unité constituée de plusieurs phrases que l'on peut l'analyser en termes de cohérence et de cohésion. La divergence entre ces deux conceptions du texte, communicationnelle et linguistique, ressort en particulier quand on considère le cas des énoncés constitués d'une seule phrase, qu'on pourrait appeler des «phrases sans texte» (Maingueneau, 2012).

Plus précisément, il convient de distinguer deux types de phrases sans texte: (1) celles qui sont inséparables d'un support non-verbal, (2) les autres. Le cas (1) serait représenté par exemple par un panneau du type «Défense d'afficher», apposé sur un mur. On pourrait également évoquer le cas d'une devise insérée dans des armoiries ou tatouée sur le corps, ou encore celui d'un tee-shirt orné d'un énoncé comme «I love Paris» ou «Je suis le plus beau». Je ne vais pas m'attarder sur ce type de phrases sans texte, pour lesquels l'absence de cotexte est compensée par la solidarité de l'énoncé avec son support. En revanche, je vais m'intéresser au second cas de figure, de loin le plus fréquent: slogans, maximes, titres d'articles de presse, dictons, intertitres, citations célèbres, etc. Comme le montre cette liste, on peut y distinguer deux classes très différentes, selon qu'il s'agit 1) d'énoncés conçus pour ne pas faire partie d'un texte (c'est le cas en particulier des proverbes et de toutes les formules sentencieuses qui par nature n'ont

ni contexte situationnel ni cotexte originels; 2) ou d'une phrase détachée d'un texte. Pour ce dernier type de détachement on entre dans une logique de citation.

1. DÉTACHABILITÉ ET SURASSERTION

1.1. LA SURASSERTION

On ne peut cependant se contenter de constater que certains énoncés ont *été détachés* d'un texte. Une telle opération ne s'exerce pas sur n'importe quel matériau verbal : bien souvent il s'agit d'énoncés qui dans le texte où ils figuraient étaient déjà présentés comme *détachables*.

Considérons par exemple ce paragraphe qui conclut un article figurant dans les pages économiques du quotidien français *le Figaro*:

France Télécom devient une entreprise privée

«[...] Et comme deux autres formes symboles, Renault et Air France, deux groupes publics sauvés grâce aux deniers publics privatisés pour leur permettre de devenir de vrais champions mondiaux, France Télécom illustre à son tour la difficile métamorphose de «France Entreprise». *Car en ce début du XXI^e siècle, il est impossible de faire de la bonne industrie si on n'est pas capable d'être aussi un bon actionnaire.* » (*Le Figaro économie*, 2 septembre 2004, p. II (c'est nous qui soulignons)).

Le lecteur perçoit aisément que la dernière phrase est présentée comme détachable ; elle contraste avec ce qui précède par ses propriétés énonciatives aussi bien que par son lien avec la thématique centrale de l'article, donnée dans le titre. Il s'agit d'un énoncé conclusif par la place privilégiée qu'il occupe, un énoncé généralisant, et qui pose une norme avec un ethos légèrement solennel. C'est le type d'énoncé dont on imagine qu'il pourrait facilement être repris en titre.

Autre exemple, cet entretien qu'un mathématicien, Gilles Dowek, a donné à un journaliste du quotidien gratuit français *20 minutes*. Le titre de l'article est « L'âge d'or des mathématiques,

c'est aujourd'hui » ; cet énoncé résulte d'un détachement, on le retrouve dans le texte de l'entretien, qui le présente comme détachable : il est en effet placé à la fin d'une réponse, introduit par le connecteur de reformulation « autrement dit » et constitue un paradoxe (« âge d'or » = « aujourd'hui »)

«(...) on pense trop souvent qu'elles (= les mathématiques) appartiennent au passé, alors que la moitié des mathématiciens qui ont sévi au cours de l'Histoire sont...vivants et en exercice. *Autrement dit, l'âge d'or des mathématiques, c'est aujourd'hui.* » (20 minutes, 18 octobre 2004, p.39 (c'est nous qui soulignons).

Dans ces deux exemples, l'énonciateur formate un fragment comme détachable, candidat à une reprise citationnelle. Il opère une mise en relief par rapport au cotexte environnant. Pour désigner ce type de phénomène nous avons introduit la notion de « surassertion ». De manière schématique, on peut dire qu'une séquence est *surassertée* dans un texte si

- elle est relativement brève,
- elle possède une structure prégnante sur le plan du signifiant (symétrie, syllepse...) et/ou du signifié (métaphore, paradoxe...);
- elle se trouve en position saillante, le plus souvent en début ou en fin de texte ou de partie de texte, de manière à lui donner le statut d'un condensé sémantique du texte dont elle fait partie ;
- elle marque une *prise de position* sur un point controversé, liée à la thématique du texte ou du passage concerné ;
- son énonciation implique un ethos particulier, une sorte d' « amplification » de la figure de l'énonciateur.

La surassertion se marque souvent au niveau de l'embranchement énonciatif par sa valeur généralisante ou générique, ou par le recours à une reprise catégorisante (« cette vérité essentielle... ») ou à des connecteurs (« en fin de compte », « autrement dit », « bref »...).

2. DÉTACHEMENTS FORTS ET FAIBLES

La notion de détachement d'un fragment de texte recouvre en fait deux phénomènes différents: on peut parler d'un détachement *fort* quand l'auditeur ou le lecteur n'ont plus aucun moyen de revenir au texte-source, et d'un détachement *faible* quand l'énoncé détaché est extrait d'un texte qui se trouve contigu.

Le détachement « faible » est très fréquent dans la presse écrite; il correspond en général à un titre, un sous-titre, une légende de photo. C'est pourquoi, s'il voit un article ayant un titre entre guillemets, le lecteur pensera immédiatement que ce titre est une citation extraite du corps de l'article. Par exemple:

– «Au Quai d'Orsay: 'Les déclarations prêtées au ministre ne sont pas crédibles'» (*Le Monde*, 24-1-2004, p.8)

– Jean-Louis Borloo, ministre de la ville, sur les zones urbaines sensibles:

«Les cités doivent devenir des quartiers ordinaires » (*Libération*, 10-11-2003, p.14).

Mais la presse écrite contemporaine fait aussi usage du détachement « fort » ; dans ce cas, on a affaire à des citations qui sont totalement dissociées de leur texte-source. Ce caractère de détachement fort est souligné par des étiquettes très diverses ; par exemple «la citation du jour»:

La citation du jour : «Il y a une panne européenne, il y a une crise, mais ce n'est pas l'explosion.» – Le commissaire européen Michel Barnier, hier. (*Métro*, 15-1-2003)

Ou encore «la phrase qui tue»:

C'est dit! «Tous ceux qui vivent en France doivent se soumettre aux règles et coutumes de la société française.» – Le Conseil représentatif des institutions juives de France a salué, hier, le discours du chef de l'Etat. (*20 minutes*, 18-12-2003)

Le détachement fort est particulièrement visible quand il s'agit de pages entières de citations, qui forment une sorte de patchwork. On peut ainsi évoquer dans *Veja* la double page de la rubrique « *Veja essa* ». Celle du 3 septembre 2003, par exemple, contient dix-huit énoncés détachés venant des locuteurs les plus divers. Celle ci, par exemple:

«Eu me acho linda.» (*Preta Gil*, cantora, a filha robusta do ministro da Cultura, Gilberto Gil, que posou nua para o encarte do seu CD) (3 septembre 2003, p.34-35)

Ici le commentaire placé après l'énoncé détaché contextualise celui-ci très partiellement; en effet, *Veja* explicite le lien entre la phrase et la nudité, mais pas du tout dans quelle situation de communication cette phrase a pu être dite.

1.3. LES ALTÉRATIONS

Si l'on observe de nombreux exemples de détachement, on note que la plupart du temps l'énoncé subit une altération quand il est détaché. Voici un exemple d'altération particulièrement simple, puisqu'il y a seulement suppression d'une partie de l'énoncé de l'énoncé surasserté:

[Titre] Hussein Chalayan: «Je suis très sexuel»

(...) Les gens pensent que, parce que vous intellectualisez votre travail, vous ne pouvez pas être quelqu'un de très physique. Les deux ne sont pas antagonistes! *Je suis, et j'ai toujours été, quelqu'un de très sexuel.* (*Jalouse*, n° 58, mars 2003, p.159)

Mais on peut aller plus loin dans l'altération. C'est le cas dans cet entretien qui a pour titre:

Alexandra Kazan: «Pour durer dans ce métier, il faut être costaud»

Le texte placé en dessous est assez différent de l'énoncé détaché:

«Les gens ne se rendent pas compte, ils ont l'impression que lorsqu'on est connu, on est arrivé. Mais c'est difficile de durer. Il faut être très costaud psychologiquement. Parfois, je le suis, parfois non.» (p.91)

On le voit, l'énoncé détaché ne correspond à aucune surassertion. L'énoncé originel est un mouvement argumentatif complexe réparti sur quatre phrases, avec des modulations du locuteur ; avec le détachement il se trouve transformé en une phrase unique généralisante, une sorte de sentence.

3. LES DEUX RÉGIMES D'ÉNONCIATION

La surassertion, qui pose un fragment comme détachable, est un phénomène qui relève du fonctionnement textuel, alors que l'énoncé détaché implique un régime énonciatif spécifique, non textuel, que nous désignons par le terme «aphorisation». Autrement dit, si la *surassertion*, fait ressortir une séquence sur un fond textuel, *l'aphorisation*¹ – ou plus exactement d'énonciation aphorisante – confère un statut pragmatique spécifique à un énoncé dépourvu de contexte.

L'aphorisation n'est pas là un phénomène qui serait totalement étranger au système linguistique. Il existe en effet dans certaines langues des marquages qui ne sont pas sans rapport avec les caractéristiques de l'énonciation aphorisante. A ce propos on peut évoquer la problématique de la phrase nominale en indo-européen, telle que l'a analysée E. Benveniste dans un article (1966 : 151-167) repris dans ses *Problèmes de linguistique générale*.

La phrase nominale est un phénomène qui est attesté dans de nombreuses langues du monde. Benveniste soutient qu'une phrase nominale latine telle que « homo homini lupus » (= l'homme est un loup pour l'homme) n'est pas une variante de la phrase avec verbe («homo homini

1. Le choix de ce terme n'est pas totalement satisfaisant; en grec *aphorizo* signifie avant tout une opération de détermination, et *aphorisma* une définition. Nous préférons nous appuyer sur l'usage contemporain qui voit dans l'aphorisme, de manière plus large, «une phrase d'allure sentencieuse, qui résume en quelques mots une vérité fondamentale». (*Grand Larousse de la langue française*).

lupus est») mais que ces deux phrases correspondent à « deux modes d'énonciation distincts » (1966 : 166). Pour lui, la phrase à prédicat nominal, sans verbe ni copule, dans des langues qui disposent par ailleurs d'une structure de phrase à verbe *être*, constitue « une assertion nominale, complète en soi, pose l'énoncé hors de toute localisation temporelle ou modale et hors de la subjectivité du locuteur » (1966 : 159-160).

Il étudie plus particulièrement la phrase nominale en grec ancien :

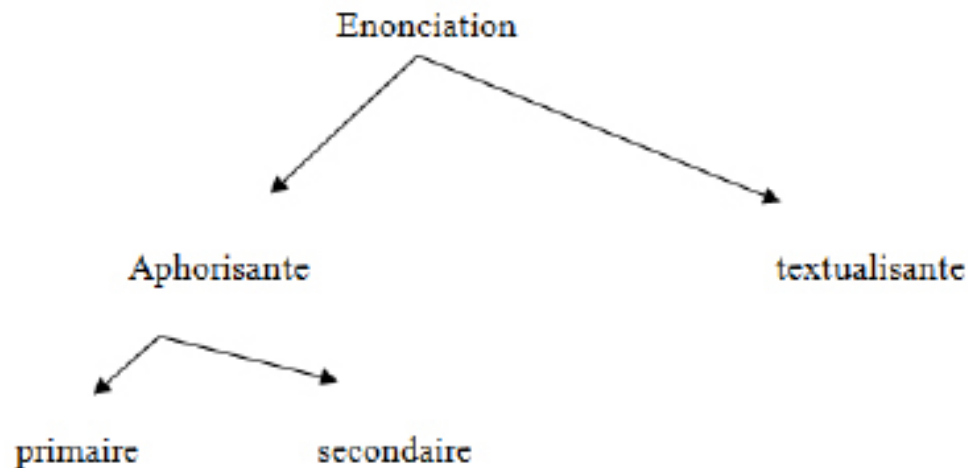
« étant apte à des assertions absolues, la phrase nominale a valeur d'argument, de preuve, de référence. On l'introduit dans le discours pour agir et convaincre, non pour informer. C'est hors du temps, des personnes et de la circonstance, une vérité proférée comme telle. C'est pourquoi la phrase nominale convient si bien à ces énonciations où elle tend d'ailleurs à se confiner, sentences ou proverbes, après avoir connu plus de souplesse. » (1966 : 165).

Dès lors, pour Benveniste la phrase nominale et la phrase avec le verbe *être* au présent « n'assertent pas de la même manière et n'appartiennent pas au même registre. La première est du discours; la seconde de la narration. L'une pose un absolu; l'autre décrit une situation. Ces deux traits sont solidaires. » Benveniste valide sa thèse par une étude de corpus. Pour ce faire, il compare un texte poétique, les *Pythiques* de Pindare, et des textes de l'historien Hérodote. L'étude montre que les poèmes contiennent un grand nombre de phrases nominales, et la prose narrative très peu. Les phrases nominales de Pindare ont toujours un caractère sentencieux et sont toujours au discours direct. De fait, la phrase nominale sert à convaincre, non à informer, elle permet d'appuyer une argumentation : « C'est, hors du temps, des personnes et de la circonstance, une vérité proférée comme telle. »

La démarche suivie ici par Benveniste ressemble à celle qu'il adopte dans sa célèbre étude sur les deux plans d'énonciation, « histoire » et « discours ». Mais en traitant de la phrase nominale, il associe étroitement les dimensions référentielle, modale et textuelle : la phrase nominale grecque est en effet à la fois 1) un énoncé non embrayé, 2) un énoncé qui fait

autorité, dont la responsabilité est attribuée à une instance qui ne coïncide pas avec le producteur empirique de l'énoncé, 3) une phrase et non un texte. Pourtant, Benveniste ne s'intéresse pas à ce dernier aspect. Comme il étudie des énoncés sentencieux, il s'intéresse surtout à leurs propriétés modales et déictiques.

Il n'en va pas de même pour nous, puisque nous prenons en compte n'importe quel type de phrase, à partir du moment où elle est énoncée hors de la textualité. En mettant ainsi l'accent sur ce qu'implique cette dernière propriété, nous sommes amené à distinguer deux régimes d'énonciation: *l'énonciation aphorissante*, ou *aphorisation*, et *l'énonciation textualisante*. La seconde inscrit les phrases dans des textes relevant d'un genre de discours; la première entend échapper à l'espace du texte et du genre de discours.



L'aphorisation ne résulte pas nécessairement du détachement d'un fragment de texte et de son insertion dans un nouveau texte (aphorisation secondaire). Il existe aussi une énonciation aphorissante primaire (proverbes, adages, dictons, slogans, devises...) qui concerne des

phrases autonomes par nature. Cette distinction entre aphorisations « primaires » et « secondaires » ne repose pas sur des critères strictement historiques. On sait par exemple qu'un certain nombre de proverbes ont en réalité été détachés d'un texte : ainsi « On a toujours besoin d'un plus petit que soi », qui était à l'origine la moralité d'une fable de La Fontaine. Selon les contextes, la même phrase pourra donc fonctionner donc tantôt comme aphorisation primaire, tantôt comme aphorisation secondaire, détachée des *Fables*.

Entre un énoncé aphorisé et un texte il n'y a pas une différence de taille mais *d'ordre*. L'énonciation aphorisante institue une scène de parole où il n'y a pas interaction entre deux protagonistes placés sur un même plan. En effet, qu'il s'agisse d'une aphorisation primaire ou d'une aphorisation secondaire, l'« aphoriseur » n'énonce pas pour un *allocutaire* déterminé par un genre de discours, mais pour un auditoire situé sur un autre plan, qui n'est pas susceptible d'intervenir dans l'énonciation. Cet aphoriseur assume l'éthos du locuteur qui prend de la hauteur, de l'individu autorisé, au contact d'une Source transcendante. Il est censé énoncer *sa* vérité, soustraite à la négociation, exprimer une conviction. En lui tendent à coïncider sujet *d'énonciation* et Sujet au sens *juridique et moral*: quelqu'un se pose en responsable, affirme des valeurs et des principes à la face du monde, s'adresse à une communauté par-delà les allocutaires empiriques qui sont ses destinataires, par-delà la diversité des genres de discours. D'ailleurs, dans la tradition philosophique, le Sujet, le *sub-jectum*, est ce qui est placé au dessous, ce qui ne varie pas, ce qui échappe à la relativité des contextes. Plein Sujet, l'aphoriseur peut répondre de ce qu'il dit à travers la pluralité des situations de communication. De là son lien étroit avec la juridicité : quand on veut condamner quelqu'un pour ses propos, en général ce n'est pas un texte – toujours relatif à un contexte – mais une aphorisation ou un ensemble d'aphorisations que l'on condamne. On peut en voir une illustration dans cette scène archétypale qu'est le procès de Jésus:

Quelques-uns se levèrent pour porter contre lui ce faux témoignage : « Nous l'avons entendu qui disait : « Je détruirai ce Temple fait de main d'homme, et en trois jours j'en rebâtirai un autre qui ne sera pas fait de main d'homme. » (Marc, 14, 57-59).

Ceux qui veulent faire condamner le Christ exhibent une aphorisation sacrilège, dont l'absence de contexte n'a rien de contingent : c'est la mauvaise nature du Sujet qu'il faut dénoncer, et non un énoncé inscrit dans un genre de discours.

L'aphorisation retrouve ainsi les propriétés de la « *sententia* » romaine:

Le mot *sententia* chez les anciens latins signifiait tout ce qu'on a dans l'âme, tout ce que l'on pense (*ex animi sententia*) pour marquer que nous parlons sincèrement et selon notre pensée. Ces phrases que les hommes aiment à prononcer avec conviction frappent l'esprit, y pénètrent souvent d'un seul coup, s'y fixent mieux «en raison de leur brièveté même et persuadent par le plaisir qu'elles causent.» (Montandon, 1992 : 26)

3. LES CADRAGES INTERPRÉTATIFS

L'aphorisation n'ayant pas d'autre contexte que celui du texte qui l'accueille, elle sollicite fortement l'activité interprétative de ses destinataires. Mais le problème se pose dans des termes différents selon les types d'aphorisations concernés.

Quand on a affaire à des aphorisations détachées «par nature», comme c'est le cas avec les proverbes ou les devises, la construction du sens s'effectue en s'appuyant sur des instructions incorporées à l'aphorisation ; elles définissent un modèle qui doit s'appliquer à un nombre indéfini de situations dès lors que celles-ci sont catégorisées comme relevant de ce modèle. Le destinataire est alors contraint de chercher dans la situation qu'il partage avec le locuteur les éléments qui sont censés avoir rendu possible l'énonciation. Par exemple, le proverbe «Petit à petit l'oiseau fait son nid» va pouvoir s'appliquer dès que destinataire peut trouver une relation équivalente, sous certains aspects, à celle de la construction d'un nid par un oiseau. Quant à une devise, par exemple «Faire face», elle est applicable à toutes les situations dans lesquelles un individu se trouve confronté à un danger, etc.

Les aphorisations détachées d'un texte, quant à elles, ne forment pas un ensemble homogène. Le destinataire doit les placer dans tel ou tel « cadrage » pour faire aboutir son traitement

interprétatif. Ces cadrages sont des catégories pragmatiques: la même aphorisation sera traitée différemment selon le cadrage auquel on la soumet.

Le problème se pose de savoir ce qui oriente le destinataire vers tel ou tel cadrage. Il existe des indices de divers ordres qui interagissent. Certains relèvent du genre et du type de discours : la presse professionnelle privilégie la dimension informative, la presse « people » accorde une large place à l'expression des affects, le discours religieux ou la littérature favorisent la recherche de significations cachées, etc. D'autres indices sont plus strictement linguistiques: sauf cas exceptionnels, une aphorisation fortement chargée de tropes ou énoncée en latin n'aura pas une visée informative. L'identité de l'aphoriseur joue également un rôle important: selon que l'aphorisation est attribuée à un savant, un chanteur, un philosophe..., elle sera rapportée préférentiellement à tel ou tel cadrage.

3.1. LE CADRAGE INFORMATIONNEL

Le cadrage dont le traitement est le moins coûteux est d'ordre informationnel, il vise à *faire savoir*. On peut l'illustrer à l'aide de l'exemple qui suit, titre d'un article inséré dans un site d'information. Cette aphorisation est attribuée à un professeur de médecine, Michel Lejoyeux, qui dirige un service d'addictologie:

«On est passés de l'alcool festif à l'ivresse festive»

(<http://sante.lefigaro.fr/actualite/2013/05/07/20480-on-est-passees-lalcool-festif-livresse-festive>;
consulté le 7/5/2013)

Ici on a affaire à un expert qui délivre une information factuelle sur l'évolution de l'addiction à l'alcool chez les jeunes.

3.2. LE CADRAGE TESTIMONIAL

Le cadrage que nous appelons *testimonial* tend à réduire, voire à annuler, la dimension informationnelle, au profit de l'expression d'une conviction à la face du monde. Il prend des modalités très diverses ; il peut passer aussi bien par un effacement énonciatif qu'on peut dire *sentencieux* que par un surinvestissement subjectif *personnalisant*.

La modalité «*sentencieuse*» est bien présente par exemple dans ce titre d'un article sur le site d'information du quotidien *Le Monde*:

«Les animaux ne peuvent ni parler ni se révolter»

(<http://animaux.blog.lemonde.fr/2013/03/22/les-animaux-ne-peuvent-ni-parler-ni-se-revolter/>;
consulté le 6/5/2013)

C'est une phrase attribuée à «une jeune activiste passionnée par la protection animale» qui travaille pour l'association *Humane Society International*. Au-delà du problème des animaux, l'aphoriseuse montre qu'elle en appelle aux valeurs qui doivent souder la communauté: on ne doit pas s'en prendre à ceux qui sont sans défense.

Quant à la modalité «*personnalisante*», elle est centrée sur l'expression directe des affects du locuteur, et non sur l'affirmation de normes collectives. Néanmoins, le destinataire est appelé à dégager les normes qui sont pertinentes pour justifier le surinvestissement subjectif que montre l'énoncé. Considérons dans la presse sportive ce titre d'un entretien avec un champion de boxe qui annonce qu'il arrête sa carrière:

«On me brise» (*l'Equipe*, 8/9/2009, p.7)

Cet énoncé a une charge informationnelle très faible. Il permet surtout de mettre en avant l'émotion du Sujet. Une telle aphorisation présuppose néanmoins pragmatiquement l'existence de normes qui ont été enfreintes et qui justifient cette aphorisation. Il n'est pas toujours facile au destinataire de reconstruire ces normes ; heureusement, la tâche est souvent facilitée par le

cotexte. C'est ainsi que dans notre exemple l'article associé explique le champion n'arrête pas la boxe de son plein gré mais parce que les choses ne se passent pas comme elles auraient dû se passer : « J'ai honte ! Un pays comme la France qui n'est pas capable de garder ses champions ! » ; « Je me suis posé la question : qu'est-ce que j'ai fait de mal ? En réalité, rien ! » Le destinataire peut ainsi reconstruire les normes et les valeurs qui sont censées motiver l'événement énonciatif. Ce qui pourrait se gloser ainsi : « Etant donné la norme X, il est requis d'énoncer l'aphorisation *On me brise* ». Cette norme X est un énoncé généralisant à valeur déontique. Par exemple « Etant donné qu'un grand pays doit garder ses champions, alors il est légitime de dire « On me brise » si cette norme n'est pas respectée.

3.3. RÉGIME D'ACTUALITÉ ET RÉGIME MÉMORIEL

Les aphorisations à cadrages «informationnel» et «testimonial» circulent dans les médias. Ceux qui sont connectés à l'espace médiatique, qui «suivent l'actualité», ont à leur disposition le savoir encyclopédique requis pour les interpréter comme il convient. Elles participent de ce qu'on pourrait appeler un régime d'actualité, c'est-à-dire qu'elles sont interprétables à l'intérieur du vaste interdiscours de «*ce qui se dit*», de ce qui est susceptible de nourrir les conversations ordinaires, les forums sur Internet ou les débats télévisés à un moment donné.

A ce régime d'actualité on peut opposer un régime qu'on peut appeler «mémoriel», où l'aphorisation est portée par une mémoire collective à plus ou moins long terme. Les aphorisations qui en relèvent sont référées à un auteur identifié, inscrits dans un Thésaurus de paroles vouées à la transmission. Ce régime mémoriel peut correspondre à deux grands cadrages: «historique», et «sapiential».

Appréhendée à travers un cadrage *historique*, l'aphorisation est indissociable d'un récit, elle est une partie et la trace d'un événement qui est conservé dans la mémoire comme tout à la fois singulier et exemplaire. La phrase de César adressée au Sénat «Veni, vidi, vici» («Je suis

venu, j'ai vu, j'ai vaincu») doit activer chez le destinataire le souvenir d'un épisode de l'histoire romaine, la victoire rapide de César en -47, sur le roi du Pont Pharnace II. Cette phrase accède au statut d'exemplum: c'est la phrase du grand général sûr de sa stratégie et de la supériorité de ses troupes. Elle peut être associée à une iconographie dont le support varie en fonction des époques: tableaux, estampes, gravures, assiettes, tasses, posters, tee-shirts...

A la différence du cadrage historique, le cadrage *sapiential* n'inscrit pas l'aphorisation dans un événement, mais il l'appréhende comme point de vue d'un Sujet privilégié. Ce cadrage sapiential peut se manifester comme cadrage *moraliste* ou comme cadrage *herméneutique*.

A travers le cadrage *moraliste*, l'aphorisation énonce des jugements sur l'ordre du monde: les hommes, les enfants, l'amitié, l'ambition... C'est le cas par exemple de phrases en France telles que « La valeur n'attend pas le nombre des années » (Corneille), «Ce qui se conçoit bien s'énonce clairement (Boileau). En revanche, à travers le cadrage *herméneutique*, le destinataire doit dégager un sens caché, un «message» dont il est postulé qu'il est important pour l'interprète. Mais cet énoncé qui renferme un sens qui ne peut pas être donné immédiatement, exige un véritable travail d'interprétation. A l'autorité de l'aphoriseur doit répondre ainsi la compétence du destinataire, surtout quand tous deux sont membres d'une même communauté restreinte, qui se nourrit d'une culture commune et prescrit des procédures d'interprétation. Le cadrage herméneutique a pour effet d'accroître considérablement le potentiel sémantique de l'aphorisation. Dégager le «message» que celle-ci est censée délivrer a un coût cognitif élevé, et son contenu n'est jamais totalement assuré. C'est le cas en particulier dans le domaine religieux, littéraire, philosophique... Qu'il s'agisse d'une aphorisation détachée de la Bible ou des œuvres de Shakespeare, l'essentiel est de la rapporter à la totalité textuelle dont elle participe, qui tire son autorité d'avoir un auteur inspiré qui excède le commun des mortels.

Aux divers cadrages que nous avons distingués correspondent diverses figures de l'aphoriseur : au cadrage informationnel est associé l'Expert, au cadrage testimonial ce qu'on pourrait appeler un «Existant», au cadrage historique le «Personnage », au cadrage sapiential le «Sage».

CONCLUSION

Bien entendu, il n'existe aucune aphorisation qui soit hors d'un genre. L'aphorisation «Eu me acho linda», par exemple, se trouve dans une rubrique de magazine et les proverbes viennent s'insérer dans les conversations. Dire que l'énonciation aphorisante n'entre pas dans la logique du genre de discours, ce n'est donc pas dire qu'elle soit proférée hors de tout genre. Cela veut seulement dire qu'il faut prendre acte de la *prétention illocutoire* attachée à l'aphorisation, celle d'être une parole soustraite à la relativité des genres de discours. L'essentiel est la tension qui s'établit entre l'aphorisation et le genre de discours qui l'accueille.

L'énonciation aphorisante n'est pas réservée à quelque fonctionnement archaïque du langage qu'on abandonnerait à la curiosité des ethnolinguistes ou des érudits. Dans une société traditionnelle où domine l'oralité, elle entretient une relation privilégiée avec l'expérience accumulée, l'autorité des anciens, les formes sentencieuses qui se gravent dans la mémoire: dictons sur les travaux des champs, maximes morales, devises... Mais elle prolifère aussi dans le monde contemporain: sur les sites d'information, les pages Facebook ou les forums, les plaques minéralogiques des camions ou les tee-shirts. C'est qu'au-delà de ses multiples modes de manifestation, il s'agit d'une ressource inscrite dans le fonctionnement même de la langue.

REFERÊNCIAS

- BAKHTINE M., Esthétique de la création verbale, Paris, Gallimard, 1984.
BENVENISTE E., Problèmes de linguistique générale, Paris, Gallimard, 1966.
MAINGUENEAU D., Les phrases sans texte, Paris, Armand Colin, 2012.
MONTANDON A., Formes brèves, Paris, Hachette, 1992.

Ideologia e ensino: o caso da legislação portuguesa

**MARQUES, ISABELLE
SIMÕES**
isimoesmarques@hotmail.com

**MENÉNDEZ, FERNANDA
MIRANDA**

SEBASTIÃO, ISABEL
isabel.sebastiao@hotmail.com

Docente da Universidade de Coimbra, Portugal
Investigadora do CLUNL - Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Docente da Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova de Lisboa
(FCSH/NOVA), Portugal
Investigadora do CLUNL - Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Docente da Centro de Língua Portuguesa Camões - Université Lumière Lyon 2
Investigadora do CLUNL - Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Portugal

PALAVRAS-CHAVE:
leis;
ensino;
ideologia.

RESUMO: Abordamos neste artigo a questão das ideologias implícitas no ensino português, mais precisamente na legislação em vigor. As leis que determinam o processo educativo são cunhadas pelas perspetivas ideológicas subjacentes a qualquer sistema de ensino pelo que condicionam a visão que dele se adquire. Na construção discursiva da legislação, emerge a apropriação, por um dado sujeito, das marcas de determinado momento histórico-social e cultural e dessa forma, determina as conceções e influencia as representações ideológica, social e cultural e, em última instância, a formação dos alunos. De forma a verificar a(s) ideologia(s) que os documentos da tutela veiculam sobre a educação em Portugal, analisamos a Lei de Bases de 1986 e as suas alterações de 1997 e 2005. Verificamos que a legislação ligada ao ensino está pautada por critérios políticos e ideológicos. A legislação portuguesa, que enquadra o ensino pré-escolar, básico, secundário e superior, preconiza certas práticas de ensino, dá indicações sobre a forma de ensinar e estabelece as orientações programáticas. No sentido de clarificar estes aspetos, fazemos o levantamento das regularidades que encontramos nos diversos textos legislativos em análise, para obtermos uma representação, o mais fiel possível, da situação ideológica atual.

KEYWORDS:
laws;
teaching;
ideology.

ABSTRACT: This article addresses the question of implicit ideologies in the teaching of Portuguese, specifically as these appear in legislation. The laws that determine the educational process emerge from ideological perspectives underlying educational systems by shaping the view that is acquired of it. In the discursive construction of legislation, one sees the emergent adoption,

for a given subject, of the signs of a given historical and social-cultural moment. This adoption determines the conceptions and influences ideological, social and cultural representations, and ultimately also students' education. In order to determine ideology(ies) conveyed by state documents concerning education in Portugal, we analyze the basic Law of 1986 and its 1997 and 2005 amendments. We see that legislation related to teaching is guided by political and ideological criteria. Portuguese legislation, which encompasses pre-school, basic, secondary and higher education, advocates certain teaching practices, provides information on how to teach, and establishes program guidelines. In order to illuminate the phenomena, we survey the patterns found in various pieces of legislation, in order to obtain an accurate assessment of the current ideological situation.

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

Quando analisamos um conjunto de leis, passado o momento inicial em que olhamos para esses textos como objetos com capacidade para influenciar as nossas vidas, começamos a detetar marcas que cada época e cada tipo de poder neles deixam inscritas. Ou seja, como qualquer outro enunciado, o legislativo transporta consigo marcas historicamente determinadas, que são responsáveis pela sua *aceitação* na época em que foi produzido – dizemos aceitação, mesmo que ela tenha sido compulsiva, e não concordância com o todo que transporta. A que se deve, então, este fenómeno linguístico, mas com nítidos contornos ideológicos e sociais? Foucault (1971) fala da *vontade de verdade* que existe nas práticas discursivas ligadas ao poder, afirmando que a verdade reside no enunciado e que se apoia num suporte institucional. Para o autor, a própria lei “ne pouvait plus être autorisée, dans notre société, que par un discours de vérité” (1971: 21). Interpretando estas opiniões, que continuamos a reputar como válidas, o texto legislativo é suposto veicular, pela sua própria natureza, um valor de verdade. Para além disso, enquanto historicamente localizado, o texto legislativo transporta consigo, linguisticamente marcadas, as *características ideológicas* da época em que surge. Efetivamente, e seguindo a opinião de Bakhtine/Voloshinov: “le langage est le siège de l’idéologie: le mot comme signe idéologique est un lieu de lutte dans l’interaction sociale pour la définition du sens” (Bakhtine/Voloshinov 1977 [1929]). Por sua vez, van Dijk afirma que “las ideologias son las creencias fundamentales de un grupo y de sus miembros” (2003: 14). Falar de ideologia é falar de um grupo que partilha e que divulga ideias muito gerais que constituem a base de crenças (pensamentos) mais específicas sobre o mundo e que guiam a sua interpretação e os acontecimentos ao mesmo tempo que condicionam as práticas sociais. Desta forma, pode-se afirmar que a ideologia se relaciona com os sistemas de ideias e especialmente com as ideias sociais, políticas e religiosas que determinado grupo partilha. Pelo facto de serem sistemas de ideias de grupos sociais e movimentos, as ideologias não só dão sentido ao mundo (do ponto de vista desse grupo) como fundamentam as práticas sociais dos seus membros. Uma das práticas sociais mais importantes condicionadas pelas ideologias é o uso da linguagem e do discurso.

Assim, a análise desses textos deverá dar-nos pistas sobre estruturas que mostrem o funcionamento de distintas épocas, quanto mais não seja pela escolha que foi feita dos lexemas utilizados. Na opinião de vários especialistas de linguística forense, o discurso legislativo legitima o poder pelas imagens que traça, em que são representados, não verdades, mas sim ideais, que tomam por sua vez valor de verdade (cf. e.g. Gordon, 2011; Hunt, 1993). É também Hunt quem diz que a lei é ideológica “in that it converge and transmits a complex set of attitudes, values and theories about aspects of society” (1993: 25). Sendo assim, a análise de textos legislativos deverá ser capaz de nos transmitir imagens estereotipadas das crenças e dos valores da época em que os textos foram escritos e em que circularam, pela razão de que eles próprios construíram um conjunto de práticas que condicionaram as atitudes do povo a que se destinam. De facto, e pela natureza mesma de lei (recordemos o velho axioma *dura lex sed lex*), o discurso legislativo constrói a sua auto-legitimação transformando-se num conjunto de representações – textuais, linguísticas, ideológicas – dificilmente não atendíveis, ainda que contestadas. Todos temos presente que a “ignorância da lei não desculpa a infração”, ou seja, a vida das sociedades repousa neste conjunto de textos que são a face material do discurso legislativo, e este constitui de facto a espinha dorsal de cada sociedade. É ele que condiciona os atos sociais, públicos e até privados, e numerosas práticas sociais que têm a língua por veículo, como as forenses, as administrativas e, claro, as escolares e académicas. E enquanto, na generalidade, a maioria da população de um país encara com naturalidade que as suas práticas realizadas no âmbito forense ou administrativo são regidas por leis, a maioria, dizíamos, esquece-se de que também as práticas escolares o são. Os programas são emanados do Ministério da Educação, que deles tem a responsabilidade política, sendo a face concretizável do texto legal das leis e decretos-leis propostos sob a sua égide e que ganham, posteriormente, o seu valor de lei quando promulgados pelas várias instâncias do poder democrático no Portugal de hoje que têm a função de legitimar e de dar valor de verdade a determinado texto, transformando-o num ato legislativo e, portanto, parte do discurso legislativo. Referimo-nos à Assembleia da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro

que são, em princípio, as instâncias que devem apor o seu aval para a aprovação, promulgação e referenda da lei.

Tendo em atenção a crença que se instala na sociedade de que os programas são assim legitimados, aceitamos as suas diretrizes, acreditando que as práticas escolares – manuais e lecionação de aulas – estão reguladas por este conjunto textual de “construtores de verdades”.

1. APRESENTAÇÃO GERAL

De forma a verificar a(s) ideologia(s) que os documentos da tutela veiculam sobre a educação em Portugal, analisaremos a Lei de Bases do Sistema Educativo que foi aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, bem como as suas alterações de 1997 (Lei n.º 115/97, de 19 de setembro) e 2005 (Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto). Deixaremos de lado a última alteração de 2009 (Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto)¹. Apresentaremos brevemente alguns conceitos gerais da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro², que sustentam os seus princípios político-sociais.

Na definição da Lei de Bases, estipula-se que a educação é um direito que deve abranger a totalidade do território português, assim como as suas comunidades emigrantes e, que, a educação deve ser organizada através de um ministério. Para além da ligação direta da educação à democratização da sociedade, a Lei de Bases de 1986 coloca no centro do processo educativo “o desenvolvimento global da personalidade”, mudando, de certa forma, o paradigma tradicional assente basicamente na transmissão de conhecimentos. Assim, no documento de 1986 é estipulado o seguinte:

2- O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

1. Esta alteração de lei vem modificar a idade escolar dos alunos.

2. A Lei de Bases do Sistema Educativo é constituída por 67 artigos.

Desta forma, é estabelecido o elo entre indivíduo e sociedade. Noutro ponto:

4- O sistema educativo tem por âmbito geográfico a totalidade do território português – continente e regiões autónomas -, mas deve ter uma expressão suficientemente flexível e diversificada, de modo a abranger a generalidade dos países e dos locais em que se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa.

é feita referência à emigração portuguesa e à necessidade de ensinar português aos luso descendentes, reforçando a ideia de identidade nacional fora das fronteiras do território português. Aliás, a ideia de identidade nacional está fortemente presente ao longo de todo o documento, assim como as noções de “património” e de “tradição universalista europeia”:

Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre os povos do Mundo;

Devemos notar que a característica universalista da tradição histórica portuguesa continua presente na referência a “todos os povos do Mundo”. De facto, mantém-se a consciência de que a identidade nacional necessita de ser fiel “à matriz histórica de Portugal”, o que consiste numa clara inscrição ideológica nacional, que, de algum modo, tem sido constante ao longo das diferentes épocas históricas e seus correlatos legislativos para o ensino. A “matriz histórica de Portugal” tem funcionado, ao longo do século XX, como um *leitmotiv* que deu alguma uniformidade aos conteúdos filosóficos do ensino ministrado nas escolas portuguesas, embora, como é óbvio, com características próprias de cada época.

2. ESPECIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Observe-se, agora, a representação social que o documento veicula relativamente às diretrizes educativas. No artigo 2º, que diz respeito aos princípios gerais, salienta-se a necessidade da democratização do ensino e a igualdade de oportunidades. Salienta-se, também, a liberdade de aprender e de ensinar respeitando certos princípios:

- a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;
- b) O ensino público não será confessional;
- c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.

Estamos, portanto, perante diretrizes que regem um ensino público laico e não confessional, este reservado apenas para escolas privadas. Salienta-se, ainda, que o ensino deve contribuir para formar a personalidade dos indivíduos tornando-os “livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho”, ensinando cada indivíduo a ser “respeitador dos outros e das suas ideias”, reforçando assim o aspeto democrático do Estado Português:

4- O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.

5- A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

A preocupação de criar uma legislação de cariz democrático, que possa ser aplicada a todos os cidadãos da República, leva à adoção do termo “educando”, privilegiando não apenas o acumular de conhecimentos, como também os vários aspetos relevantes para a sua educação: a personalidade, a conscientização de valores que regem a sociedade e o desenvolvimento físico do educando (a educação é, portanto, física e mental). Salienta-se ainda que o educando deve ter uma formação cívica e moral (artigo 3.º), que tem direito à diferença, que o Estado Português deve proporcionar-lhe um justo lugar na vida ativa e contribuir para a sua realização

pessoal e comunitária. Ainda no artigo 3.º é reforçada a ideia de igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas, entre diferentes regiões do país, sentindo-se ainda necessidade de reforçar a ideia de democracia:

Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

3. A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

Enquanto Lei de Bases, o documento de 1986 traça o que ainda hoje são as etapas fundamentais do sistema de ensino em Portugal.

O documento oficial começa por reconhecer a importância da educação pré-escolar e básica, usando para a população escolar abrangida por estas realidades o termo “crianças”. Nesta etapa, são abordados vários domínios que vão das capacidades aos afetos (“estabilidade e segurança afetivas”), passando pela formação moral e os hábitos de higiene, assim como a despistagem de “inaptações, deficiências ou precocidades”. É traçado um conjunto de objetivos para o ensino básico que liga a inovação à tradição: dar uma formação geral (“aquisição de conhecimentos basilares”), favorecer o desenvolvimento físico e motor da criança (ao valorizar atividades manuais e ao promover a educação artística) e a aprendizagem de línguas estrangeiras. Volta-se a salientar a noção de identidade nacional e de moral:

Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;

Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;

E o último ponto deste artigo salienta que o sucesso escolar deve ser universal:

Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos³ os alunos.

3. Sublinhado nosso.

O ensino secundário, por sua vez, fala em “raciocínio”, em “reflexão” e aborda a questão da vida ativa, assim como do mundo do trabalho:

Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa;

Facultar contactos e experiências como o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;

Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;

A arte assim como a questão cultural portuguesa e estrangeira, no sentido de formar cidadãos interessados no mundo que os rodeia, são temáticas novamente abordadas:

Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;

Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;

No que diz respeito ao ensino universitário fala-se em “diplomados” com “espírito científico” e “pensamento reflexivo”, tentando-se estabelecer uma diferenciação com o carácter do ensino politécnico cujo propósito está mais ligado à inserção no mundo do trabalho:

3- O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

4- O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

No que diz respeito à educação extra-escolar (artigo 23º) salienta-se que os seus principais objetivos são a eliminação do analfabetismo, o favorecimento da igualdade de oportunidades e da solidariedade social, a preparação para o emprego, o desenvolvimento de aptidões tecnológicas e a garantia de uma ocupação criativa dos tempos livres.

Depreende-se, desta rápida apresentação da Lei de Bases de 1986, que o Estado Português quer reforçar a sua democracia e democratizar o ensino a todos os níveis quer a nível de género e de região (recorrendo ao conceito de universalidade). Notamos, também, a importância dada ao desporto e às artes. Anotamos, ainda, que a lei frisa a formação cívica e moral, assim como a identidade nacional.

4. ALTERAÇÕES À LEI DE BASES DE 1986

4.1. PRIMEIRA ALTERAÇÃO - 1997

A primeira alteração à Lei de Bases de 1986 ocorre em 1997 e pela primeira vez o termo “Governo” aparece como que para justificar a alteração à lei⁴ como observamos através destes vários excertos:

O Governo define, através de decreto-lei, os regimes de acesso e ingresso no ensino superior, em obediência aos seguintes princípios: (artigo 12.º)⁵

O Governo regulará, através de decreto-lei, ouvidos os estabelecimentos de ensino superior, as condições de atribuição dos graus académicos de forma a garantir o nível científico da formação adquirida. (artigo 13.º)

O Governo define, por decreto-lei, os perfis de competência e de formação de educadores e professores para ingresso na carreira docente. (ponto 2, artigo 31.º)

O Governo define, por decreto-lei, os requisitos a que as escolas superiores de educação devem satisfazer para poderem ministrar cursos de formação inicial de professores do 3.º ciclo do ensino básico, nomeadamente, no que se refere a recursos humanos e materiais, de forma que seja garantido o nível científico da formação adquirida. (ponto 4, artigo 31.º)

4. A Lei de Bases de 1986 foi promulgada por um partido de direita – o do Prof. Cavaco Silva – que legislava em nome do Estado, e alterada por um partido de esquerda – o do Eng.º Guterres, que legislava em nome do Governo.

5. Os sublinhados são nossos.

Sem prejuízo do disposto no n. 1 do artigo 31.º, o Governo definirá, através de decreto lei, as condições em que os actuais educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, titulares de um diploma de bacharelato ou equivalente, possam adquirir o grau académico de licenciatura. (ponto 1, artigo 2.º – disposições transitórias)

Sem prejuízo do disposto no n. 6 do artigo 13.º e nos n. 1 e 2 do artigo 31.º, o Governo regulará, através de decreto-lei, no prazo de 180 dias, as condições necessárias à organização dos cursos que decorrem da presente lei. (ponto 2, artigo 2.º – disposições transitórias)

O termo “governo”, formado por derivação regressiva de “governar”, significa “ação de dirigir, reger ou administrar alguém ou alguma coisa; ato ou efeito de conduzir, de governar; processo de organizar ou exercer o poder político numa comunidade, numa província, numa região...” (AAVV, 2001: 1917). Há a introdução de um novo sujeito, sujeito que tem o poder expresso na sua definição. Este sujeito assume-se como ator de verbos como “definir” e “regular” que traduzem a ideia de: o primeiro – decidir, determinar, fixar –, o segundo – estabelecer regras, dirigir, que revelam o poder deste sujeito. Há ainda a referir a presença da estrutura formal frásica que é fixa/esquemática em todos os exemplos onde ocorre este sujeito – e que lhe confere ênfase:

Suj + Verb + (modificador do grupo verbal, modal) + CD

(modificador facultativo, introduzido por uma preposição, exprime ideia de modo)

A estrutura formal da frase serve e dá ênfase ao significado da frase que possui como sujeito o “Governo”.

Para além disso, nesta primeira alteração à lei, introduzem-se vocábulos inovadores, com uma carga semântica específica como é por exemplo o caso de “democraticidade” e “quadros qualificados”. O artigo 12.º, artigo aumentado nesta alteração de lei, enumera os princípios de acesso ao ensino superior salientando assim no primeiro ponto a “democraticidade”, vocábulo que tinha sido designado anteriormente por “democratização” (artigo 1.º, ponto 2).

1986

1997

<p>2-O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.</p>	<p>a) Democraticidade, equidade e igualdade de oportunidades;</p>
--	--

Este novo termo - a “democraticidade” - que se refere ao respeito e à aplicação das regras e dos princípios da democracia, é já um modo de ser, visto estar acompanhado pelos termos “equidade” e “igualdade”. A inserção deste conjunto de termos com um semantismo próximo instaura princípios estabelecidos. Por sua vez, o termo “democratização” referia-se a um processo em curso de estabelecimento progressivo de princípios de igualdade entre todos os cidadãos e da valorização do contributo individual, processo que, se julga, em 1997 estar atingido e por isso alterado. O uso de sinónimos – ou de termos com um semantismo próximo – é uma das estratégias da estrutura ideológica do discurso que – neste caso – pretende reforçar a relação entre as proposições unidas pela preposição – “democraticidade de oportunidades” – prevista pela ideia geral do decreto-lei.

No ponto 4 deste artigo é reforçada a ideia de “elevação” de Portugal em “quadros qualificados” (e não mais em “diplomados”, como constava no artigo 11.º ponto b do documento de 1986):

1986	1997
Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade portuguesa, e colaborar na sua formação contínua;	4- O Estado deve progressivamente assegurar a eliminação de restrições quantitativas de carácter global no acesso ao ensino superior (<i>numerus clausus</i>) e criar as condições para que os cursos existentes e a criar correspondam globalmente às necessidades em quadros qualificados , às aspirações individuais e à elevação do nível educativo, cultural e científico do País e para que seja garantida a qualidade do ensino ministrado.

A noção de “quadros qualificados” tem a ver com pessoas com competências profissionais bem marcadas, o que talvez correspondesse, em 1997, a uma necessidade do país, enquanto que o termo “diplomados” (1986) é um termo com um sentido lato, logo, menos específico em termos ideológicos. Os “quadros qualificados” estão diretamente relacionados com a necessidade de “elevar” o nível geral, cultural e científico, do país. Corresponde, por isso, a uma vontade concreta de colocar Portugal ao nível dos parceiros europeus, atingindo implicitamente os mesmos níveis de desenvolvimento, o que é obviamente uma assunção ideológica. Salienta-se, ainda, que, na legislação de 1997, ao abordar o ensino universitário, é novamente o Estado que assume o papel principal. Neste caso não é mais o Governo quem deve dar igualdade de oportunidades aos “cidadãos”:

6 – O Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o ensino superior, de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou de desvantagens sociais prévias.

É interessante observar que o Estado tem um dever não perante os jovens e os alunos, mas sim perante os cidadãos. É dado, assim, ênfase aos direitos que regem a *Constituição Portuguesa*. Cremos que essa é uma mudança ideológica relevante na medida em que determina os papéis dos intervenientes e que, ao mesmo tempo, mostra o alcance mais vasto que se pretende para o ensino universitário de uma formação ao longo da vida, o que implica uma filosofia distinta do valor do ensino.

4.2. SEGUNDA ALTERAÇÃO - 2005

A Lei de 2005 constitui a maior alteração à Lei de Bases de 1986⁶ e diz respeito ao ensino superior.

Assistimos aqui à inserção de um novo vocabulário que acarreta modificações nas representações ideológicas dos alunos, do ensino e da sociedade:

Artigo 11º

1986

2005

a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;	a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e empreendedor, bem como do pensamento reflexivo;
--	---

O acrescento do adjetivo “empreendedor” vem conferir à alínea um valor bastante diferente do anterior. Se em 1986 bastava que se tivesse um espírito crítico, em 2005, é necessário passar à ação, tornar esse espírito ativo e desenvolver atividades que superem possíveis obstáculos, no fundo, reverter o produto cultural em favor da sociedade. Atualmente este é um dos *topoi*

6. Esta alteração à Lei de Bases em 2005 ocorreu durante governo de esquerda – o do Eng.º Sócrates.

standard da sociedade que, desta forma, fica vinculado ao governo da época do decreto-lei. Segundo van Dijk, “argumentos estándar, no es necesario defenderlos: son criterios básicos de la argumentación” (2003: 68). Por outro lado, encontramos defendida uma maior conscientização do mundo que nos rodeia e das outras sociedades:

1986	2005
b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade portuguesa , e colaborar na sua formação contínua;	b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade , e colaborar na sua formação contínua;
c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive ;	c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, das humanidades e das artes , e a criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que se integra ;

Já não se trata apenas de viver em Portugal (“da sociedade portuguesa”). A supressão em 2005 do adjetivo “portuguesa”, qualificativo da nacionalidade, parece resultar da integração na Comunidade Europeia, atribuindo à alínea uma dimensão mais genérica e identificativa com o espaço Europeu. Pretende-se, efetivamente, uma sociedade diferente. Esse “desejo” é visível através da escolha dos verbos (“viver” / “integrar”). Deixamos de “viver” num meio para nos passarmos a “integrar”: deixamos de apenas disfrutar da situação para completar essa mesma situação, transformando-nos em seres ativos que fazem parte da Constituição. Observe-se o verbo reflexo (“se integra”) em que a ação recai sobre o próprio sujeito que a pratica e sobre si recai o resultado dessa ação – o que fizer a si virá ter!

Neste sentido é pedido ao jovem universitário um interesse pelos problemas globais e em particular os europeus, reforçando, mais uma vez, a ideia de identidade europeia subjacente ao documento:

1986	2005
f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, num horizonte de globalidade, em particular os nacionais, regionais , prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;	f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, num horizonte de globalidade, em particular os nacionais, regionais e europeus , prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

Além disso, dois pontos são criados na alteração desta lei e dizem respeito por um lado, à difusão da língua e cultura portuguesas (que poderá está ligado ao espírito empreendedor) e, por outro lado, à liberdade de expressão, de investigação e ao espírito crítico, anteriormente referidos:

-
- h) Promover e valorizar a língua e a cultura portuguesas;*
-
- i) Promover o espírito crítico e a liberdade de expressão e de investigação.*
-

É interessante constatar que estes elementos, formulados de maneira um pouco diferente, já constavam dos princípios da Lei de Bases de 1986. Percebe-se que este governo sentiu a necessidade de salientar estes princípios para o ensino superior.

Nesta mesma ordem de ideias, esta alteração de lei vem completar e restringir a definição do ensino universitário e politécnico de 1986:

1986

2005

<p>3—O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.</p>	<p>3—O ensino universitário, orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber, visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.</p>
<p>4—O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.</p>	<p>4—O ensino politécnico, orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.</p>

Completar, no que diz respeito ao ensino universitário, visto que acrescenta que este ensino é “orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber”. Restringir, porque especifica, de maneira muito precisa, a definição do ensino politécnico: “orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos”. Estamos perante a necessidade de o Governo explicar e desambiguar o papel de cada um destes dois ensinos. A gestão da clareza do discurso revela-se como uma ferramenta política e ideológica bastante poderosa na medida em que, segundo van Dijk (2003), “la ambigüedad implica mitigación, eufemismo e indirectamente negación.” Não é aquilo que este Governo pretende no que se refere às políticas educativas.

Da mesma forma, o Governo sentiu a necessidade de esclarecer e completar a alínea ligada ao “ensino ao longo da vida”, expressão usada no artigo de lei e que reflete de uma certa forma as medidas governamentais tomadas (Simplex⁷, Novas oportunidades⁸...):

1986	2005
e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;	e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração, na lógica de educação ao longo da vida e de investimento geracional e intergeracional, visando realizar a unidade do processo formativo;

7. O primeiro programa *Simplex* foi apresentado em 2006. O programa *Simplex Autárquico* teve início em 2008.

8. A iniciativa *Novas Oportunidades* do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, apresentada publicamente no dia 14 de Dezembro de 2005, tinha como objetivo alargar o referencial mínimo de formação até ao 12º ano de escolaridade para jovens e adultos.

No artigo 12.º de 2005, encontramos a referência à mudança de idade para o ingresso ao ensino superior, facilitando assim o acesso aos mais jovens (de 25 anos para os 23 anos):

1986	2005
<p>e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;</p>	<p>e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração, na lógica de educação ao longo da vida e de investimento geracional e intergeracional, visando realizar a unidade do processo formativo;</p>

Com esta mudança, a designação do processo é alterada – passa de *Exame Ad hoc* para *Maiores de 23* - uma das *bandeiras* do governo socialista da época. Na linha de van Dijk a expressão “maiores de 23” funcionará como um tema que “representa la información más importante del discurso y explican de qué tratan éste en general, los temas se desarrollan mediante proposiciones” (2003: 59). Neste caso, a expressão, só por si, vale como uma proposição do tema socialista como sinónimo das *Novas Oportunidades*: o tema a funcionar como uma estrutura ideológica do discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão das relações entre o ideológico e o linguístico está no centro da Análise do Discurso, enquanto disciplina que tem como objeto a análise do texto, procurando articular a sua enunciação com um dado lugar social que a determina (Maingueneau, 1996).

Por isso, o estudo do discurso não pode ignorar as condições e o contexto de produção que condicionam o significado das formas e das estruturas linguísticas. Com efeito, os processos constitutivos do discurso manifestam (e são determinados por) uma relação dialética com fatores histórico sociais, e, por isso, ideológicos, assim como os elementos linguísticos.

Da análise destes poucos exemplos, parece que se pode verificar que a norma que rege o léxico é uma norma política/social, construção ideológica de onde emerge um sistema de valores que a classe política transforma em discurso legislativo. O texto legislativo encarado como um produto sócio-histórico, espelha uma época, aquela em que foi produzido o texto e dá conta da dinâmica sócio-política contextual, através da inclusão de novos vocábulos, omissão de outros, estruturas sintáticas e abordagem de temas.

Lei de Bases de 1986 é a transposição para a Lei Nacional de um princípio universalista do ensino para todos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Se na Lei de Bases de 1986 temos princípios fundamentais ligados à universalidade e à gratuitidade instituídos pelo Estado Português, que se quer democrático, nas diferentes alterações de 1997 e 2005 o cunho dos diferentes governos está fortemente presente. Assistimos, com estas alterações, a uma clara mudança de voz enunciativa, passando do Estado para o Governo. Estamos perante visões e imagens diferentes do que é o ensino universitário em Portugal. Se a Lei de Bases tentou ser a mais abrangente possível, as suas alterações vêm modificar conceitos, visões e ideias e é interessante observar a forma como uma/essa intenção internacional é/foi assumida por nós, portugueses, em diferentes momentos da nossa História.

REFERÊNCIAS

AAVV. (2001) Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, 2 vols. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.

BAKHTINE. M. ; VOLOSHINOV. Marxisme et philosophie du langage. Paris: Minuit, 1977 [1929].

FOUCAULT. M. L'ordre du discours. Paris: Gallimard, 1971.

GORDON. R. W. (2011). Law and Ideology, Tikkun, vol. 3, nº1 Disponível em: <<http://www.tikkun.org/nextgen/wp-content/uploads/2011/12>> Acesso em 28 de out. 2012.

GUILBERT. T. Le discours idéologique ou la Force de l'évidence. Paris: L'Harmattan, 2007.

HUNT. A. Explorations in Law and Society. New York: Routledge, 1993.

MAINGUENEAU. D. Les termes clés de l'analyse du discours, Paris: Seuil, 1996.

MENÉNDEZ, F. Salazar ou a conquista discursiva do poder. Veredas. Revista de Estudios Lingüísticos, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo111.pdf>> Acesso em 20 de junho 2013

PIRES. E. Lemos Lei de Bases do Sistema Educativo: apresentação e comentários. Porto: Edições Asa, 1999.

PORTUGAL. Lei N.º 46/86, de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo - Diário da República n.º 237, Série I, de 14.10.1986. Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1s/1986/10/23700/30673081.pdf>> Acesso em 29 de junho 2012.

PORTUGAL. Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, Alteração à lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo) - Diário da República n.º 217, Série I-A, de 19.09.1997. Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1s/1997/09/217A00/50825083.pdf>> Acesso em 03 de julho de 2012.

PORTUGAL. Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior - Diário da República n.º 166, Série I-A, de 30.08.2005. Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1s/2005/08/166A00/51225138.pdf>> Acesso em 03 de julho de 2012.

PÜTZ. M. NEFF. J. & VAN DIJK T. (eds.) Communicating Ideologies. Multidisciplinary Perspectives on Language, Discourse and Social Practice, New York: Peter Lang, 2000.

VAN DIJK, T. Ideología. Una aproximación multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 1998.

_____. Ideología y discurso. Barcelona: Ariel, 2003.

Construir a responsabilidade enunciativa no discurso jornalístico

MARQUES,
MARIA ALDINA
mamarques@ilch.uminho.pt

Doutorada em Ciências da Linguagem
Professora Auxiliar, Universidade do Minho
Investigadora do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Portugal

PALAVRAS-CHAVE:
discurso dos media;
responsabilidade
enunciativa;
análise dos discursos.

RESUMO: Saber ler um texto jornalístico impõe considerar o que é dito mas também o modo como é dito. A construção da responsabilidade enunciativa, pelo locutor, merece reflexão. Na perspectiva da análise dos discursos, a responsabilidade enunciativa tem tido abordagens parciais e dispersas, mas na última década há já a registar um interesse crescente por esta questão. Partindo da convocação desses estudos, analisa-se a construção da responsabilidade enunciativa num corpus de notícias publicadas em jornais portugueses. O postulado de base é que não há discurso sem locutor. Daí deriva um tipo de responsabilidade, a *responsabilidade1* que engloba ainda um outro, a *responsabilidade2*, decorrente nomeadamente dos modos como o locutor convoca outras vozes e lhes lugar no discurso. Diferentes mecanismos linguísticos e discursivos mostram, de modos e em graus diversos, a responsabilidade do locutor. Mostra-se ainda como a responsabilidade enunciativa deve ser relacionada com outras vertentes da construção discursiva, com constrições de género e mesmo constrições institucionais que derivam do facto de um jornal ser um lugar institucional de discursos.

KEYWORDS:
media discourse;
enunciative responsibility;
discourse analysis.

ABSTRACT: To know how to read a journalistic text requires considering what is said but also how it is said. The construction of enunciative responsibility, by the addresser, deserves reflection. In the perspective of discourse analysis, the studies on enunciative responsibility have been partial and scattered, but the last decade has revealed a growing interest in this issue. Within the theoretical frame of discourse analysis, I analyze the construction of the enunciative responsibility in several newspaper articles published in Portuguese newspapers. The basic premise is that there is no speech without an addresser. Therefore, there is a kind of responsibility, *responsibility1*, which encompasses another one, the *responsibility2*, concerning the way the addresser brings other “voices” into the discourse. Different linguistic and discursive mechanisms show, in different ways and degrees, the responsibility of the addresser. They also show how enunciative responsibility must be related to other aspects of discursive construction, such as constraints of gender and even institutional constraints that derive from the fact that a newspaper is an institutional area of discourse construction.

L'aspiration à un langage 'non biaisé', c'est-à-dire à l'élimination complète des jugements de valeur (subjectifs, émotionnels, orientés) au profit des seuls jugements de fait, ne pourrait être satisfaite qu'en renonçant au langage naturel pour une langue formelle ou angélique.
Plantin, 2002: 599

RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA, DISCURSO JORNALÍSTICO E ENSINO

O discurso jornalístico é, atualmente, um dos tipos de discurso estruturadores da sociedade¹. A este propósito gostaria de citar Philippe Schepens sobre o poder dos *media*:

... nous sentons bien que dans l'espace démocratique, ce pouvoir non élu intervient avec puissance si considérable dans l'Agora que *l'actualité argumentative est essentiellement tributaire des choix faits par les médias dominants*. (Schepens, 2006, §1)

Neste enquadramento, sobressai a oportunidade da reflexão sobre o discurso jornalístico e o ensino, sobre a necessidade de, em sala de aula, ir além da mera identificação da estrutura da notícia, do editorial ou do artigo de opinião, por exemplo. Saber ler um texto jornalístico impõe, em particular, a atenção à construção enunciativa do discurso. Saber ler um texto, e no caso vertente um texto jornalístico, implica atender ao que se diz mas também ao modo como se diz, dada a “impossível transparência dos discursos”². A responsabilidade enunciativa é parte central dessa opacidade dos discursos.

1. QUADRO TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1. OS FACTOS NÃO FALAM POR SI SÓS: ESPECIFICIDADES DO DISCURSO DE INFORMAÇÃO E RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA

Em termos tipológicos, o discurso jornalístico é tradicionalmente organizado em duas grandes categorias opostas, o discurso de informação e o discurso de comentário, marcados respetivamente pela objetividade e subjetividade, não sem divergências de vulto, como aponta

1. A relação é recíproca: a sociedade tem também um papel estruturador do discurso jornalístico.

2. Retomamos aqui o título do texto de P. Charaudeau (2005) «Les médias et l'information: l'impossible transparence du discours».

3. Veja-se a opinião expressa por Lorda (2001: §1): “Comme le rappelle J.-M. Adam, les classements des unités rédactionnelles de la presse écrite sont affligés «d’une hétérogénéité et d’un flou définitionnel décourageants» (1997 : 4). (...). Mais certains auteurs s’accordent à considérer les événements comme base thématique de la classification et/ou à établir une frontière entre les genres de l’information et les genres du commentaire.”

4. www.rtp.pt/web/organizacao/codigo_deontologico_jornalista.htm

Adam (1997).³ Pese embora as muitas discussões e propostas neste âmbito, tomamos esta distinção básica como ponto de partida para a presente reflexão, por representar, por um lado, uma categorização dos falantes, que subjaz, por exemplo, à afirmação abaixo realçada do artigo 1º do *código deontológico do jornalista* (1993)⁴:

1. O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. *A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.*

Manteremos, por outro lado, a designação, ainda que, como Adam (1997) e Adam e Lugrin referem, a questão não possa ser colocada em termos dicotómicos, mas antes como prevalência, gradativa e instável, de um plano de expressão subjetivante ou objetivante:

Les procédures d’effacement énonciatif, qui permettent de présenter un article comme ne relevant pas des genres de « l’opinion » (éditorial, chronique, billet d’humeur) mais de « l’information » (reportage, dépêche, brève, etc.), doivent être abordées dans le cadre plus général des aspects linguistiques de la construction de l’information de presse et de l’opposition entre « énonciation objectivée » et « énonciation subjectivée ». (Adam e Lugrin, 2006, §3)

Na superação desta dicotomia, objetividade / subjetividade, de que Kerbrat-Orecchioni (1980) foi pioneira, e assumindo, com esta investigadora, que a subjetividade está em todo o lado, é forçoso ter em conta que não está da mesma forma nem com os mesmos efeitos pragmáticos. O contexto em que ocorre condiciona, obviamente, estes usos:

De même que le locuteur a le choix d’une énonciation embrayée ou déembrayée, il a le choix, dans ces deux plans d’énonciation, de donner à ses propos un tour subjectivant ou objectivant. *Ces dernières marques dépendent moins du choix d’un plan d’énonciation que de contraintes génériques...* (Rabatel, 2005, p.120)

Os géneros discursivos são, de facto, um conceito central na análise linguística dos discursos, pois constituem um filtro poderoso. As regras impostas pelos géneros de informação determinam um estilo de género que enquadra a manifestação da responsabilidade enunciativa.

De facto, e no que concerne aos géneros de informação, o modo de representação de um determinado acontecimento ou, em termos mais jornalísticos, o modo de “apresentação da informação” que se pretende objetiva, imparcial, privilegia como característica de género uma factualidade que, sendo aparente⁵, não deixa de ter consequências ao nível da construção da responsabilidade enunciativa, em estratégias de desinscrição enunciativa, de que o apagamento da presença do locutor na superfície textual constitui uma vertente.

Com efeito, o discurso de informação tem a imparcialidade e objetividade como desiderato que não pode ser tomado de forma absoluta⁶. Mais ainda, há que sublinhar que esta dupla pretensão que, para os profissionais da área, regula o trabalho jornalístico não faz do discurso de informação um espelho da sociedade, a verdade tal e qual como aconteceu, ainda que seja, de acordo com Schepens, retomando as propostas desenvolvidas por Koren, uma *utopia necessária e fundadora*, enquanto horizonte inatingível mas imprescindível à deontologia jornalística:

... pour ce groupe social [les journalistes] l'objectivité est parfois pensée comme règle de travail indiscutable, c'est la position la plus naïve, souvent comme mythe, mais toujours comme utopie nécessaire et fondatrice, comme horizon hors d'atteinte mais indispensable à la déontologie de l'écriture journalistique, parce que cette utopie serait partagée à part égale entre journalistes et lecteurs. (Schepens, 2006, §4)

Se bem que reenquadrada no domínio da utopia, esta pretensão tem mesmo assim consequências discursivas, revelando-se, desde logo, como uma ilusão que enforma a *doxa* em geral⁷ e a *doxa* jornalística em particular, mas que por isso mesmo suporta o reforço da validade da informação veiculada no discurso⁸. É assim que o apagamento das marcas do locutor, por exemplo, constitui uma estratégia de simulação de ausência do sujeito enunciador, e portanto da sua subjectividade, a fim de conferir ou reforçar a credibilidade dos conteúdos informativos. Além, disso, tal como afirma Rabatel, esta estratégia vai aumentar a adesão do leitor às teses defendidas, como consequência do trabalho interpretativo que este tem que desenvolver:

5. “L'adhésion à une perception descriptiviste du rapport entre les mots et les choses empêche de penser la mise en mots discursive en termes de prise de position et de mise en scène inéluctablement subjectives. Si les journalistes étaient conscients du fait que le dit est toujours la transposition apparente construite et indirecte du référent et qu'il adresse inéluctablement un appel à l'auditoire, ils ne pourraient pas continuer à soutenir avec la même détermination qu'il leur est possible de séparer les faits des commentaires et de contrôler leurs velléités d'intervention de façon absolue.” (Koren: 2006 : § 9).

6. Rabatel e Chauvin-Vileno (2006: §1) sublinham esta questão fundamental: «L'écriture de presse, qui se donne volontiers le leurre légitimant de l'impartialité étayée par une conception réductrice d'un langage transparent et instrumentalisable, est en fait travaillée par les tensions de la subjectivisation et de l'objectivisation».

7. Tal como sublinha Kleiber (1997: 12-13), a realidade é sempre uma realidade experienciada, mas a vários títulos intersubjetiva.: «on peut admettre *assez sereinement* que ce que nous croyons être le monde réel n'est que le monde tel que nous le percevons ou tel que nous croyons qu'il est [...] cette réalité n'est pas la vraie réalité ou réalité objective, mais seulement la réalité expérimentée ou réalité phénoménologique».

8. Com efeito, o mito da objetividade e imparcialidade faz parte da doxa, é partilhado pela comunidade social. Aliás, é dessa partilha que o jornalismo retira, por um lado, a sua força mas, por outro, vê cerceadas as suas possibilidades de tomada de posição.

9. Refletindo sobre responsabilidade e uso da linguagem, Rabatel e Chauvin-Vileno (2006: §34) questionam-se: “Appréhender la responsabilité sous son empan le plus large, c'est dire que les locuteurs sont responsables de tout ce qu'ils disent. La formulation mérite d'être discutée : serait-on responsable des discours rapportés, de leur contenu, de leur sélection, de leur contextualisation ?” Os autores recuperam aqui a questão da autonomia do sujeito, único (e absoluto) responsável das suas palavras.

... les énoncés qui effacent l'origine énonciative du locuteur comportent des contenus plus directement acceptables pour le co-énonciateur que ceux qui passent par la médiation du locuteur-énonciateur »; *ces énoncés impliquent un «surcroît de travail interprétatif» qui consolide l'adhésion à la thèse défendue.* (Rabatel, 2004, § 58)

É claro que esta adesão, fruto de um processo inferencial, mostra o estatuto do alocutário, por sua vez (co)responsável na construção dos sentidos do discurso.

1.2. OBJETIVOS DE ANÁLISE

Pretendo relacionar esta finalidade discursiva com a necessária presença do locutor no discurso e em particular a questão da sua responsabilidade enunciativa⁹.

Tomar a responsabilidade enunciativa como objeto de estudo impõe a consideração de outras responsabilidades criadas também pelo discurso, em particular a responsabilidade ética¹⁰, a que a assunção do uso da linguagem como exercício de influência confere centralidade nas discussões teóricas sobre este tema, bem como a responsabilidade jurídica.

O discurso jornalístico de forma especial convoca a responsabilidade jurídica do locutor e constitui certamente objeto de reflexão por parte de profissionais e investigadores da área da comunicação social, ainda que possa reduzir-se muitas vezes na prática jornalística, como refere Rabatel¹¹, a um conjunto de técnicas para evitar problemas com a justiça. A ritualização desta autoproteção justifica a ocorrência ou mesmo um excesso de ocorrência de determinadas estruturas e expressões que permitem, pelo processo de desinscrição enunciativa acima referido, uma indeterminação que se pretende desresponsabilizadora. Os automatismos criados muitas vezes por profissionais dos *media* fazem com que, mais do que escolhas, estes recursos linguísticos funcionem como uma espécie de tiques inerentes ao género, de que é exemplo o enunciado “Na última meia hora passaram por aqui *cerca de dois* autocarros.”, produzido por uma repórter da televisão a propósito de uma greve de transportes.

Fora desta vertente quase anedótica para acautelar um lugar desresponsabilizador, é importante considerar que esta questão se reflete de forma consistente na forma como o locutor constrói o seu discurso.

Não negando, pois, a inter-relação destas vertentes ética e jurídica na construção do discurso, coloco-as, por razões metodológicas mas também teóricas¹², fora do âmbito da questão da responsabilidade enunciativa em discussão.

Face à complexidade e heterogeneidade da construção da *responsabilidade enunciativa* no discurso, destaco na relação do locutor¹³ com o próprio discurso duas vertentes que a estruturam:

- a gestão da construção e estruturação discursivas
- a relação com as vozes que convoca, ou seja, a quem é dada a palavra, onde e como.

Pese embora a instabilidade e complexidade inerente à definição deste conceito, relacionadas com quadros teóricos particulares mas sobretudo com a rede de relações próximas senão mesmo de sobreposição com outros conceitos centrais, em termos da linguística enunciativa¹⁴, estabelecimento, como ponto de partida, que a responsabilidade enunciativa designa de forma ampla o posicionamento do locutor face às escolhas que realiza, na adequação à situação e aos objetivos discursivos¹⁵.

O fio condutor deste trabalho pressupõe, por motivos operatórios, a redução do objeto de investigação à consideração da *textura enunciativa*¹⁶ da notícia, incorporada como subgénero no género jornalístico de informação, e analisar os mecanismos linguísticos e discursivos de construção da responsabilidade enunciativa do locutor.

10. É um domínio amplo e difuso, fora do âmbito deste trabalho, a que o código deontológico do jornalismo dá, no entanto, alguma forma e delimitação.

11. «Réduire l'empan de la responsabilité langagière au juridique, c'est apprendre à éviter de tomber par ses propos sous le coup de la loi: c'est là une pure technique.» (Rabatel, 2004, §34)

12. "...il est dangereux d'importer sans précautions des notions qui font sens dans d'autres champs théoriques que celui de la langue et du discours", escrevem Rabatel e Chauvin-Vileno (2006: §5) a propósito desta questão.

13. A natureza dialógica dos discursos, mesmo monológicos, obriga a ter em conta outras vozes, entre elas o alocutário/leitor, também ele corresponsável, nomeadamente na interpretação que faz do discurso.

14. Esta questão tem particular relevo nas investigações de tradição francófona; aí o conceito de responsabilidade enunciativa cruza-se com outros como *mise en scène*, *prise en charge*, *prise en compte* ou *engagement*.

15. A separação, pois, entre responsabilidade enunciativa e responsabilidade ética e jurídica está eivada de alguma artificialidade que é metodológica; mas, como referem Adam e Lugrin (2006 :§1), pode ser tratada de um ponto de vista linguístico: “La «responsabilité énonciative» est une notion éthique et juridique, si on la redéfinit énonciativement, peut être linguistiquement abordée à partir de son noyau constitutif: (a) la construction d’une représentation discursive (dorénavant Rd), (b) la prise en charge énonciative de cette Rd ou point de vue (dorénavant PdV) et (c) la valeur illocutoire des actes de discours, inséparable de l’orientation argumentative des énoncés.».

16. A expressão é de Sophie Moirand, que a retoma várias vezes. Em 2001, §1, explica: “Cette recherche sur la *texture énonciative* des textes, sur les places énonciatives que le discours construit ainsi que sur les représentations qu’il donne du discours des autres, m’a conduite à retravailler le concept de dialogisme de Bakhtine et à m’interroger sur les différentes formes de son inscription dans la matérialité textuelle des genres rédactionnels rencontrés”.

Selecionei como dados de análise, com função ilustrativa do tema em discussão, o chamado *Caso Relvas - Público*¹⁷.

A justificação para esta seleção está no facto de ser um evento discursivo complexo e implicar, o que pode parecer paradoxal dado que afastei essas questões, de forma explícita questões de responsabilidade ética e jurídica, a par necessariamente da responsabilidade enunciativa. A visibilidade destas responsabilidades torna a meu ver mais profícua a análise da construção discursiva da responsabilidade enunciativa.

Os dados foram recolhidos, maioritariamente, em três jornais diários, *Público*, *JN* e *DN*¹⁸, num período compreendido entre 16 de maio e 31 de maio de 2012. Considerei as edições em papel, e também as publicações *online*.

Como parâmetros de análise, destaco na relação do locutor com o próprio discurso:

- a gestão da construção e estruturação discursivas
- a relação com as vozes que convoca, ou seja, a quem é dada a palavra, onde e como.

1.3. RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA E ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO

É importante salientar que uma análise linguística dos discursos constitui um contributo fundamental para a compreensão do discurso jornalístico, mas não se confunde com a análise realizada no domínio da comunicação social. Os objetivos, a metodologia e o objeto são diferentes. Mas entendo também que uma análise linguística do discurso jornalístico é efetivamente necessária para a compreensão do seu funcionamento e deveria ainda integrar os planos de estudos de futuros profissionais. No presente quadro de uma análise linguística dos discursos de base enunciativa, em que me coloco, ganha vulto o postulado fundamental de que todo o discurso tem um locutor responsável pela sua enunciação e os interlocutores deixam marcas da sua presença no discurso, i.e., marcas das suas atividades discursivas. Tal centralidade tem consequências ao nível do discurso, mas também da própria língua (Fonseca, 1994, p.69).

1.3.1. ABORDAR HOJE A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA

A dimensão linguística da responsabilidade não teve atenção específica da análise dos discursos, até muito recentemente, ainda que não tenha estado ausente das reflexões teóricas¹⁹. Destacam-se, todavia, os trabalhos de Roseline Koren, desde 1996, e particularmente a revista *Sémen* 22, de novembro de 2006, com o título “Énonciation et responsabilité dans les médias”.

Começarei por ter em conta e ligar o conceito às teorias pragmáticas, com dois autores fundamentais, Austin e Grice. Na teoria dos atos de linguagem, relativamente às condições preparatórias dos atos, Austin (1962) faz referência ao princípio da sinceridade que está sem dúvida na origem da responsabilidade assumida no discurso enquanto questão pragmática e interacional. Por seu turno, as máximas conversacionais elencadas por Grice (1975), na explicação do processo de interpretação do alocutário, podem ser também reanalisadas como princípios de responsabilização do locutor, como pressupostos de natureza ética mas também discursiva com implicações enunciativas. Construídas como atos injuntivos, as máximas conversacionais desenham um quadro de responsabilidades do locutor na relação com o interlocutor, impondo um quadro de verdade e de adequação ao outro e ao contexto da interação. O locutor é garante do valor de verdade, desde um quadro epistémico (a verdade é apresentada como crença) que o coloca na origem do saber partilhado na interação²⁰. Neste sentido, a responsabilidade está estreitamente ligada à problemática da evidencialidade. Mas no seu conjunto, as máximas vão além do quadro vericondicional para proporem a responsabilização do locutor na construção e adequação do seu discurso ao interlocutor²¹.

Na linguística de tradição francófona, também esta questão aflora logo nos trabalhos de Benveniste (1974: 81): «L'acte individuel par lequel on utilise la langue introduit le locuteur comme paramètre dans les conditions nécessaires à l'énonciation». A responsabilidade do locutor é indissociável da enunciação, do seu estatuto de participante no ato de comunicação verbal. Ele é a origem da ancoragem pessoal, espacial e temporal do discurso, na relação necessária com o outro, também ele participante (e coconstrutor do discurso, mesmo monological).

17. O caso *Relvas-Público* foi notícia frequente entre maio e junho de 2012, mas com retomas ainda em julho. Teve origem numa alegada ameaça do ministro Miguel Relvas a uma jornalista do *Público*, para condicionar a não publicação de uma matéria sobre eventuais contactos entre um ex-diretor do SIED e o ministro, para condicionar a reforma dos serviços de informação.

18. Pontualmente, recorri também ao *Expresso* e RTP Notícias, ambos *online*.

19. Koren (2008, §2) constata a ausência do termo *responsabilidade* em obras tão marcantes quanto o *Dictionnaire d'Analyse du Discours*, editado por Charaudeau e Maingueneau, em 2002.

20. Maxims of Quality: Be truthful. (1. “Don't say what you *believe* to be false.” 2. “Don't say what you lack *adequate evidence* for.”)

21. (Maxims of Quantity: (1. “Make your contribution as informative as required.”; 2. “Don't make your contribution more informative than is required.”): Maxim of Relation: “Be relevant.”; Maxims of Manner: “Be perspicuous.” (1. “Avoid obscurity of expression.” 2. “Avoid ambiguity.” 3. “Be brief (avoid unnecessary prolixity).” 4. “Be orderly.”).

Em Ducrot (1979), as *leis do discurso* “retomam” em termos da semântica linguística a problemática das máximas de Grice mas é com a teoria da polifonia que Ducrot (1984) vai abrir à linguística a consideração de outros tipos de responsabilidade enunciativa. Retomando, de forma algo livre, Bakhtine e o conceito de dialogismo que este apresenta, Ducrot trata ao nível do enunciado a não unicidade do sujeito, a presença de outras vozes e a relação/responsabilidade que com elas estabelece o locutor (a relação do locutor com o seu próprio discurso é sempre mediada por um enunciador).

Alvo de críticas e reformulações²², a disjunção locutor-enunciador é, no entanto, acolhida como fundamental²³. Ora, os conceitos de locutor e enunciador são fundamentais para a análise da construção da *responsabilidade enunciativa*²⁴.

A «revitalização» dos textos de Bakhtine dá origem, a partir sobretudo dos anos 80 do século passado, ao desenvolvimento de investigações neste domínio, com construções teóricas centradas no conceito de dialogismo. “A conjugação e conjunção de vozes”²⁵ é agora analisada a partir da unidade comunicativa que é o discurso. É a este nível global, do discurso como prática social, conformado por um dialogismo interdiscursivo e interlocutivo que o locutor gere os diferentes enunciadores que põe em cena.

1.3.2. RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA E DIALOGISMO

É neste quadro dialógico, apresentado ainda que de forma sumária, que me proponho desenvolver o conceito de responsabilidade enunciativa, que ganha lugares e incidências “novas”, que distingo como *responsabilidade enunciativa1* e *responsabilidade enunciativa2*, para designar dois planos de manifestação/construção da *responsabilidade enunciativa*²⁶.

A *responsabilidade enunciativa1* é a responsabilidade enunciativa inerente ao facto de o locutor estar na origem da enunciação, do discurso em que participa, enquanto lhe cabem as escolhas e estratégias discursivas, no quadro obviamente regulador do género, dos interlocu-

22. Sobre as evoluções desta questão ver nomeadamente Vion (2010): “Avec la publication d’Esquisse d’une théorie polyphonique de l’énonciation (Ducrot, 1984) et après plusieurs décennies de travaux, l’existence de convergences entre ces approches a conduit des chercheurs à entreprendre une confrontation, tant dans leurs fondements théoriques que dans leurs pratiques (voir notamment Rosier 2006, Bres & Nowakowska 2007, Bres & Rosier 2007, Dendale & Coltier, 2006).” e ainda, no domínio da narratologia, Alain Rabatel (2006 : 63): “Sur ce plan, à l’instar de Ducrot 1984: 204-205, on définira les énonciateurs comme la source de points de vue qui ne s’expriment pas «dans des paroles». Mais, contrairement à son refus de doter ces énonciateurs de la possibilité d’émettre des actes de langage (c’était sa position en 1980), on maintiendra cette possibilité... ».

tores, dos objetivos e do espaço institucional em que se integra. Cabe-lhe neste quadro monológico da notícia jornalística gerir o discurso. Nomeadamente, cabe-lhe estruturar o discurso, e determinar que vozes convocar, assim como o lugar e modo de as fazer ouvir. Cabe-lhe ainda, na importante função de referenciação, a escolha do léxico para designar os objetos do discurso²⁷.

A *responsabilidade enunciativa*² está integrada na *responsabilidade enunciativa*¹, que é global e constitutiva. Deriva das relações do locutor com as vozes que traz para o discurso, sejam vozes internas (os enunciadores de Ducrot) sejam vozes externas, trazidas pelo discurso relatado. Face às vozes que traz para o discurso, o locutor escolhe posicionar-se e atenuar ou amplificar a relação de acordo ou desacordo, proximidade ou afastamento, que necessariamente estabelece com elas. Mas é um jogo que não anula a *responsabilidade enunciativa* do locutor²⁸.

No contexto dialógico, a responsabilidade enunciativa exerce-se relativamente a valores, ganha uma vertente axiológica para além da vertente epistémica; o locutor não é apenas o garante de uma verdade é também o responsável por uma ação avaliadora que orienta argumentativamente o seu discurso. Como refere Bakhtine (1977), a integração de um discurso noutro discurso produz necessariamente um discurso sobre ele.

1.3.3. COMPLEXIDADE DOS MECANISMOS LINGÜÍSTICOS E DISCURSIVOS QUE MARCAM A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA

A responsabilidade enunciativa do locutor é, desde logo, marcada por defeito na materialidade discursiva, porque assumir-se locutor é responsabilizar-se pela enunciação. É assim que Maingueneau (1998:115) faz referência à função da asserção, afirmando que “Énoncer une assertion, en particulier, c’est poser son énoncé comme vrai et se porter garant de cette vérité. ». Por isso, a pretensão de não responsabilidade, ou melhor, de mitigação da responsabilidade, deve ser sempre marcada. Em todas estas situações não se cria portanto um vazio de responsabilidade, antes existe uma responsabilidade enunciativa que é assumida em diferentes graus e mostrada de modos diversos.

23. Rabatel (2005: 120) é um dos autores que reafirma a centralidade da questão: “La déliaison locuteur/énonciateur est fondamentale: si un énoncé monologique (pour autant que ce type d’énoncé ne soit pas un artefact) comporte un locuteur et un énonciateur en syncrétisme, en revanche, les énoncés dialogiques, qui sont la norme, comportent plus d’énonciateurs que de locuteurs, surtout dans les cas de dialogisme interne, c’est-à-dire dans les cas où les PDV sont exprimés dans des «phrases sans parole».

24. Este descentramento do locutor poderia ser visto, como diz Vion (2010), como desresponsabilizador para o locutor, contudo tal não acontece pois o locutor (L) é definido enquanto responsável pelo ato de enunciação e pela relação que estabelece com as vozes que convoca.

25. Fonseca (1992: 250).

26. *Escolha e estratégia* são dois conceitos que decorrem do reconhecimento da autonomia do locutor, ainda que relativa, e sustentam o postulado da responsabilidade enunciativa.

27. E, neste domínio, cruza-se com a *responsabilidade*², porque as palavras carregam memórias de outros discursos, são marcas de dialogismo. Esta é, ainda, uma vertente fundamental da construção da responsabilidade enunciativa, que no entanto não vou considerar e que Moirand (2006: §5) refere: “... c’est à travers les opérations de référence que la responsabilité, ici, professionnelle, me paraît liée à l’énonciation”.

28. Rabatel, discutindo esta questão, distingue *prise en charge* e *prise en compte*.

29. Acresce que, destes mecanismos linguístico-discursivos, apenas darei alguns exemplos. Não é objetivo deste trabalho elencar e analisar de forma sistemática todos os dispositivos ao serviço da construção da responsabilidade enunciativa e efeitos discursivos do seu uso. Mas é uma área que merece ser investigada de modo sistemático.

30. «Nous le répétons, l’énoncé est un maillon dans la chaîne de l’échange verbal et on ne peut le détacher des maillons antérieurs qui le déterminent, tant du dehors que du dedans, et qui suscitent en lui des réactions-réponses immédiates et une résonance dialogique». (Bakhtine, 1984: 301)

Na exploração destes funcionamentos, há a considerar determinadas estruturas linguísticas e discursivas que são propícias à manifestação da responsabilidade enunciativa. Koren (2007) afirma que essas marcas linguísticas da responsabilidade enunciativa estão ainda em fase de recenseamento, mas apresenta, mesmo assim, uma lista de mecanismos que podem ser, com proveito, ligados aos dois níveis de responsabilidade que referi. Saliento, porque importante para a análise da *responsabilidade enunciativa*: (a) o modo de representação dos “discursos dos outros”; (b) a escolha e combinação das informações, isto é, a seleção e hierarquização da informação e os modos de representação do referente (o objeto de discurso); (c) marcadores discursivos que orientam argumentativamente os enunciados e (d) deícticos; entre outros dispositivos linguísticos e textuais²⁹.

2. CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA NAS NOTÍCIAS - O CASO RELVAS-PÚBLICO

2. 1. A RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL DO JORNAL COMO LUGAR DE DISCURSOS

No cruzamento da linguística da enunciação com a análise linguística dos discursos, ganha particular relevo o contexto. Em especial, a presença do locutor no discurso e a responsabilidade enunciativa que aí assume é indissociável do interdiscurso³⁰, que num evento complexo como o que analiso tem duas vertentes complementares, uma vertical, constituída por cada texto/discurso que se sucede no tempo e espaço e uma vertente horizontal integrando os discursos com que convive no espaço físico do jornal, de natureza não necessariamente verbal. Ambas constroem uma memória interdiscursiva que cada leitor atualizará de diferentes modos.

O evento discursivo que referimos como “caso Relvas-Público” torna visível não só a cadeia verbal mas também a não-verbal que conferem a cada notícia um efetiva ressonância dialógica, que ocorre, e volto ainda a Bakhtine, numa específica área de atividade discursiva e faz

sobressair o jornal como lugar de discursos. As notícias inserem-se neste espaço institucional/ideológico em geral e, em particular, no evento complexo da edição quotidiana de que fazem parte.

Por isso, a responsabilidade enunciativa do locutor num texto jornalístico deve ser relacionada com uma responsabilidade institucional do jornal, lugar particular do discurso mediático, que pré-existe à construção da notícia, coexiste com a sua divulgação e, sobretudo, condiciona a sua construção/interpretação³¹. Cabe aqui, a meu ver, a responsabilidade política de que fala Schepens (2006). A chamada *orientação do jornal* presentifica essa responsabilidade.

A identidade social-ideológica do jornal é pois um fator condicionante da atividade discursiva jornalística. As constrações advêm ainda da inserção da notícia num contexto imediato do jornal enquanto lugar de confluência de discursos diversos e de diferentes géneros que se inter-relacionam. Por isso é importante contextualizar o evento que selecionei para análise e encontrar aí a responsabilidade institucional que decorre das sucessivas escolhas. São de diversos tipos, os fatores contextuais a considerar; salientamos sete que sobressaem no caso em análise:

(a) Localização no espaço material do jornal.

A localização nas páginas do jornal, nomeadamente a chamada de 1ª página e/ou em páginas interiores, refletem a avaliação que o jornal faz da importância da notícia. Neste caso, só o jornal Público confere o destaque que a fotografia abaixo mostra:



Público, 25 de maio

31. De facto, a importância que um jornal confere a um determinado evento, dando dele notícia, é o primeiro ato de responsabilidade que desencadeia o processo discursivo.

(b) Rubricas ou secções do jornal: política, sociedade, etc.

Cada jornal categoriza a notícia de forma diversa, inserindo-a num contexto específico a partir do qual se faz a leitura. Nos três jornais considerados, a variação de interpretação trazida por esta dimensão contextual é evidente:

SOCIEDADE

ERC investiga alegada pressão de Relvas

Em causa suposta tentativa de impedir publicação de notícia no jornal “Público” (JN, Paulo Martins, 20 de maio)

PORTUGAL. Miguel Relvas acusa Público de jornalismo interpretativo, Passos Coelho nega “ataque à imprensa” (Público, 21 de maio)

POLÍTICA

Relvas nega ameaças a jornalista (DN, 19 de maio)

(c) A heterogeneidade de géneros convocados para a discursivização do evento: textos de outros géneros jornalísticos verbais sobre o mesmo tema.

O impacto do evento leva à retoma do assunto em diferentes géneros textuais. Os artigos de opinião, por exemplo, testemunham também o impacto na opinião pública e permitem leituras “cruzadas”, necessariamente avaliativas:

OPINIÃO

Relvas é capim seco (André Macedo, diretor do Dinheiro Vivo, DN, 24 de maio)

(d) Outros temas sobre o mesmo protagonista.

O “caso Relvas-Público” ocorre no contexto de um outro “caso” de contactos dúbios do ministro Relvas com o ex-diretor do SIED, Silva Carvalho. A coocorrência com notícias que envolvem este caso participa na sua contextualização, com consequências ao nível da imagem do ministro:

Editorial Público

Título: O adjunto saiu. E o ministro fica?

A relação de Relvas com Silva Carvalho é cada vez mais nítida. Mas quem se demite é um adjunto.
(Público, 27 de maio)

(e) Outros tipos de discurso sobre o mesmo protagonista.

São sobretudo os textos de humor, multimodais, que constroem este novo contexto para as notícias em análise, ancorado num olhar corrosivo sobre o evento e o ministro em particular:



Público, 18 de maio



Diário de Notícias, 27 de maio

(f) Composição da notícia com imagens.

A composição da notícia com imagens, nomeadamente fotografias muitas vezes retiradas do arquivo dos jornais, dá origem a uma leitura global, que articula a informação da fotografia com a informação veiculada na notícia. No desenvolvimento da notícia abaixo apresentada, a fotografia entra em conexão com este passo: “O número 2 do Governo terá contactado a editora de política do “Público” *telefonicamente* e, de acordo com o comunicado do Conselho de Redação, “terá dito que, se o jornal publicasse a notícia, enviaria uma queixa à ERC, promoveria um *black out* de todos os ministros em relação ao ‘Público’ e divulgaria, na Internet, dados da vida privada da jornalista.”:

Jornal “Público”: Miguel Relvas acusado de ameaçar jornalista

Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares é acusado pelo Conselho de Redação do jornal “Público” de ter ameaçado a jornalista Maria José Oliveira, de quem “divulgaria, na Internet, dados da vida privada”, caso uma notícia fosse publicada.

Mariana Cabral (www.expresso.pt)
19:00 Sexta feira, 18 de maio de 2012



(g) Junção espacial de notícias que partilham algum tipo de característica.

No exemplo seguinte, são chamadas de primeira página. O paralelismo da disposição gráfica, das cores, a simetria das fotografias, fazem subentender uma propositada junção das notícias:



Diário de Notícias, 22 de maio

2.2. A CONSTRUÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA 1

As características informativas de objetividade e imparcialidade que responsabilizam o locutor favorecem, no caso em análise, estratégias de estruturação discursiva mínima. Isto é,

o locutor elenca testemunhos, numa espécie de “transparência composicional”, como se não houvesse recomposição dos eventos relatados. Este é um procedimento particularmente frequente nas notícias *online*.

Esta estrutura mínima, unicamente paratática organiza-se em unidades visuais mais do que discursivas, que desfiam testemunhos não relacionados temporalmente entre si, para além da estruturação básica do par adjacente pergunta -resposta. A autonomia dos excertos organiza-se em dois momentos (que identifico através de alíneas): apresentação de um facto discursivo e respetiva ilustração:

- a) A deputada do PSD Carla Rodrigues acusou, nesta terça-feira, o socialista Filipe Neto Brandão de «ensaiar timidamente um pedido de demissão» do ministro dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, como consequência do caso das pressões ao jornal Público.
- a') O senhor deputado ensaiou aqui timidamente um pedido de demissão do senhor ministro Miguel Relvas, era isso que queria fazer?», questionou a social-democrata, citada pela Lusa, dirigindo-se a Neto Brandão durante a audição de Miguel Relvas na comissão parlamentar de Ética.
- b) Na sua intervenção, o deputado do PS considerou que o comportamento do ministro no caso com o jornal Público não é «eticamente irrepreensível» e citou o relatório feito pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- b')«Juízo negativo no plano ético e institucional, diz o relatório, ilibar em toda a linha não será, só se estiver a falar de uma linha de pesca, porque isso não é o que diz o relatório que tenho à minha frente», disse, ironizando sobre a expressão utilizada constantemente pelo ministro durante a audição.
- c) Depois, Neto Brandão perguntou a Miguel Relvas se «numa democracia sadia, para que um membro do Governo reconheça que não tem condições para continuar no cargo» é necessário que seja uma autoridade independente ou judicial a fazer um juízo negativo do governante.
- c') O ministro dos Assuntos Parlamentares respondeu que «essa avaliação compete a cada um fazer» e «saber como se está na vida pública».
- c'')«Eu sei como estou na vida pública, respondo pelos meus atos e pelos meus comportamentos e se há coisa de que prescindindo e prescindimos todos é de falsos moralismos», acrescentou.
- d) Miguel Relvas reafirmou ter sido «ilibado em toda a linha» no processo com o Público e assinalou que «ninguém deixou de ser ouvido».
- e) «Não se pode ir a *penalties* após os 90 minutos», observou o ministro durante a audição. (*Público, online*, 10 de julho)

A inexistência de marcas verbais da organização composicional do discurso não deixa de “mostrar” a responsabilidade enunciativa do locutor por detrás deste apagamento³². De facto, este desenquadramento não é anódino: ao escolher organizar a informação por acumulação de factos, num efeito de lista gerado pela estrutura paratática, o locutor assume a responsabilidade da opção por uma estrutura textual em fragmentos, que cria efeitos de hiper-realismo, como se o locutor-jornalista se afastasse para o leitor ter acesso direto “aos factos”.

2.3. A CONSTRUÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA 2

Relativamente à *responsabilidade enunciativa*², começarei por considerar os marcadores discursivos ao serviço de preocupações argumentativas que explicitam a responsabilidade do locutor na adesão ao argumento orientado para a conclusão global.

É claro que os marcadores discursivos participam na construção da estrutura global do discurso, mas os conectores argumentativos têm ainda a função de relacionar pontos de vista orientados ou antiorientados para uma conclusão pretendida.

Consideremos o excerto seguinte:

A suposta pressão foi denunciada pelo Conselho de Redação (CR) do “Público”. O ministro, segundo o órgão, teria ameaçado impor um boicote de informação governamental ao jornal e divulgar na net dados da vida privada da jornalista envolvida. O gabinete de Relvas assegurou em comunicado que a acusação é “totalmente destituída de fundamento”. Porém, o ministro evitou ontem o contacto com os jornalistas que queriam esclarecer se pediu desculpa, como alega a Direção do jornal, que caracteriza a pressão como “inaceitável”, *embora* não tenha tomado a iniciativa de a divulgar publicamente. (JN, 20 de maio de 2012)

No que concerne à *responsabilidade enunciativa*², o locutor não assume a responsabilidade pela verdade dos acontecimentos relatados, que atribui a outras fontes, no uso de expressões como “segundo o órgão”; “suposta pressão”; “teria ameaçado impor”³³, “alega”, ou ainda no uso de aspas que reenviam a outra origem a responsabilidade das asserções. Contudo, a responsabilidade avaliativa do locutor sobressai marcada no uso dos conectores “porém” e “embora”.

32. Neste texto, apenas ocorre uma vez o marcador discursivo de integração linear “depois”: “Depois, Neto Brandão perguntou a Miguel Relvas se «numa democracia sadia...”

33. Sobre estas estruturas de condicional e futuro composto ver Duarte (2009).

O primeiro introduz um argumento mais forte para uma conclusão que desvaloriza o discurso relatado enquanto argumento para essa mesma conclusão. O locutor adere e responsabiliza-se pelo ponto de vista que se constitui como argumento mais forte. O conector embora introduz um ato de crítica, mas como se constitui como um argumento mais fraco, relativiza, não anula, a adesão do locutor ao ponto de vista expresso anteriormente.

Como segunda situação de construção da *responsabilidade enunciativa*², irei considerar a questão das vozes convocadas, com destaque para o Discurso Relatado (DR), em particular nas formas híbridas convocadas e nos mecanismos tipográficos usados.

Pela sua frequência, o DR parece ser tomado no discurso de informação como estratégia fundamental para assegurar a imparcialidade e objetividade. A acumulação de relatos de discurso, de pontos de vista opostos, elencados de forma paratática surge como forma aparentemente eficaz de preservar os objetivos do discurso de informação.

Sendo verdade que os enunciados relatados têm uma origem identificada, a responsabilidade enunciativa do locutor está presente, ainda que seja uma responsabilidade “limitada”, relativizada pela atribuição do ponto de vista a outra fonte enunciativa, mas ainda assim assumida pelo locutor enquanto responsável¹ pela escolha destes excertos, pela integração num particular momento do discurso e pela necessidade de selecionar os excertos dos discursos alheios.

Das tipologias tradicionais de DR, Discurso Direto (DD), Discurso Indireto (DI) e Discurso Indireto Livre (DIL), as notícias privilegiam formas híbridas, com efeitos pragmáticos e discursivos evidentes.

No que concerne aos tipos tradicionais de DD e DI, é de assinalar o impacto ideológico do DD, trazendo para o discurso de informação as “próprias palavras” do locutor citado³⁴. A aceitar tal pressuposto, desmentido por formas de DD que configuram discurso repetido, coletivo ou ficcional³⁵, o recurso ao DD legitima, credibiliza a palavra do locutor, mantendo a

34. Este é um preconceito de natureza doxal. A essência do DD não está aí, mas na preservação do quadro de enunciação do discurso relatado.

35. Sobre o uso do DD ficcional, ver Marques, 2006.

distância e atribuindo a responsabilidade enunciativa a fontes identificadas; mas como refere Rosier (2002 :32), se mais não houver, existe sempre “l'évaluation inévitable de la reprise”. Nos exemplos considerados, a variação ao nível das palavras relatadas é notória:

Eu sei como estou na vida pública, respondo pelos meus atos e pelos meus comportamentos *e se há coisa de que prescindindo e prescindimos todos é de falsos moralismos*», acrescentou. (*Público, online*)

Sei como estou na vida pública, respondo pelos meus actos e comportamentos. *Prescindimos de falsos moralismos*. Não é aceitável querer fazer interpretação de uma deliberação”, concluiu o ministro. (Ana Sanlez, *RTP Notícias*, 10 Jul, 2012)

O DD, na sua forma canónica, está pouco presente. Atribuindo a responsabilidade ao locutor citado, põe em cena com frequência a subjetividade do locutor citante no discurso atributivo, com destaque para o uso de certos verbos introdutórios de DR. Neste exemplo, a escolha de *sublinhar*, pelo seu conteúdo semântico, enfatiza o dizer do locutor citado face a outros momentos do seu discurso, na interpretação do locutor citante:

Ao comentar a documentação enviada pelo ministro, Maria José Oliveira *sublinha*: “Em momento nenhum, existe uma explicação para as ameaças que foram feitas a mim ou ao jornal.” (*Público*, 21 de maio de 2012)

Os DD com *que*³⁶ bem como as *ilhotas textuais*³⁷ são formas mistas de relato de discurso, frequentes, que operam transições entre o ponto de vista veiculado pelo DR e o ponto de vista do locutor, com consequências discursivas interessantes:

O ministro dos Assuntos Parlamentares respondeu que «essa avaliação compete a cada um fazer» e «saber como se está na vida pública». (*Público, online*, 10 de julho)

O deputado socialista Manuel Seabra considerou que o caso teve uma “sucessão de erros em cascata” e teve um “prolongamento indesejável” que potenciou a polémica. (*Público, online*, 10 de julho)

Nesta alternância de perspetivas, o locutor conjuga o DD e o DI num mesmo enunciado, cita e interpreta o discurso alheio, deixando indistinta a assunção da responsabilidade enunciativa dos pontos de vista representados e da escolha lexical realizada:

36. Rosier (2008: 95) «...il est des exemples où se marque une véritable rupture énonciative, ce que nous appelons les DD avec que.»

37. O termo é de Authier-Revuz, Fløttum (2004: 122) explica: “Le terme d’îlot textuel a été introduit par Jaqueline Authier-Revuz (Authier 1978) pour designer l’élément mis entre guillemets en discours indirect (DI).”

A deputada bloquista também apontou os lapsos do ministro que motivaram o caso e apontou o dedo à actuação da ERC, que “não fez perguntas incómodas mas registou a contradição [sobre o número de telefonemas entre o ministro e a editora de Política do jornal]” e admitiu no Parlamento que existiram “pressões inaceitáveis”, ainda que não o tenha consignado nas conclusões da deliberação. (Público, online, 10 de julho)

O exemplo seguinte é ilustrativo da opacificação gerada por estas formas de representar os discursos alheios. O locutor põe em cena um ponto de vista de que se distancia, no uso da forma verbal de condicional para se identificar e responsabilizar pela verdade do ponto de vista enunciado em DD, introduzido pelo conector *mas* (a posição do discurso atributivo impede a identificação do enunciado como DI³⁸):

38. Frequentemente, parece ocorrer DI com aspas (ilhotas textuais?).
Veja-se o seguinte exemplo: “A deputada Catarina Martins acusou mesmo Miguel Relvas de “se esconder da Assembleia da República atrás da ERC” e também atrás dos técnicos daquela entidade.” (Público, online)

Essas audições serão realizadas pelos cinco membros que integram o conselho regulador da ERC, incluindo Carlos Magno. Poderiam ser conduzidas por um grupo de técnicos “mas neste caso, um pouco mais delicado, o conselho regulador não se limitará a entregar o assunto aos técnicos mas fará questão de estar presente”, diz Carlos Magno. (Público, 19 de maio)

Também as ilhotas textuais pretenderiam marcar a desresponsabilização do locutor. Trata-se obviamente de uma desresponsabilização parcial mais uma vez, enquanto têm como origem um locutor (citado) a quem cabe ser garante da verdade da expressão, mas, mais ainda, operam em sentido inverso. Colocadas em destaque, evidenciam por vezes a infidelidade às palavras em DD, e marcam um ponto de vista valorativo, positiva ou negativamente, a que o locutor (citante) é assimilado:

Miguel Relvas acusa Público de jornalismo interpretativo, Passos nega “ataque à imprensa” (...). “Não há nenhum ataque a coisa nenhuma. Se há coisa que o governo tem privilegiado é muita transparência neste aspecto”, disse o primeiro-ministro... (Público, 21 de maio).

2.4. A PROCURA DE UMA NÃO RESPONSABILIDADE

Na procura da factualidade informativa, os jornalistas procuram o distanciamento discursivo no apagamento das marcas da presença do locutor, para que os factos falem, mostrem a verdade. Mas o apagamento não é necessariamente total e não cria necessariamente objetividade como também não cria nunca desresponsabilização total.

A construção discursiva revela estratégias de apagamento que coexistem com a presença explícita do locutor. A responsabilidade enunciativa influencia a configuração discursiva, ora de modo explícito ora implícito.

Neste excerto há uma clara opção por uma estratégia de factualidade. O locutor dá prioridade ao objeto, que “fala por si só”:

A meio da tarde de quarta-feira, 16 de Maio, o ministro-adjunto dos assuntos parlamentares, Miguel Relvas, telefonou à editora de política do PÚBLICO, Leonete Botelho, e disse-lhe que as perguntas enviadas naquele dia pela jornalista Maria José Oliveira – que há meses investiga o caso das secretas – eram “pidescas”, que se sentia “perseguido pelo PÚBLICO” e que iria fazer uma queixa à ERC, iria processar o jornal, iria dizer aos ministros que não voltassem a falar com o PÚBLICO e iria divulgar na internet que a autora da notícia vive com um homem de um partido da oposição, nomeando o partido – *o que neste esclarecimento se considera desnecessário.* (Público, 25 de maio)

A estratégia assenta no evitamento de marcas deícticas, em favor de marcadores linguísticos que promovem a construção do objeto discursivo independentemente do locutor. Ocorrem, assim, expressões não deícticas de tempo (quarta-feira, 16 de Maio), bem como o uso da terceira pessoa (o ministro-adjunto dos assuntos parlamentares, Miguel Relvas, telefonou à editora de política do PÚBLICO, Leonete Botelho, e disse-lhe...) para relatar um evento de que o locutor, integrando o espaço laboral do jornal Público, é parte interessada. A *responsabilidade enunciativa*¹ do locutor sustenta desde logo a organização da informação e os atos assertivos de que o locutor se assume garante de verdade, aí incluindo o DI. As formas verbais no pretérito perfeito do indicativo (disse e telefonou) vinculam o locutor ao valor de verdade do conteúdo asserido.

Em segundo lugar, é garante de verdade, mas é também responsável pela modalização avaliativa que introduz. A responsabilidade epistémica é assim agregada a uma responsabilidade axiológica, através da estrutura relativa incisa “que há meses investiga o caso das secretas”. O locutor põe em cena um enunciador, a que se assimila, e que mostra e amplifica a avaliação

positiva que o locutor realiza, isto é, dá espaço a um ponto de vista que enfatiza um significado implícito de natureza avaliativa: a seriedade, o rigor da jornalista que pratica um jornalismo de investigação (valorizado socialmente), por contraposição à imagem descredibilizadora que se infere da acusação do ministro. O locutor sai em defesa da jornalista.

O mesmo mecanismo linguístico destaca o comentário metadiscursivo em final de parágrafo (o que neste esclarecimento se considera desnecessário). A estrutura passiva do comentário apaga a presença do locutor, mas cumpre a tarefa de mostrar um ponto de vista que faz sobressair um *ethos* de correção e seriedade (do locutor), tal como anteriormente ocorre com a jornalista. A verdade é que a desresponsabilização « fácil » de um discurso citacional está longe de ocorrer.

CONCLUSÃO

O esforço para construir um discurso *objetivizado* resulta num processo “profondément instable, fragile”. É instável, frágil, mas não é caótico. É antes uma variação que alimenta a textura enunciativa. Em todas as situações, o locutor assume-se responsável do seu dizer, ainda que diferentes mecanismos linguísticos lhe proporcionem formas de criar diferentes efeitos de objetividade³⁹ ou diferentes formas de (não) diluir na superfície textual as marcas da sua *responsabilidade enunciativa*. Não é possível dissociar os factos do olhar que está na origem da sua representação discursiva. Os *conceitos de responsabilidade enunciativa1* e *responsabilidade enunciativa2* visam explicitar e distinguir essas diferentes formas de presença e responsabilidade do locutor no discurso e as estratégias e mecanismos linguístico-discursivos que os operacionalizam. A natureza dialógica dos discursos assume particular relevo, na integração da responsabilidade enunciativa no quadro institucional, e multimodal, do jornal e na plurivocidade (inter)discursiva. Porque não é possível isolar a notícia dos contextos em que ocorre. A autonomia do locutor é, também a este nível, relativa e partilhada.

39. O termo é usado por Kerbrat-Orecchioni (1978:66): « Un certain nombre de procédés hétérogènes (...) ont (...) pour fonction de produire un “effet d’objectivité” (comme on parle d’“effet de réel”) ».

Finalmente, a interligação entre a *responsabilidade enunciativa*, a responsabilidade ética e a responsabilidade jurídica não pode ser obliterada.

Em jeito de conclusão, o exemplo abaixo ilustra a interdependência entre domínios que se constroem nos discursos e pelos discursos; trata-se de uma notícia sobre um julgamento de jornalistas, onde a responsabilidade judicial e responsabilidade enunciativa se conjugam e a decisão judicial se mostra devedora, no que aqui nos interessa, de uma conceção particular da linguagem e do significado:

O Tribunal de Ponta Delgada absolveu hoje o ex-director do semanário *Expresso* (...) e o correspondente do jornal em Bruxelas (...).

Estavam acusados, em co-autoria de um crime de difamação, através da imprensa escrita, agravado. (...). O processo teve origem numa notícia (...) com o título de primeira página “Deputado Português com amigos terroristas”. (...). Hoje, o tribunal considerou que *o título daquela notícia “é meramente metafórico, apelativo, com algum cunho sensacionalista, mas não é difamatório”*.

(online, 18 de junho de 2009)

Remetida para o domínio do significado não literal, a metáfora é duplamente desresponsabilizadora: juridicamente, porque tomada como figura de estilo, e desresponsabilizadora, enunciativamente, numa abordagem ao uso da língua que ignora que “...l'autonomie et donc la responsabilité du sujet, [...] sont inhérentes au système du langage (Koren, 2006, §11).

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.-M. Unités rédactionnelles et genres discursifs : cadre général pour une approche de la presse écrite. *Pratiques* n° 94, Metz, 1997. Disponível em http://www.pratiques-cresef.com/p094_ad1.pdf (acesso : setembro de 2012).
- _____. Genres de la presse écrite et analyse du discours. *Semen* 13, 2001, p. 7-14, Disponível em <http://semen.revues.org/8758> (acesso : setembro de 2012).
- ADAM, J.-M. e LUGRIN, G. Effacement énonciatif et diffraction cotextuelle de la prise en charge des énoncés dans les hyperstructures journalistiques. *Semen*, 22, 2006, p. 127-144. Disponível em <http://semen.revues.org/2776> (acesso : setembro de 2012).
- AUSTIN, J. *How to do things with words*. London: Routledge, 1962.
- BAKHTINE, M. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Minuit, 1977.
- _____. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Seuil, 1984.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale 2*. Paris: Gallimard, 1974.
- CHARAUDEAU, P. *Les médias et l'information : l'impossible transparence du discours*. Bruxelles: de Boeck, 2005.
- CHARAUDEAU, P. ; MAINGUENEAU, D. (ed). *Dictionnaire de l'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, 2002.
- DUARTE, I. Futuro perfeito e conditional composto : mediativo no discurso jornalístico em português Europeu e em Português Brasileiro. In *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN*, 2009.
- DUCROT, O. Les lois de discours. *Langue française*, n°42, 1979, pp. 21-33.
- _____. *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit, 1984.
- FLØTTUM, K. Îlots textuels dans *Le Temps Retrouvé* de Marcel Proust. In MUÑOZ, J. M., MARNETTE, S., ROSIER, L. (ed). *Le Discours Rapporté dans tous ses états*. Paris: L'Harmattan, 2004, p. 121-130.
- FONSECA, J. *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: ICALP, 1992.
- _____. *Pragmática Linguística*. Porto: Porto Editora, 1994.
- GRICE, P. Logic and conversation. In COLE, P. e MORGAN, J. (eds), *Studies in Syntax and Semantics III: Speech Acts*, New York: Academic Press, 1975, pp. 183-98.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Déambulation en territoire aléthique. In BERRENDONNER, A.(ed), *Stratégies discursives. Actes du colloque du Centre de Recherches Linguistiques et Sémiologiques de Lyon*, Lyon : Presses universitaires de Lyon, 1978, p. 53- 102.

_____ *L'Énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris : A. Colin, 1980.

KLEIBER, G. Sens, référence et existence : que faire de l'extralinguistique ?. *Langages* 127, p.9-37, 1997.

KOREN, R. *Les Enjeux éthiques de l'écriture de presse ou la mise en mots du terrorisme*. Paris: L'Harmattan, 1996.

_____ *La responsabilité des Uns dans le regard des Autres : l'effacement énonciatif au prisme de la prise de position argumentative*. *Semen* 22, 2006. Disponível em <http://semen.revues.org/2820>. (acesso : setembro de 2012).

_____ *L'analyse du discours à l'aune d'un questionnement éthique*. *Filol. lingüíst. port.*, n. 9, 2007, p. 251-278.

_____ *Pour une éthique du discours : prise de position et rationalité axiologique*. *Argumentation et Analyse du Discours* 1, 2008. Disponível em <http://aad.revues.org/263> (acesso : setembro de 2012).

LORDA, C.-U. *Les articles dits d'information : la relation de déclarations politiques*. *Semen* 13, 2001. Disponível em <http://semen.revues.org/2625> (acesso : setembro de 2012).

MAINGUENEAU, D. *Analyser les textes de communication*. Paris: Nathan,1998.

MARQUES, M. A. *Debate político e discurso relatado – dimensões de uma ficção*. *Actas do VII Congrès de Linguística General*, Barcelona: Universidade de Barcelona, 2006, publicação em CD-ROM (ISBN 84-475-2086-8).

MOIRAND, S. *Du traitement différent de l'intertexte selon les genres convoqués dans les événements scientifiques à caractère politique*. *Semen* 13, 2001. Disponível em <http://semen.revues.org/2646>. (acesso : setembro de 2012)

_____ *Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne : questionnements sur les observables et les catégories d'analyse*. *Semen* 22, 2006. Disponível em <http://semen.revues.org/document2798.html>, (acesso : setembro de 2012).

PLANTIN, Ch. *Valeur*. In CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. (ed). *Dictionnaire de l'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002, pp. 598-600.

RABATEL, A. Effacement énonciatif et effets argumentatifs indirects dans l'incipit du Mort qu'il faut de Semprun. Semen 17, 2004. Disponível em <http://semen.revues.org/2334> (acesso: setembro de 2012).

_____ La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. Marges linguistiques, nº 9, 2005, p. 115-136. Disponível em <http://www.marges-linguistiques.com> (acesso : setembro de 2012).

RABATEL, A. ; CHAUVIN-VILENO, A. La question de la responsabilité dans l'écriture de presse. Semen 22, 2006. Disponível em <http://semen.revues.org/2792> (acesso : setembro de 2012).

ROSIER, L. Le Discours Rapporté en Français. Paris : Editions Ophrys, 2008.

SCHEPENS, Ph. Médias et responsabilité : pour un point de vue bakhtinien. Semen 22, 2006. Disponível em <http://semen.revues.org/2792> (acesso : setembro de 2012).

VION, R. Polyphonie énonciative et dialogisme. Colloque international Dialogisme: langue, discours. Montpellier, 2010. Disponível em <http://recherche.univ-montp3.fr/praxiling/spip.php?article264> (acesso : setembro de 2012).

Aspectos ideológicos, linguísticos e discursivos no *microblog* dos presidenciais 2010

**MODELO, ARTUR
DANIEL RAMOS**
a.d.r.modolo@gmail.com

Doutorando e Mestre em Filologia e Língua Portuguesa Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasi

PALAVRAS-CHAVE:
ideologia;
discurso;
política;
Internet;
microblog.

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é analisar a inter-relação entre as esferas política e do cotidiano no gênero digital *microblog* político dos candidatos à presidência do Brasil nas eleições de 2010. Como *corpus* selecionamos o material postado no Twitter pelos três principais candidatos à presidência da república – Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva – durante o período oficial de campanha. Em vista de atingir tais propósitos, elaborou-se o seguinte questionamento: De que forma se dá a inter-relação entre as esferas política e do cotidiano no *microblog* dos candidatos à presidência do Brasil nas eleições de 2010? Empregaremos como base teórico-metodológica as contribuições do Círculo de Bakhtin. Em um primeiro nível de análise, iremos verificar o contexto social mais amplo que envolve as eleições de 2010. Os resultados obtidos por esta pesquisa ilustram a alternância entre mensagens com tom informal que visam aproximar o candidato de seus eleitores, próprio da conversação do cotidiano e dos gêneros primários (simples) e de mensagens densas que aprofundam o debate com teor sociopolítico, isto é, os gêneros secundários (complexos). Ressalta-se que a heterogeneidade do gênero *microblog* é realçada pelos recursos hipertextuais que criam um conteúdo multimodal: verbal, visual e sonoros. .

KEYWORDS:
ideology;
discourse;
politics;
Internet;
microblog.

ABSTRACT: This research aims at analyzing the interplay between the political and everyday life spheres in the digital *microblog* genre of the candidates running for the Brazilian presidential elections in 2010. The main research corpus is an archived compilation of the material posted on Twitter by the three main candidates running for President in Brazil – Dilma Rousseff, José Serra and Marina Silva – during the official campaign period. In order to achieve such propositions, the following research question has been elaborated: How does the interrelationship between the political and everyday life spheres happen in the *microblog* of the candidates to the Brazilian presidency in the elections of 2010? The contributions of the Bakhtin Circle will be used as the theoretical and methodological basis. In a first analytical level, we will observe the broader social context involving the 2010 elections. The results obtained by this research illustrate the alternation between messages with an informal style, aiming at approaching the candidate to his electors, typical of everyday conversations and primary genres (simple), and dense messages that deepen the debate with social-political content, that is, the secondary genres (complex). It must be pointed out that the heterogeneity of the *microblog* genre is enhanced by hypertext resources that create multimodal content: verbal, visual, and audio. .

INTRODUÇÃO

Desde a Grécia Antiga com o polivalente filósofo Aristóteles as atividades políticas e a relação da linguagem com a persuasão¹ é reiteradamente abordada e analisada. Trata-se de um tema complexo e que de modo constante se reinventa e adquire novos tópicos de discussão e penetra nos diálogos de vários campos da atividade humana: seja por seus desdobramentos na vida cotidiana, seja por conta dos debates e polêmicas calorosas em relação à política nos diversos veículos de informação. O interesse e importância da política faz com que vários personagens orbitem em torno da esfera política: militantes, ativistas, formadores de opinião, assessores de imagem, ou ainda os estudiosos das ciências humanas em geral (ciências políticas, da linguagem, da comunicação, história). Há dois elementos que tornam ainda mais multifacetada a esfera política, o primeiro é a notória diversidade de tons locais na política, dentro do próprio Brasil há claramente tipos de discursos que variam entre as regiões do país e mesmo por conta das correntes políticas. Ao alargar tal percepção para todo o mundo e o contexto local que dita o tom dos discursos, percebemos o verdadeiro mosaico do campo político na contemporaneidade. Para além do perímetro geográfico, um segundo e importante fator emerge, aprofunde-se o olhar também para o horizonte do tempo e se poderá tangenciar a magnitude da pluralidade de enunciados já proferidos pelos diversos atores políticos (faraós, reis, czares, ministros, presidentes) e as incessantes mudanças pelas quais a esfera política e, conseqüentemente, o discurso político passaram através de milênios de história.

É de conhecimento público que a maior parte dos políticos no contexto democrático se aproxima mais dos eleitores nos períodos eleitorais, as campanhas “corpo a corpo” são o maior exemplo disso. Esse tipo de campanha, ao lado das gravações e da elaboração de publicidades em televisão e rádio, correspondia a grande parte do cotidiano dos candidatos. Ainda hoje, em parte, ocorre o mesmo, mas a propaganda política certamente se expandiu para o terreno virtual. Por esse motivo, realizou-se a seguinte indagação: *De que forma se dá a inter-relação entre as esferas política e do cotidiano no microblog dos candidatos à presidência do Brasil nas*

1. Respectivamente *A Política e Arte Retórica e Arte Poética*.

eleições de 2010? O motivo pelo qual os aspectos do cotidiano entraram conjuntamente com a política em tal questionamento são dois: i) os *microblogs* do *Twitter* são frequentemente utilizados para relatar atividades do cotidiano por parte dos usuários; ii) considerando, como já assinalamos nesse parágrafo, que os políticos tendem a se aproximar dos eleitores no período de campanha, será, portanto, pertinente observar como isso ocorre em um *ambiente virtual*.

1. METODOLOGIA

Para abordar o *corpus* selecionado, adotamos a perspectiva metalinguística do Círculo de Bakhtin. Ao elegermos essa metodologia, abre-se espaço para que não se faça um estudo exclusivamente linguístico do tema, pois há importantes aspectos sócio-históricos que estão submersos na própria linguagem e que, no entanto, devem ser aproveitados em nossa análise. Esse modo de análise vai ao encontro dos planos da nossa pesquisa, pois os textos extraídos para compor o material analisado apresentarão ângulos discursivos distintos. As relações dialógicas, segundo Bakhtin, reconhece que há um diálogo – uma comunicação dialógica – entre os distintos enunciados oriundos de uma mesma cultura, o que resulta em uma inegável pluralidade de discursos que incorporam estas ideias. Os estudos do Círculo de Bakhtin nos habilitam, sobretudo, a traçar significativas demarcações entre as formas de discursos, diferenciando e opondo as relações entre concordância, réplica, polêmica, paródia em relação a outros tipos de discurso.

Em vista de analisar o aspecto ideológico das campanhas virtuais nas eleições presidenciais de 2010, teremos em conta principalmente os pressupostos metodológicos estabelecidos por Bakhtin/Volochínov em *Marxismo e filosofia da linguagem*. De acordo com o processo de análise sugerido, destacam-se três pilares para o estudo do signo ideológico: i) deve-se relacionar a ideologia com a realidade material do signo e de sua esfera, em outras palavras, a ideologia não deve ser vinculada ao campo da “consciência” ou outra “esfera fugidia e indefinível”; ii) compreender que o signo faz parte de uma forma concreta de comunicação social e, portan-

to, está sempre relacionado com esse sistema; iii) associar a base material (infra-estrutura) com a comunicação e suas formas (p.45). A adoção de tais proposições visa analisar todo o signo ideológico que está profundamente marcado, nas palavras de Bakhtin/Volochínov, pelo *horizonte social de uma época e de um grupo social determinado*.

Há um segundo momento em *Marxismo e filosofia da linguagem* em que se critica as formas de avaliação da língua como fruto abstrato do psiquismo individual dos falantes. Nesse momento Bakhtin/Volochínov reforçam e reafirmam o apelo por uma metodologia que contemple o aspecto evolutivo da língua e que conceba as formas de interação verbal em comunhão com as condições concretas em que se realiza, bem como estabelecer “as categorias dos atos de falas” e das distintas formas de enunciação. Por fim, reconhece-se a necessidade de, a partir desta análise que já contemplou tanto a dimensão ideológica quanto a discursiva, um exame que aprecie as “formas linguísticas” de maneira *habitual* (p.128-129). No que tange às questões referentes aos tipos de discurso, é válido ressaltar as valiosas contribuições metodológicas advindas da obra *Problemas da poética de Dostoiévski* em que Bakhtin organiza procedimentos de análise dos diversos tipos de discurso (direto, objetificado, bivocal).

1.1 OBJETIVOS

O principal objetivo da pesquisa é verificar as características linguísticas, discursivas e inter-semióticas do gênero digital *microblog* que promovem o diálogo entre as esferas política e do cotidiano. Para isso, procederemos à análise dos perfis de candidatos à presidência do Brasil em 2010 no *Twitter*. Através desta análise destacaremos de que maneira a hipertextualidade está presente neste gênero. Como já afirmamos anteriormente, tal ferramenta permite que haja uma conexão extremamente ágil em que o conteúdo do enunciado proferido nas mensagens pode ser enriquecido por vídeos, fotos, notícias, *jingles* etc. Esta maleabilidade e fluidez são peculiaridades que tornam os enunciados do ambiente virtual únicos, se comparados com os enunciados divulgados em outras mídias, bem como acentua seu caráter dialógico, pois em

uma mesma e pequena mensagem, muitas vozes e semioses podem emergir. Um dos nossos principais objetivos, portanto, é destacar de qual maneira ocorre tal amálgama discursivo e semiótico.

1.2 CORPUS

O *corpus* selecionado para análise é a página no *Twitter* de três candidatos à presidência brasileira. Empregamos três fatores na seleção do *corpus*: O primeiro, e mais importante, é que o candidato possuísse uma conta verificada (*verified account*), o que garante que o *microblog* é, de fato, do candidato. O segundo é o critério temporal que corresponde com o período oficial de campanha presidencial brasileira. O terceiro e último fator é a seleção dos temas mais importantes para análise no presente artigo: o linguajar jovem na Internet, a mescla entre o político e o cotidiano dos candidatos, por exemplo.

2. ELEMENTOS LINGÜÍSTICOS, DISCURSIVOS E IDEOLÓGICOS NO MICROBLOG POLÍTICO

A análise de um *corpus* tão heterogêneo no conteúdo e multifacético em termos composicionais quanto o presente material obrigatoriamente nos remete a um processo de organização e adequação do material armazenado para que se faça possível proporcionar uma visão panorâmica deste – antes mesmo de esmiuçar qualquer peculiaridade discursiva ou linguística. Em primeiro lugar, deve-se pensar que o material que temos em mãos exhibe fartura de elementos discursivos, linguísticos, visuais, etc. Em segundo lugar, devemos refletir de que maneira observar e analisar tais enunciados. No momento de arquivamento do *corpus*, o material era disposto em uma ordem cronológica – do mais recente ao mais antigo – da mesma maneira que é publicado na maior parte das redes sociais, incluindo o *Twitter*. Tal disposição do *corpus* propicia uma leitura pertinente para perceber como os conteúdos das mensagens muitas vezes

variam e acompanham a dinâmica e os momentos da campanha política. Nota-se, por exemplo, um aumento substancial no número de pedidos de votos pela rede quando se avizinham os períodos de votação (primeiro e segundo turno), enquanto nos períodos de menor tensão política há um decréscimo na solicitação de votos e um aumento de mensagens informais, na tentativa de se aproximar dos internautas.

Ainda que tal leitura cronológica do *corpus* seja interessante, seria praticamente impossível contemplar e destacar toda a riqueza discursiva, linguística e de recursos hipertextuais e pluri-semióticos do material analisado recorrendo apenas aos aspectos de ordem histórica. Nosso papel e função ao analisar tal *corpus* é justamente desvelar as particularidades discursivas do objeto, as nuances que tornam os enunciados divulgados em plataformas digitais simultânea e ambigualmente próximos e distantes dos enunciados proferidos e publicados pelos personagens políticos em outros meios. Necessita-se, contudo, esclarecer que não se trata de excluir completamente o caráter histórico e sequer o contexto de um enunciado que foi postado no *microblog*. Do nosso ponto de vista, mais que emoldurar o discurso, o momento de enunciação fornece um sentido vivo a estes enunciados.

2.1 MICROBLOG POLÍTICO

O movimento criado na rede mundial de computadores pela esfera política em busca de votos parece ser irreversível como já defendemos anteriormente. Panagopoulos (2009, p.13), na obra *Politicking Online*, reflete sobre o uso das novas tecnologias pelos políticos estadunidenses: “A Internet e as tecnologias associadas, que têm transformado o cenário das campanhas e eleições, estão aqui para ficar”. O uso da Internet para fins políticos parece ecoar mais forte justamente entre a juventude e o próprio autor busca destacar como o emprego desse tipo de ferramenta repercute principalmente entre o eleitorado adolescente: “As organizações de campanha que desprezarem os novos truques de mídia como artifício para persuadir os jovens eleitores correm o risco de serem deixadas para trás” (*Ibidem*, p.13)². Verificamos, pela leitura

2. Tradução livre de: “The Internet and associated technology that are transforming the landscape of contemporary campaigns and elections are here to stay. Campaign organizations that toss off new media tricks as gimmicks to persuade young voters will risk being left behind.”

do *corpus*, que o contexto eleitoral brasileiro demonstra seguir a mesma tendência estadunidense nesse quesito, pois nas próprias mensagens que compõem o *corpus* se expressa a preocupação de todos os candidatos em atrair, incentivar e agradecer o apoio dos jovens.

(1) oi @felippevaladao É uma grande alegria ver os jovens se interessando pela semente da boa política. Muito obrigada pelo animador apoio. quinta-feira, 23 de setembro de 2010 15:15:05 (Marina Silva)

(2) Dia Mundial da Juventude. Um abraço a todos os jovens que fazem do Brasil um país cada vez melhor p/ se viver. Vamos continuar avançando. quinta-feira, 12 de agosto de 2010 11:42:26 via web (Dilma Rousseff)

(3) RT @Rafaelplath: A juventude recebeu @joseserra_ em Londrina sob o grito “Brasil, pra frente, Serra Presidente <http://plici.com/p/50839102> domingo, 17 de outubro de 2010 12:42:26 via web (José Serra)

Em (1), Marina Silva comemora o apoio de um internauta chamado Felipe Valadão (@felippevaladao) e alegra-se com o interesse dos adolescentes, que são o grande alvo da campanha dos políticos na Internet. Notamos em (2) como Dilma Rousseff comenta um assunto que, em tese, não pertence à esfera política e nem de seu cotidiano: o Dia Mundial da Juventude. Na sequência da mensagem, no entanto, Dilma deixa transparecer um fundo político, pois expressa apreço aos jovens que querem fazer do Brasil um país “cada vez melhor p/ se viver” e afirma “vamos continuar avançando”. O verbo de ligação “continuar” demonstra o desejo de permanência que pode ser presumido pelo contexto mais amplo como o anseio de Dilma em dar sequência ao governo de Lula. O tom de prosa de seu comentário é realçado no momento em que enaltece o papel da juventude e “abraça” os jovens, na busca de estabelecer uma aproximação com um gesto de aproximação. Destacamos em (2) a presença do verbo “ir” conjugado na primeira pessoa do plural, o que demonstra o desejo da candidata Dilma Rousseff em promover não só uma aproximação, mas também uma integração com os adolescentes. O enunciado (2) demonstra a frequente mescla feita pelos candidatos que reaproveitam fatores externos à esfera política ao recuperá-los em prol da campanha. Por fim, constatamos na mensagem repassada por José Serra (3) uma tentativa semelhante de buscar o apoio da juventude como nos

enunciados precedentes. Percebe-se no enunciado (3), uma clara tentativa de manter o ritmo do grito de apoio por meio das vírgulas. Por essa razão, separa-se “Brasil” de “para frente”, na tentativa de emular o aspecto rítmico-sonoro no plano verbal.

(4) RT @sertaoarthur Hoje percorremos todo o centro de Fortaleza cantando e distribuindo material. Aceitação enorme pelos ambulantes e pedestres sábado, 2 de outubro de 2010 16:00:03 via HootSuite (Marina Silva)

Diante desses exemplos, podemos ter uma pequena amostra de como a esfera política almeja escapar do aspecto sisudo da ideologia oficial, buscando se aproximar dos eleitores por intermédio de um tom conversacional. Essa ambivalência de forças entre o oficial e o cotidiano se materializa nos próprios enunciados que constituem o *corpus*. A tarefa de definir um *microblog* político, no entanto, é relativamente mais complicado do que parece ser em uma primeira e ingênua análise. Há diversas classes de *microblogs* que orbitam em torno da esfera política: ministérios, partidos, candidatos, ativistas políticos, apoiadores e militantes e até com comentadores e formadores de opinião que empregam o político também com um foco relativamente jornalístico. O *microblog* político dos candidatos é, dentre estes, um dos que apresenta uso mais híbrido, pois o próprio cotidiano de campanha está envolto às atividades políticas. Frequentemente, no entanto, há uma autêntica fusão entre o político e o cotidiano, como nos momentos em que os candidatos divulgam sua agenda política, participação em entrevistas e cidades que visitarão durante a campanha, mesclando as tarefas de cunho político com o seu próprio cotidiano, como em (4) em que é retransmitida uma mensagem que trata de uma visita feita por Marina à cidade de Fortaleza.

2.2 A CONFLUÊNCIA DO VISUAL E DO VERBAL E SUAS MANIFESTAÇÕES IDEOLÓGICAS

A confluência do visual com o escrito é uma das marcas das páginas pessoais dos candidatos no *Twitter*. Os elementos visuais empregados pelos candidatos, portanto, não são apenas

produtos aleatórios da propaganda política. Não se trata, em absoluto, de cores e imagens escolhidas unicamente por questões relativas à beleza estética, completamente esvaídas de um sentido mais amplo, ideológico. Restringir os símbolos visuais ao terreno das técnicas de propaganda seria redutor, pois, apesar de realmente tais técnicas de propaganda terem se desenvolvido e constantemente serem empregadas durante as campanhas políticas, os signos ideológicos estão presentes na política por toda sua história – assim como na religião, ciências ou artes em geral que possuem relações específicas com o uso de imagens. Nesse sentido, “toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico” (Bakhtin & Volochínov, 2010, p.31). Dotamos o visual, portanto, de um sentido simbólico e ideológico que enriquece os detalhes das imagens de historicidade e significação ideológica, componentes que apontam para além dos aspectos estritamente formais imanentes ao gráfico. No que se refere aos *microblogs* políticos, destaca-se as imagens de fundo de tela que podem fornecer ao internauta uma visão mais rápida e imediata de muitos aspectos ideológicos (o partido do candidato, o número de seu partido e até causas defendidas pelo partido). A velocidade do visual é quase instantânea, pois ao abrir a página já se pode perceber as cores predominantes na página, das quais se pode depreender uma série de significações. De antemão, o visual fornece uma primeira percepção e a possibilidade de compreensão ativa do internauta ao interpretar os signos visuais que antecedem o conteúdo verbal das páginas.

(5) Imagem 1 -
Background de José Serra



MODOLO, ARTUR DANIEL RAMOS; ASPECTOS IDEOLÓGICOS, LINGUÍSTICOS E DISCURSIVOS NO MICROBLOG DOS PRESIDENCIÁVEIS 2010

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 2, ANO 2013, PP. 167-184



(6) Imagem 2 -
Logotipo do Twitter



(7) Imagem 3 -
Background de Marina Silva

(8) Imagem 4 -
Background de Dilma Rousseff



Verifica-se em todos os fundos de tela (5), (7) e (8) a presença do número do candidato e de seu partido, 45, 43 e 13, respectivamente. As pessoas que possuem conhecimentos básicos em relação às legendas e números do partido, podem em poucos segundos decifrar a filiação partidária dos candidatos. De forma análoga, todos os backgrounds apresentam nas imagens o nome do candidato (Marina, Dilma e Serra) e o cargo ao qual eles concorrem (presidente). Todos esses componentes podem facilitar a compreensão da posição política do candidato. As cores do partido ganham um papel especial, principalmente porque as cores são plenas de uma significação própria no universo político em geral, não apenas nas cores do partido,

como também nas cores de bandeiras de um país. Em (5) presenciamos uma isotopia cromática do azul – a cor do partido de Serra – presente no céu, no pássaro e no nome do candidato. Deve-se ressaltar que o pássaro azul que diz “45 - Serra Presidente do Brasil” faz clara alusão ao pássaro azul que é a logomarca do Twitter (6). Os assessores do candidato Serra, que provavelmente elaboraram esse *background*, preferiram o pássaro azul do *Twitter* em detrimento do tucano – ave que é o principal símbolo do PSDB. É possível imaginar, portanto, que o uso do pássaro não esteja apenas relacionado com a logomarca *Twitter*, mas também fazendo certa alusão ao tucano.

Marina (7) usa um recurso similar ao de Serra na escolha das cores de fundo, há um domínio e um contraste entre branco e verde, cor que dá o nome ao próprio partido (PV) e certamente remete aos principais pontos de destaque tanto do programa político, quanto de sua campanha e propaganda política. A cor verde possui uma forte ligação com a natureza e ecologia. Fala-se, por exemplo, em “causas verdes” quando se quer referir sobre causas ligadas à ecologia. A cor é, portanto, o principal símbolo visual do fundo de tela de Marina e sua predominância está intimamente relacionada com muitas pautas defendidas pela candidata.

O vermelho petista está presente em apenas dois detalhes do fundo de tela da página de Dilma Rousseff (8): no número do partido 13 e no pingo do “i” de Dilma, que na verdade é a estrela vermelha do PT. A estrela de cinco vértices é também um símbolo presente na esfera religiosa, por exemplo no judaísmo, mas nosso principal interesse aqui é na esfera política, pois a estrela de cinco vértices já havia sido usada pelos comunistas na Rússia e também aparece na bandeira chinesa, entre outros usos políticos ligados aos governos de esquerda. O fato de a coloração da estrela ser vermelha também tem um índice histórico e ideológico de ligação do partido com o socialismo. Da mesma forma que a estrela, o tucano é um animal que foi escolhido por razões históricas e ideológicas. O tucano foi criado em abril de 1988 pelo PSDB para tornar a identificação do partido mais fácil e imediata. O tucano de peito amarelo é uma alusão à cor-símbolo amarela dos que lutaram por democracia no Brasil. Além de ser uma ave

3. <http://web.archive.org/web/20070216002937/http://www.psd.org.br/opartido/porquetucano.asp> (Acesso em 7 de outubro de 2012)

identificada com o Brasil e com as causas ecológicas em voga durante os anos 1980 e 1990³.

Por meio dessas análises, depreendemos que o aspecto visual dos *microblogs* dos candidatos sempre revela propositadamente a posição ideológica/partidária dos candidatos. Poder-se-ia afirmar que há uma preponderância do visual sobre o verbal, como algumas leituras de enunciados sincréticos normalmente sugerem, porém, há um verdadeiro sincretismo entre as duas formas de expressão, uma vez que tanto o conteúdo das mensagens quanto as opções de *design* do *background* estão em consonância. Percebe-se, portanto, que ambos jamais serão aleatórios ou independentes, pelo contrário, atuam juntos de forma sinérgica. A análise do aspecto visual dos *backgrounds* dos *microblogs* dos políticos evidencia a clara ligação que se estabelece entre a campanha política e os seus aspectos de *marketing* com a presença deles interagindo nos *microblogs*. Fica claro, no entanto, que o objetivo dos candidatos no *Twitter* é angariar votos e convencer o eleitor de que são merecedores de votos.

2.3 A RIQUEZA LINGUÍSTICA NA INTERNET E SEU USO POLÍTICO

A variedade de formas linguísticas peculiares na Internet é alvo de diversos estudos. Do nosso ponto de vista, reconhecemos a legitimidade de tal olhar, mas nos interessamos mais na maneira como tais especificidades da linguagem na Internet suscitam reflexos no discurso dos políticos em seus *microblogs*.

(9) OI Luiza, estou te seguindo, diga para ela me passar uma DM. Abs. RT @luizastev @joseserra_ Serra, minha mãe tá pedindo seu e-mail domingo, 10 de outubro de 2010 12:33:01 via web (José Serra)

(10) Rumo ao 2o turno RT @fravow Conversando c/ colegas, descobri q MUITA gente vai votar na #Marina43, a galera tá aderindo a #ondaverde em massa sábado, 2 de outubro de 2010 16:25:02 via HootSuite (Marina Silva)

(11) Já estou fazendo “trim” ;-) RT @Almeidagm @silva_marina VAMOS FAZER A MARATONA TELEFONICA IGUALMENTE FIZERAM NA COLOMBIA quinta-feira, 5 de agosto de 2010 17:25:04 via HootSuite (Marina Silva)

A norma culta escrita da língua portuguesa é usada na maior parte das mensagens presentes no *corpus*. No entanto, em alguns momentos, ocorre o uso de formas típicas da linguagem na Internet, comumente denominada como “internetês”. O uso do internetês, no entanto, é mais presente nas mensagens dos usuários do que nas mensagens dos candidatos que usam a norma considerada culta sem, no entanto, apelarem para pedantismos linguísticos, arcaísmos ou formas rebuscadas que tornariam o enunciado mais hermético. O internetês, deve-se deixar claro, não é uma nova língua. As mudanças que ocorrem são basicamente de ordem gráfica e de escrita. Em (9) e (10) observamos o uso de abreviatura de “abraços” por “abs” e de “com” por “c/”, algo muito comum no linguajar da Internet que consagrou outras formas como “você” por “vc” e “beleza” por “blz”. O fato de os candidatos evitarem o uso de algumas formas clássicas do internetês demonstra que há implicações discursivas em tais usos. Não somente de ordem da grafia, como também um efeito de sentido de coloquialidade que os candidatos, na maior parte dos casos, não estão dispostos a aceitar. Em todo caso, verificamos que Serra em (9), afirma estar “seguindo” Luiza (@luizastev) e isso é compreendido de modo satisfatório, justamente porque nos *microblogs* seguir alguém não tem a acepção negativa que o verbo pode ter em outros contextos.

Alguns outros casos clássicos da linguagem escrita como o uso da onomatopeia “trim” por Marina, no momento em que conclama seus partidários a empregar a “maratona telefônica”, procedimento adotado pelo Partido Verde na Colômbia como propaganda política. Outro uso de formas paralinguísticas é o *smiley/emoticon* em (11), tais casos demonstram a tentativa da linguagem na Internet em captar e expressar alguns aspectos sonoros e gráficos. Sobral (2002) concebe os *emoticons* como ícones de emoção e que performam um papel importante nas mensagens enviadas pela Internet pois “dão um sabor especial à comunicação” (p.44). Os candidatos também empregam, via de regra, o uso consagrado das primeiras letras das frases com letras maiúsculas e, as demais, em minúsculas, exceção feita aos nomes, siglas etc.; os usuários, por sua vez, também empregam formas mais irregulares, em que, certas vezes, escrevem toda mensagem em maiúscula, em outros, tudo em minúscula. Como Sobral (2002) adverte, de-

ve-se, via de regra, “escrever mensagens de *chat* sempre em minúsculas. Usar MAIÚSCULAS equivale a GRITAR!” (p.98). Em (11) @Almeidagm escreve todo o conteúdo da mensagem em letras maiúsculas o que comumente seria interpretado como gritar. Além disso, escrever apenas em letras maiúsculas não está de acordo com os padrões linguísticos da “netiqueta”, forma aportuguesada do inglês “*netiquette*”. No entanto, não é em todos os casos que o uso de maiúsculas abole a netiqueta, verificamos em (11) o uso de “MUITA”, emprego de maiúsculas que, na verdade, tem o papel de intensificar o adjetivo que expressa grande quantidade. Verificamos que algumas formas relativamente estigmatizadas da língua portuguesa como o gerundismo de “tá aderindo” ocorre em (10). O emprego dessas formas ressaltam o caráter informal das mensagens que os usuários enviam para o candidato, como se estivessem em um bate-papo informal.

(12) Do painel ao twitaço, é sempre bonito ver a mobilização espontânea da sociedade <http://migre.me/YlJw> segunda-feira, 19 de julho de 2010 12:28:54 via HootSuite (Marina Silva)

(13) Melhor ainda. Muito obrigado a todos vocês. RT @DesireeLourenco @joseserra_, o twitaço foi #voto45 e alcançamos os TT mundiais! =) sexta-feira, 17 de setembro de 2010 12:13:26 via web (José Serra)

(14) Ok, twittando e aprendendo: bombou, irado, punk (!?)... rs sábado, 17 de julho de 2010 02:47:31 via web (José Serra)

A questão do gerundismo nos remete a outros aspectos linguístico que têm implicações no interior do discurso, como o uso de neologismos e estrangeirismos. A influência da política estadunidense mencionada anteriormente se reflete na adoção de várias palavras do campo lexical da propaganda política como *banners*, *slogans*, *jingles* e algumas outras que já foram assimiladas como posters. Além disso, palavras como *download* são usadas de forma livre pelos usuários. Percebemos em (14) como Serra associa algumas gírias típicas do linguajar de parte dos adolescentes como “bombou”, “irado” e “punk”. A mensagem (14) é rica do ponto de vista linguístico porque além de utilizar a forma “rs” para indicar que achou graça da mensagem “risos”. Pode-se notar, no geral, que Serra sempre adota essa forma que está no paradigma

com outras como “haha” ou “kkkk”. Verifica-se nessas mensagens a tentativa dos candidatos em emular e seguir a rapidez da linguagem dos jovens e da Internet. Os candidatos estão cientes que seus enunciados circularão principalmente no meio e na cultura digital e, por isso, querem em alguns momentos adequar sua linguagem com neologismos, gírias próprias dos jovens e formas típicas da Internet – ainda que essa espécie de “dialeto” pareça não ser o mais comum para os próprios candidatos. Ocorre também o emprego de um neologismo mesclado um estrangeirismo. A palavra “twittando” usa como base o termo *Twitter* e o emprega como se fosse um verbo português flexionado no gerúndio. Isso reflete a dinâmica da língua, o que possibilita outras formações de palavra como “scrapzinho” ou twitaço/twittaço, (12) e (13) respectivamente. Verifica-se nessas mensagens a tentativa dos candidatos em emular e seguir a rapidez da linguagem dos jovens e da Internet. Essas formas novas de palavras não estão dicionarizadas, portanto a divergência de grafia é natural que ocorra. Com o desenvolvimento contínuo das ciências e das técnicas, é nas línguas de especialidade que o processo da neologia é particularmente produtivo.

Neologismos não cessam de ser criados, em todas as línguas, e também no português do Brasil. E, para que esses neologismos terminológicos possam cumprir, com eficácia, sua função de comunicação, torna-se urgente a implantação de uma política de planejamento neológico no Brasil, com a finalidade específica de garantir à língua portuguesa, em sua variante brasileira, sua vitalidade criativa própria. (Alves, 1996, p.15)

3. CONCLUSÃO

Verificou-se, na análise do *corpus*, uma frequente ambivalência entre o político/público e pessoal/íntimo. O *microblog* político dos candidatos à presidência demonstrou ser uma expressão categórica dessa contradição e do espaço ambíguo que a política possui em nossa sociedade. Se, por um lado, observamos os candidatos empregando formas clássicas de discurso da esfera política como a promessa, a lista de realizações em seus respectivos governos, a divulgação do programa de governo entre outros; por outro, há presença de elementos biográficos de

caráter íntimo, conversas sobre amenidades que, mais que deixar transparecer o lado humano do político, visam criar um vínculo afetivo entre político e eleitor. Em termos ideais, esse vínculo afetivo deveria ser desconsiderado, em benefício dos aspectos políticos. O contexto das eleições e a força e necessidade do voto têm papel fundamental nisso. Soma-se a tais aspectos, um mundo em que a cultura do entretenimento assumiu um papel de protagonista. Ao voltar nossa atenção mais detidamente para o desenvolvimento da esfera política na atualidade, de modo imediato realçamos a importância do contexto no aspecto sócio-histórico concomitantemente ao quesito tecnológico mais duro. Os enunciados presentes no *corpus* só foram possíveis de serem produzidos pela consonância entre estes dois aspectos. Sobressaiu-se, em nossa análise, a importância maior que o universo político e de eleitores gradualmente atribui aos detalhes da vida íntima dos políticos, da mesma maneira que se busca informações de famosos ou artistas populares, o *microblog* político, portanto, é um gênero que está precisamente atrelado a essa exigência dos votantes em saberem detalhadamente os pormenores privativos dos personagens políticos.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. M. O conceito de neologia: Da descrição lexical a planificação linguística. São Paulo: Revista Alfa, v.40, p.11-16, 1996

ARISTÓTELES. A Política. Trad: Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 2005.

ARISTÓTELES. Arte Retórica e Arte Poética. Introdução Goffredo Telles Júnior. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro - Tecnoprint, 1979.

BAKHTIN, M. Problemas da poética de Dostoiévski. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAKHTIN, M./VOLOCHÍNOV, V. N. Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PANAGOPOULOS, C. (Org.) Politicking online: the transformation of election campaign communications. New Brunswick: Rutgers University Press, 2009.

SOBRAL. A. U. Internet na escola: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2002.

Marcadores conversacionais em Português Língua Estrangeira – da teoria à prática

PIMENTEL, ANA
aapimentel@gmail.com

Mestre em Português Língua Segunda/Estrangeira
Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

SILVA, FÁTIMA
mhenri@letras.up.pt

Doutorada em Linguística
Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

PALAVRAS-CHAVE:
competência oral;
conversação;
marcadores conversacionais;
PLE.

RESUMO: Este estudo tem como finalidade expor uma amostra de propostas, rigorosamente testadas em sala de aula, para uma abordagem pedagógico-didática dos Marcadores Conversacionais (MC) no ensino-aprendizagem de PLE. Partindo-se de um diagnóstico em que se denota um incipiente ou até lacunar uso dos MC nas produções orais dos aprendentes, traçou-se e instaurou-se a implementação de um percurso pedagógico de investigação-ação, a fim de favorecer o incremento da competência oral (compreensão e produção) dos aprendentes, a nível global, e a nível específico, num reconhecimento e uso sociocomunicativos consistente e adequado dos MC. Mediante os resultados obtidos favoráveis em que se regista um consistente e adequado uso dos MC nas produções orais dos aprendentes, valida-se o percurso metodológico adotado, bem como a necessidade da sua implementação, no âmbito de um desenvolvimento mais alargado da competência oral dos aprendentes de PLE.

KEYWORDS:
oral competence;
conversation;
conversational markers;
PFL.

ABSTRACT: This study aims to present an appropriate sample of activities focused on Conversational Markers (CM), in the teaching-learning process of Portuguese as a Foreign Language (PFL). By taking into account learners' specific needs in the oral domain, i.e., a lack or incipient use of CM – a research project was implemented regarding a global development of their oral skills (comprehension and production), and especially centred in a more consistent and adequate use of CM. The results of this project, which depict a greater use of CM in learners' oral productions, demonstrate an effective increase of their skills in this domain, validates the methodological path adopted, and therefore, contributes for an holistic and systematic development of the oral competence.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo centra-se no tratamento dos marcadores conversacionais (MCs) no âmbito do ensino-aprendizagem do português como língua estrangeira (PLE), com incidência na implementação de um plano de intervenção pedagógico-didática numa turma de PLE de nível C1¹. Este trabalho² parte das seguintes questões:

- Porquê ensinar o discurso conversacional e, particularmente, os MCs?
- Como abordar os MCs no ensino-aprendizagem do PLE?

No que se refere à opção pelo tratamento deste tópico, consideramos que ela se justifica se tivermos em conta que a conversação é a modalidade discursiva mais recorrente nas nossas interações sociais e “provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora” (Marcuschi, 2003:14). Sendo um dos principais objetivos do ensino-aprendizagem de PLE promover o desenvolvimento da competência oral, nas suas diversas modalidades discursivas, a inclusão da conversação nas aulas de PLE é muito importante, visto que se trata de linguagem autêntica³, a língua viva, falada no mundo real, ou seja, a manifestação da língua nos múltiplos usos interacionais. Nesse sentido, um enfoque rigoroso no texto conversacional privilegia necessariamente uma abordagem da língua autêntica radicada em moldes culturalmente genuínos, pois

With a more refined understanding of conversation — its features and its characteristics, and how they interact with language — and a more culturally authentic approach towards teaching it, instructors can prepare LLs for conversation in the TL and TC in which the LLs are able to express ideas, thoughts, and opinions in a way that makes them accessible to NSs of that language (Donaldson, 2011).

Por conseguinte, o ensino-aprendizagem da conversação permite aos aprendentes um acesso privilegiado ao universo dos usos reais⁴ da língua alvo dos falantes nativos, fornecendo ferramentas válidas para que sejam comunicadores versáteis, em termos de adequação e sensibilidade socio comunicativa.

1. O nível é determinado em conformidade com a proposta do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECR, 2001).
2. Este artigo constitui a retoma iniciada no trabalho de Pimentel (2012) e retomada no artigo de Pimentel & Silva (2014).
3. Entenda-se por linguagem autêntica: ‘language created to fulfil some social purpose in the language community in which it was produced’ (David Little et. al., 1988 *apud* Cook, 2008:159).
4. Tendo em consideração que o modo como conversamos se encontra também enformado por determinadas convenções ou ritos socioculturais culturais do (s) mundo (s) em que nos movemos, a inclusão da conversação na aula de (P)LE possibilita o acesso a essa dimensão. Na verdade, “ (...) comprender el funcionamiento concreto en nuestra cultura de este género y saber desenvolver se en él” (Albelda & Fernández, 2006:6) é determinante para uma participação adequada e ajustada em interações comunicativas.

Além disso, a abordagem da conversação permite desmistificar a noção imprecisa de que se aprende a “conversar conversando”. Se é verdade que a prática é fundamental, não é menos importante a consciência de que esta atividade exige do falante a mobilização de diversos saberes/mecanismos, que devem ser objeto de uma pedagogia que se centra no reconhecimento e adequada utilização dos vários elementos envolvidos na conversação. Na verdade, uma interação bem-sucedida regula-se pela adequação entre o que se diz, para que se diz, a quem se diz, como se diz e onde se diz (Moreno, 2002:53). Além disso, conversar implica identificar e utilizar devidamente diversos mecanismos, entre os quais os MC – que servem, entre outras funções, para marcar o início, manutenção ou cessação de vez - determinando um desempenho (in)adequado dos nossos papéis e no rumo da conversação.

Associada à justificação da abordagem deste tópico no ensino-aprendizagem do PLE, está, por conseguinte, a necessidade de saber como operacionalizar de forma eficaz o desenvolvimento dessa competência nos aprendentes.

A eficácia neste domínio decorre da proposta de um modelo que seja capaz de:

- i) usar uma taxonomia de MCs ajustada ao nível de aprendizagem e necessidades comunicativas dos aprendentes;
- ii) promover o reconhecimento da natureza polifuncional dos MC e a sua utilização adequada em termos de eficácia comunicativa;
- iii) fomentar o desenvolvimento da competência oral, na vertente conversacional, , através de estímulos, atividades e exercícios variados.

A resposta às duas questões formuladas, que presidem à elaboração deste trabalho, resulta no desenvolvimento de um projeto de investigação-ação⁵, organizado em dois planos interdependentes, traduzidos na estrutura deste artigo. Assim, numa primeira parte e de um ponto de vista teórico-científico, procedemos ao enquadramento e delimitação dos MC, no que respeita às suas propriedades e funções na modalidade discursiva conversacional e respetiva classifi-

5. “Podendo ser globalmente entendida como uma forma de questionamento autorreflexivo, sistemático e colaborativo dos professores, para melhorar a prática através da reflexão sobre os efeitos da ação, a investigação-ação é uma atividade privilegiada de construção de conhecimento profissional para os professores (...), ao levá-los a identificar, resolver e equacionar (novos) problemas educativos” (Moreira et al., 2010:48).

cação taxonômica. Na segunda parte, descrevemos, de forma sucinta, o plano de intervenção pedagógico-didática, com particular incidência no conjunto de propostas de atividades testadas. Finalmente, avaliamos o projeto desenvolvido, através da apresentação e discussão dos resultados.

2. MARCADORES CONVERSACIONAIS

Nesta secção, estabelecemos sumariamente o quadro teórico linguístico-discursivo que sustenta a nossa intervenção pedagógico-didática, através da delimitação da natureza, propriedades e funcionalidades dos MCs na conversação.

2.1. O CONCEITO DE MC

Para a definição do conceito de MC, partimos da definição de Urbano (2003:93), segundo a qual MCs são

elementos de variada natureza, estrutura, dimensão, complexidade semântico-sintática, aparentemente supérfluos ou até complicadores, mas de indiscutível significação e importância para qualquer análise de texto oral e para a sua boa e cabal compreensão.

Este autor define-os, ainda, como elementos típicos da fala, apresentando “grande recorrência, convencionalidade, idiomatidade e significação discursivo-interacional” (Urbano, 2003:98)⁶. A par disso, Marcuschi (2003) e Chagas (2009) afirmam que os MC são integrados por uma diversidade de elementos, entre os quais, se incluem sinais verbais que podem ser lexicalizados, como por exemplo, “pois; olhe; não é...” ou não lexicalizados (por exemplo, “ahã, hmm”), sinais não-verbais (gestos, olhar, sorriso ou meneios da cabeça) e sinais de natureza prosódica (entoação e ritmo discursivo).

Sob a designação de marcador conversacional encaixa, deste modo, uma alargada gama de sinais, que, no plano verbal, pode ainda englobar diferentes categorias gramaticais como advérbios, locuções adverbiais, interjeições, conjunções, verbos, nomes ou locuções interjetivas ou adverbiais. Sendo formas estereotipadas e fixas na oralidade, estes sinais são, no plano

6. Na verdade, por marcarem sempre alguma função interacional, são denominados como marcadores conversacionais (Urbano, 2003:98).

verbal, igualmente dotados de “pouca ou nenhuma variação fonológica, flexional ou sintática”, [como por exemplo] “né-não é; olha-olhe; entende-entendeu” (Urbano, 2002:266), constituindo formas cristalizadas e prontas a serem utilizadas pelos interlocutores.

Entre os vários elementos presentes na interação conversacional, os MC afirmam-se como um dos sinais centrais na organização e gestão da interação verbal entre falantes, cumprindo, em termos muito genéricos, funções fundamentais na troca comunicativa, para a existência da qual, segundo Kerbrat-Orecchioni (2006:8),

não basta que dois falantes (ou mais) falem alternadamente; é ainda preciso que *eles se falem*, ou seja, que estejam, ambos, “engajados” na troca e que deem sinais desse engajamento mútuo.

Deste modo, são embriadores da interação pessoal entre os intervenientes na dinâmica conversacional e apoiam a construção do texto conversacional a dois (ou mais falantes), pelo que todo o discurso produzido é “inteiramente “coproduzido” e resultado de um “trabalho colaborativo incessante” (Kerbrat-Orecchioni, 2006:11). Borreguero & López (2010:42) reforçam, na continuidade de outros autores, o caráter cooperativo inerente aos MCs, que consideram como sinalizadores da coparticipação dos interlocutores no discurso. Nesta função, monitorizam e operacionalizam a construção progressiva da atividade conversacional, oferecendo “coesão e coerência ao texto falado, especialmente dentro do enfoque conversacional” (Urbano, 2003:98).

2.2. FUNCIONALIDADE DOS MC

Estes elementos possuem, assim, como principal finalidade estruturar o discurso conversacional gerado entre, pelo menos, dois interlocutores na construção de cada turno produzido por cada interlocutor em dois níveis distintos, especificamente no

estabelecimento de relações estruturais e linguísticas entre a organização da conversação em turnos (marcados pela troca de falantes) e a ligação interna em unidades constitutivas de turno (Marcuschi, 2003:61).

Por isso, ainda que sejam elementos “aparentemente supérfluos ou complicadores” (Urbano, 2003:93), imprimem dinamismo e interatividade ao discurso ao nível da distribuição constante dos papéis ouvinte/falante, pois possibilitam a activação de diversos papéis discursivos aos participantes na interação, assumindo a gestão e organização de todo o processo comunicativo.

Além disso, sendo formas cristalizadas, os MCs possuem tipicamente independência sintática, ou seja, “no afectan al contenido proposicional o las relaciones sintácticas de un enunciado” (Borreguero & López, 2010:436), pelo que a ausência destes elementos não altera, em princípio, o conteúdo da mensagem nem impede a compreensão do tópico entre interlocutores. Apesar disso⁷, operacionalizam, de facto, a progressão discursiva e interativa entre falantes, sendo centrais do ponto de vista pragmático.

Em resultado da sua autonomia sintática e subsequente esvaziamento semântico, estes marcadores assumem diferentes funções, conforme o contexto comunicativo⁸, sendo, por isso, propícios à polifuncionalidade, isto é, à “capacidad de asumir más de una función de naturaleza pragmática en el discurso en que aparecen” (Borreguero & López, 2010:444). Este cariz polifuncional é extremamente relevante na conversação, uma vez que o mesmo marcador, acompanhado por elementos prosódicos, pode apresentar diferentes funções comunicativas, de acordo com a situação comunicativa, podendo acionar a tomada, manutenção, reclamação, acordo (total ou parcial), desacordo, cessação ou cedência de vez.

2.3. TAXONOMIAS DE MCS

Descritas as suas propriedades e funções, apresentamos de seguida uma proposta taxonómica dos MC, adequada à turma-alvo do projeto de intervenção pedagógico-didática. Nesse contexto foram consideradas as propostas tipológicas de Rodrigues (1998), Marcuschi (2003) e Borreguero & López (2010). Apesar de existirem outras propostas válidas para a classificação dos MC, seguimos estas no nosso estudo no que se refere aos princípios seguidos para a classificação dos MC e respetivas funções, visto que tratam estes elementos como instituidores da

7. Decorrentes da independência sintático-semântica, estes marcadores frequentemente perdem maioritariamente, o seu conteúdo semântico “a partir de una desmantización que afecta sobre todo al significado conceptual” (Borreguero & López, 2010:437).

8. Assumindo uma funcionalidade imanentemente pragmática, os MC são interpretados tendo em conta o seu uso no contexto, as características dos falantes e os objetivos comunicativos de cada situação comunicativa.

interação entre falantes e da progressão discursiva, tornando a “língua falada [sobretudo, a conversação] dinâmica e expressiva” (Kodic, 2008:2), o que se reveste de grande importância no quadro teórico-metodológico em que se situa o nosso projeto de trabalho.

A seleção dos elementos a serem integrados no nosso quadro operativo obedeceu a três critérios:

- i) ocorrência e recorrência dos MCs no material analisado;
- ii) preponderância dos MCs de natureza interacional;
- iii) riqueza polifuncional distintiva desses MCs.

Apresentamos, no quadro 1, uma proposta de sistematização MC, adaptados dos modelos taxonômicos referidos, que se revelaram mais produtivos no estudo realizado.

Embora não seja nossa intenção apresentar uma análise exaustiva de todas as categorias e respectivos MC contidos no quadro 1, destacamos alguns dos marcadores que desempenham maior pluralidade de funções comunicativas, atendendo às funções interacionais indicadas.

Assim, as formas que desempenham a função de tomada de vez marcam o início de um turno, ocupam, geralmente, uma posição inicial. A esta categoria pertencem as formas imperativas - “Ouve/Ouçá lá”/“Olha/Olhe”. Além destas formas serem permutáveis entre si, não alterando a compreensão do tópico conversacional, assumem ainda uma “significação pragmática de solicitação de atenção” (Urbano, 2002:222), podendo também assumir a função de reclamação de vez, quando o ouvinte expressa o desejo de interromper, reorientar ou mudar o tópico da conversação.

Quadro 1 - Proposta de classificação dos marcadores conversacionais

	Funções interacionais	Formas		Funções interacionais	Formas
FALANTE	Tomada de vez	"Ouvu/Ouva lá" "Olha/Olha" "Ora/Ora, bom" "É assim" "Bom" "Bem" "Pois" "Pá! É pá!" "Então?" "Pois"	OUVINTE	Reclamação de vez	"Já agora..." "Espera aí!" "É só uma palavrinha/ um minutinho" "Desculpa/ Desculpa lá." "Deixa-me só..."
	Manutenção de vez	"entendes?/percebes?/ tás a ver?" "sabes?" "certo?" "tá?" "não é?/né?" "pois, não?" "al é?" "e...e" "ou seja" "quer dizer"		Concordância	total "Pois é" "Claro/Pois, claro" "Lá está!" "Sim" "Óhã!" "Boa!" "Brutal!" "Exato" "Exatamente" "Realmente" "Com certeza" "sim, sim", "pois, pois" ...
	Cedência de vez -	"diga, diga' díz, díz" "Como é que é?" "Força" "Vá" "Faça o favor"		parcial "Sim, mas"; "Pois, mas..." "Não é bem assim..."	
	Cessação de vez	"Pronto" "Bem" "Bom" "Então, vá" "É assim"		Discordância	"Nem pensar" "Não"/"Não, não" "E?"
				Manifestação de atitude	"A sério?" "... verdade?" "... então?"

No que se refere à categoria de cessação de vez, ou seja, ao desejo do falante em terminar ou fechar um turno, os marcadores como “bem” e “bom”, além de poderem marcar um início de turno, podem opostamente assinalar uma conclusão ou encerramento. A forma “pronto” (ou “prontos”), segundo Morais (2004:737), é a mais utilizada pelos falantes portugueses, podendo, no entanto, desempenhar múltiplas funções distintas: marcar uma conclusão ou fecho ou permitir uma abertura para o ouvinte tomar o ato comunicativo seguinte, isto é, cedência de vez. Além disso, esta forma pode ainda assumir “um valor prospetivo e, surge, normalmente associado a fenómenos de hesitação” (Morais, 2004: 738).

A funcionalidade de manutenção de vez resulta do desejo do falante manter a posse da palavra e operacionaliza-se através de marcadores em posição medial – por exemplo, a reiteração de “e”, que imprime uma continuidade ao discurso, ou formas como “ou seja”, quer dizer”, que espelham a necessidade de reformulação discursiva - ou final - consideradas como *tag questions* por Rodrigues (1998), como por exemplo, “entendes? /percebes?/tás a ver?/sabes?”, que funcionam como perguntas retóricas: o falante utiliza-as para solicitar um assentimento ou concordância no prosseguimento da sua posse de palavra e não para obter uma resposta do seu interlocutor. Caso o falante procure mesmo uma resposta por parte do interlocutor, estas formas são geralmente acompanhadas por traços prosódicos significativos (pausas médias ou longas) e assumem, neste caso, a função de cedência de vez.

3. MCS E ENSINO-APRENDIZAGEM DO PLE

Ainda dentro do domínio de enquadramento teórico da investigação, refletimos, nesta secção, sobre princípios teóricos e metrológicos no âmbito do ensino-aprendizagem, de língua estrangeiras, selecionando como tópicos centrais princípios metodológicos, atividades, materiais e recursos pedagógicos.

No panorama didático atual, em que vigoram modelos comunicativos⁹, é conferida à língua enquanto instrumento de comunicação¹⁰ (e seus usos) um papel fulcral, o que se conforma com o tratamento rigoroso e sistematizado da conversação e dos MCs. Na verdade, o discurso conversacional coaduna-se com um enfoque comunicativo, “[el cual] insiste en valorar

9. Entenda-se modelo comunicativo como “un modo de considerar las cosas que permite disponer las experiencias del aprendizaje lingüístico con la flexibilidad que demandan quienes aprenden y enseñan, o que aconsejan las circunstancias de un contexto dado” (Ortega, 2003:15).

10. A língua é encarada como: “[la lengua es] esencialmente un instrumento de comunicación, un conjunto de recursos con el que las personas realizan en muchas situaciones de la vida múltiples para alcanzar diversos objetivos (lingüísticos o no), entonces lo que hay constituir el objeto primordial de la enseñanza y del aprendizaje es el uso de áquela.” (Ortega, 2003:10).

las situaciones y contextos al trabajar con hechos de habla” (Albelda & Fernández, 2008:38). Isto significa, por conseguinte, que trabalhar textos conversacionais possibilita “introducir de pleno el componente pragmático en la enseñanza de E/LE” (Albelda & Fernández, 2008:9). As interações linguísticas ocorrentes em qualquer conversação só poderão ser devidamente interpretadas e compreendidas atendendo ao contexto em que foram produzidas. Com efeito, numa situação de conversação, podemos produzir enunciados linguisticamente corretos mas inaceitáveis do ponto de vista pragmático, uma vez que “la gramaticalidad de los enunciados no asegura su adecuación comunicativa” (Briz, 2004 apud Albelda & Fernández, 2008:38). Por isso, a abordagem didática da conversação e dos MCs proporciona um enfoque na língua e nos seus usos, isto é, na pragmática¹¹, apostando-se na adoção de uma gramática de tipo comunicativo.

Nesse sentido, em termos de operacionalização didática, a conversação permite trabalhar a língua de forma contextualizada, favorecendo, de facto, a implementação de processo indutivo-dedutivo, que convida “los alumnos no solo a la práctica comunicativa sino también a la reflexión y inferencia de reglas (...)” (Albelda & Fernández, 2008:44). Assim, sendo expostos ao discurso conversacional, os aprendentes inferem e estabelecem regras sobre o seu funcionamento e refletem como devem aplicar essas regras em diferentes interações, em termos de adequação e eficácia comunicativa.

A par disso, o QECR, embora não especifique a competência conversacional¹², prevê, para o desenvolvimento da competência oral, a implementação de atividades comunicativas, ou seja, atividades de compreensão, produção, expressão e interação¹³ orais.

Neste contexto, consideramos várias propostas especificamente desenhadas para o ensino-aprendizagem da conversação, nomeadamente Garrido (2000), Albelda & Fernández (2006, 2008), Ambjoern (2008), Marchante (2008), Porroche (2009), García (2009), Albelda (2009), Mingo (2010) e Re (2012).

11. Escandell (2008: 16) define pragmática:“(...) el estudio de los principios que regulan el uso del lenguaje en la comunicación, es decir, las condiciones que determinan tanto el empleo de un enunciado concreto por un hablante concreto en una situación comunicativa, como su interpretación por parte del destinatario.”

12. O *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECR), documento orientador para o ensino de línguas estrangeiras, retoma a noção de competência comunicativa, decompondo-a em três subcompetências: linguística, sociolinguística e pragmática¹². Embora não ocorra, como se disse, uma referência direta à competência conversacional neste documento, a conversação exige dos aprendentes de língua estrangeira uma coordenação e ativação dessas três subcompetências.

13. Entre as diversas atividades de interação oral, destaca-se a conversação, em que se espera que o aprendente de nível de aprendizagem C demonstre a capacidade de “utilizar a língua em sociedade com flexibilidade e eficácia, incluindo um registo afetivo, subtil e humorístico” (QECR, 2001:116).

14. O projeto REDIP, desenvolvido pelo ILTEC, em cooperação com o CLUL, foi criado para analisar o uso do português europeu na comunicação social portuguesa. “Este é um sistema de transcrição que, em termos de pontuação, se aproxima bastante da grafia convencional” (Ramilo & Freitas, 2002:16).

15. A opção por atividades de tipo mais controlado do que a conversação espontânea alicerça-se no princípio de que o “[e]luso de la simulación(...)permite “contextualizar “ de forma apropiada lo aprendido en función de una determinada situación de comunicación.” (Porroche, 1988: 258). Além disso, a participação nestas atividades de dramatização ou simulação favorece: “language acquisition as the created situations place the emphasis on social interaction and thus, facilitate knowledge transfer from the classroom to the outside world” (Zafeiriadou, 2009:6).

16. Ambjoern advoga a implementação de atividades interativas livres que se distanciem “del tradicional diálogo dirigido por el enseñante por promover la interacción oral natural y la participación autónoma” (2008:6)

De uma forma global, considera-se que essas atividades devem atender a um grau crescente de exigência, complexidade e autonomia para o aprendente. Além disso, promove-se uma abordagem mediada por duas etapas fundamentais:

un período de uso receptivo “en que el profesor debe presentar y delimitar lo que quiere trabajar asegurando la comprensión por parte de los alumnos (...) hasta un “período productivo”, en el que los estudiantes, ante una situación determinada, sean capaces de hacer uso de los mecanismos coloquiales aprendidos (Porroche, 2009:43).

No período de receção, o professor deve proporcionar atividades mais controladas, de audição e reconhecimento contextualizado de estruturas linguísticas (aspetos morfosintáticos, léxico-semânticos, prosódicos, sociolinguísticos ...), para instaurar *a priori* um conhecimento passivo do fenómeno conversacional. Um dos recursos válidos a que pode recorrer, nesta fase, é o apoio escrito, isto é, transcrições dos registos orais lecionados em aula. Embora existam vários modelos de transcrição, aconselha-se o uso de excertos transcritos simplificados, como o sistema REDIP¹⁴, visto que, de acordo com Porroche (1997:657): “la transcripción debe ser simple, tener buena legibilidad y exigir un mínimo adiestramiento de nuestros alumnos”. O confronto com as transcrições facilita a compreensão dos textos orais e permite reconhecer as estruturas típicas da conversação, como a presença dos MCs e respetivas funções. Inicialmente, aposta-se, portanto, na consciencialização para a forma.

O “período produtivo”, por sua vez, deve ser alicerçado em atividades de produção/interação oral, com um grau de dificuldade crescente. Implementam-se, assim, primeiramente, atividades de maior controlo¹⁵ por parte do professor, como por exemplo, o fornecimento de papéis ou diretrizes da situação comunicativa para a execução de simulações ou dramatizações ou jogos de papéis, devendo, posteriormente, incidir-se em atividades mais livres, tais como a simulação de conversações espontâneas em pares ou grupo (cf. Ambjoern, 2008¹⁶). Estas atividades funcionam como laboratório de ensaio ou de experimentação para os aprendentes no aprofundamento da sua competência conversacional.

Neste contexto, segue-se o princípio de que, quando “se trata de enseñar la conversación coloquial y enseñar mediante ella” (Albelda & Fernández, 2008: 44) e em função dela, se deve trazer para a sala de aula conversações reais ou autênticas. De facto, os materiais autênticos, enquanto exemplares culturais da língua, favorecem uma aprendizagem mais aproximada da realidade linguística, instaurando uma abordagem contextualizada da língua. Esse material pode ser de diferentes suportes e graus de ficcionalidade distintos - programas televisivos ou radiofónicos, canções ou filmes e gravação de conversas – na medida em que essa variedade potencia um maior número de estímulos, com consequências positivas no desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes.

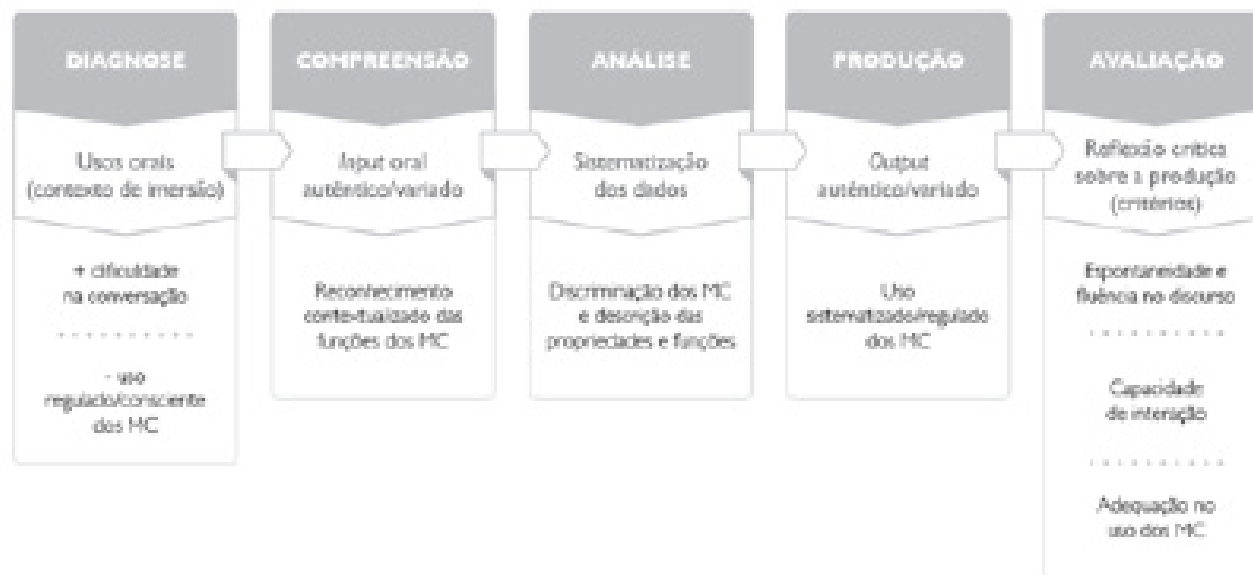
4. A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICO-DIDÁTICA

O nosso plano de implementação pedagógico-didática dos MCs, tendo como meta o desenvolvimento da competência oral (na vertente conversacional), consiste numa “abordagem orientada para a acção” (QECR, 2001: 29), no sentido de fornecer atividades, tarefas e materiais autênticos, que permitam aos aprendentes interagir adequadamente nas diversas situações interacionais do dia-a-dia.

Na sequência da exposição e definição dos princípios operatórios teórico-metodológicos linguístico-discursivos e pedagógico-didáticos nas secções 2 e 3 deste artigo, apresentamos seguidamente o processo de intervenção pedagógico-didático, cujas etapas de implementação são sintetizadas no esquema 1.

Como se pode verificar no esquema 1, este projeto desenrola-se em três momentos fulcrais, correspondentes a três fases de implementação, para a delimitação e tratamento das quais seguimos as propostas de Alarcão (1996) e Moreira *et al.* (2010), entre outros: diagnóstico, implementação e discussão dos resultados obtidos/avaliação.

Esquema 1: Etapas da implementação do projeto de intervenção pedagógico-didática



4.1. DIAGNÓSTICO

À implementação do plano de intervenção pedagógico-didática esteve subjacente a consideração dos resultados obtidos através de:

- i) preenchimento de um inquérito para caracterização dos estudantes e identificação das suas dificuldades no domínio da competência oral;
- ii) realização de uma tarefa para diagnóstico da competência de expressão oral informal dos estudantes.

O inquérito e a tarefa de diagnóstico foram aplicados a um grupo constituído por 5 estudantes, com idades compreendidas entre os 24 e os 53 anos, com as seguintes línguas maternas: italiano, ucraniano, espanhol, galego, japonês e neerlandês. Além destas línguas, havia ainda o domínio do inglês, francês, alemão e grego moderno.

Os resultados do inquérito mostram que os estudantes assinalaram dificuldades:

- i) na compreensão de discursos orais informais;
- ii) no domínio da interação oral, sobretudo nas conversas com falantes nativos.

No que se refere à produção realizada, o uso de MCs revelou-se muito escasso, com consequências na fluência e naturalidade do discurso produzido.

Com base nestes resultados, delineou-se um plano de intervenção pedagógico-didática, no qual foram etapas relevantes a fundamentação do plano propriamente dito, o estabelecimento de objetivos e a proposta de atividades, tarefas e materiais didáticos, bem como a sua execução em sala de aula.

4.2. BOLSA DE ATIVIDADES PARA ABORDAGEM DOS MCS

Não sendo nossa intenção, neste trabalho, discriminar de forma pormenorizada a implementação de todas as etapas, incidimos centralmente sobre as atividades realizadas em sala de aula, apresentando uma bolsa de atividades que representam diferentes graus de complexidade e controlo.

Importa, no entanto, enquadrar essas atividades tendo em consideração o percurso acional no seu todo. Assim, a nossa proposta para o tratamento mais sistemático da conversação e dos MCs assentou na recolha de um *corpus* de material autêntico – conversas entre nativos, conversas entre os estudantes, programas televisivos ou radiofónicos e filmes – pedagogicamente motivador e adequado à turma-alvo. Neste contexto, foi tido em atenção o facto de que é necessário considerar diferentes graus de autenticidade no domínio dos documentos orais usados, isto é, há uma escala que vai da conversação espontânea até à ficcionalização de diálogos ou conversas, o que, permitindo a abordagem do tema em questão, obriga forçosamente a uma análise diferenciada dos recursos linguísticos e discursivos que operam em cada um desses contextos.

O tratamento desse corpus no contexto de sala de aula foi mediado por atividades de recepção e produção orais, considerando-se que o falante, na interação, ocupa alternadamente o papel de ouvinte e falante, ou seja, o aprendente deve ser capaz de compreender e produzir enunciados adequados à situação conversacional. Deste modo, todas as atividades propostas assentam numa abordagem comunicativa, partindo de um período recetivo em que se confronta o aprendente com a observação e recepção – audição, reconhecimento e compreensão dos elementos conversacionais, devidamente contextualizados – com um período em que se privilegiam as atividades de produção ou interação orais num crescendo de autonomia.

O quadro 2 apresenta algumas das atividades implementadas, em articulação com os objetivos que as justificam.

Quadro 2: Bolsa de atividades executadas no projeto de investigação-ação

COMPREENSÃO ORAL	
Objetivos comunicativos	Sugestão de atividades
<ul style="list-style-type: none"> - Deduzir traços situacionais (relação entre interlocutores, idade, hierarquia e estatuto funcional e social, etc). - Desenvolver a capacidade de compreensão e interpretação de um texto oral - Compreender o sentido global do texto oral - Analisar elementos linguísticos (MCs) ocorrentes no texto oral - Reconhecer e manipular os valores polifuncionais dos MCs, conforme o contexto comunicativo - Identificar e comparar as funções comunicativas dos MCs. 	<p>Visionamento da reportagem “A Rota das Tabernas” (00:04:30) https://www.youtube.com/watch?v=-1OhvoF5utM</p> <ul style="list-style-type: none"> - exercício de compreensão V/F (1º visionamento) - ordenação de excertos transcritos da reportagem (2º visionamento) - levantamento de MCs presentes no discurso oral; - correspondência entre marcadores conversacionais e respetivas funções comunicativas - realização de exercícios estruturais para reconhecimento dos valores polifuncionais dos MCs
	<p>Visionamento do vídeo “vídeo “Deixe-me só” do programa humorístico “Gato Fedorento”(00:01:37) https://www.youtube.com/watch?v=5tj4DmDlaZw</p> <ul style="list-style-type: none"> - escuta orientada global (1º visionamento) - exercício de análise e deteção de excertos falsos (2º visionamento) - classificação taxonómica dos marcadores conversacionais
	<p>Audição de um trecho de um programa radiofónico: “Introdução ao estudo do Snack- bar I” (00:01:50'-00:02:50')</p> <ul style="list-style-type: none"> - exercício de escolha múltipla para compreensão global (1ª audição) - exercício de preenchimento de uma transcrição lacunar com marcadores conversacionais (2ª audição) - exercícios de manipulação dos valores polifuncionais dos marcadores conversacionais

PRODUÇÃO/INTERAÇÃO ORAL	
Objetivos comunicativos	Sugestões de atividades
<ul style="list-style-type: none"> - Interagir oralmente de forma adequada à situação comunicativa - Utilizar adequadamente os MC de acordo com funções comunicativas e contexto comunicativo - Interagir de forma natural e espontânea, adequando o registo linguístico à situação - Interpretar elementos não-verbais (gestos, expressões faciais, postura física ou proximidade etc...) 	<p>Jogo de papéis “Ida a uma taberna ou snack-bar”</p> <ul style="list-style-type: none"> - fornecimento de papéis - treino oral dos papéis em trabalho de pares - dramatização dos papéis por cada par, com o recurso a gravação - preenchimento de grelhas de auto e heteroavaliação
	<p>Conversa em grupo “As festas populares do meu país”</p> <ul style="list-style-type: none"> - simulação de uma conversa espontânea com todos os elementos da turma e respetiva gravação - auto e heteroavaliação oral da atividade
	<p>Exibição de excertos do filme “Rasganço” (sem som)</p> <ul style="list-style-type: none"> - preenchimento de fichas diferenciadas de visionamento - produção escrita de guiões para as cenas exibidas - dramatização dos diálogos produzidos pelos pares/grupos

Quadro 2 (continuação): Bolsa de atividades executadas no projeto de investigação-ação

4.3. APRESENTAÇÃO DETALHADA DE UMA DAS ATIVIDADES IMPLEMENTADAS

No sentido de exemplificar de forma mais pormenorizada uma das atividades implementadas, apresentamos nos quadros 3 e 4 respetivamente o plano da atividade e a sua sequenciação¹⁷.

17. Os materiais desta atividade e as outras atividades apresentadas no quadro 2, com os respetivos materiais, podem ser encontrados em Pimentel (2012).

Quadro 3 - Descrição da atividade
 Introdução ao estudo do snack-bar

Atividade: "Introdução ao estudo do <i>snack-bar</i>"		
Objetivos	comunicativos	Aprofundar conhecimento da polifuncionalidade dos marcadores conversacionais Substituir marcadores conversacionais por outros com a mesma funcionalidade Interagir oralmente de forma adequada à situação comunicativa Utilizar adequadamente marcadores conversacionais em atividades de produção oral
	socioculturais	Aprofundar conhecimentos socioculturais acerca dos hábitos alimentares portugueses em <i>snack-bars</i>
Pressupostos/pré-requisitos		Identificação taxonómica dos marcadores conversacionais
Organização do trabalho		Trabalho individual e de pares
Recursos pedagógicos		Quadro e canetas, projetor, colunas, gravador e fichas de trabalho
Tempo previsto		40 min
Avaliação		Observação direta e formativa do desempenho dos alunos Auto e heteroavaliação

Sequenciação da atividade	
1. Pré-atividades	Motivação: ativação dos pré-conhecimentos dos aprendentes em torno dos locais de petisco nacionais - levantamento lexical de petiscos e bebidas servidas nos <i>snack-bars</i> portugueses
2. Atividade	Audição de um trecho de um programa radiofônico – “Introdução ao estudo do <i>Snack bar I</i> ”(00:01:50 – 00:02:50) - exercício de escolha múltipla para compreensão global (1ª audição) - exercício de preenchimento de um guião lacunar com marcadores conversacionais (2ª audição) - exercícios de manipulação dos valores polifuncionais dos marcadores conversacionais
3. Pós-atividade	Jogo de papéis: ida a uma taberna ou <i>snack bar</i> : - fornecimento de papéis - treino oral dos papéis em trabalho de pares - dramatização dos papéis por cada par, com o recurso a gravação - preenchimento de grelhas de auto e heteroavaliação

Quadro 4 - Sequenciação da atividade Introdução ao estudo do *snack-bar*

4.4. RESULTADOS OBTIDOS

À análise dos resultados da intervenção pedagógico-didática, obtidos por meio da avaliação qualitativa das atividades desenvolvidas e dos trabalhos produzidos pelos estudantes, esteve subjacente a formulação de três questões prévias: como avaliar rigorosamente os progressos dos estudantes no domínio em análise; como aferir se os aprendentes alvo deste projeto se tornaram conversadores mais proficientes e eficazes, nomeadamente pelo uso adequado dos MCs e avaliar em que medida as opções por estratégias, atividades e materiais distintos dos que foram considerados contribuiriam para um desenvolvimento mais eficaz dessa competência conversacional.

Ao nível da receção, a avaliação formativa decorrente do tratamento do *corpus* e dos exercícios realizados permitiu verificar o desenvolvimento progressivo da competência dos es-

tudantes neste domínio. No âmbito da produção, a análise das transcrições orais realizadas evidenciou um uso mais abundante e adequado dos MCs na fase final do processo em comparação com os resultados da fase de diagnose. O quadro 5 ilustra a utilização dos MCs nas fases inicial e final do processo de intervenção pedagógico-didática.

Quadro 5 - Quadro síntese da utilização dos MCs pelos aprendentes

Produções orais dos aprendentes (FASE DE DIAGNOSE)							
Classificação taxonómica dos MCs							
Tomada de vez	Manutenção de vez	Cedência de vez	Concordância total	Concordância parcial	Discordância	Reclamação de vez	Cessação de vez
então mas é pronto			tá bem, tá bem sim, sim pois, pois	sim, sim, mas..			
Produções orais dos aprendentes (FASE FINAL)							
Classificação taxonómica dos MCs							
Tomada de vez	Manutenção de vez	Cedência de vez	Concordância total	Concordância parcial	Discordância	Reclamação de vez	Cessação de vez
olha ó pá olha, olha pois pronto	nê? e...e... pronto	nê? então? tás a perceber? tá bem? não é?	pois é pois é, pois é pois, pois sim, sim tá bem, tá bem	exatamente, mas... sim, mas pois é, mas sim, sim pois, pois	não ai, não mas não, não	mas, espera ai espera ai mas, olha, olha	pronto

Os MCs mais recorrentes são os de concordância total, concordância parcial e cedência de vez, com as funções de gestão dos tópicos conversacionais, cedência do tempo discursivo a outro falante e manifestação de apoio ou desacordo parcial face à opinião de outro interlocutor, destacando-se, em termos de recursividade e polifuncionalidade, o marcador ‘pronto’.

Os resultados positivos da implementação deste plano de intervenção pedagógico-didática mostram que a metodologia seguida – assente na compreensão, reconhecimento, regulação e sistematização dos marcadores conversacionais e posterior produção oral – conduziu a uma consciencialização progressiva dos mecanismos estruturantes da conversação, permitindo ativar conhecimentos implícitos dos estudantes e levar à aquisição de expressões e MCs novos, além de lhes permitir a sua reutilização nas tarefas de interação oral solicitadas dentro e fora da sala de aula.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado, seguindo uma metodologia de investigação-ação, oferece uma descrição fundamentada dos princípios teórico-metodológicos da conversação e dos marcadores conversacionais, constituindo uma proposta de pedagogia do oral assente na fixação de um quadro taxonómico especificamente concebido para as necessidades reais dos aprendentes-alvo da intervenção pedagógica-didática descrita, com resultados positivos no âmbito do desenvolvimento da sua competência conversacional.

Retomando as duas questões iniciais - “Porquê ensinar a conversação e os MCs?” e “Como fazê-lo?” – concluímos, em síntese, para a primeira, que o seu tratamento em aula oferece como benefícios uma amostra autêntica das convenções socioculturais gravadas na língua e, por outro lado, uma sensibilização ou consciencialização para a necessidade de adequação sociolinguística e domínio e uso adequado dos mecanismos reguladores do discurso conversacional. No que se refere à segunda, a sua resposta permite salientar essencialmente três vetores:

- i. a necessidade de uma pedagogia específica para a abordagem dos MCs;
- ii. a importância de assentar o desenvolvimento da competência oral dos aprendentes em material oral autêntico, ainda que de graus de autenticidade diversos;
- iii. a pertinência de adaptar continuamente os procedimentos pedagógico-didáticos às necessidades dos estudantes, sem esquecer que a intervenção neste domínio deve funcionar de forma incremental, com alargamento progressivo dos estímulos e produções linguístico-discursivas disponíveis para os estudantes.

Apesar destes aspetos positivos, o presente estudo deparou-se também com algumas limitações, entre as quais se salientam o número reduzido de unidades didáticas implementadas, o número restrito de estudantes considerados e a abordagem parcelar das questões inerentes ao objeto de estudo selecionado. Torna-se, assim, pertinente, em trabalhos futuros, usar uma abordagem metodológica mais experimental e alargar o grupo alvo e as condições de operacionalização do projeto, com ampliação do espectro dos estímulos fornecidos aos aprendentes em atividades centradas no uso dos MCs noutros contextos de utilização e dos níveis de análise considerados, para integrar o sintático e o prosódico.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. Formação reflexiva de professores - estratégias de supervisão, Porto: Porto Editora. 1996.

ALBELDA, M. La enseñanza de E/LE a través de corpus de conversaciones coloquiales. In: XVIII Encuentro Práctico de profesores de E/LE. Barcelona: International House y Difusión. 2009. 21-27.

ALBELDA, M.; FERNÁNDEZ, M. La enseñanza de la conversación coloquial. Madrid: Arco/Libros. 1996.

ALBELDA, M.; FERNÁNDEZ, M. La enseñanza de la conversación coloquial. Madrid: Arco/Libros. 2008.

ALBELDA, M.; FERNÁNDEZ, M. La enseñanza de los registros lingüísticos en E/LE. Una aplicación a la conversación coloquial. In: MarcoELE. 3. 2006. p. 1-31.

AMBJOERN, L. Enseñanza y aprendizaje de la competencia conversacional en español: planteamientos del problema y propuestas de solución. In: Revista redELE, 13, 2008. p. 1-15.

BORREGUERO, M.; LÓPEZ, A. Los marcadores del discurso y la variación lengua hablada vs. lengua escrita. In: LAMAS, O. L.; VILLA, E. A. (coord.). Los estudios sobre marcadores del discurso en español, hoy. Madrid: Arco/Libros. 2010. p. 415-496.

CONSELHO DA EUROPA. Quadro Europeu Comum de Referência Para as Línguas. Porto: Asa. 2001.

COOK, V. Second language learning and language teaching. 4ª ed. Oxford: OUP. 2008.

CHAGAS, C. E. O texto oral dialogado: A importância dos marcadores conversacionais. In: Revista Philologus. Ano 13, 37. 2009. Disponível em <http://www.filologia.org.br/revista/37.html>. Acedido em: 7 jun. 2012.

DONALDSON, R. B. Teaching foreign language conversation: a conversation norms approach. Chico: California State University. 2011. Disponível em: <http://csuchico-dspace.calstate.edu/bitstream/handle/10211.4/293/Teaching%20Foreign%20Language%20Conversation.%20A%20Conversation%20Norms%20Approach.pdf?sequence=1>. Acedido em: 24 maio 2012.

GARCÍA, M. G. La competencia conversacional de estudiantes de español como lengua extranjera: análisis y propuesta didáctica. Tese de doutoramento. Alcalá de Henares: Universidade de Alcalá. 2009.

GARRIDO, M.C. Que español coloquial enseñar en las clases de E/LE? In: XI Congreso Internacional de ASELE. Actas XI. 2000. p. 365-372.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Análise da conversação. Princípios e Métodos. São Paulo: Parábola Editorial. 2006.

KODIC, M.T. A caracterização do discurso oral por meio dos Marcadores Conversacionais. In: Anagrama, Vol.1(3). 2008. p.1-8.

LINDEMANN, V. (orgs.). Falar – Speaking. A competência oral no ensino de uma língua estrangeira. Teaching oral communication skills in foreign languages. Lisboa: UCP. 2014. P. 164-188.

MARCHANTE, P. Marcadores de discurso. Madrid: SGEL. 2008.

MARCUSCHI, L. A. Análise da conversação. 5ª ed. São Paulo: Ática. 2003.

MINGO, J. La enseñanza de la conversación en el aula de E/LE: Propuesta de contenidos para el curso de conversación intermedio (B1) del Instituto Cervantes de Istambul. In: Revista MarcoELE. 9. 2010. Disponível em: <http://marcoele.com/suplementos/la-ensenanza-de-la-conversacion/>. Acedido em: 15 março 2012.

MORAIS, A. J. ...E pronto. - Estratégias discursivo-pragmáticas de encerramento em enunciados narrativos produzidos em situação de interação oral. In: DUARTE, I.; LEIRIA, I. (orgS.). Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. 2004. p. 721-735.

MOREIRA, M. A. et al. A investigação-acção na formação reflexiva de professores-estagiários: percurso e evidências de um projecto de supervisão. In: VIEIRA, F., MOREIRA, M.A., BARBOSA, I., PAIVA, M.; FERNANDES, I.S. No Caleidoscópico da Supervisão: Imagens da Formação e da Pedagogia. 2ª ED. Mangualde: Edições Pedagogo. 2010. p.47-80.

MORENO, F. Producción, expresión e interacción oral. Cuadernos de Didáctica del Español/ LE. Madrid: Arco/Libros. 2002.

ORTEGA, J. Métodos y enfoques en la enseñanza de una lengua extranjera. In: Revista Textos de Didáctica de la lengua y de la Literatura, 34. Barcelona: Graó. 2003. p. 9-18.

PIMENTEL, A. Os marcadores conversacionais no ensino do Português Língua Estrangeira: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Porto: FLUP. 2012.

PIMENTEL, A.; SILVA, F. Marcadores conversacionais e ensino de Português Língua Estrangeira – um estudo de caso. In: CHENOLL, A.; SIEBERG, B.; FRANCO, M.;

PORROCHE, M. Análisis de textos coloquiales en la enseñanza del español como lengua extranjera», In: VII Congreso Internacional de ASELE. Actas VII. 1997. P. 651-660.

RAMILO, M.C.; FREITAS, T. A Linguística e a Linguagem dos Média em Portugal: descrição do Projecto REDIP. In: Actas do XIII Congresso Internacional da ALFAL. 2002. p. 1-5.

RE, A. Conversación y marcadores en el aula de E/LE: los casos de bueno, pues y hombre. In: redELE, 13. 2012. Disponível em: http://www.educacion.gob.es/redele/Biblioteca-Virtual/2012/memoria_Master/Antonio-Re.html. Acedido em: 4 março 2012.

RODRIGUES, I. M. G. Sinais conversacionais de alternância de vez. Porto: Granito Editores e Livreiros. 1998.

URBANO, H. Aspectos basicamente interacionais dos marcadores discursivos. In: NEVES, M.H. (org.). Gramática do Português Falado – Novos Estudos. Vol. VII. Campinas: Unicamp. 2002. p. 195-258.

URBANO, H. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (org.). Análise de textos orais. 6ª ED. São Paulo: Humanitas. 2003. p. 93-116.

ZAFEIRIADOU, N. Drama in Language Teaching: A Challenge for Creative Development. In: ISSUES. 23. 2009. p. 4-9.

Evitar la censura: análisis pragmático

PORTOLÉS, JOSÉ
jose.portoles@uam.es

Catedrático de Língua Espanhola
Departamento de Filologia Espanhola
Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Autónoma de Madrid, Espanha

PALAVRAS-CHAVE:
censura;
ideología;
actos que amenazan la imagen;
control;
escritura esópica.

RESUMO: La censura es una reacción ante un mensaje que amenaza la ideología del censor. En su estudio sobre la cortesía, P. Brown y S. Levinson (1987) presentan una fórmula para calcular el peso de un acto como amenaza para la imagen social del interlocutor. Si se sustituye la imagen social de esta teoría por la ideología, la fórmula se muestra útil para analizar la censura y, consecuentemente, para ordenar las maneras que se pueden emplear para evitarla. Se estudian tres variables de la fórmula: poder, distancia social y grado de imposición. En el caso del poder —control—, se tienen en cuenta los límites de tiempo y espacio para la censura y, asimismo, su capacidad de actuación. En relación con la distancia social, se comprueba que acercar la identidad del censurado a la del censor minimiza la acción censoria. En tercer lugar, disminuir el grado de imposición del acto que amenaza la ideología del censor también permite librarse del acto censorio. Por último, se añade una cuarta posibilidad: evitar la responsabilidad sobre lo dicho para escapar del castigo del censor.

KEYWORDS:
censorship;
ideology;
face-threatening acts;
control;
Aesopian writing.

ABSTRACT: Censure is a reaction to a message that threatens the ideology of the censor. In their study of Politeness, P. Brown and S. Levinson (1987) present a formula for calculating the weight of an act such as a threat on the face of the interlocutor. If we substitute ideology for face, the formula of this theory is useful for analyzing censorship, and consequently, for setting out ways to avoid it. Three variables of the formula are considered: power, social distance, and rank. In the case of power, or control, limits of time, space, and ability to act are taken into account. Secondly, in the case of social distance, the censor's awareness of the identity of the censored helps minimize the censorial action. Thirdly, censorship can be avoided by diminishing the rank of the act that threatens the ideology of the censor. And finally, a fourth possibility is considered: avoiding punishment by avoiding responsibility for what is said.

INTRODUCCIÓN¹

El historiador de las ideas Isaiah Berlin (1909-1997) distinguió dos tipos de libertad: la libertad positiva y la libertad negativa (Berlin, 2004, p. 205-255). La primera es respuesta a la pregunta “¿por quién he de ser gobernado?”; la segunda lo es a “¿en qué medida he de ser gobernado?”. Vista desde este punto de partida, la censura limita la libertad negativa, ya que constituye una interferencia deliberada en un espacio donde quien es censurado actuaría si pudiera. El grado de libertad negativa depende, en palabras de Berlin (2004, p. 79), de qué puertas tiene abiertas el ser humano para poder actuar, de cuántas son y de cómo están abiertas; pues bien, la censura cierra algunas puertas de esa libertad negativa, pero no puede hacerlo con todas y quienes intentan escapar de ella las emplean. En la siguiente exposición se explicará, en primer lugar, cómo analizar la amenaza que constituye para una ideología el mensaje censurable (§ 1); después se expondrá por qué puertas puede escapar quien puede ser censurado. Se trata de la elusión del control (§ 2), de la distancia social (§ 3), del grado de imposición (§ 4) y de la responsabilidad (§ 5).

1. MENSAJES QUE AMENAZAN UNA IDEOLOGÍA

Quien censura comprende un mensaje como una amenaza para su ideología. Esta amenaza es la que justificaría la acción censoria, que generalmente constituye una prohibición y también, en muchas ocasiones, un castigo. Dentro de los estudios de pragmática, la Teoría de la Cortesía de P. Brown y S. Levinson (1987) proporciona algunos criterios útiles para afrontar el estudio de la censura como reacción a una amenaza. Estos autores proponen una fórmula que calcularía el peso de un mensaje como amenaza a la imagen social de un interlocutor (*face-threatening acts* [FTAs]). En esta fórmula se tienen en cuenta tres variables sociológicas: poder relativo (*relative power*), distancia social (*social distance*) y grado de imposición del acto en una cultura determinada (*rank*) (Brown Y Levinson, 1987, p. 74-76):

$$\text{Peso}_x = \text{Poder (Habla nte, Oyente)} + \text{Distancia (Oyente, Habla nte)} + \text{Grado de imposición}_x^2$$

1. Esta investigación ha sido financiada gracias al proyecto FFI2010-20862 (subprograma FILO).

2. En inglés: $W_x = D(S,H) + P(H,S) + R_x$

En la interacción comunicativa habitual, para contrarrestar el peso de un acto amenazador de la imagen es precisa una cortesía proporcional; así, cuanto mayor sea el poder del interlocutor, mayor la distancia social con él y mayor el grado de imposición del acto —es más amenazador, por ejemplo, pedir prestado un automóvil que pedir prestado un lápiz—, también la cortesía ha de ser mayor.

Variemos ahora la ecuación para aproximarnos a una mejor descripción de la amenaza que constituye un mensaje para una ideología.

$$\text{Peso}_x = \text{Poder relativo (Censurado, Censor)} + \text{Distancia (Censor, Censurado)} + \text{Grado de imposición}_x$$

Siendo X el mensaje, su peso como ofensa a la ideología del censor dependerá del poder relativo —con otras palabras, el *control*— que posean el censor y el censurado, la distancia social entre uno y otro, y el grado de imposición a la ideología del censor que constituya aquello que quiere comunicarse con X. Como sucedía con el peso de los actos amenazantes para la imagen y las consiguientes cortesías negativa o positiva, ahora habrá una actuación abstencionista, de indirección o compensatoria por parte de quien puede ser censurado, es decir, puede autocensurarse, decir su mensaje de un modo indirecto o compensar su mensaje con otros favorables a la ideología del censor. En caso contrario, se arriesga a la prohibición del mensaje y, con frecuencia, al castigo del censor.

Analicemos las variables. En primer lugar, el control consiste en la mayor capacidad del poderoso para que los demás actúen como él desea (Van Dijk, 1999, p. 206). En segundo lugar, una menor distancia entre el censor y el censurado disminuye el peso del acto ofensivo, mientras que una mayor distancia —como se da en los estados autoritarios— la aumenta. Es conveniente distinguir entre estas dos variables —control y distancia—, pues se puede observar que un mayor control no se puede igualar necesariamente con una mayor censura; así, por ejemplo, la compleja organización y los medios tecnológicos de los estados democráticos

actuales permiten un control mayor que el propio de la Inquisición del siglo XVI, no obstante, sus limitaciones legales disminuyen la distancia social entre el censor y el censurado. Por último, según cuál sea la ideología del censor, se puede advertir mayor o menor el grado de imposición —de amenaza a su ideología— en el mensaje comunicado.

De acuerdo con esta ecuación, no habrá acto censorio si lo censurable se encuentra fuera del control de la censura —la censura del Estado Novo portugués no actuaba en Francia—, si no existe una posición superior del censor en relación con el censurado —no había censura previa para los discursos del Primer Ministro Oliveira Salazar—, ni tampoco habrá acto censorio si la difusión de un mensaje no interesaba a la ideología del censor —la censura salazarista portuguesa no se preocupaba, entre otros asuntos, de las traducciones de novela negra americana (Morgado sampaio, 2009, p. 104)—. El hecho de manejar tres variables permite dar cuenta de casos como el del ciudadano ucraniano Leonid Niévod, que pasó de 1957 a 1964 en un campo de trabajos forzados por haber dicho que “bajo el gobierno rumano había más embutido” (Kapuściński, 2008, p. 291). Lo que pudiera considerarse un mensaje con un pequeño grado de imposición —una aseveración dicha delante de otras personas y no, por ejemplo, en un medio de comunicación— se convertía en una ofensa grave por la enorme distancia entre las personas y el poder soviético, y por el amplio control que este ejercía.

2. LA ELUSIÓN DEL CONTROL

2.1. EL ESPACIO

El control de la censura, como sucede con toda acción humana, está circunscrito a un espacio y a un tiempo, y de las dos dimensiones intenta aprovecharse quien pretende eludirla, pues quien se sitúa fuera del espacio y del tiempo del control del censor puede evitar la prohibición y, ante todo, librarse del castigo. Con el exilio se puede eludir el castigo y la prohibición, aunque no se asegure la difusión del mensaje en el ámbito en el que el censor mantiene su censura.

Durante el nazismo (1932-1945) se exiliaron los mejores escritores alemanes —Bertolt Brecht, Thomas Mann, Heinrich Mann, Stefan Zweig o Hermann Broch— (Steiner, 1994, p. 141); asimismo, con la llegada de Hitler al poder distintas editoriales abandonaron su sede germana y crearon otras en Ámsterdam, Praga, París o Zúrich (Hill, 2001, p. 19).

Otra posibilidad, más arriesgada por la posibilidad del castigo, consiste en difundir el mensaje fuera del país pero permaneciendo su autor dentro. En 1957 Borís Pasternak publicó *El doctor Zhivago* en Italia, un año después recibió el premio Nobel. Él y su familia eran conscientes de las consecuencias que tendría esta publicación (Berlin, 2009, p. 137) y así fue: hasta los estudiantes del Instituto Literario Gorki llamaron judas a Pasternak y le animaron a abandonar la URSS, otros exaltados trataron de quemar su dacha (Westerman, 2009, p. 299). Después de su fallecimiento en 1960 su pareja y la hija de esta fueron internadas en un campo de trabajo durante varios años.

La radio o la televisión por satélite también dificultan la censura, ya que se puede situar una estación emisora fuera del espacio de control del censor. Los habitantes de la Holanda ocupada por los alemanes podían escuchar en secreto los discursos Churchill o de la reina Guillermina, que se encontraba exiliada en Gran Bretaña (Peck, 2001, p. 207). Asimismo, desde 1941 se recibían en España las señales de *Radio España Independiente “Estación Pirenaica”*. Se trataba de una radio cuyas emisiones llevaban a cabo militantes del Partido Comunista de España. La estación emisora estuvo en Moscú en unos primeros años y desde 1954, en Bucarest. En contrapartida, se ubicaba en Pals (Gerona) la estación emisora de *Radio Liberty* que radiaba para la Europa del Este con financiación de la CIA norteamericana (Multigner, 1989, p. 286-288).

Podría parecer que, de acuerdo con frase del ciberactivista John Gilmore: “The Net interprets censorship as damage and routes around it” (en *Time International*, 49, 1993), el control de los mensajes ya no puede existir en la era de Internet³. No obstante, pese a que Internet se diseñó durante la Guerra Fría para que la comunicación se produjera con trayectos múltiples y redundantes entre dos nodos, esto no es lo habitual en la actualidad. En la mayoría de los

3. Una opinión contraria es la de Morozov (2012).

casos nuestros ordenadores son, en realidad, nodos que no retransmiten —esto es, son terminales— y dependen de proveedores privados de servicios de Internet (PSI), en su mayor parte compañías telefónicas que pueden cortar la comunicación en cualquier momento (Castells, 2009, p. 153). Esto sucedió en Egipto la noche del 28 de enero de 2011 cuando los cinco proveedores de Internet desconectaron a sus abonados. En media hora el 93% de la red egipcia había quedado inaccesible⁴.

De todos modos, la posibilidad del exilio del autor o la obra se puede limitar si el censor no admite fronteras a su actuación. El 14 de febrero de 1989 el ayatolá Ruhollah Jomeini (1902-1989) lanzó una fetua con efecto en cualquier lugar del mundo contra el escritor británico Salman Rushdie y contra sus editores por la novela *Los versos satánicos* (1988) (Báez, 2011, p. 301). Como cuenta el escritor Christian Salmon (2001, 9), “comprendimos de repente que la censura ya no tenía fronteras y que, para bien y para mal, el mundo estaba irremediabilmente abierto y ya no ofrecía refugio”.⁵

2.2. EL TIEMPO

Del mismo modo que se ha recurrido al espacio para eludir el control de la censura, también es posible aprovecharse del tiempo. En época del emperador Augusto se utilizaba el testamento para saldar cuentas con el poder. El testamento era inviolable hasta la muerte y, cuando se leía, el finado ya no podía sufrir castigo por su atrevimiento (GIL, 1961, p. 213)⁶. No obstante, el recurso del tiempo tiene más dificultades que el del espacio. Poco antes de la destrucción del templo de Jerusalén por las legiones de Tito (70 d.C.), un grupo de judíos, que bien pudieran haber pertenecido a la secta esenia, escondieron en once grutas dispersas de la zona de Qumrán —al noroeste del mar Muerto— escritos religiosos de diferentes épocas. Es de suponer que, de este modo, procuraban preservarlos a fin de poder recuperarlos en el futuro. Muchos de los rollos de pergamino y papiro habían sido protegidos con fundas, después se habían introducido en vasijas de barro cocido y, por último, estas se habían cerrado en unos casos con

4, Existen distintos proyectos para conseguir que Internet vuelva a ser una red mallada (v.gr. freedom-boxfoundation.org). Todos ellos coinciden en multiplicar los nodos que se intercomunican dependientes de particulares. Teléfonos móviles, decodificadores de televisión y hasta neveras inteligentes —también provistas con una dirección IP— podrían convertirse en nodos. Un ejemplo español de este tipo de red mallada es la xarxa [red] catalana guifi.net con más de dieciséis mil nodos operativos (Dibbell, 2012).

5. A instancias de una serie de escritores, entre los que figuraba el propio Salmon, se fundó en 1993 el *Parlement Internacional des écrivains*, y poco después se consiguió una red internacional de ciudades que sirvieran para escritores perseguidos (*International cities of refuge network* [www.icorn.org]). Dos ciudades españolas son ciudades ICORN: Barcelona y Palma de Mallorca [Consulta el 2/05/2013].

6. El emperador Tiberio (42 a. de C.-37 d. de C.) anuló este recurso al leer algunos testamentos en vida (Gil, 1961, p. 231).

una tela gruesa atada a las asas de la vasija y, cuando esta no tenía asas, con una tapadera. La decisión fue acertada, pero su éxito tardó: los textos no fueron recobrados por quienes los habían escondido o por otros seguidores de la secta, pues el primer rollo no se encontró hasta 1946 o 1947 —no se sabe a ciencia cierta— (Vanderkam Y Flint, 2010).

Asimismo, la pervivencia del texto a sus autores permite que, si se consigue conservar, con el paso del tiempo la ideología de quien puede censurar varíe y el texto se pueda difundir. Es interesante saber que en tales casos no es extraño que sea el propio censor quien ha permitido que algunos textos lleguen hasta nosotros. En los edificios inquisitoriales se conservaban en habitaciones especiales ejemplares de los documentos prohibidos para que se pudiera acceder a ellas con algún tipo de permiso. Algunos de los nombres que recibían estos locales era *infierno*, *infiernillo* o *cámara del secreto* (Gómez Álvarez Y Tovar De Teresa, 2009, p. 22 y 133). En la URSS era igualmente frecuente que las bibliotecas poseyeran una sección de libros prohibidos, por lo que se llegó a hablar de un “gulag de libros” parejo al gulag de personas (Blium, 2001, p. 95). Más rico ha resultado ser el archivo de la Glavlit —la censura oficial soviética de prensa y libros—, en 1989 reunía 27.000 libros en ruso, 250.000 libros en otras lenguas y 572.000 revistas (Báez, 2011, p. 320).

2.3. LA CAPACIDAD DE CONTROL

Desde un punto de vista teórico, un grupo censorio puede tener el control de personas y discursos en un espacio y un tiempo determinados; no obstante, es habitual que carezca de la capacidad de censurar en este ámbito todo aquello que debiera ser prohibido de acuerdo con su ideología. Para ordenar las posibles circunstancias de incapacidad del censor, se pueden utilizar de un modo metafórico dos criterios de origen semántico: extensión e intensidad. Cuando el censor no puede abarcar todos los casos susceptibles de censura por su número, sería un ejemplo de incapacidad por extensión; por otro lado, cuando el censor no consigue advertir que el mensaje que interviene es una amenaza para su ideología, sería un caso de incapacidad por intensidad.

2.3.1. LA EXTENSIÓN DE LOS MENSAJES

Como sucede con cualquier trabajo que supera la capacidad de quien lo ejerce, el censor maneja algunos criterios de selección. Uno de los criterios habituales es la búsqueda de palabras clave para localizar textos prohibidos. Tradicionalmente la guía más sencilla para su escrutinio en el caso de publicaciones ha sido el nombre del autor y el lugar de publicación. Para salvar este criterio, se ha empleado el anónimo y el pseudónimo. John Locke, que había publicado con su nombre el *Ensayo sobre el entendimiento humano* (1690), dio a la imprenta de forma anónima y en Holanda —a pesar de haber vuelto ya a Inglaterra— la *Epístola sobre la tolerancia* (1689) (Patterson, 1997, p. 237). Más recientemente, el militar argelino Mohamed Moulessehoul (nacido en 1955) comenzó a firmar sus novelas como Yasmina Khadra —‘jazzmín verde’, dos nombres de su esposa— para evitar la censura militar o la propia autocensura (www.yasmina-khadra.com [consultado el 3/05/2013]). En el ámbito de la comunicación electrónica es frecuente el recurso al pseudónimo, el microbloguero @weiroudexiongmano ‘gato-furioso-en-busca-de-carne’ se quejaba recientemente de que la nueva censura china obligaba a los usuarios de Weibo —el estadounidense Twitter está prohibido— a registrar las cuentas con sus nombres reales (Aritz Parra en www.elmundo.es [consultado el 17/03/2012]). En cuanto a la localización del centro de difusión, un engaño habitual entre quienes pretendían eludir la censura inquisitorial fue el cambio del lugar de la edición de una obra, de una ciudad protestante —Ginebra— o revolucionaria —París— a otra como la católica Venecia (Gómez Álvarez Y Tovar De Teresa, 2009, p. 28).

Otra medida del censor para que su capacidad de control no se vea superada es limitar los centros de difusión dentro del alcance de su control, esto es, exigir permisos para crear editoriales, periódicos, radios, estaciones de televisión o páginas web. Para eludir esta medida, existen diferentes medios. En los países del bloque socialista, para escapar de la censura previa de los impresos, se distribuyeron escritos por medio de copias hechas con papel carbón y una red de personas. Estas personas, además del ejemplar propio, copiaban unos pocos ejempla-

res y los repartían entre otros interesados. Este tipo de publicación se conoce con el nombre ruso de *samizdat* (autoedición), en oposición a la *gosizdat* (edición estatal) [fr.wikipedia.org]. Aparte de la difusión de libros, la *samizdat* permitió, incluso, la de publicaciones periódicas, especialmente revistas. En la década de 1980, los gobiernos occidentales, en especial el estadounidense, colaboraron con esta práctica introduciendo de contrabando fotocopiadoras y máquinas de fax en los países de la Europa comunista (Morozov, 2012, p. 16, 81).

2.3.2. LA INTENSIÓN DE LOS MENSAJES

En este otro tipo de incapacidad, el censor llega a conocer el discurso censurable, pero el mensaje está formulado de tal modo que no consigue advertir que se trata de una amenaza para su ideología. El emisor y el destinatario del mensaje, pongamos por caso, pueden convenir un código que desconozca el censor. Durante la Dictadura de Primo de Rivera se censuraron especialmente los despachos que la agencia Havas francesa enviaba desde España. Para evitar la censura, los corresponsales de esta agencia acordaron utilizar palabras o frases clave, por ejemplo “Alberto persiste s’opposer mariage - Zamora” anunciaría la muerte de los reyes en un accidente (Paz, 1989, p. 212).

Otra posibilidad distinta de salvar la capacidad censoria consiste en aprovechar propiedades de la comunicación humana más allá de la mera codificación. Ya no se trata de un problema de descodificación —semántica— sino de encontrar una intención comunicativa en el emisor que requiere un esfuerzo mayor al preciso para una primera comprensión —pragmática—. Recordemos que los enunciados no son representaciones literales de la realidad, sino estímulos para que nuestro interlocutor se represente en la mente de un modo aproximado aquello que se le quiere comunicar. En opinión de Dan Sperber y Deirdre Wilson (1995) la comunicación se logra por una relación entre esfuerzo y beneficio que guía el principio de pertinencia. Los lectores de las sociedades con censura saben que no se puede comunicar de un modo mutuamente manifiesto algo que pudiera ocasionar un castigo, así que se esfuerzan

en hallar en los textos una intención soterrada. Ello permite distintas lecturas de un mismo texto. Si el censor se limita a una primera lectura, el lector avisado puede buscar una segunda lectura más costosa, pero de la que obtenga un beneficio superior. Los espectáculos con público facilitan especialmente estas lecturas esforzadas. En estas situaciones el espectador no sólo interactúa con lo que se dice en el escenario, sino también con las reacciones del resto del público. El aplauso, la risa o la murmuración de alguien pueden indicar que es preciso un mayor esfuerzo para obtener una segunda lectura en un momento de la representación⁷.

3. LA ELUSIÓN DE LA DISTANCIA

3.1. LA IDENTIDAD SOCIAL

Como sucede con la imagen social (*face*) que se considera las teorías de la cortesía, la ideología no sólo se tiene sino que también se negocia con los otros. La posición social de los participantes y su distancia en relación con el censor es esencial para explicar su reacción. Siempre han existido individuos que por su cercanía al censor se han librado de sus prohibiciones. Los reglamentos medievales de la biblioteca de la Universidad de París ya permitían la consulta de los libros heréticos a aquellos profesores de teología que debían refutarlos (Saenger, 1998, p. 215). Asimismo, la regla XV de los índices españoles de libros prohibidos mantenía expresamente que “se concederá licencia para la tenencia y lectura de algún libro prohibido necesario durante el tiempo que considerase el pío o docto que escribieren en defensa de la Santa Iglesia y la Fe Católica y contra las herejías” (Rodríguez De Epra, 1999, p. 217). Estas licencias permitieron al obispo de Puebla (México) Manuel Ignacio del Campillo tener en su biblioteca obras de Montesquieu, Fontenelle, Voltaire y Rousseau (Gómez Álvarez Y Tovar De Teresa, 2009, p. 26-30).

7. “Los estrenos de Buero [Vallejo] eran escuchados con extraordinaria atención y un espectador que hubiera caído de la estratosfera o de un país con más libertad de expresión y que desconociera totalmente la situación española, se quedaría asombrado ante momentos en que el público aplaudía interrumpiendo el hilo de la acción, ante las sonrisas de inteligencia que provocaban ciertas alusiones, ante el énfasis de los actores al pronunciar determinadas frases. Se estaba representando una obra de teatro, es verdad, pero, a la vez, se estaban difundiendo secretos a voces que no se podrían decir de otro modo.” (Sánchez Reboledo, 1988, p. 30)

3.2. LA IDENTIDAD DE GÉNERO

Por lo general, los censores son hombres pero quien es censurado puede ser una mujer. En este caso, a las diferencias ideológicas se suman las diferencias de género, el censor se identifica más difícilmente con una mujer por lo que la distancia entre los dos puede aumentar. En los Siglos de Oro, la Inquisición ponía una especial atención en los textos que narraban experiencias místicas. Cuando las había experimentado una mujer, se unía a esta prevención la discriminación propia de la mujer en asuntos reservados a los teólogos —varones— de la Iglesia (Castillo, 2006, p. 157-200). Las religiosas místicas trataban ampararse ante el censor. Una posibilidad era hacer notar que escribían una autobiografía espiritual por mandato de su confesor, cuyo nombre, en caso de que se publicase, frecuentemente figuraba como autor. En 1577 el padre Jerónimo Gracián manda escribir *Las Moradas* a Teresa de Jesús (1515-1582) y la santa comienza su obra con: “Pocas cosas que me ha mandado la obediencia se me han hecho tan dificultosas como escribir ahora cosas de oración” (Teresa De Jesús, 1984 [1577], p. 271). Esta circunstancia, si bien no impedía la actuación del Santo Oficio, sí limitaba la censura de la propia congregación, temerosa casi siempre de ser objeto de algún tipo de persecución inquisitorial⁸.

8. Poutrin (1995) estudia ciento trece obras redactadas por religiosas nacidas de mediados del siglo XVI a mediados del siglo XVII. Todavía en el siglo XIX las religiosas españolas con reputación de santidad escribían a petición de su confesor.

4. LA ELUSIÓN DEL GRADO DE IMPOSICIÓN

Para evitar o mitigar la censura, es posible aliviar el grado de imposición de un mensaje que pudiera considerarse ofensivo para la ideología del censor.

4.1. LA INTENCIÓN INFORMATIVA

En algunos de los ejemplos anteriores (§ 2.3.2) el autor desea comunicar algo de un modo manifiesto para su público y quiere que este lo sepa, aunque procure que no lo comprenda el

ensor. Existe, no obstante, otra posibilidad todavía más indirecta. Dan Sperber y Deirdre Wilson (1995) diferencian dos tipos de intenciones en la comunicación humana: una intención informativa y una intención comunicativa. Grice (1989) se ocupaba de la intención comunicativa, a la que denominaba significado del hablante (*speaker's meaning*), ahora nos interesa especialmente la intención informativa. Con la intención informativa el hablante pretende dejar manifiesto a su interlocutor un conjunto de suposiciones; con la intención comunicativa el hablante no sólo tiene intención de dejar manifiesto un conjunto de suposiciones, sino que también quiere dejar manifiesto que él quiere intencionalmente comunicar eso; es decir, con la intención comunicativa el hablante quiere comunicar algo y quiere dejar claro a su interlocutor que él quiere comunicarlo. En casi todos los casos de comunicación humana se da esta intención comunicativa, pero esto no siempre es así: un hablante puede comunicar algo sin tener intención comunicativa de hacerlo, tan solo informativa. Un editorial periodístico titulado “La crisis del elogio”, en el que se criticaba el culto a Stalin, pasó la censura franquista. El diario esperó a publicarlo un 18 de julio, aniversario de la sublevación —el Alzamiento Nacional, en la denominación oficial del régimen— del general Franco contra la II República. Ese día todos los periódicos se deshacían en alabanzas al dictador (Chuliá, 2001, p. 132). La intención en este caso no es comunicativa —no es evidente que se critiquen las alabanzas a Franco—, aunque existe una intención informativa: el periodista pretendía comunicar algo, pero de modo que no se le pudiera acusar de que lo pretendía. Únicamente porque nos lo han contado con posterioridad, podemos asegurar esta intención. Algo semejante se hizo con las crónicas que los periodistas españoles mandaban de la Revolución de los Claveles de 1974 en Portugal. El desmantelamiento de la dictadura portuguesa se podía comprender como una reivindicación para que sucediera lo mismo Tajo arriba (Carandell, 2003, p. 48), pero no había intención comunicativa en los textos, sino solo informativa.

No obstante, los mensajes con intención informativa no siempre se han librado de la prohibición o el castigo. Rafael Calvo Serer publicó un artículo en el diario *Madrid* (30/5/1968) titulado “Retirarse a tiempo. No al general De Gaulle”. Aunque no se le citaba expresamente,

cualquier lector avisado podía inferir que quien debía retirarse en realidad era el general Franco. La edición fue secuestrada y el periódico no volvió a distribuirse hasta el 30 de septiembre. Rafael Calvo y Miguel Ángel Gozalo —director en funciones del diario— fueron procesados, si bien lograron finalmente la absolución en noviembre de 1970 (Martín De La Guardia, 2008, p. 113).

4.2. LA ESCRITURA ESÓPICA

Otro tipo de mensaje que pretende evitar la censura disminuyendo el grado de imposición es el que se califica como esópico —este adjetivo deriva del nombre del fabulista griego Esopo—. Se trata de un sistema de comunicación por el que los lectores o los espectadores, incluidos los propios censores, comprenden críticas hacia el poder sin que se produzca un enfrentamiento directo (Patterson, 1984, p. 45). Su origen se encuentra en el uso de las fábulas de Esopo para criticar el poder. En Inglaterra, esta tradición tiene su mayor auge de la segunda mitad del siglo XVI a la primera mitad del XVIII y, sobre todo, son las fábulas de “El vientre y los miembros” y “Las ranas pidiendo rey” las que más se utilizan como metáfora de las situaciones contemporáneas (Patterson, 1991). Se ha defendido que incluso el propio Esopo empleó esta última fábula como metáfora del gobierno de Pisítrato (560 a. de J.C.) o que Fedro (15 a. C.- 55 d.C.) la recobró para referirse a los primeros emperadores romanos (Patterson, 1991, p. 72-73 y 145).

La escritura esópica no es algo del pasado. La ley electoral francesa prohíbe la publicación de sondeos el día de las elecciones hasta que se cierren los colegios electorales bajo pena de una multa de 75.000 euros. Para sortear esta prohibición en las elecciones presidenciales del 6 de mayo de 2012, los twitteros franceses utilizaron en el hashtag #radiolondres distintas paráfrasis nada sutiles. Recuérdese que en estas elecciones se enfrentaban el conservador Nicolas Sarkozy —de antepasados húngaros y con un reloj de pulsera de la marca Rolex— y el socialista François Hollande.

Le fromage Hollandais contient entre un 52,5% et un 53% de matière grasse.

53% de remise sur le gouda et 47% sur les Rolex.

Testicule gauche 53 gr, Testicule droit 47 gr.

Poulet sorti du four avant la fin de la cuisson. Température de la cuisse gauche : 52,6. Côté droite, les carottes sont cuites.

At The Hague the sun is shining, with 52.8°C. At Budapest, several clouds and fog, with 47.2°C
Départ pour Amsterdam a 68,4€ de la Martinique, à 71,9€ de la Guyane, à 51,5€ de st Martin.

A partir de las 20:00 horas la comunicación dejó de ser esópica: Hollande era el nuevo presidente de Francia.

5. LA ELUSIÓN DE LA RESPONSABILIDAD

La ecuación que proponían Brown y Levinson (1987) sobre la cortesía nos ha permitido aprovecharnos de tres criterios para describir las posibles elusiones de aquellos que pudieran ser censurados: control, distancia y grado de imposición. Para dar cuenta de otros casos, es preciso recurrir a nuevos conceptos. Erving Goffman nos proporciona algunos valiosos. Aprecia este sociólogo diferentes posiciones (*footing*) para el hablante en relación con el enunciado: animador, autor y responsable (Goffman, 1992, p. 124-158). Aquel que selecciona lo que se dice y formula la expresión es el autor. Ahora bien, un locutor de radio, por ejemplo, en ocasiones lee una noticia que ni ha pensado ni ha redactado; en tal caso, se tratará de un simple animador. Por último, el autor puede no ser el responsable de lo que ha ideado: los políticos acostumbran a pronunciar discursos que otra persona ha redactado, pese a lo cual, los responsables de lo que dicen son ellos, no los verdaderos autores.

En los juicios inquisitoriales, a fin de evitar el castigo, el reo podía culpar de sus ideas heréticas a voces demoníacas: él no era un hereje, sino un buen cristiano que había sido confundido por

el demonio. El molinero friulano Domenico Scandella (1522-ca. 1600), a quien sus paisanos conocían por el hipocorístico Menocchio, envía una carta a los inquisidores en la que mantiene que, si ha aparecido en sus declaraciones alguna afirmación contra los mandamientos de Dios y de la Iglesia, “yo las he dicho por voluntad del falso espíritu el cual me ha cegado el intelecto y la memoria y la voluntad, para hacerme pensar y creer y decir en falso y no la verdad” (Ginzburg, 2009, p. 168). En otra ocasión afirma: “Las palabras que antes he dicho las decía por tentación (...). El diablo o algo me tentaban (...). El falso espíritu siempre me molestaba para hacerme pensar lo falso y no la verdad (...). Yo pensaba que era profeta, porque el espíritu mal me hacía ver vanidad y sueños (...).” (Ginzburg, 2009, p. 227). Este molinero trata de evitar el castigo inquisitorial presentándose como un simple animador de las palabras de otro autor —el demonio— y, en consecuencia, sin responsabilidad alguna de ellas. Que Menocchio no era el único que recurría a justificarse por haber sido tentado por el demonio, lo demuestra que otro molinero, Pighino Baroni, a quien el primero no llegó a conocer, afirmara que lo que decía o bien se le había ocurrido a él solo o bien “el diablo me metió estas cosas en el ánimo, como yo creo: porque muchas veces me ha perseguido y he luchado en algunas apariciones o visiones, tanto de noche como de día, luchando contra él como si fuera un hombre” (Ginzburg, 2009, p. 226).

CONCLUSIÓN

El estudio de la elusión de la censura desde una perspectiva pragmática ha permitido un nuevo acercamiento a este fenómeno comunicativo que se muestra iluminador. La actuación del censor se puede explicar como una reacción a un mensaje que amenaza su ideología, del mismo modo que Brown y Levinson (1987) comprenden la cortesía como una compensación de un acto que amenazaba la imagen social del interlocutor. Para comprender el peso de esa ofensa y, en consecuencia, la reacción del censor, se toman, en primer lugar, tres criterios: control, distancia entre el censor y el censurado, y grado de imposición del acto que amenaza

la ideología del censor. En el caso del control, hay que tener en cuenta sus límites de tiempo y espacio, y, asimismo, la capacidad de actuación del censor. Las tres limitaciones se pueden convertir en puertas para escapar de la acción censoria. También la distancia entre el censor y el censurado puede aumentar o disminuir de acuerdo con una mayor o menor identidad entre ambos y, en consecuencia, un acto verbal se puede considerar como más o menos censurable. En estos casos, quien puede ser censurado intenta de algún modo atenuar la prohibición o el castigo aproximando su identidad social a la del censor. En tercer lugar, el grado de imposición del acto censurable también determinará la actuación del censor. Presentar el mensaje de un modo menos ofensivo puede eludir la acción de la censura. Una cuarta posibilidad, que no se explica con facilidad con ninguno de los tres criterios anteriores, consiste en eludir la responsabilidad de lo dicho presentándose como un mero animador de palabras de las que no se es el verdadero autor.

REFERÊNCIAS

- BÁEZ, F. Nueva historia universal de la destrucción de libros, Barcelona: Destino, 2011.
- BERLIN, I. Sobre la libertad, Madrid: Alianza, 2004.
- BERLIN, I. La mentalidad soviética. La cultura rusa bajo el comunismo, Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2009.
- BLIUM, A.V. “The Jewish question and censorship in the URSS”, In: ROSE, J. (Ed.) The Holocaust and the book: destruction and preservation, Amherst: University of Massachusetts Press, 2001. p. 79-103.
- BROWN, P.; LEVINSON, S.C. Politeness. Some universals in language use, Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CARANDELL, L. Mis picas en Flandes, Madrid: Espasa-Calpe, 2003
- CASTELLS, M. Comunicación y poder, Madrid: Alianza, 2009.
- CASTILLO GÓMEZ, A. Entre la pluma y la pared. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro, Madrid: Akal, 2006.
- CHULIÁ, E. El poder y la palabra, Madrid: Biblioteca Nueva, 2001
- DIBBELL, J. “La red en la sombra”, Investigación y ciencia, 428, 2012, p. 70-75.
- GIL, L. Censura en el mundo antiguo, Madrid: Revista de Occidente, 1961.
- GINZBURG, C. El queso y los gusanos. El cosmos según un molinero del siglo XVI, Barcelona: Península, 2009.
- GOFFMAN, E. Forms of Talk, Filadelfia: University of Pennsylvania Press, 1992.
- GÓMEZ ÁLVAREZ, C.; GUILLERMO TOVAR DE TERESA, G. Censura y revolución. Libros prohibidos por la Inquisición de México, Madrid: Trama Editorial, 2009.
- GRICE, H.P. Studies in the way of words, Cambridge: Harvard University Press, 1989. p. 213-223.
- HILL, L.E. “The nazi attack on un-german literature, 1933-1945”, In: ROSE, J. (Ed.) The Holocaust and the book: destruction and preservation, Amherst: University of Massachusetts Press, 2001. p. 9-46.
- KAPUŚCIŃSKI, R. El Imperio, Barcelona: Anagrama, 2008.

MARTÍN DE LA GUARDIA, R. Cuestión de tijeras. La censura en la transición a la democracia, Madrid: Cátedra, 2008.

MORGADO SAMPAIO, M.L. “As vantagens de ser literatura menor e estrangeira: o género policial em Portugal como género não policiado”, In: MACEDO, A.G.; KEATING, M.E. (eds.), *Censura e inter/dito. Censorship and inter/diction*, Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 103-113.

MOROZOV, E. El desengaño de internet. Los mitos de la libertad en la red, Barcelona: Destino, 2012

MOSTYN, T. *Censorship in Islamic Societies*, Londres, Saqi, 2002.

MULTIGNER, G. “La radio, de 1940 a 1960: ocios y negocios rigurosamente vigilados”, In: TIMOTEO ÁLVAREZ, J. Y OTROS, *Historia de los medios de comunicación en España. Periodismo, imagen y publicidad (1900-1990)*, Barcelona: Ariel, 1989, p. 273-288.

PATTERSON, A. *Censorship and Interpretation. The conditions of writing and reading in Early Modern England*, Madison: The University of Wisconsin Press, 1984.

PATTERSON, A. *Fables of Power: Aesopian Writing and Political History*, Durham: Duke University Press, 1991.

PATTERSON, A. *Early modern liberalism*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PAZ, M. A. “La batalla de las agencias”, In: TIMOTEO ÁLVAREZ, J. Y OTROS, *Historia de los medios de comunicación en España. Periodismo, imagen y publicidad (1900-1990)*, Barcelona: Ariel, 1989, p. 206-218.

PECK, A.B. “Crying for freedom: The written Word as I experienced it during World War II”, ROSE, J. (ed.) *The Holocaust and the book: destruction and preservation*, Amherst: University of Massachusetts Press, 2001. p 206-209.

POUTRIN, I. *Le voile et la plume. Autobiographie et sainteté féminine dans l’Espagne moderne*, Madrid : Casa de Velázquez, 1995.

RODRÍGUEZ DE EPRA, R. “Reglas, mandatos y advertencias generales contenidas en el Índice de libros prohibidos y mandados expurgar formado por mandato del Inquisidor General Don Agustín Rubín de Ceballos y Señores del Real Consejo de la Santa General Inquisición, para todos los Reynos y Señoríos del Católico Rey de las Españas, el Señor Don Carlos IV. (1789)”, *Revista de la Inquisición*, 8, 1999. p. 215-218.

SAENGER, P. (1998) “La lectura en los últimos siglos de la Edad Media”, In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Dir.) Historia de la lectura en el Mundo Occidental, Madrid: Taurus, 1998. p. 187-230.

SALMON, C. La tumba de la ficción, Barcelona: Anagrama, 2001.

SÁNCHEZ REBOREDO, J. Palabras tachadas (Retórica contra censura), Alicante: Instituto de Estudios “Juan Gil-Albert”, 1988.

SPERBER, D.; WILSON, D. Relevance, Oxford: Blackwell, 2.^a ed. revisada y aumentada, 1995

STEINER, G. Lenguaje y silencio, Barcelona: Gedisa, 1994.

TERESA DE JESÚS La vida [1575]. Las Moradas [1577], COMAS, A. (Ed.), Introducción y notas de NAVARRO DURÁN, R., Barcelona: Planeta, 1984.

VAN DIJK, T.A. Ideología, Barcelona: Gedisa. 1999.

VANDERKAM, J.; PETER FLINT, P. El significado de los rollos del Mar Muerto. Su importancia para entender la Biblia, el judaísmo, Jesús y el cristianismo, Madrid: Trotta, 2010.

WESTERMAN, F. Ingenieros del alma, Barcelona: Debolsillo, 2009.

A relação Portugal – Timor-Leste nos discursos do Presidente e na imprensa

RAMOS, RUI
rlramos@ie.uminho.pt

PALAVRAS-CHAVE:
discurso político;
discurso presidencial;
imprensa;
Timor-Leste.

KEYWORDS:
political discourse;
presidential speech;
press;
East-Timor.

Professor Auxiliar da Universidade do Minho, Portugal

RESUMO: O Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, efetuou entre 20 e 22 de maio de 2012 uma visita oficial a Timor-Leste, coincidente com as comemorações dos 10 anos de independência do país.

Durante a sua estadia, o Presidente proferiu um conjunto de sete discursos oficiais. Estes manifestam um ponto de vista, oficial e pessoal, sobre a relação passada, presente e futura entre Portugal e Timor-Leste. Enquanto discursos institucionais, modelam o relacionamento entre as duas nações e encerram o potencial de, circulando na esfera pública, se cruzarem com outros discursos, aproximarem do cidadão comum uma realidade fisicamente distante e reificarem entidades intangíveis, como a partilha cultural e histórica e as perceções de comunhão entre os dois povos.

A imprensa portuguesa acompanhou a visita oficial, tendo contextualizado e reconfigurado esses discursos.

O presente texto elabora uma análise das grandes linhas de desenvolvimento dos discursos do Presidente, dos seus topoi mais salientes e da sua retórica inerente, e identifica quais os traços mais relevantes da modalização jornalística efetuada por dois jornais nacionais sobre a situação política, económica e social timorense e sobre os discursos presidenciais.

ABSTRACT: The President of Portugal, Aníbal Cavaco Silva, performed between 20 and 22 May 2012 an official visit to East-Timor, coinciding with the celebrations of 10 years of independence of this country.

During his stay, the President issued a set of seven official speeches. These express an official and personal point of view on the past, present and future relationship between Portugal and East-Timor. While institutional discourses, they shape the relationship between the two nations and as they circulate in the public sphere, they incorporate the potential to intersect with other discourses, to approach distant reality to the common citizen and to reificate intangible entities such as shared culture and history and the perceptions of empathy between the two peoples.

The Portuguese press followed the official visit, as they contextualized and reconfigured these discourses.

This paper performs an analysis of the main lines of development of the President's speeches, their salient topoi and their inherent rhetoric, and identifies the most noticeable results of modalisation of journalism done by two national newspapers on the political, economic and social Timorese state of affairs and on the presidential speeches.

1. INTRODUÇÃO

A referência a Timor-Leste não é alheia à generalidade dos portugueses. Poderemos mesmo afirmar que a maioria dos adultos tem algum conhecimento sobre a situação genérica da antiga colónia. Os timorenses e a imagem de Timor colhem até, da generalidade da opinião pública nacional, uma apreciação positiva. É frequente encontrar-se nas escolas nacionais e em associações, organizações religiosas ou empresas exposições sobre Timor-Leste, atividades de divulgação, encontros com dirigentes timorenses, etc. Ao nível da política externa portuguesa, é dos poucos tópicos de quase unânime concordância entre as várias forças parlamentares. Contudo, só uma insignificante percentagem da população alguma vez pisou o solo de *rai Timor* ou contactou pessoalmente com a realidade local timorense. Esta é, como outras na nossa esfera pública, uma realidade construída pela palavra, materializada nos discursos que circulam no espaço público, pelos testemunhos partilhados, pelas imagens comentadas, pelas notícias construídas, em *segunda mão*. Aqui, os *media* têm um papel de grande relevo, ao configurar sentidos, agendarem o social, mobilizarem vontades, criarem o real.

Estas não são afirmações sobre um fenómeno novo, mas correspondem ao que Halliday (2001) refere como “construtivismo linguístico”, ou o poder da linguagem verbal para modelar a nossa consciência e fornecer a cada indivíduo a teoria que subjaz à sua interpretação e manipulação das coisas e dos seus estados. De outra forma, poderá afirmar-se que a língua, efetivada em discurso, é um sistema modelizante primário, ou uma “*forma de vida, pedra angular na / da cognição e nas / das práticas sociais*” (Fonseca, 1998, p.7)¹. Nunca neutra e sempre necessariamente marcada por um ponto de vista, determinado pela apropriação individual do sistema da língua.

1. Noutro texto, Fonseca afirma que os “objetos da realidade” não surgem ao homem como realidades isoladas, mas são integrados em complexos de relações; e que “tal decorre da apreensão cognitiva, da ordenação intelectual a que submetemos o mundo, ou seja, da *conceptualização* do que nos rodeia e do que experimentamos” (1993, p.185). Outros investigadores convergem nesta conceção. Condor e Antaki, por exemplo, afirmam: “The claim here is that people keep in their heads fairly well-articulated plans of routine situations and their attendant behaviours. These plans not only click into operation to make life run smoothly but are ever-available (...) ways of construing the social world, disposing us to image reality as moulded in just such ways” (1997, p 326-327).

1. CORPUS E METODOLOGIA

O *corpus* de análise deste estudo é divisível em duas partes.

A primeira delas integra os sete discursos² que o Presidente da República de Portugal proferiu durante a sua visita de Estado a Timor-Leste, entre 20 e 22 de maio de 2012, disponíveis no sítio da Presidência da República Portuguesa (www.presidencia.pt):

D1: num banquete de Estado no palácio presidencial;

D2: na cerimónia que assinala a construção da futura chancelaria e centro cultural da Embaixada de Portugal em Díli;

D3: no Parlamento Nacional de Timor-Leste;

D4: num almoço oferecido a empresários portugueses e timorenses;

D5: na receção de retribuição e em honra da comunidade portuguesa e da sociedade timorense;

D6: na cerimónia de abertura da feira do livro de Díli;

D7: na cerimónia de condecoração pela ONU do contingente da GNR em Timor-Leste.

A segunda parte do *corpus* é constituída por um conjunto de 18 peças jornalísticas (títulos e chamadas de primeira página, notícias, reportagens, artigos de opinião, infogravuras, breves) sobre Timor-Leste publicadas entre 19 e 22 de maio nos diários *Público* e *Correio da Manhã*, respetivamente um jornal de referência e um jornal popular de divulgação nacional.

Recorrendo aos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, na sua formulação moderna, com particular relevo para as questões enunciativas e pragmáticas, e usando os instrumentos e metodologias de análise típicos deste ramo da linguística, é propósito deste estudo analisar a retórica própria destes textos, nos seus pontos mais salientes, os modos de construção discursiva do real e aspetos da transposição mediática dos discursos presidenciais para a esfera pública nacional.

2. Por razões metodológicas, os discursos são referenciados de forma abreviada de D1 a D7.

2. ANÁLISE E DISCUSSÃO

2.1. OS DISCURSOS DO PRESIDENTE

Começar-se-á por assinalar nos discursos presidenciais aquilo que é óbvio: trata-se de discursos fortemente marcados por contingências institucionais quanto à sua configuração interna, assim como quanto ao seu funcionamento pragmático, em virtude de pertencerem a uma ordem de discurso explicitamente formalizada. A procura de novidade ou individualidade parece estar comprometida à partida.

Uma mera análise de conteúdo facilmente identificará alguns dos temas centrais abordados: a história partilhada, o reconhecimento da hospitalidade e da simpatia timorense, a importância da língua portuguesa na partilha e na união entre os dois povos, as promessas de cooperação, o estado de evolução da democracia em Timor-Leste. Mas uma análise mais atenta, que tenha em consideração a sua materialidade linguística, permite desconstruir o discurso presidencial e identificar traços e tópicos recorrentes que manifestam alguma especificidade.

Como foi referido, um deles é a evocação da história partilhada entre os povos. Trata-se de um tópico sem particular novidade, mas que assume algum relevo porque se inscreve em duas linhas de desenvolvimento sistemático no *corpus*: a partilha de valores e afetos e a cooperação passada, presente e futura. Com as duas cruzam-se outras dimensões e da sua análise resultam considerações analíticas de outro nível de profundidade da construção discursiva.

2.1.1. AFETOS E VALORES

A partilha de afetos é desenhada como bidirecional. Por um lado, o Presidente mostra-se particularmente sensibilizado pela calorosa receção recebida por parte das autoridades e do povo timorense. Não seria de esperar uma situação diferente, nem um discurso diferente de Cavaco Silva. O que há a assinalar é a reiteração e o tom intenso que retratam o afeto:

- (1) É com uma viva satisfação que eu e minha Mulher efetuamos esta Visita de Estado a Timor-Leste, este jovem país a que nos ligam tantos e tão profundos laços humanos, culturais e históricos e que nos recebeu com uma calorosa hospitalidade que muito nos emocionou. (D1)
- (2) Este ato de generosidade e reconhecimento do jovem país muito nos comoveu. É, por isso, com uma particular emoção que hoje aqui me encontro, no momento em que se lança a primeira pedra das futuras instalações da Embaixada de Portugal em Díli, com a magnífica vista para o mar que nos uniu. (D2)
- (3) Não escondo que foi com profunda emoção que pisei pela primeira vez o solo de Timor Leste, a mesma emoção com que hoje me encontro perante os ilustres representantes do povo timorense (D3)

Este parece ser um traço particular das relações Portugal – Timor-Leste, que o discurso do Presidente testemunha: os laços afetivos que unem os povos, a capacidade de os timorenses cativarem os portugueses, tantas vezes testemunhada pelos que tiveram a oportunidade de contactar de perto com aquela realidade. Mas o sentimento só adquire efetivo poder conformador das vidas se sobre ele houver um discurso que o introduza na configuração das relações sociais.

As palavras de circunstância são esperadas e agradecimentos e louvores são artifícios retóricos próprios do género discursivo em causa; além disso, é de supor que os discursos estariam redigidos antes da visita, ao menos em parte; contudo, a afirmação de sentimentos experimentados em primeira pessoa pelo Presidente, de forma insistente e expressa, mesmo que se configurem somente como *topos* retórico, constituem um relativo contraste com a imagem oficial de representação do Estado português. Cavaco Silva afasta-se da figura do Chefe de Estado frio e formal para testemunhar sentimentos intensos, humanizando a sua função e conferindo um cariz pessoal àquilo que serão as relações institucionais entre os dois países.

A reciprocidade é também declarada:

- (4) A causa timorense foi sentida pelos Portugueses como sua, numa mobilização histórica que, também ela, ajudou a destruir o “cerco” do “muro de silêncio” de que falava Sophia de Mello Breyner. (D1)
- (5) Parecendo a muitos que estavam isolados, a verdade é que os timorenses nunca estiveram sós.

Portugal inteiro uniu-se a Timor, numa sintonia ímpar entre dois Povos, tão distantes geograficamente, mas irmanados numa mesma causa. (...)

O povo português celebrou, há dez anos, a vitória de uma causa pela qual também se havia batido, numa mobilização social, política e diplomática incansável. (D3)

(6) E teve, do outro lado do Mundo, o apoio e a solidariedade de um outro Povo inteiro – a causa timorense foi também uma causa do Povo português. (D5)

Nestes breves segmentos, como noutros, o Presidente lembra a ligação afetiva passada, em particular na última década de ocupação indonésia e imediatamente após o referendo popular de agosto de 1999, que mobilizou fortemente um larguíssimo estrato da população portuguesa e que foi muito além das negociações formais com o ocupante ou as ações da diplomacia nacional. Afirmar que a causa timorense esteve sempre presente entre as preocupações dos portugueses constitui, de alguma forma, a retribuição dos afetos e confirma a ligação mútua.

A referência à celebração da vitória, pelos portugueses, da causa por que se haviam batido significa irmanar os dois povos nessa mesma causa que se torna comum. Configurado como agente na última frase do segmento (5), o povo português ganha intencionalidade e, portanto, mérito na vitória, já que havia sido ativo na causa.

Os valores evocados como comuns e elogiados pelo Presidente são, essencialmente, para além dos que se prendem com o afeto e a hospitalidade atribuídos dos timorenses, os valores cívicos e sociais da organização democrática:

(7) A última eleição presidencial timorense constituiu, aliás, um importante exemplo de democracia e reconciliação. Quero congratular o Povo timorense por mais essa prova de maturidade cívica e de apego aos valores da liberdade e do Estado de Direito democrático.

(...) O objetivo, a que imediatamente se propôs, de transformar o país num estado moderno, próspero e estável, não poderia ir mais ao encontro daquilo que Portugal, tal como os outros membros da CPLP, desejam para este país irmão. (D1)

Neste caso, há que assinalar que o elogio dos valores, por implicação pragmática, se orienta no sentido do seu reforço e constitui uma forma de incentivar o seu respeito. Assim, a sua evocação não só mostra uma faceta do estado atual da sociedade timorense, como dá a ver o quadro de prioridades cívicas de Cavaco Silva e o seu conselho às autoridades e ao povo de Timor-Leste. O elogio dos valores configura, assim, a realização de um ato derivado diretivo não impositivo, que parece ganhar pertinência pelo facto de Timor-Leste ser um Estado independente ainda muito recente, sem maturidade democrática.

Esta dimensão surge igualmente no discurso perante o Parlamento Nacional, num retrato da realidade que integra uma dimensão jussiva:

(8) Se a liberdade e a democracia foram os frutos de uma batalha longa e difícil, a sua consolidação é o propósito de outro árduo combate, que todos os dias desafia os cidadãos e os responsáveis políticos. (...)

O caminho do desenvolvimento exige agora que todos concertem os seus esforços. O regime democrático é aquele que, acomodando os interesses de todos os cidadãos, melhor convoca as forças de uma sociedade para servir os objetivos comuns. É também aquele que melhor garante as condições para a promoção do bem-estar das populações. (D3)

Afirmar que a consolidação da liberdade e da democracia é o propósito de um duro combate não se configura simplesmente como uma asserção, mas pode ser entendido como um enunciado de valor injuntivo, realizando um ato ilocutório derivado diretivo. A evocação do desafio aos cidadãos e responsáveis políticos incorpora igualmente um valor injuntivo, de incentivo à ação, num quadro de valores cívicos e políticos partilhados. A metáfora lexical envolvida na apresentação do “caminho do desenvolvimento” como sujeito e agente da exigência de concertação de esforços dá como partilhada entre locutor e alocutários a mesma conceção de base, estratégia argumentativa que potencia a adesão aos pontos de vista sustentados pelo discurso do Presidente.

O desafio é reforçado, com contornos estéticos e metafóricos, no final do discurso perante o Parlamento Nacional. Após citar o poeta timorense Fernando Sylvan, o Presidente afirma:

(9) Viajar sem medo da viagem é o lema que trouxe Portugal até aqui. Viajar sem medo da viagem é o nosso destino comum, o de Portugal e o de Timor. Pois o futuro pertence àqueles que viajam sem medo da viagem. Que preparam o futuro sem medo de ser livres e com vontade de ser melhores. (D3)

Como pode verificar-se, o desafio intensifica-se. O discurso desafia à viagem, assumindo necessariamente uma orientação prospetiva: a viagem não tanto pelo espaço, mas sobretudo pelo tempo.

Interseccionam-se neste segmento múltiplos *topoi*:

- i. o da viagem, longe na história mas omnipresente na narrativa de afirmação nacional, que levou os portugueses de Quinhentos até ao outro lado do mundo, para além do desconhecido;
- ii. a coragem e o empenhamento que tal empresa exigiu;
- iii. a partilha cultural, alicerçada no passado comum, entre portugueses e timorenses, o que faz destes também participantes da coragem coletiva;
- iv. a noção de destino, com o seu carácter inelutável, mítico-religioso, igualmente marcante na construção da portugalidade;
- v. o elogio da liberdade, especialmente entendida e desejada por povos que recentemente a conquistaram àqueles que lha negavam.

Acresce que há uma provocação incontornável que estas palavras lançam: a de manter a coragem para enfrentar os desafios futuros, assumindo-se como agentes da viagem e decisores do rumo. O desafio, além das suas características diretivas, prevê necessariamente não só a existência de uma dificuldade, mas também a de um prémio, correspondente, pelo menos, à satisfação decorrente da superação dessa dificuldade, feito tipicamente reconhecido e valorizado pelo enunciador do desafio.

Neste caso, o prémio é anunciado: é o “futuro”, alcançável por quem viaja sem temores. E, se ter futuro é uma promessa fundamental para qualquer povo, sê-lo-á de forma mais aliciante

e premente para um Estado que só conta com uma década de vida enquanto tal e que ainda não terá provado definitivamente, para muitos observadores e decisores políticos, que não é um Estado falhado.

Realiza-se, portanto, neste segmento, para além do ato assertivo de superfície, um ato de desafio, com a explicitação do prémio a receber se o desafio for aceite e a prova superada.

Naturalmente, a dimensão diretiva do discurso só pode ser realizada com felicidade se o alocutário reconhecer legitimidade (ou algum outro tipo de poder) ao locutor para realizar atos tão intromissivos quanto estes. Em larga medida, a legitimidade necessária estará ligada à partilha de afetos e valores acima referenciada, que se orienta para a aceitação dos atos diretivos como atos em favor do alocutário. Desta forma, a evocação dos laços que unem portugueses e timorenses constitui, entre outros efeitos, uma estratégia de autorização para a realização dos atos diretivos, a criação ou reforço de um ethos ou de uma imagem positiva para o Presidente³.

Ainda dentro da temática ampla dos valores, um recurso retórico do discurso presidencial ganha importância. Trata-se de algo que ocorre por três vezes, em três diferentes discursos: a citação literária.

No primeiro caso, o Presidente cita Sophia de Melo Breyner Andresen, um nome incontornável na literatura nacional e uma vez reconhecida na luta por ideais de liberdade para Portugal e para Timor, em diferentes momentos históricos (ver excerto 4)⁴; no segundo caso, cita Fernando Sylvan (1917-1993), poeta timorense desde a infância radicado em Portugal, recitando perante o Parlamento Nacional de Timor-Leste (D3) um excerto de um poema cujo último verso, “*E comecei a viajar sem medo da viagem*”, dará o mote para o segmento apresentado em (9), acima; e no terceiro caso citará Monteiro Lobato, apresentado como “o grande escritor brasileiro de literatura para crianças” (D6). Sucintamente, aponta-se nesta estratégia a aproximação do economista, frequentemente acusado de ser um político e tecnocrata frio e calculista, à imagem do humanista. Cavaco Silva mostra, no seu discurso, manter o domínio

3. Sobre o *ethos* ou a apresentação de si ver, entre os estudos recentes, Amossy, 2010.

4. Como testemunhou um jornalista do *Público*, durante a visita oficial, a esposa do Presidente, Maria Cavaco Silva, realizou uma visita a uma escola do centro de Díli (a escola do Farol) e entre os atos de acolhimento foram lidos excertos de “O anjo de Timor”, de Sophia, pelos alunos – o que mostra que a poetisa portuguesa é conhecida em Timor-Leste. Aliás, existe uma completa biblioteca em Díli (Taibessi), que contou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que ostenta o seu nome.

dos números e da realidade económica (por várias vezes cita quantificações exatas e usa vocabulário técnico do âmbito da economia), mas revela uma faceta erudita e literária, associando-se a um conjunto de valores que, do seu ponto de vista, valoriza a sua figura aos olhos dos timorenses.

2.1.2. COOPERAÇÃO

Referências à cooperação entre os dois países e os dois povos estão presentes em todos os discursos, como se poderá encontrar no exemplo seguinte:

(10) Sei que muito está a ser feito e tenho a certeza de que muito mais continuará a ser realizado no futuro. Será firme a nossa aposta em projetos que promovam o desenvolvimento de Timor-Leste e em ações de interesse partilhado. Aqui, em Timor-Leste, a esperança da cooperação já passou das palavras aos atos. E isso em muito se deve à nossa Comunidade em Timor-Leste e ao Povo timorense. (D5)

Desta forma, o discurso presidencial ganha igualmente uma dimensão promissiva. Sem assumir a realização de ações concretas, garante a continuidade da cooperação, sob diferentes modos.

Neste segmento, o Presidente fala em nome individual e em nome coletivo. Na primeira frase, usa a primeira pessoa do singular, mas não se assume como agente do que “está a ser feito”. O agente não é indicado, mas, nas frases seguintes, o uso repetido do deíctico “nossa” identifica a ação como sendo coletiva, dos portugueses. Enquanto seu representante, Cavaco Silva assume o compromisso em nome de todos eles.

De alguma forma, este é um contraponto e também uma autorização ao caráter diretivo acima identificado no discurso do Presidente: conselho, incentivo, desafio, mas igualmente promessa de apoio para trilhar o bom caminho de edificação de um país e de uma sociedade modernos e democráticos.

2.2. OS DISCURSOS DOS MEDIA

2.2.1. OCORRÊNCIAS

O jornal *Público* (jornal de referência) iniciou a cobertura das comemorações do décimo aniversário da independência de Timor-Leste e a visita do Presidente português no dia 19 de maio, com uma rubrica que o jornal identifica como Destaque, incluindo uma chamada de primeira página e um conjunto de cinco peças entre as páginas 2 e 4: duas notícias, uma entrevista (ao novo Presidente Taur Matan Ruak), uma breve e uma infogravura com mapas e vários tipos de gráficos e valores.

No dia 20, uma manchete e imagem que ocupa toda a parte superior da primeira página da edição redobram a atenção dada (e sugerida) a Timor-Leste. O Destaque espalha-se pelas páginas 8 a 11, ocupado com uma longa entrevista ao Presidente cessante, José Ramos-Horta, que se alonga por três páginas, uma notícia e uma breve; na página 2, o Editorial é dedicado a Timor-Leste.

No dia seguinte, 21 de maio, o tema “Timor” ainda faz manchete e tem relevo de imagem em primeira página, com continuação entre as páginas 4 e 6, com uma notícia e um conjunto de mapas e gráficos, preenchidos com muita informação estatística: desde as taxas de crescimento da economia à esperança de vida, ao índice de desenvolvimento humano, passando pela despesa total em saúde ou a escolaridade média da população, por exemplo.

Finalmente, no dia 22 há ainda uma notícia que ocupa a totalidade da página 11 da edição. Completam-se, assim, 15 peças jornalísticas sobre Timor-Leste: duas manchetes, uma chamada de primeira página, um editorial, cinco notícias, duas entrevistas, duas breves, duas infogravuras.

O diário *Correio da Manhã* (CM, tabloide), oferece à leitura um artigo de opinião de um colaborador no dia 20 de maio, uma breve na sua edição do dia seguinte e uma outra breve na edição de 22 de maio.

Nitidamente, mesmo uma análise superficial como esta sugere que há um relevo diferenciado conferido à questão pelos dois jornais: o de referência confere-lhe grande destaque e aprofunda-o, enquadra a questão, entrevista intervenientes de relevo, expande o assunto nas suas relações com outras questões; o jornal popular confere-lhe uma visibilidade extremamente limitada, quase insignificante, só assumindo alguma relevância o artigo de opinião de um colaborador regular.

2.2.2. SURPRESAS E CONTRASTES

O artigo principal do Público de 19 de maio parte de uma dicotomia de forte contraste, anuncia desde a chamada de primeira página:

(11) Timor, um país pobre com uma conta bancária de luxo (*Público*, 19/5/2012, pp. 1)

Esta contraexpectativa constitui um problema a que, num quadro de normalidade, os artigos subsequentes darão resposta ou solução. Se a enciclopédia do leitor classificar este quadro como estranho, como se espera, a sua curiosidade será aguçada para dar curso à leitura, procurando solucionar a dúvida instalada. De facto, o artigo principal apresenta um parágrafo de introdução (*lead*) que joga com a retoricidade de uma estrutura interrogativa:

(12) Uma década depois, como é que um país que dependia de todos é quase autónomo? (*Público*, 19/5/2012, pp. 2)

E, no segundo parágrafo do texto, surge nova estrutura interrogativa, mais detalhada em informação:

(13) Como é que um país minúsculo, sem quadros nem desenvolvimento, e que há apenas 10 anos tinha todo o seu orçamento de Estado financiado com doações estrangeiras, se tornou tão autónomo? (*Público*, 19/5/2012, pp. 2)

Considerando estas estruturas como perguntas retóricas, assumindo a inversão de polaridade que tipicamente caracteriza tais estruturas e aceitando que a fórmula “como é que...”, neste contexto de retoricidade, tem o seu equivalente declarativo “não há forma de...” ou “não é possível...” (Fonseca, 1993), o seu equivalente declarativo seria:

(12') Em somente uma década, não é possível que um país que dependia de todos ser quase autónomo.

(13') Não é possível um país minúsculo... ter-se tornado tão autónomo.

A tensão criada, fruto do vazio cognitivo associado à contraexpectativa, tem como poder atrair o leitor para o artigo. Este, de facto, apresentará a solução rapidamente, indicando que o fundo petrolífero timorense permitiu o salto evolutivo e justifica a situação paradoxal. Mas, se o artigo parte de um *frame* fraturante, desenvolve-se descrevendo um estado de coisas marcado por alto grau de apaziguamento na vida política timorense em torno da criação e mesmo do uso do fundo petrolífero, indicando um razoável consenso entre as forças políticas e especialistas quanto ao assunto:

(14) Elogiado como um dos três melhores do mundo e exemplar ao nível da transparência, o fundo é particularmente blindado. (...)

Com deve esta conta bilionária ser gasta? Agora, quando metade da população vive abaixo da linha de pobreza, ou mais tarde, quando o país tiver mais *know how* para fazer projetos mas duradouros? (...)

Muitas pessoas ouvidas sobre esta questão, em Portugal e em Timor, concordam e dizem que “no meio está a virtude” (*Público*, 19/5/2012, p. 2)

A modalização operada, pela convocação de uma avaliação muito positiva atribuída a uma entidade alheia, a apresentação sensata das alternativas, assumidamente de difícil escolha, e ainda outras vozes supostamente autorizadas e testemunhando algum senso comum, confere ao tratamento desta questão pelos políticos timorenses um traço claramente positivo. Mesmo a opinião mais conservadora de Mari Alkatiri, apresentada em seguida, acaba por ser apresentada como responsável e séria.

Desta forma, o enunciador constrói uma imagem altamente positiva do Estado timorense, sobretudo em termos dos valores sociopolíticos em causa, marcada por ponderação e capacidade de prever o futuro. Imagem consideravelmente contrastante com a que a imprensa habitualmente retrata os políticos nacionais.

A mesma avaliação positiva, ou “boa imprensa”, é patente nas entrevistas a Matan Ruak e a Ramos-Horta. Os jornalistas não adotam uma atitude agressiva de questionamento e os valores manifestados pelos entrevistados podem até parecer, no quadro conflituoso típico que junta jornalistas e políticos nacionais, algo cândidos ou ingénuos. Veja-se a sequência seguinte na entrevista a Matan Ruak, que reponde a um comentário-pergunta do jornalista:

(15) [Jornalista:] Para quem chega a Díli dez anos depois parece que nada foi feito para combater a pobreza.

[Taur Matan Ruak:] Fora de Díli é muito pior. (*Público*, 19/5/2012, p. 4)

O reconhecimento pelo entrevistado de que fora da capital a situação é pior constitui uma contraexpectativa, uma assunção de incapacidade por parte de um dirigente político, sem restrições ou atenuação, até mesmo com a intensificação da gravidade do quadro traçado pelo entrevistador. Esta é uma honestidade, provavelmente, algo desconcertante.

Outros jogos de contrastes ou contraexpectativas, com efeitos semelhantes, são criados pela manchete e pelo título do artigo da página 4 do *Público* de 21 de maio ou pelo título da breve do mesmo dia do CM:

(16) Presidente de Timor-Leste admite ajudar Portugal (*Público*, 21/5/2012, p. 1)

(17) E se Timor ajudar Portugal? Os presidentes não dizem “não” (*Público*, 21/5/2012, p. 4)

(18) Timor investe em Portugal (*Correio da Manhã*, 21/5/2012, p. 25)

Os três segmentos constroem *frames* contrários às expectativas de normalidade: o que é comum é que Portugal ajude Timor, ou que invista em Timor. A novidade, fundamentada na inversão da direção da ajuda ou investimento, é, em si, justificação para a notícia e motivo de atração do leitor.

De alguma forma, este é também um meio de construção de uma imagem favorável a Timor-Leste: num momento em que Portugal necessita de ajuda, os responsáveis políticos timorenses não a negam.

Do *frame* de *ajudar* decorre o reconhecimento de valores, nomeadamente o da amizade ou da solidariedade. Assim, os timorenses provariam ser amigos, ou solidários, com os portugueses, retribuindo a afeição nacional.

Não sendo Timor-Leste conotado com os grandes interesses económicos internacionais, não sendo publicamente conhecidas ligações ao grande capital, o *frame* ativado por investir, num cenário de discurso público sistemático em torno das dificuldades económicas e de financiamento do Estado, orienta-se no mesmo sentido.

2.2.3. RELATO DO DISCURSO PRESIDENCIAL

A emoção que o Presidente português revelou nos seus discursos, retórica ou sentida, é referida numa caixa de texto da edição de 20 de maio do *Público*. E pode afirmar-se que, para o jornalista, ela terá sido verdadeira:

(19) Cavaco revelou ontem ter ficado emocionado com os milhares de timorenses que o esperavam nas ruas de Díli com bandeiras de Portugal nas mãos depois de ter iniciado a sua primeira viagem oficial a Timor (*Público*, 20/5/2012, p. 11)

O *verbum dicendi* utilizado pelo enunciador para introduzir o discurso (indireto) do Presidente sugere que a sua emoção era verdadeira: o *frame* ativado pelo verbo *revelar* assim o indica. Mais à frente, afirmará que a viagem de Cavaco Silva entre o aeroporto e o centro da capital o “impressionou”, mas que a visão da miséria que circunda Díli o incomodou:

(20) Viu, ainda que só de passagem, o verdadeiro Timor. A miséria que, dez anos após a independência e a entrada no país de mais de mil milhões de dólares do petróleo, ainda cerca o centro da capital e que é impossível esconder. (*Público*, 20/5/2012, p. 11)

(21) Cavaco diz acreditar que “Timor tem futuro” e elogia o trabalho feito em dez anos, mas a visão da miséria extrema deixou-o incomodado. (*Público*, 20/5/2012, pp. 11)

Mais uma vez, o jogo de contrastes entra na retórica do jornalista, na oposição entre o “verdadeiro” Timor, expressão que evoca um outro falso, o das cerimónias formais e dos altos dignitários do Estado; e a pobreza que se opõe aos vultuosos investimentos.

No discurso do jornalista, não é claro se a reação do Presidente à visão da pobreza resulta de uma confissão do próprio ou da observação *in loco* do jornalista. Contudo, parece legítimo supor que se trata da primeira possibilidade, visto ser pouco provável que o jornalista acompanhasse Cavaco Silva de perto no trajeto entre o aeroporto e o centro de Díli. Assim, introduzindo o discurso indireto do Presidente sem dele se distanciar, o jornalista surge como garante da verdade, oferecendo sinceridade à reação presidencial.

Há que assinalar, ainda, e ao nível da reprodução do discurso presidencial (aqui considerando não só o de Cavaco Silva, mas também o de Taur Matan Ruak), uma sintonia entre as duas breves que surgem no CM em 21 e 22 de maio: ambas falam em *investimento*. No primeiro caso, refere-se a possibilidade, aventada pelo Presidente timorense, de haver investimento em Portugal, através da compra de dívida pública; no segundo caso, afirma-se que o Presidente português apelou a mais investimento em Timor-Leste. Assim, o âmbito do interesse jornalístico do CM parece ficar confinado a questões financeiras, sendo ignoradas todas as restantes questões possíveis.

CONCLUSÕES

Em suma, pode afirmar-se que os discursos que marcam o encontro entre Cavaco Silva e os timorenses, sejam responsáveis políticos, empresários ou o povo, dão conta de uma emoção que extravasa as palavras de circunstância e, mesmo que correspondam parcialmente a um *topos* retórico, testemunharão um sentimento efetivo. Os laços que testemunham fundam-se

na partilha da história, mas também na de valores passados e presentes. Asseguram o desejo de manter os vínculos e os aprofundar, a nível cultural (especialmente nas questões em torno da língua) e comercial.

Sendo discursos de louvor pelos progressos e alguma preocupação pelos insucessos, e de incentivo ou conselho a prosseguir em determinado caminho, não são discursos moralistas ou paternalistas. Não parece haver traços relevantes de atitude pós-colonial menorizante, mas uma tentativa de olhar os timorenses como iguais em dignidade.

Os discursos do Presidente constroem para o enunciador uma imagem de estadista, conhecedor do quadro de relações internacionais que no passado dominou a relação de Timor-Leste com Portugal e o mundo e possuidor de uma visão prospetiva sobre essas relações, no quadro da CPLP e no teatro mundial, na defesa da democracia e da boa governação dos povos. Apresentam-no como conhecendo a realidade económica, com um discurso rigoroso nos factos e nos números (com quantificações precisas e vocabulário técnico), mas calibram essa vertente com a evocação de nomes relevantes da cultura (em concreto, da literatura lusófona) e concedem grande importância ao livro como produto cultural, conferindo ao Presidente um lado humanista algo estranho à sua imagem mais comum. Afirmam a defesa de um conjunto de valores partilhados com o povo timorense, resgatados da tradição judaico-cristã e que parecem materializar-se de forma visível no calor de um encontro quase fraterno. Finalmente, assumem um compromisso amplo de cooperação, suportando o ato ilocutório promissivo na presença de numerosos professores portugueses na antiga colónia.

Ao nível jornalístico, de acordo com os exemplos encontrados, Timor-Leste continua a ter uma *boa imprensa*: imagem muito favorável de país pobre, mas precavido para o futuro, com um povo acolhedor e dirigentes imbuídos de sentimentos positivos. Há uma grande partilha e proximidade face aos portugueses, com quem os timorenses estabelecem uma relação de amizade fraternal, que os leva mesmo a considerar investir parte do seu fundo do petróleo em dívida nacional.

Os artigos jornalísticos citam o discurso presidencial de forma relativamente neutra, mas credibilizando como verdadeira a expressão da emoção. Contrariamente ao que tende a ser mais comum no panorama nacional, não procuram confrontar de forma veemente os responsáveis políticos timorenses, não apontam incoerências ou falhas na sua ação de forma agressiva. Criam e exploram situações potencialmente geradoras de perplexidade no leitor, pela inversão de expectativas, provavelmente ao serviço de um efeito de atração para a leitura.

Mas parece que nem toda a imprensa confere à relação entre Portugal e Timor-Leste o mesmo relevo: o tabloide quase a ignora, focalizando essencialmente a questão do investimento financeiro, enquanto o jornal de referência lhe atribui uma importância notável, dando conta de, pelo menos, parte da sua complexidade. Considerando que os dois diários visam públicos diferentes e, como foi brevemente enunciado no início deste texto, que a percepção da realidade timorense é, para a generalidade dos portugueses, uma questão decorrente do discurso público que sobre ela é produzido, sem possibilidade de contraponto com a experiência pessoal ou próxima, com a respetiva capacidade de agendamento e configuração do real, poderá ser legítimo esperar que diferentes estratos da população portuguesa tenham percepções substancialmente diferentes da mesma realidade, em virtude do contacto com narrativas mediáticas diferenciadas.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. La présentation de soi. Ethos et identité verbale. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

CONDOR, S. ; ANTAKI, Ch. Social Cognition and Discourse. In van DIJK, T. A. (Ed.). Discourse as structure and process. Discourse studies. A multidisciplinary introduction, vol. 1. London: SAGE Publications, 1997. p. 320-347.

FONSECA, J. Coerência no Texto. In _____ Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português. Porto: Porto Editora, 1993. p. 181-193.

_____. Pragmática das perguntas Como p, se q? e Como não p, se q?. Revista da Faculdade de Letras do Porto - Línguas e Literaturas, II série, vol. X, Porto, 1993. p. 7-23.

HALLIDAY, M. A. K. New Ways of Meaning: The Challenge to Applied Linguistics. In FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (Eds.). The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment. London / New York: Continuum, 2001. p. 175-202.

A tradução jornalística na sala de aula: relações entre a tradução e os media

WARROT, CATARINA VAZ
catarinavazw@yahoo.fr

Pós-doutoranda na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

PALAVRAS-CHAVE:
tradução especializada;
imprensa;
ensino.

RESUMO: Jornalistas e tradutores são ambos produtores de discurso: os primeiros a partir de acontecimentos, os segundos a partir de textos. É quando traduz textos de imprensa que o tradutor se aproxima mais do jornalista. Com efeito, o tradutor de imprensa ou de imprensa especializada deve adaptar o seu texto ao seu leitor, tal como o faz o jornalista quando escreve o texto original. Pretendemos, neste artigo, explorar a relação entre as funções do tradutor e as do jornalista e a presença cada vez maior de textos de imprensa na sala de aula. Para tal, analisámos estratégias adotadas tanto pelos tradutores como pelos jornalistas. A tradução jornalística, que sendo atualmente ainda pouco representativa no mercado das traduções começa a adquirir uma importância cada vez maior (*Correio Internacional*, canais audiovisuais em várias línguas, sites internet bilingues e multilingues, comunicados de imprensa). No entanto, dado o contexto da mundialização em que a rapidez é indispensável, os jornalistas substituem-se frequentemente aos tradutores e a sua falta de formação no âmbito da tradução e da linguística conduz, por vezes, a formulações surpreendentes e à criação de sentidos erróneos que podemos observar em alguns exemplos. Realçamos deste modo a necessidade de formações adaptadas e exigentes.

KEYWORDS:
media translation;
press;
translation;
education.

ABSTRACT: Journalists and translators are both producers of discourse: the firsts from facts, the seconds from texts. It is when translating texts from news that the translator looks the most like the journalist. As a consequence, the translator of news or of specialized press has to adapt his text to his reader, in the same way a journalist does when writing the original text. We would like, in this article, to explore the relationship between the functions of the translator, those of the journalist and the growing presence of news article in the class room. Hence, we analyze the strategies used by translators and journalists. The journalistic translation, which represents a little part in the translation market, starts growing more and more (*International courier*, multi-lingual channel, bilingual web sites, communication on news). In the context of globalization where quickness is required, journalists often behave as translators and a lack of training in the field of translation and linguistic, sometimes lead to surprising formulations and wrong meanings that we can observe in different examples. We then highlight the need for adapted and demanding training.

1. INTRODUÇÃO

No vastíssimo campo da comunicação, jornalistas e tradutores são ambos produtores de discurso: os primeiros a partir de acontecimentos, os segundos a partir de textos. No âmbito da tradução especializada que surge nas aulas de Línguas Estrangeiras Aplicadas, se o tradutor parte dos textos, é antes de tudo para transmitir sentidos que são dependentes de uma contextualização (Seleskovitch e Lederer, 1984 e 2005) e que estão integrados numa situação de comunicação específica.

É quando o tradutor traduz textos de imprensa que se aproxima mais do jornalista. O tradutor de imprensa ou de imprensa especializada deve adaptar o seu texto ao seu leitor, tal como o faz o jornalista quando escreve o texto original (Ladmiral, 1994). É por esta razão, entre outras, que a tradução jornalística conhece nas universidades um grande sucesso e impõe-se como um tipo de tradução modelo.

Os universitários substituem cada vez mais, a clássica versão literária pela tradução de excertos de artigos de imprensa, escolhendo preferencialmente a imprensa de um nível cuidado (*Le Monde*, *The Economist*, *Expresso*, entre outros). Este tipo de artigos permite um interessante trabalho de treino de tradução, de aquisição de uma língua estrangeira e também de aperfeiçoamento de competências em língua materna, visto que acumula dificuldades linguísticas quer de compreensão (léxico e sintaxe cuidadas, estilo específico de cada média) quer de conhecimentos sobre a atualidade.

Propomo-nos, nesta comunicação, explorar a relação entre as funções do tradutor e as do jornalista e a presença cada vez maior de textos de imprensa na sala de aula.

Existem tradutores que são igualmente jornalistas, em especial nos países onde a investigação e o acesso à informação só pode existir graças a uma actividade bilingue ou plurilingue, como por exemplo no Médio Oriente. Em França e em Portugal, países predominantemente monolingues, as duas profissões são, geralmente, distintas.

É quando traduz artigos de imprensa que o tradutor mais se aproxima do jornalista. Tem de recriar um título que capte a atenção do leitor, explicitar uma sigla ou uma realidade cultural desconhecida, em suma, o tradutor deve adaptar o seu texto ao leitor, tal como o fez o jornalista quando escreveu o texto original.

A identificação de referências ou alusões e de realidades culturais específicas descritas em artigos de jornais de renome deve acompanhar-se de uma estratégia de tradução adequada, através, por exemplo, da adaptação, da explicitação ou da neutralização. Se esta riqueza explica o sucesso das aulas de tradução de textos de imprensa, também alimentou a ideia de que este tipo de texto refletia a atividade dos tradutores profissionais, especialistas ou não. Ora, tal não corresponde à verdade. No mercado das traduções, as necessidades em tradução jornalística são inferiores à imagem que é dada na universidade e bem inferior à procura relativamente a outros documentos de natureza muito diversa, tais como contratos, relatórios, brochuras, manuais de utilização, notas técnicas, nomenclaturas, etc (Gouadec, 2002, p.8).

Em que casos se apela, então, aos tradutores profissionais para traduzirem artigos de imprensa? Surge-nos imediatamente o nome do semanário *Correio Internacional* mas este permanece um caso marginal (menos de uma dezena de tradutores locais) ou ainda algumas grandes revistas que difundem versões traduzidas, como o *National Geographic Portugal*.

Constata-se, contudo, um aumento recente da procura, devido à expansão dos grandes canais audiovisuais de informação internacional que difundem em duas línguas (como *France 24* ou *Al-Jazira*) ou em mais línguas (sete línguas no que diz respeito à *Euronews*) e alimentam um site Internet bilingue ou multilingue. Paralelamente, os grandes nomes da imprensa escrita têm também o seu portal internet que pode propor, entre outros, artigos traduzidos da imprensa estrangeira: por exemplo artigos de *newsweek* traduzidos no site do *Nouvel Observateur* (tal aconteceu, por exemplo, no âmbito da campanha presidencial americana).

Notemos, por último, o aparecimento de novas profissões que associam a procura de informação e a tradução, principalmente nos contextos de «vigília», tecnológica ou comercial, por

exemplo, ou ainda na «análise dos médias», cujo peritos «levam a cabo investigações qualitativas e quantitativas em duas ou três línguas de modo a responderem a um pedido de informação objectiva, regular e pontual»¹ (Franjié, 2007, p.63) para um serviço de comunicação ou uma agência de publicidade internacional.

Do mesmo modo, «a infomeiação» que associa a tradução e a síntese, efetuada por «leitores-redatores-tradutores» é uma «nova atividade especializada que consiste em investigar e reunir informação no plano internacional de todos os médias, em conceber panoramas de imprensa e/ou sínteses destes panoramas e em difundi-los junto de uma clientela»² (Lebtahi e Ibert, 2004, p.225).

Entre as práticas de tradução jornalística mais frequentes surgem os comunicados de imprensa. São textos de informação transmitidos à imprensa para serem publicados integral ou parcialmente. Sempre curtos (em média uma página) contêm informação precisa (anúncio de um acontecimento, saída de um novo produto, mudanças no seio de uma organização) e são destinados a ser difundidos nos médias. Redigidos pelos serviços de marketing ou de comunicação das empresas ou organizações e raramente por «attachés» de presse, respondem a exigências rígidas em termos de formato e de estilo. A imagem e a promoção das organizações dependem da receção dos seus comunicados de imprensa geral e especializada visto que são jornalistas que reproduzem uma parte dos seus artigos. É por essa razão que a sua tradução é confiada a tradutores profissionais.

A tradução dos comunicados de imprensa é um setor em que tradutores e jornalistas estão em contato estreito. Isto significa que na maior parte dos casos, os jornalistas não têm de assegurar a tradução visto que se apoiam em comunicados já traduzidos ou em comunicados de agências de informação que também estão frequentemente traduzidos. É o caso da agência France Press cujos «serviços gerais propõem aos profissionais dos médias e não só 100 000 a 300 000 palavras por dia em seis línguas (francês, inglês, espanhol, português, alemão e árabe) e em contínuo»³ (ver o portal da agência *France Press*).

1. A tradução é nossa, «(...)mènent des recherches qualitatives et quantitatives dans deux ou trois langues pour répondre à une demande d'information précise, régulière ou ponctuelle».

2. A tradução é nossa «(...) nouvelle activité spécialisée qui consiste à rechercher et à collecter l'information sur le plan international dans tous les médias, à concevoir des panoramas de presse et/ou des synthèses de ces panoramas et à les diffuser auprès d'une clientèle».

3. A tradução é nossa, ««services généraux (...) proposent aux professionnels des médias et hors médias, 100 000 mots à 300 000 mots par jour bien maîtrisés, en six langues (français, anglais, espagnol, portugais, allemand et arabe) et en continu».

Mesmo se os jornalistas se podem apoiar em notícias e comunicados traduzidos por profissionais, a rapidez da informação obriga-os, frequentemente, a procurar as suas fontes em artigos e comunicados em versão original que eles traduzem, mais ou menos bem, e muitas vezes, demasiado depressa: substituem-se então ao tradutor.

Este fenómeno recente insere-se no contexto da mundialização: informação quase imediata nos médias audiovisuais, muitas vezes traduzida na urgência, depois retomada nos médias escritos. A informação presente em linha permite além disso aos jornalistas apoiarem-se em artigos estrangeiros não traduzidos, sem que pensem sistematicamente em fazer as verificações linguísticas necessárias.

O resultado são, por vezes, formulações que podem surpreender certos leitores que exprimem regularmente críticas nos fóruns de comentários existentes no seguimento de artigos disponíveis na internet. Os tradutores profissionais deploram frequentemente a existência de imprecisões nas afirmações relatadas por jornalistas a partir de fontes estrangeiras.

Às vezes a inexactidão deve-se também ao desconhecimento das realidades culturais estrangeiras. Por exemplo, aquando da morte de Maurice Béjart, um jornal espanhol, citando o coreógrafo, escreveu a partir do francês: «Saqué el baile de las salas de ópera para implantárselo a los estadios, a los Juegos Olímpicos, al Festival de Avinón», isto é literalmente que fez entrar o ballet nos estádios. Ora, a citação original fazia alusão ao Palácio dos Desportos de Bercy, uma sala de espectáculos que, se pode acolher manifestações desportivas, não tem nada a ver com um estádio.

Se a verificação da própria informação se impõe ao jornalista profissional, a da língua da sua própria tradução pode ser julgada menos importante. A isso se acrescenta a tendência para se acreditar que se compreende perfeitamente uma língua e que se é capaz de tudo traduzir porque se comunica relativamente bem nessa mesma língua (principalmente no que diz respeito ao inglês). Não é inútil lembrar que a tradução é uma profissão que necessita do domínio de saberes linguísticos e culturais vastos e profundos assim como conhecimentos adquiridos pela prática e por uma formação específicas (Lavault-Olléon, 1998; Gouadec, 2002), que não são seguidas pelos jornalistas.

O tradutor não se situa nas relações de força e de concorrência do campo jornalístico e tem a sorte de manter uma certa autonomia. Face ao mesmo acontecimento, a sua abordagem será, naturalmente, mais comedida e mais neutra, mais respeitadora da globalidade da mensagem: sem cair no literalismo, e tendo em conta o destinatário e a função do texto, o tradutor impõe limites mais restritos às suas possibilidades de interpretação. Responderá às necessidades do emissor explicitando ou adaptando se for necessário, e reformulará, reescreverá, corrigirá o original se for deficiente (Allignol, 2004, p.71). No caso da tradução «imediate» de acontecimentos importantes, como as eleições, poderá seleccionar passagens e omitir outras mas transpô-las-á da maneira mais neutra possível. O jornalista, tem mais liberdade na representação do acontecimento em função das suas convicções ou das necessidades do média para o qual escreve.

Estas duas abordagens reflectem também concepções ou prioridades linguísticas divergentes, sentindo-se o tradutor mais ligado à língua e à sua representação.

Ao consolidarem e ao amplificarem usos linguísticos espontâneos, os jornalistas são, com efeito, actores da evolução da língua. Os tradutores encontram-se, quanto a eles, confrontados a novas realidades e a terminologias inéditas que devem tratar para realizarem a transferência de informações. Mediadores entre os usos espontâneos e as normas linguísticas, contribuem de modo pensado para a neologia e para a evolução da língua

Assim, nas aulas de tradução, é frequente trabalhar-se sobre a interpretação contextual dos enunciados e sobre a procura de equivalências idiomáticas não decalcadas (Delisle, 2003; Lavault-Olléon, 2007).

É importante também sensibilizar os estudantes para o facto que nem tudo o que é publicado nos médias deva ser considerado como referência linguística e que devem constantemente verificar as fontes e regressar às referências oficiais que asseguram uma evolução controlada da língua. Um erro de tradução ou uma formulação infeliz pode propagar-se rapidamente na internet e dar uma imagem de falsa fiabilidade.

4, A tradução é nossa, «(...) un appauvrissement de la langue, qui est renforcé (...) par le comportement des rédactions des chaînes télévisées».

Paralelamente, pensamos que não seria inútil introduzir aulas de tradução profissional nas formações de jornalistas, de modo a sensibilizar os futuros jornalistas às questões da tradução e às questões de língua. Alguns jornalistas deploram, com efeito, na sua profissão «um empobrecimento da língua, que é reforçado pelo comportamento das redações das cadeias de televisão»⁴. Estas imporiam regras severas para ajudar à «comunicação da mensagem», por exemplo, obrigando a suprimir os adjetivos. As formações de jornalistas têm tendência a privilegiar a facilidade de elocução e a imagem do jornalista em detrimento do domínio da língua e do trabalho com a língua escrita (Colignon, 2007, p. 43-46).

A consideração destes elementos nas formações destinadas a estas duas categorias profissionais parecem-nos ainda mais essenciais visto que a revolução tecnológica que transformou o mundo numa «aldeia global» colocou à disposição de todos e ao mesmo tempo, a informação e os meios de a reescrever e de a modificar praticamente em direto, baralhando as fontes, os conteúdos e as funções.

Esta formidável liberdade que a internet oferece não deve fazer esquecer que formações universitárias de alto nível, capazes de se adaptarem às evoluções em curso, associando rigor e competência, são mais do que nunca indispensáveis para manter a qualidade e o estatuto dos profissionais da comunicação.

REFERÊNCIAS

- ALLIGNOL, C., «Le traitement des textes sources déficients, casse-tête habituel du traducteur technique», *Traduire*, revue française de la traduction, Paris, SFT, nº203, setembro de 2004.
- COLIGNON, J.-P., «Traducteur, journaliste, même combat», *Traduire*, revue française de la traduction, Paris, SFT, nº212, março de 2007.
- DELISLE, J., *La traduction raisonnée*, Presses de l'université d'Ottawa, 2ª ed., 2003.
- FRANJIE, L., «La traduction-veille et l'analyse médias», *Traduire*, Revue Française de la traduction, Paris, SFT, nº215, dezembro de 2007.
- GOUADEC, D., *Profession: traducteur*, Paris, La Maison du Dictionnaire, 2002.
- LADMIRAL, J.-R., *Traduire : théorèmes pour la traduction*, Paris, Gallimard, 1994.
- LAVAUT-OLLÉON, E., «Traduction spécialisée: des pratiques qui se passent de théorie?», *Traduction spécialisée: pratiques, théories, formations*, Élisabeth Lavault-Olléon (éd), Berne, Peter Lang, 2007.
- LAVAUT-OLLÉON, E.; SAURON, V., «Journaliste et traducteur: deux métiers, deux réalités», *ILCEA*, 11, 2009, documento acessível em linha em: /index210.html (consultado a 16 de agosto de 2012).
- LEBTAHI, Y.; IBERT, J., «Traducteurs dans la société d'information: Évolutions et interdépendances», *Meta*, Presses de l'université d'Ottawa, vol.49, nº2, junho de 2004.
- SELESKOVITCH, D.; LEDERER, M., *Interpréter pour traduire*, Paris, Didier Erudition, 1984.

